

1ª REVISÃO DO **PLHIS**

PLANO LOCAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

DIAGNÓSTICO E ESTRATÉGIA DE AÇÃO

1ª REVISÃO DO **PLHIS**

PLANO LOCAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

DIAGNÓSTICO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

**1º REVISÃO DO PLANO LOCAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL DE CANAÃ
DOS CARAJÁS – PLHIS**

2018



Equipe Técnica	
Representantes da Secretaria Municipal de Planejamento- SEPLAN	
Rayanne Jacqueline Soares Lima Arquiteta & Urbanista	Arquiteta e Urbanista, com especialização em planejamento das Cidades. Lotada na Secretaria Municipal de Planejamento, no setor de planos e projetos- SEPP. Já foi coordenadora do plano municipal de mobilidade urbana, além de participar na confecção de outros planos e projetos.
Wellington Paulo dos Santos Administrador de Empresas	Bacharel em administração de empresas, especialista em gestão pública e gerenciamento de cidades. Atualmente exerce o cargo de analista de planejamento e orçamento, na Secretaria Municipal de Planejamento. Tem experiência em planos municipais, sendo coordenador do Plano Plurianual do ano de 2017 de Canaã dos Carajás.
Representantes da Secretaria Municipal de Habitação- SEMHAB	
Clóvis Avelino Ribeiro Sociólogo	Graduado em Sociologia, atualmente lotado na Secretaria Municipal de Habitação em Canaã dos Carajás.
Ismael Mac-Robson Avelar Administrador de Empresas	Graduado em Administração de empresas, atualmente é servidor público e exerce o cargo de Analista de Políticas públicas na Secretaria Municipal de Habitação. Foi coordenador do Plano Municipal de Saneamento Básico de Canaã dos Carajás.

Apresentação

O Plano Local de Habitação de Interesse Social é um instrumento de implementação do Sistema Nacional de Habitação – SNHIS, que objetiva promover o planejamento das ações do setor habitacional de forma a garantir o acesso à moradia digna, a expressão dos agentes sociais sobre a habitação de interesse social e a integração dos três níveis de governo. O Sistema Nacional de Habitação Interesse Social (SNHIS) foi regulamentado pela Lei Federal nº 11.124 de junho de 2005 e está direcionado à população de baixa renda, especialmente a que se encontra limitada a rendimentos de até 3 salários mínimos e que compõe a quase totalidade do déficit habitacional do país.

O Plano Municipal de Habitação de Interesse Social do Município de Canaã dos Carajás, enquanto instrumento de planejamento para o enfrentamento das necessidades habitacionais locais da população, consistiu em condição básica para adesão ao Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS. Conforme recomendações da Secretaria Nacional de Habitação, o PLHIS deve ser desenvolvido em 3 etapas, sendo:

- ✓ Proposta Metodológica, que estrutura as etapas posteriores, norteia procedimentos, define conteúdos e estabelece como a proposta será pactuada com a sociedade;
- ✓ Diagnóstico, na qual se reúnem informações sobre o déficit habitacional (quantitativo e qualitativo), identificando os assentamentos precários, levantando suas características urbanísticas, ambientais, sociais, estimando também a evolução das necessidades habitacionais e dimensionando os recursos necessários para enfrentar o problema;
- ✓ Estratégias de ação, que consiste na definição de mecanismos para resolver os principais problemas, especialmente no que se refere à habitação de interesse social, constando: diretrizes e objetivos da política local de habitação; linhas programáticas e ações; metas a serem alcançadas e a estimativa de recursos necessários para atingi-las por meio de programas ou ações, identificando as fontes existentes e os indicadores que permitam medir a eficácia do planejamento.

A primeira revisão do Plano Local de Habitação de Interesse Social do Município de Canaã dos Carajás, seguiu as orientações oferecidas pelo Ministério das Cidades e Conselho Gestor do Fundo Nacional de Habitação de Interesse social, em especial a resolução nº 2 de 24/08/2006.

A primeira revisão Plano Local de Habitação de Interesse Social do Município de Canaã dos Carajás na parte do diagnóstico representa um empenho no sentido de produzir um instrumento palpável de análise sobre as necessidades sociais em termos de moradia, oferecendo-se como uma fundamental iniciativa para o desenvolvimento de políticas públicas orientadas a combater o problema da moradia.

Outro é o objetivo da estratégia de ação, terceira parte desta revisão, qual seja, buscar soluções a curto e médio prazo para as demandas levantadas pelo diagnóstico.

Cabe ressaltar, que foi acrescida duas novas sessões ao plano local de habitação de interesse social do Município de Canaã dos Carajás, no seu processo de revisão, a saber: Evidências e Caderno de Mapas. Com isso, buscou-se uma maior transparência no documento final.

LISTA DE FIGURAS

Figuras nº 01 e 02: Ligação de vários Municípios a Canaã dos Carajás.....	21
Figura nº 03: Divisas dos Municípios com Canaã dos Carajás.....	21
Figura nº04: Tipologias de Municípios do PlanHab.....	43
Figura nº05: Estrutura interna SEPLAN.....	49
Figura nº06: Estrutura interna SEFIN.....	49
Figura nº07: Estrutura interna SEMOB.....	50
Figura nº08: Estrutura interna SETTRAN.....	50
Figura nº09: Estrutura interna SEMMA.....	51
Figura nº10: Estrutura interna SEMDES.....	51
Figura nº11: Estrutura Interna SEMHAB.....	54
Figura nº 12: Expansão da mancha urbana: Canaã dos Carajás – 2010/2016.....	104
Figura nº13: Cronologia de loteamentos na sede de Canaã dos Carajás.....	123
Figura nº14: à esquerda: área do município e, à direita: vazios encontrados dentro da mancha urbana de Canaã dos Carajás (Banco de dados Urbis, 2015).....	124
Figura nº15: Situação fundiária das áreas urbanas de Canaã dos Carajás.....	126
Figuras nº16 e 17: Estimativas de taxas de ocupação e índices de densidade em Canaã dos Carajás.....	126
Figura nº18: Componentes do Déficit Habitacional.....	138
Figura nº19: Déficit Habitacional.....	139
Figura nº 20: Infraestrutura viária – zona rural.....	156

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico nº 01: Clima e temperatura.....	22
Gráfico nº 02: População residente, estimativas e projeções populacionais: Canaã dos Carajás 2000/2030.....	24
Gráfico nº 03: População por gênero e razão de sexo: Canaã dos Carajás - 2000/2030.....	25
Gráfico nº 04: Composição da população residente por sexo e idade: Canaã dos Carajás- 2000/2030.....	26
Gráfico nº 05: Composição da população residente por sexo e idade: Pará - 2000/2030.....	26
Gráfico nº 06: Crescimento vegetativo e saldo migratório: Canaã dos Carajás – 2003/2014.....	27
Gráfico nº 07: População residente por lugar de nascimento: Canaã dos Carajás– 2010.....	28
Gráfico nº 08: População de Canaã dos Carajás. Comparativo IBGE e PMCC/SEMSA.....	31
Gráfico nº 09: Número de domicílios e média de moradores por domicílio: Canaã dos Carajás, Parauapebas, Pará e Brasil - 2000/2010.....	32
Gráfico nº 10: Quantidade de ligações de água micromedidas e volume de água consumida (1 000 m ³ / ano): Canaã dos Carajás – 2007/2013.....	34
Gráfico nº 11: Resíduos sólidos processados (toneladas ano) e taxa de resíduos sólidos por mil habitantes: Canaã dos Carajás – 2011/2014.....	36
Gráfico nº 12: Percentual de pessoas abaixo da linha de pobreza e indigência: Canaã dos Carajás - 2000/2010.....	37
Gráfico nº 13: Número de famílias beneficiárias do programa bolsa família: Canaã dos Carajás - 2004/2016.....	37
Gráfico nº 14: Tabela de investimentos em habitação- 2014/2017.....	101
Gráfico nº 15: Inadequação fundiária urbana, por faixas de renda média familiar mensal, em salários mínimos (SM), segundo regiões geográficas e regiões metropolitanas (RMS) – Brasil – 2015.....	122
Gráfico nº 16: Distribuição do Déficit Habitacional, por situação de domicílio, segundo regiões geográficas – Brasil – 2015.....	140

Gráfico nº 17: Déficit Habitacional Total por rendimento em Canaã dos Carajás
– 2010.....144



LISTA DE TABELAS

Tabela n° 01: Projeção Populacional de Canaã dos Carajás para 20 anos.....	31
Tabela n° 02: Domicílios particulares permanentes atendidos por serviços de rede geral de abastecimento de água e esgoto pluvial ou sanitário por situação do domicílio: Canaã dos Carajás - 2000/2010.....	34
Tabela n° 03: Domicílios particulares permanentes atendidos por serviços de rede geral de distribuição de energia e coleta de lixo domiciliar por situação de domicílio: Canaã dos Carajás - 2000/2010.....	35
Tabela n° 04: Índice de desenvolvimento urbano- IDHM- 1991/2000/2010.....	38
Tabela n° 05: Evolução do Produto Interno Bruto a preço de mercado corrente- 2002 a 2013.....	41
Tabela n° 06: Órgãos da administração do poder executivo municipal de Canaã dos Carajás.....	47
Tabela n° 07: Quantidade de funcionários públicos da Prefeitura Municipal de Canaã dos Carajás- Ano 2018.....	48
Tabela n° 08: Beneficiários do Programa “Aluguel Social”.....	101
Tabela n° 09: Índícios de irregularidades em função do uso de Área de Proteção Permanente: Canaã dos Carajás – 2010/2016.....	105
Tabela n° 10: Loteamentos regulares em Canaã dos Carajás até o ano de 2018.....	127
Tabela n°11: Loteamentos Irregulares em Canaã dos Carajás até o ano de 2018.....	132
Tabela n°12: Loteamentos Irregulares em Léguas Patrimoniais em Canaã dos Carajás até o ano de 2018.....	134
Tabela n°13: Estado do Pará: Déficit Habitacional Básico, Absoluto e Relativo ao total de domicílios segundo a situação de domicílios e a região de integração 2000-2007.....	141
Tabela n° 14: Déficit Habitacional Urbano Canaã dos Carajás – 2010.....	145
Tabela n° 15: Variação dos preços dos imóveis (custo unitário m ²): Canaã dos Carajás 2013/2016.....	147
Tabela n° 16: Estatísticas descritivas dos valores pagos pelas famílias a título de aluguel, por zona de tráfego: Canaã dos Carajás – 2014.....	151
Tabela n° 17: Domicílios Precários - Total - Canaã dos Carajás – 2010.....	152

Tabela nº 18: Déficit Habitacional Urbano Canaã dos Carajás – 2010.....	152
Tabela nº 19: Inadequação de Domicílios Urbanos - Total - Canaã dos Carajás – 2010.....	153
Tabela nº 20: Inadequação de Domicílios Urbanos - Adensamento - Canaã dos Carajás – 2010.....	154
Tabela nº 21: Quantitativo populacional da Vila Planalto.....	158
Tabela nº 22: Quantitativo populacional da Vila Bom Jesus.....	159
Tabela nº 23: Quantitativo populacional da Vila Feitosa.....	160
Tabela nº 24: Quantitativo populacional da Vila Ouro Verde.....	162
Tabela nº 25: Déficit Habitacional Rural Canaã dos Carajás – 2010.....	162
Tabela nº 26: Domicílios Precários - Rural - Canaã dos Carajás – 2010.....	163
Tabela nº 27: Conceitos e Ajustes metodológicos utilizados na estimativa do déficit habitacional de Canaã dos Carajás.....	164
Tabela nº 28: Indicadores Demográficos por situação do Domicílio de Canaã dos Carajás, 2010.....	165
Tabela nº 29: Indicadores Demográficos por situação do Domicílio de Canaã dos Carajás, 2010.....	165
Tabela nº 30: Déficit habitacional existente em Canaã dos Carajás, coletado junto a SEMHAB - Ano 2018.....	167
Tabela nº 31: Déficit habitacional existente em Canaã dos Carajás, coletado junto a SEMHAB - Ano 2018.....	168
Tabela nº 32: Déficit habitacional existente em Canaã dos Carajás, coletado junto a SEMHAB - Ano 2018.....	169
Tabela nº 33: Análise SWOT.....	170

LISTA DE IMAGENS

Imagem n° 01: Vila Planalto, às margens da PA-160.....	157
Imagem n° 02: Via principal da Vila Bom Jesus.....	159
Imagem n° 03: Via principal da Vila Feitosa.....	160
Imagem n° 04: Área central da Vila Ouro Verde.....	161



LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Ambiente Especial de Interesse Social (AEIS). Ambiente Natural de Proteção (ANP) e Ambiente Industrial (AI): Canaã dos Carajás – 2012.....	106
Mapa 2: Avanço da mancha urbana: Canaã dos Carajás - 30/10/2010.....	107
Mapa 3: Avanço da mancha urbana: Canaã dos Carajás - 24/05/2011.....	108
Mapa 4: Avanço da mancha urbana: Canaã dos Carajás - 06/09/2011.....	109
Mapa 5: Avanço da mancha urbana: Canaã dos Carajás - 26/09/2013.....	110
Mapa 6: Avanço da mancha urbana: Canaã dos Carajás - 07/06/2014.....	111
Mapa 7: Avanço da mancha urbana: Canaã dos Carajás - 17/07/2015.....	112
Mapa 8: Avanço da mancha urbana: Canaã dos Carajás - 2016.....	113
Mapa 9: Indícios de ocupações irregulares: Canaã dos Carajás - 30/10/2010.....	114
Mapa 10: Indícios de ocupações irregulares: Canaã dos Carajás - 24/05/2011.....	115
Mapa 11: Indícios de ocupações irregulares: Canaã dos Carajás - 06/09/2011.....	116
Mapa 12: Indícios de ocupações irregulares: Canaã dos Carajás - 26/09/2013.....	117
Mapa 13: Indícios de ocupações irregulares: Canaã dos Carajás - 07/06/2014.....	118
Mapa 14: Indícios de ocupações irregulares: Canaã dos Carajás - 17/07/2015.....	119
Mapa 15: Indícios de ocupações irregulares: Canaã dos Carajás - 2016.....	120
Mapa 16: Valor médio pago a título de aluguel, por Zona de Tráfego (zonas urbanas): Canaã dos Carajás - 201.....	148
Mapa 17: Valor médio pago a título de aluguel, por Zona de Tráfego (zonas periurbana e rural): Canaã dos Carajás - 2014.....	149

LISTA DE QUADROS

Quadro nº01: Tipologias utilizados no PlanHab.....44



Sumário

1. Caracterização do Município	20
1.1 Localização do Município de Canaã dos Carajás.....	20
1.2 Clima e Temperatura	21
1.3 Histórico do município	22
1.4 População atual.....	23
1.5 Taxa de Crescimento habitacional - Migração	27
1.6 Estimativa de crescimento populacional para Canaã dos Carajás.....	28
1.7 Características urbanísticas do entorno e dos domicílios	32
1.8 Perfil socioeconômico da população de baixa renda	36
1.8.1 Bolsa Família.....	37
1.8.2 Índice de Desenvolvimento Humano.....	38
1.8.3 Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal	38
1.8.4 Produto Interno Bruto-PIB	39
1.8.4.1 Evolução do Produto Interno Bruto a Preço de Mercado Corrente – 2002 a 2013	40
1.9 Influência de grandes empreendimentos no Município	41
2. Plano Nacional de Habitação- PlanHab	43
2.1 Participação social	44
2.1.1 Atores Institucionais	44
2.1.2 Atores Sociais.....	45
3 Dinâmica Institucional e Social.....	46
3.1 Secretaria Municipal de Habitação.....	52
3.1.1 Política Municipal de Habitação de Interesse Social	54
3.1.2 Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social - CMHIS.....	55
3.1.3 Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – FMHIS.....	56
3.1.4 Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social	56
3.1.5 Conferência municipal de Habitação de Interesse Social	57
3.1.6 Programas habitacionais da SEMHAB.....	57
4. Marcos Regulatórios e Legais	58
4.1 Legislação Federal	58
4.2 Legislação Estadual	65

4.3 Legislação Municipal	67
5. Desenvolvimento habitacional no Município de Canaã dos Carajás através de ações desenvolvidas pelo Plano Plurianual 2014-2017 e Plano Plurianual 2018-2021	72
5.1 Desenvolvimento habitacional no Município de Canaã dos Carajás ano 2014	73
5.1.1 Introdução	73
5.1.2 Breve histórico das ações da Secretaria Municipal de Habitação-SEM HAB	73
5.2 Desenvolvimento habitacional no Município de Canaã dos Carajás ano 2015	77
5.2.1 Introdução	77
5.2.2 Breve histórico das ações da Secretaria Municipal de Habitação-SEM HAB	78
5.3 Desenvolvimento habitacional no Município de Canaã dos Carajás ano 2016	82
5.3.1 Breve histórico das ações da Secretaria Municipal de Habitação-SEM HAB	82
5.4 Desenvolvimento habitacional no Município de Canaã dos Carajás ano 2017	85
5.4.1 Breve histórico das ações da Secretaria Municipal de Habitação-SEM HAB	85
5.5 Desenvolvimento habitacional no Município de Canaã dos Carajás ano 2018	88
5.5.1 Breve histórico das ações da Secretaria Municipal de Habitação-SEM HAB	88
5.6 Declarações de ex- secretário de habitação- Gestão 2014-2017.....	97
5.6.1 Marcos Paulo de Assis.....	97
6. Investimento financeiro em habitação no Município de Canaã dos Carajás	100
6.1 Investimentos realizados pela SEM HAB	101
6.2 Aluguel Social.....	101
7. Análise da Área Urbana do Município de Canaã dos Carajás.....	102
7.1 Imóveis em área de risco ou de preservação ambiental	104

8. Regularização Fundiária.....	121
8.1 Inadequação fundiária em área urbana.....	121
8.2 Assentamentos precários em áreas urbanas	124
8.3 Irregularidades ocupacionais e habitacionais em área urbana- Entre 2010 e 2015 (em m2).....	125
8.4 Adensamento excessivo em área urbana	125
8.5 Situação dos loteamentos em Canaã dos Carajás.....	127
8.5.1 Loteamentos Regulares	127
8.5.2 Loteamentos Irregulares.....	132
8.5.3 Loteamentos Irregulares em Léguas Patrimoniais	133
9. Necessidades habitacionais	135
9.1 Déficit do Setor Habitacional	135
9.1.1 Déficit quantitativo e qualitativo	137
9.1.2 Déficit Habitacional Nacional.....	139
9.1.3 Déficit do Setor Habitacional Estadual	140
9.1.4 Déficit do Setor Habitacional Municipal	141
9.1.5 Déficit Habitacional total em Canaã dos Carajás - 2010	144
9.1.6 Déficit Habitacional na área urbana de Canaã dos Carajás - 2010.....	144
9.2 Preço de Imóveis x Valor do aluguel em área urbana.....	145
9.3 Domicílios precários	152
9.3.1 Domicílios precários urbanos	152
9.4 Inadequação de domicílios.....	153
9.4.1 Inadequação de domicílios urbanos por adensamento	154
9.5 Déficit de unidades sanitárias em área urbana	155
9.6 Coberturas inadequadas em área urbana	155
9.7 Domicílios improvisados em área urbana.....	155
10. Análise da Área Rural do Município de Canaã dos Carajás.....	156
10.1 As vilas	156
10.1.1 Vila Planalto	157
10.1.2 Vila Bom Jesus.....	158
10.1.3 Vila Feitosa.....	160
10.1.4 Vila Ouro Verde.....	161
10.2 Déficit habitacional rural em Canaã dos Carajás.....	162
10.3 Domicílios precários na área rural	163

11. Déficit habitacional e demanda futura no Município de Canaã dos Carajás segundo Plano Local de Habitação de Interesse Social de 2013.....	163
11.1 Déficit habitacional e demanda futura levantada pela Secretaria Municipal de Habitação no Município de Canaã dos Carajás no ano de 2018.....	166
12. Matriz ou Análise SWOT (FOFA)	169
13. Considerações Finais	171



1. Caracterização do Município¹

1.1 Localização do Município de Canaã dos Carajás

Canaã dos Carajás está localizada na Mesorregião Sudeste Paraense, Microrregião Parauapebas. Possui área de 3.146 Km², com altitude média de 286m. Como Reserva Natural presente em seu território tem-se a Floresta Nacional de Carajás. Já as coordenadas e limites geográficos são:

Coordenas geográficas
Latitude - 6.49737 (6° 29' 51" Sul);
Longitude – 49.8784 (49° 52' 42" Oeste).

Limites geográficos
Ao Norte: Parauapebas;
A Leste: Curionópolis e Sapucaia;
Ao Sul: Água Azul do Norte;
A Oeste: Parauapebas

O município se encontra em situação geográfica privilegiada, visto que seu núcleo urbano se interliga com as várias cidades importantes, as quais integram o conjunto de municípios com grande dinâmica econômica, por conta da indústria extrativa mineral ou pela pujança da agropecuária – Marabá, Parauapebas, Curionópolis, Ourilândia do Norte, Tucumã, São Félix do Xingu, Santana do Araguaia, Altamira e outros tantos municípios no estado de Mato Grosso e Tocantins. Em muito breve Canaã dos Carajás poderá se apresentar e se consolidar como rota alternativa para interligar essas regiões e cidades importantes dentro e fora do território paraense, criando uma infraestrutura logística que servirá de base para multiplicar as riquezas no setor terciário da economia.

¹ O trabalho de diagnóstico contido neste Plano teve grande parte extraída do sétimo Relatório do Programa de Monitoramento de Indicadores Socioeconômicos de Canaã dos Carajás. Tal relatório teve sua produção realizada pela empresa Amplo Engenharia em atendimento a empresa Vale e disponibilizado para a Prefeitura municipal de Canaã dos Carajás. Além dessa fonte foi utilizado dados coletados na própria Prefeitura Municipal de Canaã dos Carajás, e do Diagnóstico Socioeconômico do Município de Canaã dos Carajás- PA ano 2016. Deste modo, faz-se necessário o registro sobre a autoria de alguns dados que compõem esse trabalho.

Figuras nº 01 e 02: Ligação de vários Municípios a Canaã dos Carajás



Fonte: Diagnóstico Socioeconômico do Município de Canaã dos Carajás- PA ano 2016.

Figura nº 03: Divisas dos Municípios com Canaã dos Carajás

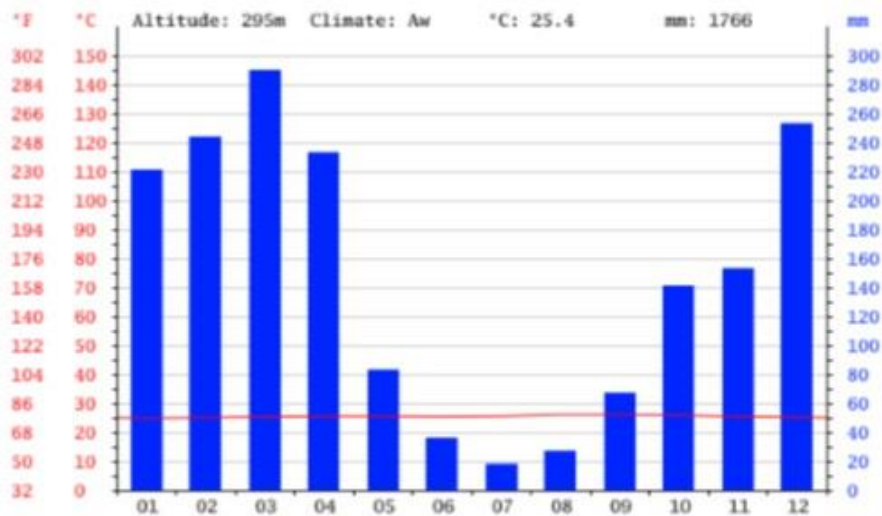


Fonte: Diagnóstico Socioeconômico do Município de Canaã dos Carajás- PA ano 2016.

1.2 Clima e Temperatura

O Clima em Canaã dos Carajás é tropical com estação seca, classificação Aw. (KöppenGeiger) e temperatura média anual de 25.4°C. Sua média anual de pluviosidade é de 1.766mm, sendo o mês de julho o mais seco, com média de 18 mm de chuva, enquanto o de maior precipitação é março, com 290 mm, em média. Verifica-se, portanto, que essas condições naturais, aliadas a boa qualidade dos solos, favorecem a implementação de grande variedade de negócios agropecuários.

Gráfico nº 01: Clima e temperatura



FONTE: Gráfico extraído do site <http://pt.climate-data.org/location/765464/>

1.3 Histórico do município

O Município de Canaã dos Carajás nasceu a partir da criação de um assentamento agrícola no Estado do Pará. O Projeto de Assentamento Carajás, localizado na região sudeste do estado, foi implantado em 1982, pelo Grupo Executivo das Terras do Araguaia e Tocantins (GETAT), do Governo Federal.

O objetivo era atenuar os conflitos pela posse da terra na região, principalmente na área conhecida como Bico do Papagaio, no norte do Estado do Tocantins. Ao longo de três anos, 1.551 famílias foram assentadas na área, que ficou conhecida como Centro de Desenvolvimento Regional (CEDERE).

Até 1985, 816 famílias haviam recebido o título definitivo de terra. Porém, naquele mesmo ano, as atividades de assentamento dos sem-terra terminaram e o GETAT foi extinto. Só em outubro de 1994, através da Lei Estadual 5.860, o CEDERE foi desmembrado de Parauapebas e tornou-se município – o de Canaã dos Carajás.

A escolha do nome é resultado da grande quantidade de evangélicos que moravam na cidade. O nome “Canaã” tem origem histórica e corresponde ao atual Estado de Israel, no Oriente Médio. Segundo a Bíblia Sagrada, Canaã era neto de Noé, que repovoou a região após o “dilúvio”. Tempos depois, a terra foi prometida por Deus a Abraão e sua descendência. Canaã é descrita nos livros

de “Daniel” e “Êxodo” como “terra que emana leite e mel” e “Genesis” afirma, sobre os recursos minerais disponíveis na região como: “ouro”, “cobre” e “níquel”.

O último nome, “Carajás”, relaciona-se com o principal acidente geográfico e geológico do município (e da região sudeste do Pará), a Serra dos Carajás. A região é conhecida mundialmente pelas minas de ouro, ferro e manganês. Anteriormente à colonização, esse território era povoado pelos povos Karajá e Kaiapó.

Na década de 90, Canaã dos Carajás tinha uma formação basicamente agropecuária. Sua economia girava em torno da cultura do arroz, milho, feijão e na cadeia do leite e do gado de corte.

No fim do milênio, com a descoberta de jazidas minerais de cobre, níquel e ferro no município, Canaã dos Carajás começou a receber trabalhadores para implantação de minas e usinas de beneficiamento e processamento do minério.

Explorando o cobre, a mina de Sossego foi a primeira a ser construída, com início de suas operações em 2003. Em 2011, iniciou a construção da mina de S11D, a maior do mundo em exploração do ferro. (História, Página oficial da Prefeitura Municipal de Canaã dos Carajás, grifo nosso)

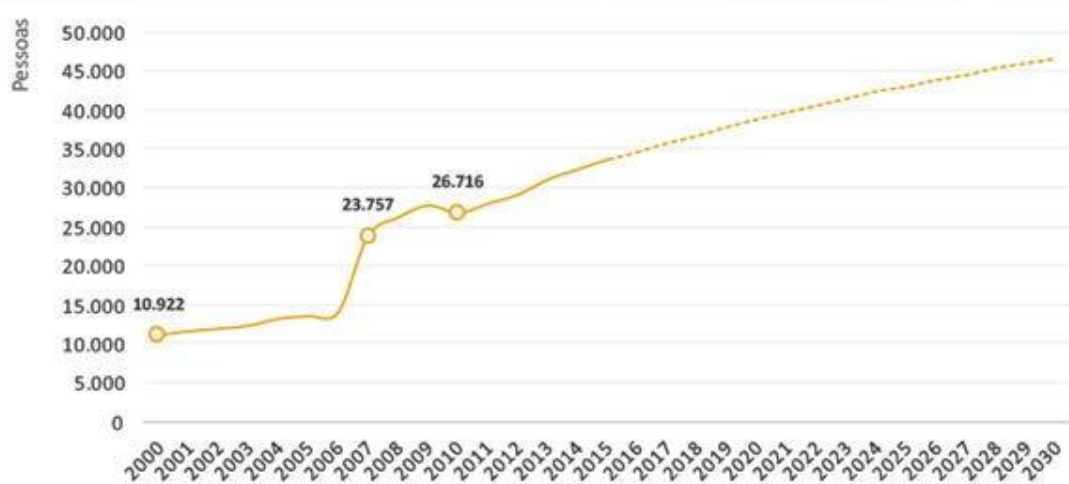
1.4 População atual

A população é devidamente contada pelo IBGE nos Censos Demográficos e na Contagem Populacional, nos municípios de até 170 mil habitantes, que são aqueles mais afetados pelo Fundo de Participação dos Municípios (FPM). O Gráfico 2 destaca o número de habitantes nos anos de recenseamento entre as estimativas populacionais oficiais. Observa-se que desde 2000 o município aumentou 3,1 vezes o número de moradores, totalizando 33.632 pessoas em 2015 e 34.853 em 2016, segundo as estimativas do IBGE². Para efeito de comparação, Canaã dos Carajás cresceu em uma taxa média anual de 9,36% entre 2000 e 2010, enquanto o Estado do Pará e o Brasil cresceram, em média, 2,07% e 1,5% a.a., respectivamente. As quebras de tendência ocorreram nos anos 2007 e 2010. A contagem de 2007 em Canaã dos Carajás revelou uma

² O modelo empregado pelo IBGE para estimar a população residente dos municípios brasileiros, observa a tendência de crescimento populacional entre dois Censos consecutivos, considerando a tendência de crescimento de uma área geográfica e hierarquicamente superior (a área maior utilizada é a Unidade Federativa). O pressuposto básico é que as populações de domínios menores manterão a tendência do passado, calibradas pelo comportamento da região maior.

população residente superior às estimativas calculadas após 2000. Já o Censo de 2010 não sustentou as estimativas reajustadas em 2007.

Gráfico nº 02: População residente, estimativas e projeções populacionais: Canaã dos Carajás 2000/2030



Fonte: IBGE/Censo Demográfico 2000 e 2010; IBGE/Contagem da População 2007; IBGE/Estimativas da População 2001-2006, 2008-2009, 2011-2015 (enviadas para o TCU); Synergia Consultoria Socioambiental/Projeções populacionais 2016-2030. Elaboração: Synergia, 2016.

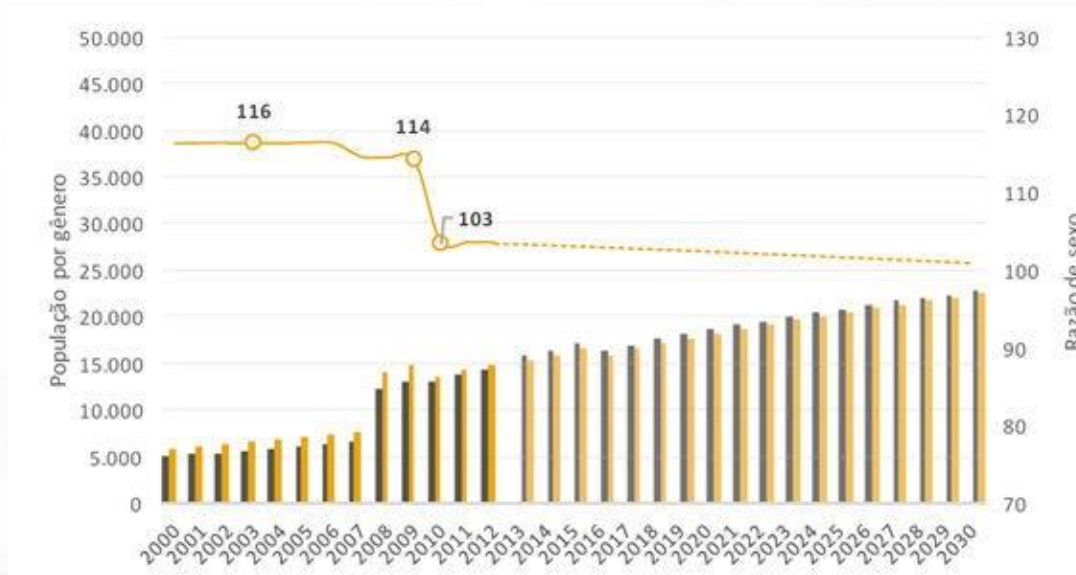
Para 2030, conforme projeção explicitada no gráfico acima, estima-se uma população residente de 46.569 canaãenses. Todavia, os processos demográficos desencadeados pela implantação de grandes empreendimentos não são devidamente contemplados pelas estimativas oficiais do IBGE. É preciso considerar a influência dos fluxos migratórios em função do poder de atração populacional do empreendimento Sossego, na primeira metade da década anterior, e do empreendimento S11D³, nos anos mais recentes (Synergia, 2016).

O Gráfico 3 apresenta a população por sexo em Canaã dos Carajás entre 2000 e 2012. A razão de sexo diminuiu de 116 para 103 homens para cada 100 mulheres durante o período. Apesar do predomínio do sexo masculino no município, a tendência observada via estimativas do IBGE é de um maior equilíbrio entre os sexos até 2030. De acordo com Camarano & Abramovay

³ Localizado no município de Canaã dos Carajás, no sudeste do Pará, o empreendimento recebeu o nome S11D em razão da sua localização. Na Serra Norte, está a Mina de Carajás, em operação desde 1985, situada em Parauapebas, município vizinho a Canaã dos Carajás. Para fins geológicos, o S11D é apenas um bloco do corpo que foi dividido em quatro partes: A, B, C e D. O Complexo S11D Eliezer Batista é o maior complexo minerador da história da Vale. O nome do Complexo é uma homenagem ao engenheiro Eliezer Batista.

(1999), as tendências de urbanização e feminização são consequências da migração diferencial por sexo e reflexo da maior sobrevivência das mulheres ao longo das faixas etárias. De modo geral, cresce também a participação feminina no mercado de trabalho e, em particular, atividades e cargos antes considerados exclusivamente masculinos.

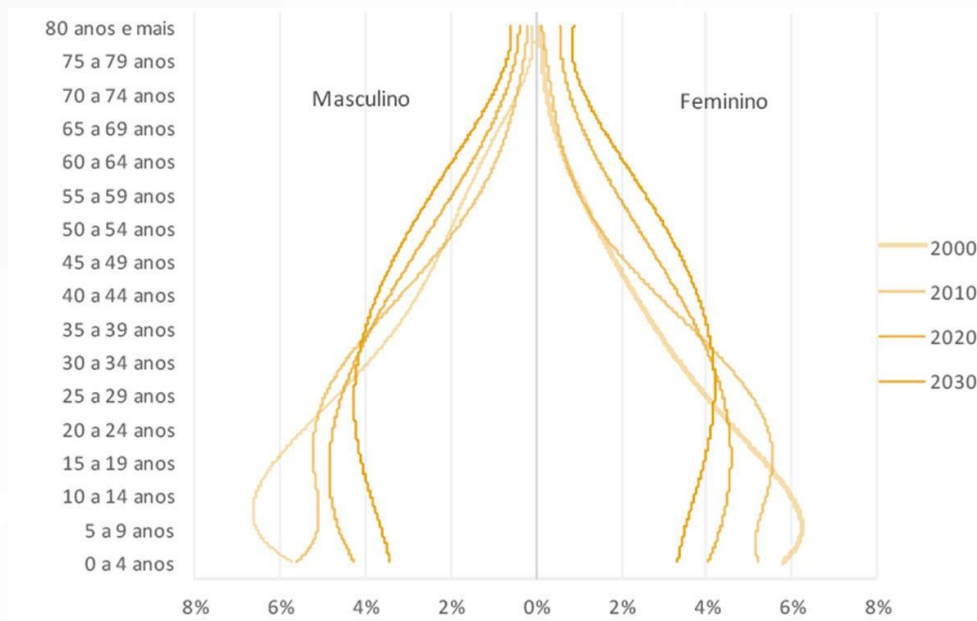
Gráfico nº 03: População por gênero e razão de sexo: Canaã dos Carajás - 2000/2030



Fonte: IBGE/Censo Demográfico 2000-2010; IBGE/Contagem populacional 2007; IBGE/ Estimativas da população 2006, 2008-2009, 2011-2012 estratificada por sexo pelo MS/SGEP/Datasus; Synergia Socioambiental, 2013-2030. **Elaboração:** Synergia, 2016.
Nota: Razão de sexo é o número de homens para cada 100 mulheres.

A composição da população por sexo e idade está representada no Gráfico 4, projetando Canaã dos Carajás dentro do processo de transição demográfica. Com a diminuição das taxas de mortalidade e fecundidade, historicamente elevadas, cresceu a parcela da população na atividade produtiva e diminuiu a parcela da população em situação de dependência (idosos e crianças). Canaã dos Carajás ainda pode ser considerada uma população jovem, concentrando as maiores parcelas da população nas faixas etárias de 15 a 19 anos, 20 a 24 anos e 25 a 29 anos (Gráfico 4). Todavia, projeta-se para as próximas décadas um envelhecimento da população em ritmo acelerado em função da queda de fecundidade, ou seja, o município passará por uma breve “janela de oportunidades”, período no qual diminui-se a pressão sobre as contas públicas e possibilita o aumento da capacidade de poupança, fundamental para o crescimento sustentável da economia.

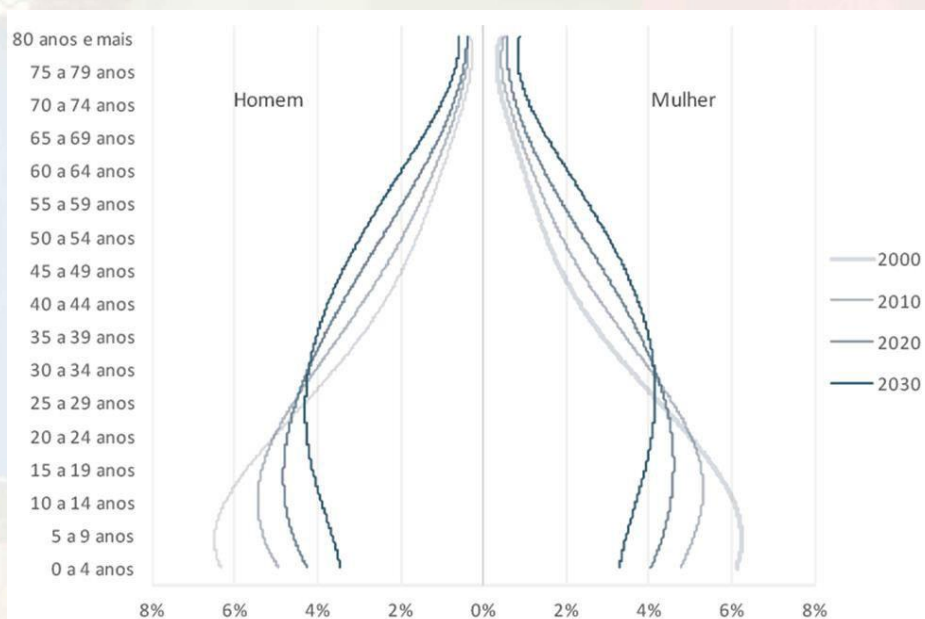
Gráfico n° 04: Composição da população residente por sexo e idade: Canaã dos Carajás- 2000/2030



Fonte: IBGE/Censo Demográfico 2000-2010; Synergia Socioambiental/Projeção populacional 2020-2030. Elaboração: Synergia, 2016.

Para efeito de comparação, apresentam-se as mesmas informações para o Pará no Gráfico 5, no qual se observa que a projeção municipal pouco difere da estadual.

Gráfico n° 05: Composição da população residente por sexo e idade: Pará - 2000/2030

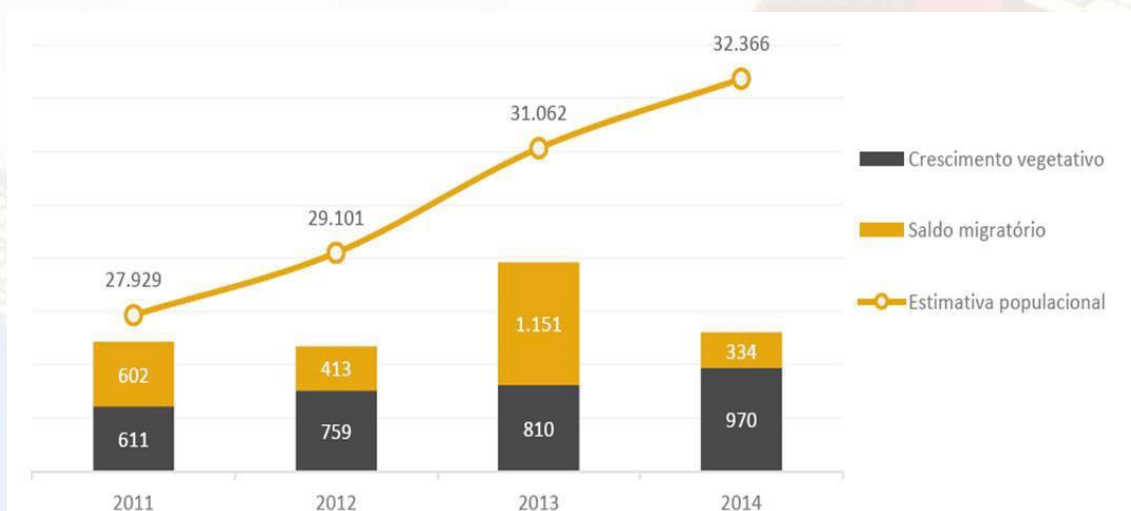


Fonte: IBGE/Censo Demográfico 2000-2010; Synergia Socioambiental/Projeção populacional 2020-2030. Elaboração: Synergia, 2016.

1.5 Taxa de Crescimento habitacional - Migração

Os dados mais atuais do IBGE revelam apenas vestígios dos processos migratórios anteriores a 2010. Entre o estoque de migrantes acumulado até a data do último Censo, os fluxos em direção a Canaã dos Carajás foram consolidados há pelo menos 10 anos, possivelmente associados aos investimentos do setor mineral na região. Efeitos da exploração mineral são cíclicos e sucedem em velocidade variável – prospecção, extração e término da vida útil de uma jazida – porém, a atração de migrantes relacionados aos empreendimentos desencadeiam processos demográficos capazes de transformar a estrutura da população. E são exatamente essas as transformações passíveis de investigação nos dados secundários. O Gráfico 06 identifica o estoque de migrantes por intermédio de sua naturalidade.

Gráfico n° 06: Crescimento vegetativo e saldo migratório: Canaã dos Carajás – 2003/2014

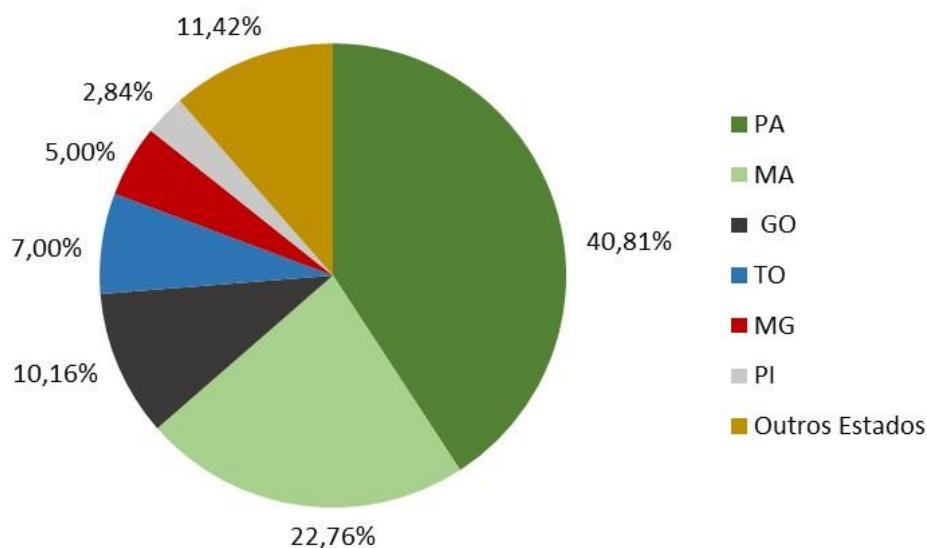


Fonte: MS/DATASUS, Sistema de Informações de Nascidos vivos (SINASC) 2011-2014; MS/DATASUS, Sistema de Informações de Mortalidade (SIM) 2011-2014; IBGE, Estimativas da população 2011-2014. Elaboração: Synergia, 2016.

Lembrando que Canaã dos Carajás nasceu de um assentamento agrícola, o Centro de Desenvolvimento Regional (CEDERE) e foi desmembrada de Parauapebas em 1994, é expressivo o percentual de moradores em Canaã dos Carajás que nasceu fora do Estado do Pará, cerca de 52% da população residente. O gráfico 07 o estoque de migrantes por meio de sua naturalidade.

Entre as Unidades da Federação de nascimento destacam-se: Maranhão (23%), Goiás (7%), Tocantins (6%), Minas Gerais (4%) e Piauí (3%).

Gráfico n° 07: População residente por lugar de nascimento: Canaã dos Carajás–2010



Fonte: IBGE/Censo Demográfico 2010. Dados da amostra. Elaboração: Synergia, 2016.

Por conta dos grandes empreendimentos (Mina do Sossego e S11D), entre os anos de 2011 e 2015, não é difícil escutar por meio de diversos órgãos públicos e privados em âmbito local, que a população atual de Canaã dos Carajás beira aos 60.000 habitantes. É quase certo que a divulgação do documento “Relatório Final do Apoio ao Processo de Territorialização da Atenção Básica e VII Seminário do Projeto de Atenção à Saúde Básica – PASBA de Canaã dos Carajás” teve influência nesse pensamento quase que unânime nesta cidade.

Esse relatório oficial resulta de um levantamento realizado em 2014 pela Secretaria Municipal de Saúde de Canaã dos Carajás – SEMSA, mais especificamente pelo conjunto de seus Agentes Comunitários de Saúde – ACS e Agentes de Combate a Endemias – ACE, sob metodologia criada pela empresa Diagonal. O estudo foi realizado por meio de visitas a domicílios na área urbana e rural, que resultou na quantificação de 52.862 habitantes, sendo 45.737 (86,5%) em área urbana e 7.125 (13,5%) na zona rural.

1.6 Estimativa de crescimento populacional para Canaã dos Carajás

O Diagnóstico do Plano Municipal de Habitação de Canaã dos Carajás foi elaborado tendo como base, principalmente, dados obtidos no IBGE. Entretanto, esses dados não levam em consideração as particularidades do município.

Canaã dos Carajás passa processos migratórios oriundos da exploração mineral que afetam diretamente a realidade da região em que ele se encontra.

O projeto S11D, em fase de implantação, tem atraído mão de obra de todo o país, o que tem contribuído para um crescimento demográfico acima da projeção elaborada pelo IBGE. Prevendo esse cenário, a empresa Vale, responsável pelo projeto S11D, solicitou à empresa Golder que elaborasse uma nova estimativa de crescimento para o município de Canaã dos Carajás, cujas metodologias seguem:

A construção de cenários desenvolvida nesse plano abordará 2 tipos de cenários exploratórios. Os extrapolativos, os quais reproduzem no futuro os comportamentos dominantes no passado. E os alternativos, os quais exploram os fatores de mudança que podem levar a realidades completamente diferentes do passado e do presente. (BUARQUE, 2003)

Nas simulações realizadas para 20 anos de projeção foram assumidas as seguintes definições:

□ O cenário extrapolativo livre de restrições está associado à taxa de crescimento populacional urbano de 4,52% a.a. e rural de 2,24% a.a. medida entre 2007 e 2010. Também foi considerado o incremento de 0,39% a.a. sobre o grau de urbanização de 2010 para todo o período de projeção;

O cenário extrapolativo com variações canônicas está associado às taxas de crescimento populacional de:

□ b1) 8,37% a.a. estimada no período de 2000 a 2013 e incremento de 0,39% a.a. sobre o grau de urbanização de 2010 para todo o período de projeção;

□ b2) 10,11% estimada pela GOLDER no EIA do Projeto S11D para o valor inferior do intervalo até 2020. A partir de 2021 foi adotada a taxa de 5,15% estimada pelo IBGE para 2013. Também foi considerado o incremento de 0,39% a.a. sobre o grau de urbanização de 2010 para todo o período de projeção;

□ b3) 11,59% estimada pela GOLDER no EIA do Projeto S11D para o valor superior do intervalo até 2020. A partir de 2021 foi adotada a taxa de 5,15% estimada pelo IBGE para 2013. Também foi considerado o incremento de 0,39% a.a. sobre o grau de urbanização de 2010 para todo o período de projeção;

O cenário alternativo assume a taxa de crescimento de 9,36% a.a. medida entre 2000 e 2010 e incremento de 0,39% a.a. sobre o grau de urbanização de 2010 para todo o período de projeção.

As premissas para a decisão do cenário mais provável são:

Evolução do crescimento e das taxas de crescimento populacional de Canaã dos Carajás;

Evolução do grau de urbanização de Canaã dos Carajás;

Saldo líquido migratório para Canaã dos Carajás; - Diminuição do incremento demográfico conforme o aumento populacional é acompanhado pelo crescimento econômico, melhorias da infraestrutura, serviços e comércio na região;

Comparativo da evolução demográfica de cidades do entorno que também receberam influência de grandes empreendimentos minerários;

Premissas de outros estudos para projeção populacional de Canaã dos Carajás;

Impacto socioeconômico do Projeto Mina de Cobre do Sossego em Canaã dos Carajás;

Geração de emprego estimada para o Projeto Ferro Carajás S11D;

Período de implantação do Projeto S11D;

Diferenças tecnológicas do Projeto S11D comparado ao Projeto Sossego;

Implantação de pelo menos dois grandes projetos previstos, além do S11D.

Baseado nessas premissas, o cenário adotado é o b2, apresentado na Tabela 01.

Tabela nº01: Projeção Populacional de Canaã dos Carajás para 20 anos

Projeção Populacional de Canaã dos Carajás para 20 anos.

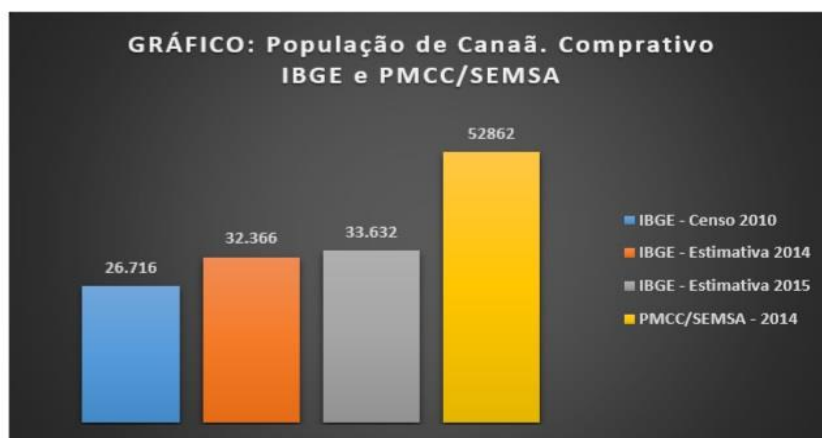
	População (habitantes)			População (%)	
	Total	Urbana	Rural	Urbana	Rural
2014	39.272	31.080	8.192	79,14%	20,86%
2015	43.242	34.390	8.852	79,53%	20,47%
2016	47.614	38.053	9.561	79,92%	20,08%
2017	52.427	42.104	10.323	80,31%	19,69%
2018	57.728	46.586	11.141	80,70%	19,30%
2019	63.564	51.544	12.020	81,09%	18,91%
2020	69.990	57.028	12.962	81,48%	18,52%
2021	73.595	60.252	13.343	81,87%	18,13%
2022	77.385	63.657	13.728	82,26%	17,74%
2023	81.370	67.253	14.118	82,65%	17,35%
2024	85.561	71.050	14.511	83,04%	16,96%
2025	89.967	75.060	14.908	83,43%	16,57%
2026	94.601	79.294	15.306	83,82%	16,18%
2027	99.473	83.766	15.707	84,21%	15,79%
2028	104.596	88.488	16.108	84,60%	15,40%
2029	109.982	93.474	16.508	84,99%	15,01%
2030	115.646	98.739	16.907	85,38%	14,62%
2031	121.602	104.298	17.304	85,77%	14,23%
2032	127.865	110.168	17.696	86,16%	13,84%
2033	134.450	116.366	18.083	86,55%	13,45%

Fonte: IBGE/EIA S11D. Elaboração: Terra Meio Ambiente.

Fonte: PLHIS Canaã dos Carajás

Não é difícil escutar em diversos órgãos públicos e privados que a população de Canaã dos Carajás beira os 60.000 habitantes. Pensando desta forma e em justificativa aos investimentos realizados no município a Secretaria Municipal de Saúde de Canaã dos Carajás- SEMSA, juntamente com a empresa Diagonal, realizaram um estudo por meio de visitas aos domicílios na área urbana e rural de Canaã dos Carajás, que resultou na quantificação de 52.862 habitantes, sendo 45.737 (86,5%) em área urbana e 7.125(13,5%) na zona rural, conforme gráfico abaixo:

Gráfico nº 08: População de Canaã dos Carajás. Comparativo IBGE e PMCC/SEMSA



Fonte: IBGE/DPF e PMCC/SEMSA * Elaboração: ONG Extensão

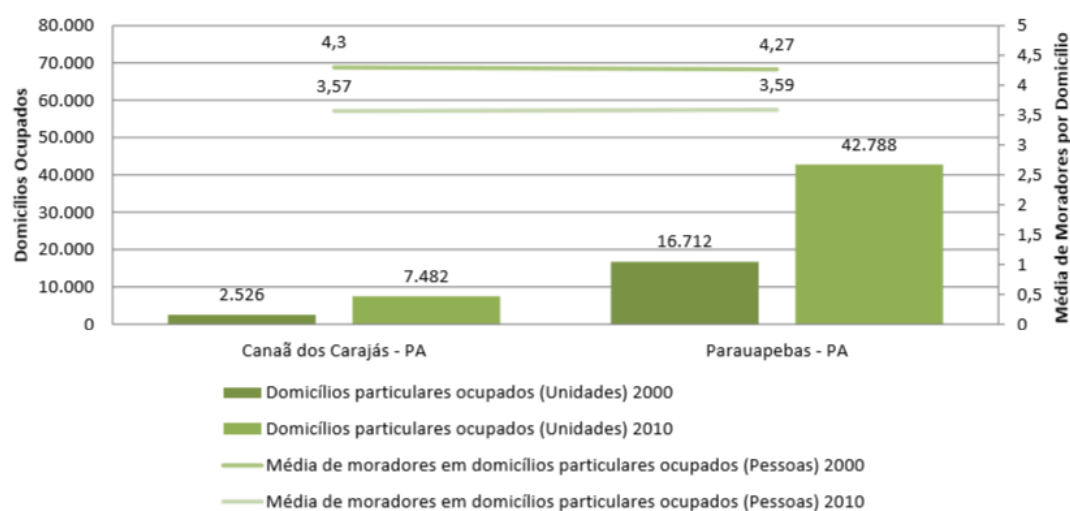
Fonte: IBGE/PMCC/SEMSA

1.7 Características urbanísticas do entorno e dos domicílios

O Gráfico 08 revela o aumento do número de domicílios particulares permanentes e a queda da média de moradores por domicílios em Canaã dos Carajás e Parauapebas entre 2000 e 2010.

A tendência acompanha o ocorrido no estado do Pará e no Brasil que também tiveram aumento no número de domicílios e redução de moradores por domicílio, embora a redução do tamanho do núcleo familiar nos dois municípios aproxima-se do parâmetro nacional, que reduziu de 3,8 para 3,3 moradores/domicílio entre 2000 e 2010, mas encontra-se em patamar inferior ao do Pará que tinha 4,7 em 2000 e reduziu para 4,1 em 2010.

Gráfico n° 09: Número de domicílios e média de moradores por domicílio: Canaã dos Carajás, Parauapebas, Pará e Brasil - 2000/2010



Fonte: IBGE/Censo Demográfico 2000 e 2010. Elaboração: Amplo Engenharia.

Em 2000, Canaã dos Carajás possuía 64% dos domicílios particulares permanentes em situação rural. Dez anos depois, transformou-se em um município predominantemente urbano, pois cerca de 78% dos domicílios foram assim classificados pelo Censo Demográfico 2010. A Tabela 02 procura avaliar as condições de vida dos moradores, no que diz respeito ao acesso aos serviços de saneamento básico de cada território, em especial, rede geral de abastecimento de água e esgoto pluvial ou sanitário.

No que se refere ao tratamento do esgoto, em 2010, cerca de 27% dos domicílios rurais e 42% dos domicílios urbanos de Canaã dos Carajás eram

atendidos por serviços de rede geral de esgoto ou pluvial ou fossa séptica. As demais localidades foram incluídas para efeito de comparação, revelando carências em saneamento básico da região frente aos parâmetros nacionais.

De acordo com o Ministério das Cidades, Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), o comprimento total da malha de coleta de esgoto (incluindo redes de coleta, coletores tronco e interceptores), em 2013 (último ano com dados disponíveis para Canaã dos Carajás), era de 37,5 km, atendendo uma população de 11.835 pessoas (o que representaria 38% da estimativa populacional do IBGE). Os dados do SNIS de 2013 revelam que dos 663 mil m³ de esgoto recolhido por ano em Canaã dos Carajás, somente 37,4% ou 248 mil m³ passava por tratamento.

Registre-se que a disponibilização das informações no SNIS para consulta não se dá igualmente para todos os municípios, revelando a necessidade de um esforço do órgão para atualização das informações de modo mais homogêneo.

O acesso à água canalizada é importante não apenas pela suposta qualidade dessa água, mas também pela diminuição de doenças de veiculação hídrica. Pontos de atenção sobre a segurança hídrica do município foram levantados na análise sobre o avanço da mancha urbana e indícios de ocupação.

A cobertura da rede geral de água em Canaã dos Carajás, apesar do aumento, ainda pode ser considerada baixa, cerca de 30% dos domicílios particulares permanentes em 2010. O investimento necessário para construção da rede geral de abastecimento de água em áreas rurais, por vezes, torna inviável à execução de projetos.

Segundo o Ministério das Cidades, Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), em 2013, o comprimento total da malha de distribuição de água (incluindo adutoras, subadutoras e redes distribuidoras) era de 72,6 km, atendendo uma população urbana de 23.940 habitantes (o que representaria 77% da estimativa populacional do IBGE).

Tabela nº 02: Domicílios particulares permanentes atendidos por serviços de rede geral de abastecimento de água e esgoto pluvial ou sanitário por situação do domicílio: Canaã dos Carajás - 2000/2010

Municípios, Pará e Brasil	Rede Geral de Abastecimento de Água				Rede Geral de Esgoto ou Pluvial			
	2000		2010		2000		2010	
	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano
Canaã dos Carajás	4%	0%	32%	31%	4%	8%	27%	42%
Parauapebas	40%	75%	66%	74%	43%	61%	96%	47%
Pará	13%	56%	23%	58%	7%	51%	12%	40%
Brasil	18%	90%	28%	92%	13%	72%	21%	45%

Fonte: IBGE/ Censo Demográfico, 2000 e 2010. Elaboração: Synergia

O Gráfico 09 indica a quantidade de ligações ativas de água, providas de hidrômetro, que estavam em pleno funcionamento. Entre 2007 e 2013, observa-se um aumento de 2.950 para 4.037 ligações em Canaã dos Carajás, o que representa uma variação de 37%. Durante o mesmo período, o volume anual de água consumido por todos os usuários também registrou aumento de 568 para 1.650,10 mil m³, o que representa uma variação de 191%. Em um cenário de aumento do consumo de água, sem aumento de ligações micromedidas, deve-se considerar a existência de ligações desprovidas de hidrômetros ou com hidrômetros parados.

Gráfico nº 10: Quantidade de ligações de água micromedidas e volume de água consumida (1 000 m³/ano): Canaã dos Carajás – 2007/2013



Fonte: Ministério das Cidades/Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS). Elaboração: Amplo Engenharia.

A Tabela 03 apresenta o percentual de domicílios atendidos por serviços de rede geral de distribuição de energia elétrica e coleta de lixo em Canaã dos Carajás, Parauapebas, Pará e Brasil, entre 2000 e 2010. De acordo com os dados do IBGE, observa-se que a universalização do acesso à iluminação via rede geral de distribuição de energia elétrica não ocorreu somente nos setores urbanos. É considerável a ampliação do serviço nos setores rurais de Canaã dos Carajás, de 42% para 95% dos domicílios entre 2000 e 2010, respectivamente.

A coleta de lixo em Canaã dos Carajás está acima dos parâmetros estadual e nacional, sendo realizada em 98% dos domicílios urbanos e 35% dos domicílios rurais. Entretanto, a cobertura desse serviço de infraestrutura em Canaã é inferior à cobertura de coleta de lixo em Parauapebas, que atendia 98,2% dos domicílios urbanos e 69,5% dos domicílios rurais, de acordo com o Censo demográfico 2010.

Tabela nº03: Domicílios particulares permanentes atendidos por serviços de rede geral de distribuição de energia e coleta de lixo domiciliar por situação de domicílio: Canaã dos Carajás - 2000/2010

Municípios, Pará e Brasil	Rede Geral de Abastecimento de Água				Rede Geral de Esgoto ou Pluvial			
	2000		2010		2000		2010	
	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano
Canaã dos Carajás	42,0%	98,0%	95,0%	100,0%	2,0%	65,0%	35,0%	98,0%
Parauapebas	83,0%	98,0%	96,7%	99,9%	46,6%	89,7%	69,5%	98,0%
Pará	37%	97%	76%	99%	5%	75%	17%	92%
Brasil	72%	99%	93%	100%	13%	92%	27%	97%

Fonte: IBGE/ Censo Demográfico, 2000 e 2010. Elaboração: Synergia.

De acordo com o Ministério das Cidades, Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento, entre 2011 e 2013 observou-se uma queda no volume de resíduos sólidos processados de 14.900 para 8.640 toneladas/ano no aterro sanitário operado pela Prefeitura Municipal de Canaã dos Carajás.

Considerando as estimativas populacionais do IBGE, o volume processado representa uma taxa de resíduos sólidos por mil habitantes em tendência de queda, de 533,5 para 278,2 toneladas/ano por mil habitantes durante o período de análise.

Gráfico nº 11: Resíduos sólidos processados (toneladas ano) e taxa de resíduos sólidos por mil habitantes: Canaã dos Carajás – 2011/2014



Fonte: Ministério das Cidades/Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS). Elaboração: Amplo Engenharia.

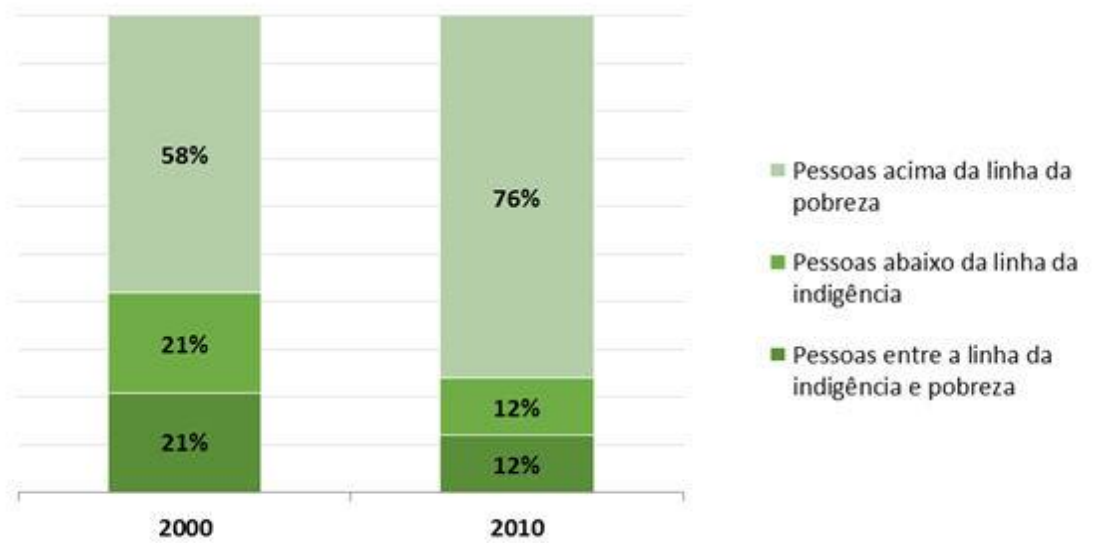
1.8 Perfil socioeconômico da população de baixa renda

Entre os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM)⁴, das Nações Unidas, encontra-se a erradicação da fome e da miséria no mundo. O Portal ODM monitora os indicadores de alcance das metas, em nível municipal, estadual e nacional. Entre eles, encontra-se o percentual de pessoas abaixo da linha da pobreza e indigência.

De acordo com o Gráfico 11, em Canaã dos Carajás o número de pessoas entre a linha da indigência e pobreza – com renda familiar per capita entre R\$ 140,00 e R\$ 70,00 – reduziu de 21% em 2000 para 12%, em 2010. O mesmo ocorreu com o número de pessoas abaixo da linha da indigência, ou seja, que possuem renda familiar per capita inferior a R\$ 70,00. A meta para 2015 é reduzir pela metade o número de pessoas em situação de pobreza e em situação de indigência (2.564), conforme o Censo de 2010).

⁴ Desde o ano de 2015 intitula-se ODS (Objetivos do Desenvolvimento Sustentável).

Gráfico n° 12: Percentual de pessoas abaixo da linha de pobreza e indigência: Canaã dos Carajás - 2000/2010

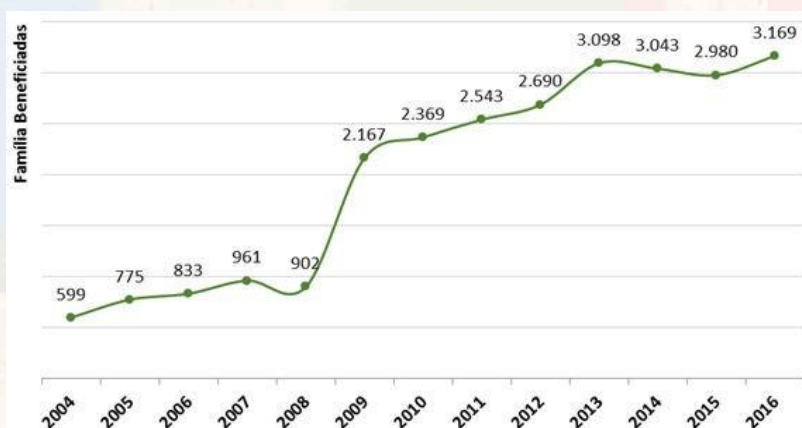


Fonte: Portal ODM – Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Elaboração: Synergia.

1.8.1 Bolsa Família

O Programa Bolsa Família, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, tem como objetivo o combate à pobreza e desigualdade social. As famílias inseridas no programa recebem um complemento de renda, desde que sejam respeitadas as condicionalidades, como por exemplo, a garantia de manter a frequência escolar das crianças. De acordo com o gráfico número 12, houve um aumento do número de beneficiados do programa “Bolsa família” desde o ano de 2004, até o ano de 2016, conforme gráfico abaixo:

Gráfico n° 13: Número de famílias beneficiárias do programa bolsa família: Canaã dos Carajás - 2004/2016



Fonte: Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). A coleta de dados referente aos anos de 2004 até 2015 foi realizada pela Synergia, enquanto 2016 foi realizada pela Amplo Engenharia.

1.8.2 Índice de Desenvolvimento Humano

O último Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM divulgado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) teve por base os dados coletados pelo IBGE no Censo 2010. Canaã dos Carajás obteve índice de 0,673, bem superior ao índice apurado no início da década, que foi de 0,456.

Apesar das muitas discussões acerca da metodologia e variáveis analisadas pelo IDH, a grande evolução constatada por este índice ao longo de uma década, deixa claro que a melhoria de condições de vida de quem reside em Canaã dos Carajás vem melhorando muito, apesar da grande e crescente concentração de renda e desnível social existente.

Tabela nº 04: Índice de desenvolvimento urbano- IDHM- 1991/2000/2010

TABELA: Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) – 1991/2000/2010 – Nova Metodologia			
IDHM	ANOS		
	1991	2000	2010
IDH – M	0,276	0,456	0,673
IDH – M Longevidade	0,612	0,709	0,801
IDH M – Educação	0,072	0,223	0,569
IDH M - Renda	0,475	0,6	0,67

Fonte: PNUD / IPEA / Fundação João Pinheiro • Elaboração: FADESPA/SEPLAN

Fonte: PNUD/IPEA/Fundação João Pinheiro.

1.8.3 Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal

O índice Firjan de Desenvolvimento Municipal – IFDM, criado em 2018, é apurado pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN), objetivando avaliar o desempenho de municípios brasileiros nas áreas de Emprego & Renda, Educação e Saúde. A vantagem desse índice quando comparado ao IDH é que este é calculado a cada 10 anos, a partir do censo populacional. Já o IFDM é analisado e divulgado anualmente, tomando por base dois anos anteriores, assim, oferece significativa contribuição para a criação e readequação de políticas públicas, sendo, por conseguinte, um importante indicador para a tomada de decisão dos gestores em geral.

O índice Firjan 2015, referente ao ano base de 2013, coloca o município de Canaã dos Carajás em primeiro lugar entre os municípios Paraenses, com média de 0,7351. No ano anterior Canaã ocupava a 5ª colocação no ranking do estado.

Com relação aos municípios brasileiros Canaã dos Carajás encontra-se na 1.344ª colocação. No IFDM 2014 o mesmo aparecia em 2.055 lugar.

Segundo analistas da Firjan, esse salto extraordinário ocorrido em Canaã, se deu, principalmente, em virtude dos elevados níveis alcançados pela variável “Emprego & Renda” verificados em 2013 (ano base que levaram aos resultados do IFDM 2015), quando o índice registrado foi de 0,8570. Em contrapartida, a variável “Educação e Saúde”, decepcionou, alcançando índice moderado de 0,6808. Isso denota crescimento nos níveis de emprego e renda e pouco investimento em educação e saúde.

Pelos investimentos operados no município, através do poder público ou por meio de parceria público privada, ao longo de 2014 e 2015, especialmente no tocante aos setores de educação e saúde, é praticamente certo que o IFDM a ser divulgado no ano de 2016 e 2017 (respectivamente referentes aos anos bases de 2014 e 2015), alcance índices ainda mais expressivos, trazendo ainda maior destaque ao município.

1.8.4 Produto Interno Bruto-PIB

A análise do Produto Interno Bruto – PIB e do Valor Adicionado Bruto – VA, estabelece condições básicas para um bom entendimento da dinâmica econômica local.

O PIB é o total dos bens e serviços produzidos pelas unidades produtoras residentes sendo, portanto, a soma dos valores adicionados pelos diversos setores acrescidos dos impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos não incluídos na valoração da produção. Já o PIB per capita é o valor total do PIB dividido pelo número de habitantes de determinado município, estado, região ou país. O que explica o Pará em posição nada privilegiada da região em relação ao per capita é o alto índice populacional comparado aos outros estados da região Norte.

Já o Valor Adicionado (VA) é o que a atividade acrescenta aos bens e serviços consumidos no seu processo produtivo. É a contribuição ao Produto Interno Bruto pelas diversas atividades econômicas, obtida pela diferença entre o valor de produção e o consumo intermediário absorvido por essas atividades.

1.8.4.1 Evolução do Produto Interno Bruto a Preço de Mercado Corrente – 2002 a 2013

A verificação do PIB ao longo dos anos, conforme identificado em tabelas e gráficos a seguir, chama a atenção para a possibilidade de análises diversas as quais revelam não apenas o histórico econômico do Município foco, mas as tendências que serão importantes para a tomada de decisão de investidores e governantes.

Uma das muitas análises possíveis leva a constatação de que a partir de 2004 o quadro econômico de Canaã sofre alterações drásticas que permaneceriam ao longo dos próximos anos. Trata-se do fortalecimento do setor Indústria, mais especificamente da exploração mineral. De 2003 a 2004 o setor Indústria tem incremento de quase 1.193%, passando de R\$30.367 Mil para R\$362.208 Mil do Valor Adicionado Bruto Setorial. O setor Serviços também apresentou aumento nominal expressivo de 294% no mesmo intervalo de tempo, passando de R\$22.574 Mil para R\$66.386 Mil.

São exatamente esses dois setores – Indústria e Serviços – que se mantêm em crescimento. Apesar de que, no ano de 2008 o setor Indústria dá um enorme salto, chegando a R\$1.040.210 Mil, passando a representar 83,47% do PIB Municipal. Porém, no ano seguinte – 2009, há uma retração brusca nesse setor que passa a representar 74% do PIB Municipal, com Valor Adicionado Bruto de R\$601.699 Mil. Esse recuo foi reflexo da crise mundial a qual teve seu ápice em 2008 e que provocou retração nas aquisições de commodities minerais no mundo inteiro, particularmente na China, o que trouxe um forte rebote na pauta de exportação do estado do Pará, mais precisamente nos municípios fornecedores desses produtos, incluindo Canaã dos Carajás.

Já o setor Serviços permaneceu em alta ao longo de todos os anos, desde 2002, apresentando ótimos níveis de crescimento. Entre 2008 e 2009, enquanto o setor Indústria teve retração de 42,2%, o setor Serviços cresceu a taxas de 6,53%, passando a representar 23% do PIB Municipal.

Ao comparar a série histórica do PIB compreendida entre os anos de 2002 e 2013, obtêm-se dados tão interessantes quanto surpreendentes. Em 2002 a soma das riquezas produzidas localmente, representada pelo Produto Interno Bruto a preço de mercado foi de R\$43.738 Mil. Passados 12 anos, em 2013,

esse valor alcançou cifra de R\$3.694.956 Mil, representando incremento nominal percentual de 8.348%. Esse montante financeiro advindo das atividades produtivas empreendidas em Canaã dos Carajás corresponde a 3,06% do PIB do estado do Pará, o qual, em 2013, foi de R\$120.949.000 Mil.

Tabela nº 05: Evolução do Produto Interno Bruto a preço de mercado corrente-2002 a 2013.

TABELA: Evolução do Produto Interno Bruto a Preço de Mercado Corrente – 2002 a 2013.			
ANO	VALOR ADICIONADO BRUTO A PREÇO BÁSICO CORRENTE (R\$)	IMPOSTOS SOBRE PRODUTOS, LIQUIDOS DE SUBSÍDIOS (R\$)	PRODUTO INTERNO BRUTO A PREÇO DE MERCADO CORRENTE (R\$)
2002	40.302.000,00	3.436.000,00	43.738.000,00
2003	79.594.000,00	25.307.000,00	104.902.000,00
2004	454.589.000,00	10.174.000,00	464.763.000,00
2005	613.768.000,00	8.449.000,00	622.218.000,00
2006	679.674.000,00	24.424.000,00	704.099.000,00
2007	637.949.000,00	28.463.000,00	666.412.000,00
2008	1.246.178.000,00	24.706.000,00	1.270.884.000,00
2009	731.699.000,00	19.566.000,00	751.265.000,00
2010	1.534.118.000,00	29.055.000,00	1.563.173.000,00
2011	2.965.160.000,00	26.943.000,00	2.992.103.000,00
2012	2.842.215.000,00	120.936.000,00	2.963.151.000,00
2013	3.539.567.000,00	155.389.000,00	3.694.956.000,00

Fonte: IBGE – SEPLAN / DIEPI / GERES * Elaboração: FADESPA/SEPLAN

Fonte: IBGE/SEPLAN/DIEPI/GERES

1.9 Influência de grandes empreendimentos no Município

A partir dos anos 2000 iniciou os projetos de mineração – primeiramente, a extração de cobre na mina do Sossego, em seguida a retirada de níquel na mina do Níquel do Vermelho, e mais recentemente, a extração de ferro no Projeto S11D – que inseriu o território canaãense no mercado global, a despeito de sua configuração inicial e funções ainda apresentarem fortes heranças da disposição espacial realizada pelo GETAT na década de 1980 (DIAGONAL, 2011). Tais projetos acabaram por ocasionar:

- ✓ Crescimento da população de 10.922 habitantes em 2000, dos quais 64% residiam na área rural, para 23.757 habitantes em 2007 (IBGE), um crescimento de 7,71% a.a, com uma estimativa de pouco mais de 50000 habitantes em 2014 (DIAGONAL URBANA, 2014);
- ✓ Transferência da população rural para um meio urbano desestruturado, sem condições de absorver adequadamente tais fluxos;
- ✓ Intensificação de processos de degradação socioambiental já em curso, desarticulando o modo de vida tradicional a partir da imposição de novos padrões de consumo exógenos e diminuindo as áreas de florestas;

- ✓ Maior impacto sobre a urbanização;
- ✓ Aceleração da valorização de áreas bem estruturadas e, por conseguinte, o aumento dos preços da terra em geral;
- ✓ Melhorias de infraestrutura.

Além disso, tais projetos provocaram alterações na dinâmica socioeconômica de Canaã dos Carajás.

Os dados demográficos de Canaã dos Carajás apontaram elevada taxa de crescimento demográfico no último decênio. Deste modo, com o dinamismo provocado pelo Projeto Ferro Carajás S11D as taxas de migração foram incrementadas ao longo dos anos.

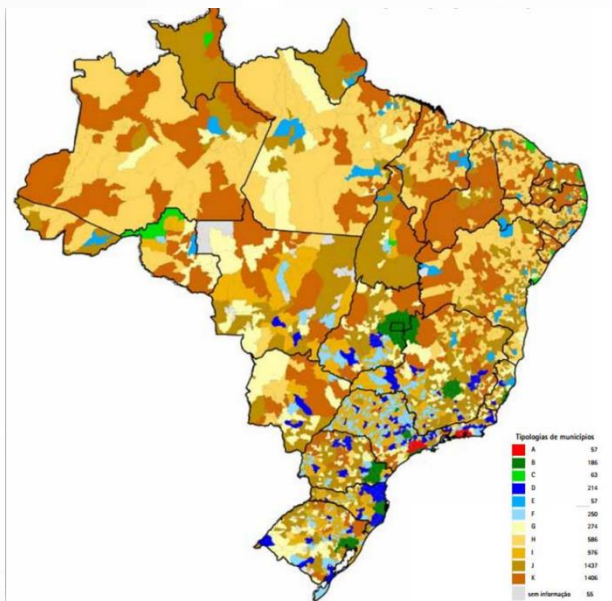
As expectativas de desenvolvimento municipal geradas pela mineração foram parcialmente atendidas. A atividade mineral ocasionou melhorias nos indicadores socioeconômicos, uma vez que proporcionou a abertura de novas frentes de emprego, especialmente no setor terciário, e a implantação de sistemas de serviços públicos, mas tais melhorias não se distribuíram de forma homogênea, com o surgimento de bolsões de pobreza.

O município se beneficiou com o novo dinamismo econômico através do aumento do PIB Municipal, em todos os setores de atividade. A composição entre os eixos produtivos, porém, foi alterada com a chegada da indústria, que passou a representar a economia local antes apoiada nas atividades agropecuárias;

O aumento da receita tributária própria foi alavancada, principalmente, pelo ISSQN. No entanto, o aumento das receitas totais também teve apoio nas transferências correntes, antes calcadas em fundos da União (FPM, FUNDEB/FUNDEF), hoje com uma maior participação do Estado (ICMS).

2. Plano Nacional de Habitação- PlanHab

Figura nº04: Tipologias de Municípios do PlanHab⁵



Formulado pelo Ministério das Cidades, o Plano Nacional de Habitação (Plan -Hab) buscou levar em conta a enorme diversidade regional no país, introduzindo leituras regionalizadas que foram utilizadas em análises, propostas e simulações. Essas leituras foram traduzidas em tipologias elaboradas pelo Observatório das Metrôpoles

em 2005, e resultaram em uma classificação dos municípios brasileiros por tipologia (figura 5). Essa classificação levou em consideração, dentre outros fatores, o número de habitantes, a importância metropolitana, a polarização regional, as variáveis socioeconômicas e os níveis de pobreza.

Nessa classificação o município de Canaã dos Carajás foi inserido na tipologia identificada pela letra K, que engloba pequenas cidades em espaços rurais de pouca densidade econômica. Entretanto, como em 2010 o município ultrapassou os 20.000 habitantes, é necessária uma análise cautelosa das orientações do Plano Nacional de Habitação para os municípios da tipologia K, uma vez que algumas diretrizes podem não mais se adequar à realidade do município.

⁵ **Fonte:** Planos locais de habitação de interesse Social – Curso a distância. Secretaria Nacional de Habitação

Quadro nº01: Tipologias utilizados no PlanHab

Tipologias Utilizadas no PlanHab
A - regiões metropolitanas do rio de Janeiro e de São Paulo, Metrôpoles situadas em regiões de alta renda, com alta desigualdade social. São denominadas, metrôpoles globais pela concentração de atividades e fluxos econômicos e financeiros
B - regiões metropolitanas e principais aglomerações e capitais do Centro-Sul, Metrôpoles, aglomerações urbanas e capitais situadas em regiões de alto estoque de riqueza e grande importância funcional na rede de cidades. São consideradas cidades pólo em suas respectivas regiões.
C - regiões metropolitanas e principais aglomerações e capitais prósperas do norte e nordeste, Principais centros polarizadores do Norte e Nordeste, com estoque de riqueza inferior aos tipos A e B, com maior concentração de pobreza e alta desigualdade
D - Aglomerados e centros regionais do Centro-Sul, Municípios situados em regiões com alto estoque de riqueza, com importância como centros polarizadores em sua microrregião
E - Aglomerados e centros regionais do norte e nordeste, Municípios com baixo estoque de riqueza, porém com grande importância regional. Cidades pólo situadas em microrregiões de menor dinamismo.
F - Centros urbanos em espaços rurais prósperos, Municípios que estão crescendo moderadamente, situados nas microrregiões mais ricas do país. Têm mais condições de enfrentar o déficit com recursos próprios.
G - Centros urbanos em espaços rurais consolidados, com algum grau de dinamismo, Municípios situados em microrregiões historicamente de maior pobreza e relativa estagnação, mas apresentam situação mais positiva em comparação aos demais tipos subsequentes.
H - Centros urbanos em espaços rurais com elevada desigualdade e pobreza, Municípios que se destacam pelos níveis mais elevados de pobreza, maior número de domicílios sem banheiro e alto déficit habitacional relativo
I - Pequenas cidades em espaços rurais prósperos
J - Pequenas cidades em espaços rurais consolidados, mas de frágil dinamismo recente
K - Pequenas cidades em espaços rurais de pouca densidade econômica

Fonte: Plano Local de habitação de interesse social de Canaã dos Carajás

2.1 Participação social

Participação social significa democratização ou participação ampla dos cidadãos nos processos decisórios em uma dada sociedade. Representa a consolidação, no pensamento social, de um longo processo histórico.

Para garantir a participação social, entre outras ações, em 2009 foi criado, através da Lei 206/2009, o Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social – CMHIS.

O CMHIS, se reúne periodicamente para tratar da gestão habitacional municipal.

2.1.1 Atores Institucionais

Atuam ou intervêm na questão habitacional no nível de governo, de maneira ou indireta, colaborando na elaboração, revisão e gestão do PLHIS. São eles:

Atores Institucionais	
Municipal	
01	Serviço Autônomo de Água e Esgoto- SAAE
02	Secretaria de trânsito e transporte- SETTRAN
03	Instituto de Desenvolvimento Urbano- IDURB
04	Secretaria de Obras e Serviços Públicos- SEMOB
05	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social- SEMDES

06	Secretaria Municipal de Meio Ambiente- SEMMA
07	Secretaria Municipal de Planejamento- SEPLAN
08	Secretaria Municipal de Administração- SEMAD
09	Secretaria Municipal de Governo- SEGOV
10	Secretaria Municipal de Finanças- SEFIN
11	Secretaria Municipal de Habitação- SEMHAB
12	Fundação de Cultura, Esporte e Lazer- FUNCEL
Estadual	
01	Agência de Defesa Agropecuária- ADEPARA
02	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado- EMATER
Federal	
01	Caixa Econômica Federal
02	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade- ICMBio
03	Banco do Brasil
04	Instituto Nacional de Seguridade Social- INSS
05	Fundação Nacional do Índio- FUNAI

2.1.2 Atores Sociais

Atuam ou intervêm na área habitacional para propor estratégias de mobilização, participação e comunicação. São eles:

Atores Sociais
Associação de Artesãs e Artesãos Solidários de Canaã dos Carajás/PA (AASCC)
Brigada de Emergência de Canaã dos Carajás
Associação dos Moradores e Moradoras da Cidade de Canaã dos Carajás (ASMAC)
Associação das Famílias Sem Moradia Própria de Canaã dos Carajás (AFAMOPROCAN)
Sindicato dos Empregados no Comércio de Canaã dos Carajás e Regiões (SINTICCANR)

Associação dos Moradores do Residencial Canaã – ASMORC
Associação dos Moradores do Bairro Vale da Benção
Associação dos Moradores do Bairro Santa Vitória
Agência de Desenvolvimento Econômico e Social de Canaã dos Carajás - AGÊNCIA CANAÃ
Associação dos Moradores do Bairro Novo Brasil

3 Dinâmica Institucional e Social

A política habitacional brasileira está organizada como um sistema nacional, ou seja, há uma divisão intergovernamental de responsabilidades na área social, onde a União executa políticas de garantias de renda (previdência, compensação de desemprego, etc.), estados e municípios executam as políticas de prestação de serviços. Desta forma, estados e municípios têm papel executor na produção de programas de habitação, bem como no cadastramento das pessoas que serão beneficiárias. Para a implantação de políticas municipais de habitação, é necessária ainda a criação de um fundo específico e de conselho gestor (composto, tanto por membros do poder público quanto da sociedade civil organizada). Essas medidas são justificadas pela necessidade de garantir recursos para a política de habitação, bem como promover a participação e controle social.

Por isso é tão importante para um Plano de Habitação descrever de forma precisa como o município está estruturado para desenvolver a política habitacional. Detalhar qual a capacidade do município para suprir as necessidades habitacionais dos seus cidadãos é fundamental para que organismos financiadores da habitação possam verificar a necessidade de recursos para determinado município, além de sua estrutura técnica para gerir os empreendimentos.

Os municípios são, portanto, atores centrais na política habitacional brasileira, pois têm autoridade para decidir se farão (ou não) programas

habitacionais, ao mesmo tempo em que, no Sistema Nacional de Habitação, são eles os entes responsáveis pela gestão da política habitacional em nível local⁶.

Cabe ressaltar que a gestão municipal, no que concerne a recursos tecnológicos, primando pela busca da efetividade administrativa, dentro de um processo de melhoria contínua, firmou contrato com a empresa *Governança Brasil S.A.* Desta forma, executou a migração de base de dados, do antigo sistema ASPEC.

A Prefeitura Municipal de Canaã dos Carajás está estruturada da seguinte forma:

Tabela nº06: Órgãos da administração do poder executivo municipal de Canaã dos Carajás

Secretaria de Governo - SEGOV
Gabinete do Prefeito
Gabinete do Vice-Prefeito
Procuradoria Geral do Município - PGM
Controladoria Geral Interna do Município - CGIM
Secretaria de Administração - SEMAD
Secretaria Municipal de Planejamento – SEPLAN
Secretaria Municipal de Finanças – SEFIN
Secretaria Municipal de Educação – SEMED
Secretaria Municipal de Saúde – SEMSA
Secretaria de Obras e Serviços Públicos - SEMOB
Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Produção Rural - SEMPRU
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEMDES
Secretaria Municipal de Transporte – SETTRAN
Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMMA
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico - SEMDEC
Secretaria Municipal de Habitação - SEMHAB
Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE
Fundação de Cultura Esporte e Lazer - FUNCEL
Instituto de Desenvolvimento Urbano de Canaã dos Carajás – IDURB

Fonte: Lei 624 de 13 de fevereiro de 2014

Na época em que foi elaborado o PLHIS, a Prefeitura de Canaã dos Carajás contava com 2346 funcionários, mas com a implantação do projeto S11D, o poder público, com objetivo de atender as demandas dos municípios,

⁶ Ministério das cidades. Secretaria de Habitação. Capacidades administrativas dos municípios brasileiros para a política habitacional 2012. p.24

necessitou ampliar seus serviços, conseqüentemente houve a necessidade de ampliação do quadro de funcionários públicos, de acordo com a tabela abaixo:

Tabela nº07: Quantidade de funcionários públicos da Prefeitura Municipal de Canaã dos Carajás- Ano 2018⁷

Quantidade de funcionários da Prefeitura Municipal de Canaã dos Carajás		
Situação	Quantidade	Porcentagem (%)
Efetivos	1.866	65%
Comissionados	315	11%
Contratados	688	24%
Total de funcionários	2.869	100%

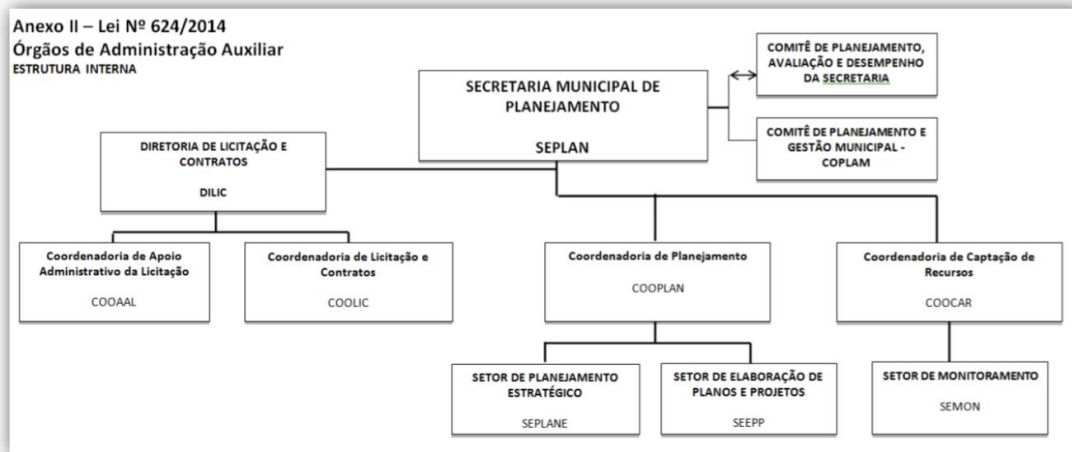
Fonte: SEPLAN 2018

Alguns órgãos estão diretamente ligados à questão habitacional, complementando as atividades desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Habitação, são eles:

- I. Secretaria Municipal de Planejamento- SEPLAN: Órgão do governo responsável pelo planejamento geral do município e tem por finalidade: captação de projetos, convênios e elaboração, coordenação, monitoramento e avaliação, em parceria com os demais órgãos de planos estratégicos municipais e pela elaboração das peças orçamentárias definidas por lei e que descrevem todos os programas e ações que o município executará durante o mandato do gestor. No caso de Canaã dos Carajás é a secretaria responsável pela elaboração do Plano Local de Habitação de Interesse Social

⁷ Os dados contidos nesta tabela foram auferidos no dia 18 de Outubro de 2018.

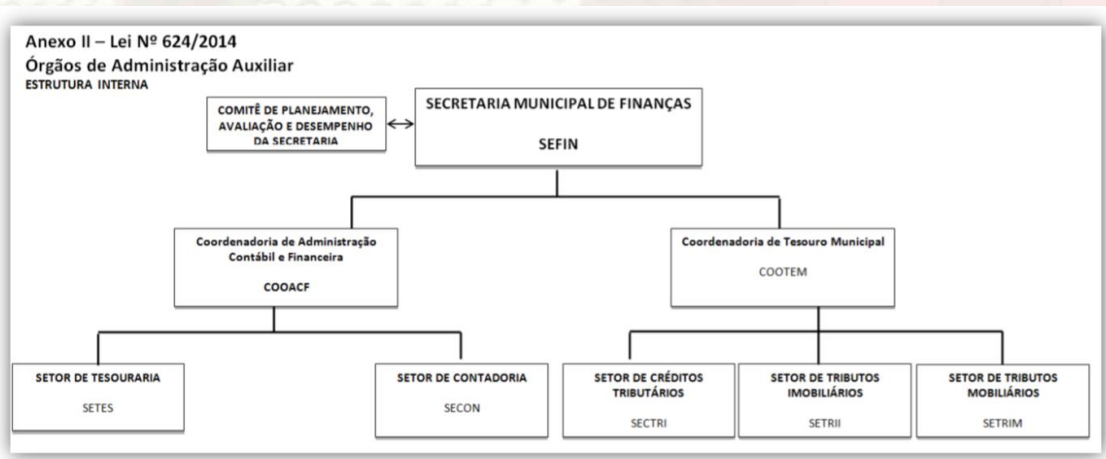
Figura nº05: Estrutura interna SEPLAN



Fonte: Lei 624 de 13 de fevereiro de 2014

- II. SEFIN – Toda obra ou projeto precisa de recursos financeiros para acontecer. A Secretaria de Finanças é responsável pela organização do pagamento de todas as obras e convênios do município, incluindo obras e serviços inerentes à habitação.

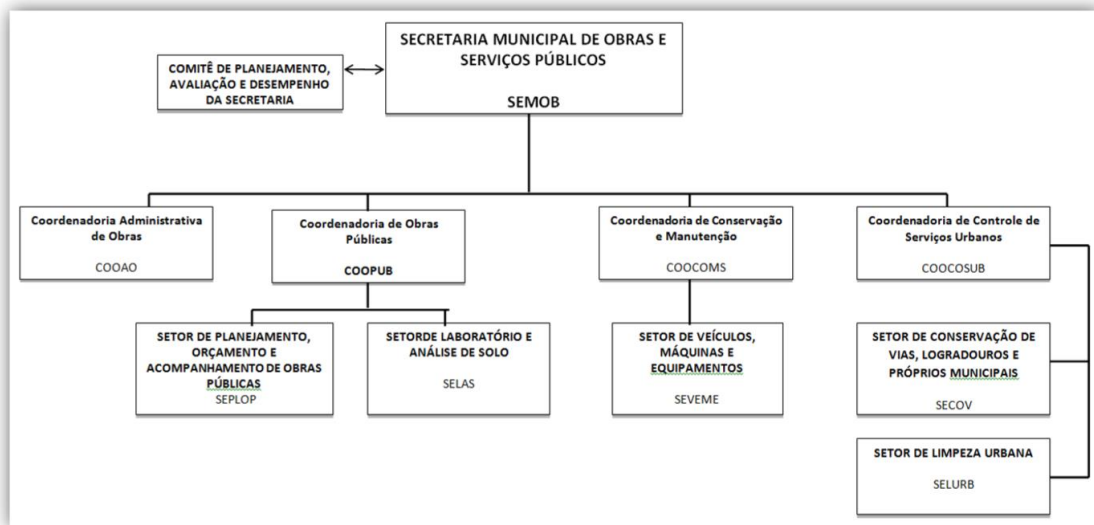
Figura nº06: Estrutura interna SEFIN



Fonte: Lei 624 de 13 de fevereiro de 2014

- III. SEMOB – A Secretaria Municipal de Obras Públicas tem como atribuição executar obras de infraestrutura que melhorem a qualidade de vida da população. Em relação à habitação ela atua na execução de obras de infraestrutura e construção de equipamentos públicos, como escolas, postos de saúde, praças etc.

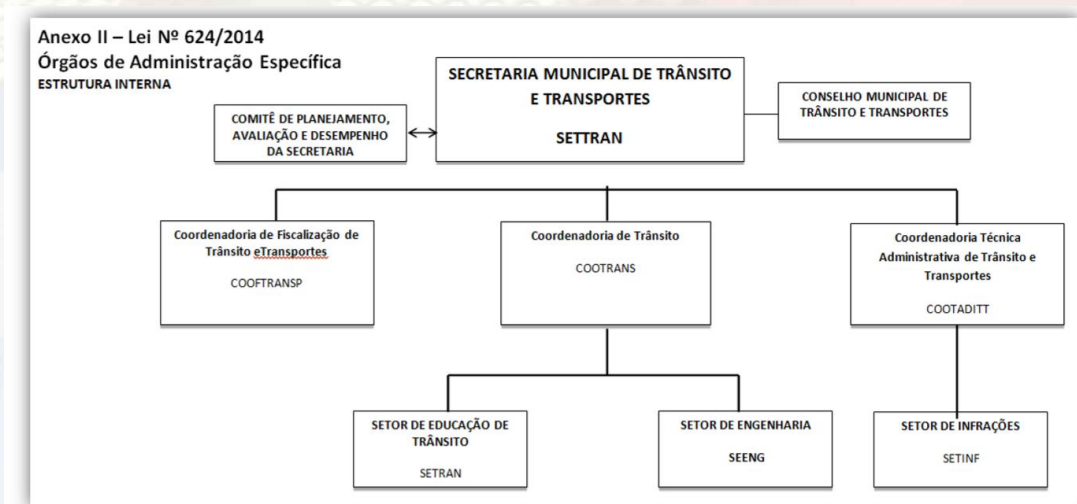
Figura nº07: Estrutura interna SEMOB



Fonte: Lei 624 de 13 de fevereiro de 2014

IV. SETTRAN – Secretaria Municipal de Trânsito e Transporte tem como finalidade organizar o trânsito do município, bem como o transporte público coletivo. Ela é responsável por definir linhas de atuação das empresas de ônibus/vans do município de forma a atender a população que utiliza esses meios de transportes.

Figura nº08: Estrutura interna SETTRAN

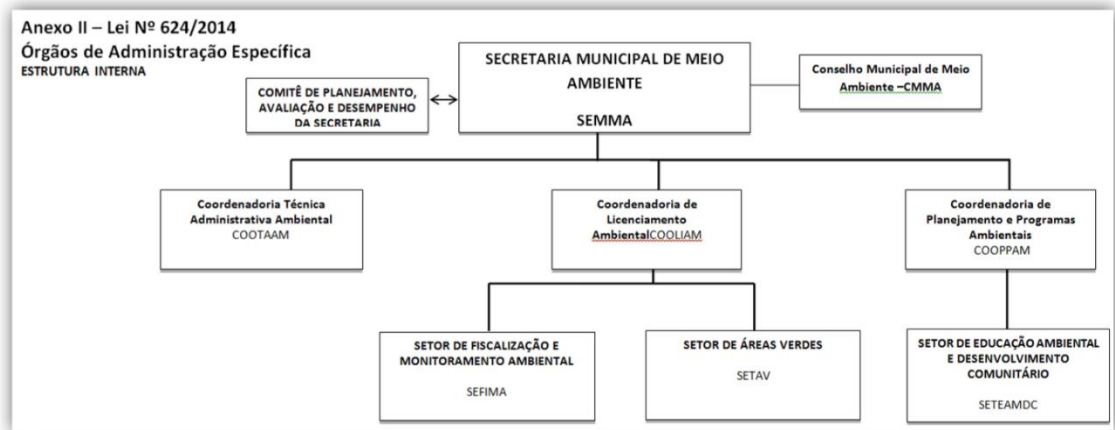


Fonte: Lei 624 de 13 de fevereiro de 2014

V. SEMMA – A Secretaria de Meio Ambiente é fundamental para a implantação de novos programas habitacionais e loteamentos, pois é a responsável pela fiscalização das áreas de proteção ambiental e proteção

permanente. A SEMMA impede a ocupação destas áreas para fins de habitação.

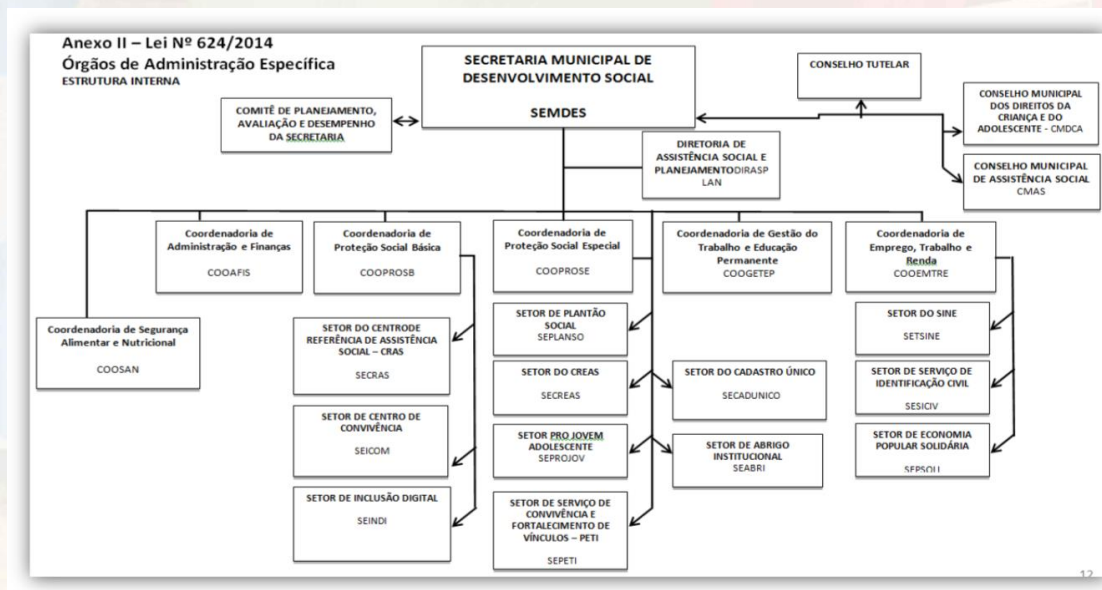
Figura nº09: Estrutura interna SEMMA



Fonte: Lei 624 de 13 de fevereiro de 2014

VI. SEMDES – A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social atua como interlocutora no processo de qualificação de mão de obra local, através de cursos profissionalizantes para capacitação ao mercado de trabalho. Além disso, é responsável pelos programas sociais que devem acompanhar a implantação do Programa Minha Casa Minha Vida do Governo Federal.

Figura nº10: Estrutura interna SEMDES



Fonte: Lei 624 de 13 de fevereiro de 2014

- VII. SAAE – Autarquia do município responsável por todo o sistema de distribuição de água e pelo serviço de esgoto do município. O SAAE é o gestor do sistema de abastecimento de água de todos os programas habitacionais implantados e em implantação de Canaã dos Carajás.
- VIII. IDURB – O Instituto de Desenvolvimento Urbano é o responsável pela regularização fundiária de todo o território de Canaã dos Carajás. É o responsável pela aprovação dos loteamentos privados e públicos, expedindo licença de operação e documento comprobatório de regularidade.

No entanto, a Secretaria responsável por organizar e implementar a política habitacional é a Secretaria Municipal de Habitação.

3.1 Secretaria Municipal de Habitação

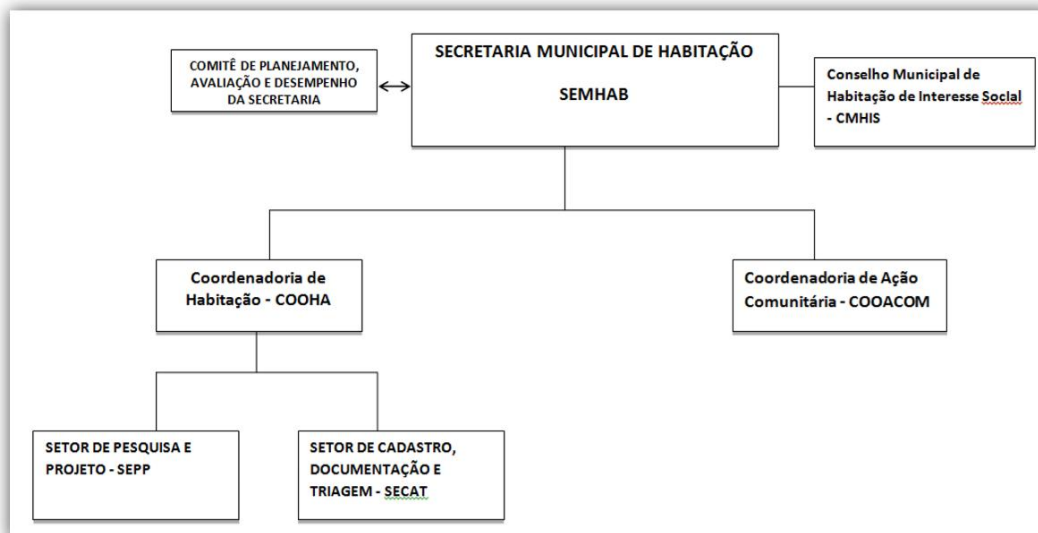
Instituída em 13 de fevereiro de 2014, cujas atribuições estão definidas no artigo 84 da Lei 624/2014. São elas:

- I- Executar ações, direta ou indiretamente, visando ao desenvolvimento do Município de Canaã dos Carajás;
- II- Planejar, organizar, dirigir, coordenar, executar e controlar as atividades setoriais a cargo do governo municipal que visem ao desenvolvimento social por meio de ações relativas à habitação;
- III- Subsidiar a formulação de políticas, diretrizes e planos governamentais no que se refere à habitação popular e responder pela sua implementação;
- IV- Compatibilizar programas, projetos e atividades habitacionais municipais com os de nível federal e estadual;
- V- Coordenar, acompanhar e avaliar as ações relativas à habitação popular;
- VI- Promover entendimento e negociações junto ao governo federal e estadual e aos órgãos de fomento e desenvolvimento, visando à captação de recursos destinados à habitação em parceria com a Secretaria Municipal de Planejamento;
- VII- Desenvolver ações que visem ao atendimento da população carente, em termos de habitação, quando em situação de emergência ou calamidade pública;
- VIII- Apoiar as instalações e operacionalização das centrais de produção de artefatos para construção de moradias populares;

- IX- Cooperar com o Programa Municipal de Regularização Fundiária, promovendo o cadastramento das comunidades envolvidas.
- X- Manter relações com as comunidades envolvidas e interessadas na Regularização Fundiária no território geográfico do Município de Canaã dos Carajás.
- XI- Promover, organizar a guarda de documentos, com vistas em manter a integridade física e digital dos processos habitacionais;
- XII- Identificar, cadastrar e selecionar famílias da zona urbana e rural com vistas a serem contempladas com programas habitacionais;
- XIII- Elaborar pareceres, vistorias e ou laudos do acompanhamento social de famílias em situação de moradia de risco;
- XIV- Atender, receber, registrar e encaminhar as correspondências aos órgãos pertinentes;
- XV- Responder pela proposição de alternativas de unidade habitacionais e pela sua comercialização, obedecidas às normas vigentes, proporcionando habitação para a população de média e baixa renda;
- XVI- Articular-se com instituições públicas e privadas e com os demais órgãos da administração municipal que atuam no setor, visando cooperação técnica e a integração de ações que facilitem a consecução dos objetivos da secretaria;
- XVII- Articular-se na concepção de projetos e programas, com empresas e entidades do ramo habitacional com vistas à implementação de técnicas modernas e eficientes e com o objetivo de alcançar melhor produtividade e redução de custos;
- XVIII- Propor normas, rotinas e procedimentos de elaboração, execução, análise e avaliação de concessões e transferências de terrenos e de unidades habitacionais;
- XIX- Administrar e prestar contas dos recursos financeiros dos Fundos Municipais vinculados à Secretaria segundo o Plano de Aplicação aprovado pelos respectivos Conselhos Municipais e Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- XX- Fornecer subsídios para o funcionamento dos respectivos Conselhos vinculados à Secretaria;
- XXI- Organizar, designar, instaurar o Comitê de Planejamento, Avaliação e Desempenho da Secretaria, conforme artigo 93 desta Lei.

XXII- Dar cumprimento a outras atribuições atinentes a sua área de competência, que lhes venham a ser determinadas pelo Chefe do Executivo Municipal.

Figura nº11: Estrutura Interna SEMHAB



Fonte: Lei 624/2014

A Secretaria Municipal de Habitação conta hoje com dezessete servidores⁸ em cargos diversos. Dentre eles podemos citar assistentes sociais, agentes de serviços administrativos, agentes de serviços gerais e sociólogos. Esses servidores estão distribuídos em: Comitê de Planejamento, Avaliação e Desempenho da Secretaria, Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social – CMHIS, Coordenadorias de Habitação – COOHA – e de Ação Comunitária – COOACOM e Setores de Pesquisa e Projeto e de Cadastro, Documentação e Triagem – SECAT.

3.1.1 Política Municipal de Habitação de Interesse Social

A Política de Habitação de Interesse Social do Município de Canaã dos Carajás é regida pela Lei Municipal nº 691, de 22 de setembro de 2015, que dispõe sobre a criação do Sistema Municipal de Habitação de Interesse Social, cria o Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social - CMHIS, cria o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – FMHIS, cria o Conselho

⁸ Os dados contidos no texto foram auferidos no dia 18 de Outubro de 2018.

Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social, regula as formas de acesso à moradia e institui o Sistema Municipal de Informações Habitacionais de Interesse Social.

3.1.2 Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social - CMHIS

O Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social – CMHIS, segundo a lei nº 691/2015, é o órgão deliberativo com funções normativas, consultivas, fiscalizadoras e deliberativas para a execução da política de habitação e tem a finalidade de propor e deliberar sobre diretrizes da política, planos e programas habitacionais.

O Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social é constituído por 12 (doze) Conselheiros, sendo 06 (seis) representantes do Poder Público, 03 (três) representantes dos movimentos populares (associações de moradores, cooperativas, fundações e outras afins) e 03 (três) membros representantes de entidades da sociedade civil organizada (sindicatos, Institutos e federações) e quaisquer outras entidades que exerçam atividades na área habitacional, afins ou complementares.

São representantes do Poder Público, os Conselheiros Titulares e Suplentes indicados pelo Poder Executivo Municipal: 1) 02 (dois) representantes da Secretaria Municipal de Habitação; 2) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social; 3) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente; 4) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos; 5) 01 (um) representante do Instituto de Desenvolvimento Urbano.

As entidades representantes dos movimentos populares e da sociedade civil organizada serão escolhidas na Conferência Municipal de Habitação de Interesse Social, conforme o determina o parágrafo 1º, artigo 22, da lei nº 691, de 22 de setembro de 2015.

O mandato dos representantes do CMHIS é de 02 (dois) anos, podendo ser renovado uma única vez por igual período e é exercido gratuitamente, ficando expressamente vedada a concessão de qualquer tipo de remuneração, vantagem ou benefício de natureza pecuniária.

O Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social funciona na Secretaria Municipal de Habitação, reunindo-se ordinariamente, a cada 60

(sessenta) dias, por convocação de seu Presidente, na primeira quarta-feira do mês correspondente, sempre às 10:00 (dez) horas, e extraordinariamente por convocação de seu Presidente ou a pedido de 1/3 (um terço) dos seus membros com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.

3.1.3 Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – FMHIS

O Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FMHIS, instituído pela lei nº 691/2015, de natureza contábil, cujos recursos são exclusivos e obrigatoriamente utilizados, nos termos do regulamento, em programas ou projetos habitacionais de interesse social.

Os recursos que constituirão o fundo são provenientes do orçamento municipal destinado à habitação de interesse social, créditos adicionais, os provenientes do fundo de amparo do trabalhador, os de doações efetuadas, com ou sem encargos, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, os provenientes do fundo nacional de habitação de interesse social - FNHIS, os provenientes do fundo de garantia por tempo de serviço – FGTS e outras receitas previstas em lei.

A concessão dos recursos do FMHIS poderá se dar a título de fundo perdido, apoio financeiro reembolsável, financeiro de risco e participação societária. Sendo que o FMHIS ficará vinculado à Secretaria Municipal de Habitação – SEMHAB.

3.1.4 Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social

O Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social, conforme a lei nº 691/2015, será gerido por um Conselho Gestor, composto por 04 (quatro) membros, representantes de entidades públicas e privadas, bem como de segmentos da sociedade ligados à área de habitação, de caráter deliberativo, garantindo o princípio democrático de escolha de seus representantes e a proporção de ¼ (um quarto) das vagas aos representantes dos movimentos populares, sendo a presidência exercida pelo Secretário Municipal de Habitação.

Ainda em conformidade com a lei nº 691/2015, observadas as normas legais, o Conselho Gestor fixará critérios para a priorização de linhas de ação, alocação de recursos e atendimento dos beneficiários dos programas

habitacionais. Assim como dará ampla publicidade das formas e critérios de acesso aos programas, modalidades de moradia, metas anuais e recursos previstos.

O Conselho Gestor promoverá reunião com o Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social para debater e avaliar critérios de alocação de recursos e programas habitacionais no âmbito do município.

3.1.5 Conferência municipal de Habitação de Interesse Social

É de responsabilidade da SEMHAB a realização da Conferência Municipal de Habitação de Interesse Social, mas a convocação da mesma compete ao Conselho Municipal de Habitação de Interesse social, conforme Lei municipal nº691/2015. O conselho também é responsável por acompanhar a implementação de suas resoluções, conforma artigo XIII da referida lei.

A I Conferência Municipal de Habitação de Interesse Social do Município de Canaã dos Carajás, aconteceu no dia 29 de Outubro de 2015, conforme decreto nº805/2015- GP, no auditório do Centro Integrado de Atendimento Cidadão (CIAC) e teve como objetivos definir mecanismos e diretrizes que garantam a implementação da política de habitação de Canaã dos Carajás e escolher entidades para a composição do conselho municipal de habitação de interesse social.

3.1.6 Programas habitacionais da SEMHAB

a) Cheque moradia: Programa estadual, administrado pela COHAB/PA- Companhia de habitação do estado do Pará e tem como objetivo promover a construção, ampliação e melhorias construtivas. A SEMHAB atua com atendimento e cadastro reserva.

b) Melhoria sanitária: Programa da FUNASA- Fundação Nacional de Saúde e tem como objetivo promover o saneamento em áreas sem infraestrutura de saneamento. Canaã dos Carajás possui convênio para atendimento de 149 módulos sanitários, beneficiando um total de 596 pessoas, atendendo as seguintes áreas: Vale da Bênção, Santa Vitória, Vila Nova Jerusalém e Vila Planalto.

c) Programa “Minha casa, minha vida” (cadastro reserva): Programa do Governo Federal que tem como objetivo promover atendimento de famílias com baixa renda, promovendo acesso a moradia e dignidade. Em Canaã dos Carajás foram entregues um total de 933 casas, que constitui o Residencial Canaã. É de responsabilidade da SEMHAB a manutenção de um Centro Comunitário existente no local.

d) Programa “Moradia Digna”: Programa municipal que tem como objetivo promover a construção de unidades habitacionais para pessoas em situação de alta vulnerabilidade social. Em Canaã dos Carajás já foram entregues 23 unidades.

4. Marcos Regulatórios e Legais

No contexto das muitas metamorfoses ocorridas no desenvolvimento da sociedade humana, destaca-se a importância a nova dimensão atribuída à política urbana, bem como a legislação para sua efetiva materialização.

Nesse ínterim, antes de explanar os pontos de relevo na legislação vigente torna-se necessário esclarecer que essa nova roupagem jurídica na esfera federal, estadual, distrital e municipal apareceu de forma paulatina na sociedade brasileira. Até porque essas normas representam em última análise metas a serem realizadas na promoção da dignidade da pessoa humana.

Desta forma, como o objetivo de permitir uma melhor compreensão dos dados, as informações abaixo articuladas foram alocadas baseadas no nível legiferante pertencente e, preferencialmente em sua ordem cronológica e de modo lacônico.

Ressalta-se que, consta nessa sessão as leis consideradas mais importantes, ignorando assim decretos, portarias e outros instrumentos jurídicos análogos, visto que, a finalidade desta sessão não é esgotar o assunto tratado e sim mostra de modo geral as leis que contribuíram e contribuem para uma melhor gestão da coisa pública no setor habitacional.

4.1 Legislação Federal

4.1.1 Constituição Cidadã de 05 de outubro de 1988 inaugurou no campo habitacional o marco mais notável na história da política urbana. Em abordagem

diferenciada introduziu novidades no seu texto que abarcaram desde o modo como deveriam ser interpretados os assuntos já reproduzidos em constituições anteriores até a inserção de temas nunca antes explorados por legislações pretéritas, passando assim a entalhar na forma de artigos os traços que posteriormente definiram a política urbana nacional.

Começando pelos princípios, a Constituição Federal estabelece como um dos seus fundamentos em seu artigo 1º, III o Princípio da dignidade da pessoa humana. Na extração de seu significado, este princípio na sua essência esboça a ideia de que toda pessoa tem o direito ao mínimo de condições necessárias para a vida em sociedade, ou seja, saúde, educação, lazer, segurança, moradia e etc.

Por este ângulo, a Lei como forma de garantir que as disposições extraídas da análise do princípio da dignidade da pessoa humana não passassem de conceito concretizado apenas no plano das ideias, reconheceu em seu artigo 6º um dos direitos sociais mais possantes para a vida em sociedade, denominada “direito à moradia”. Em termos práticos, a vitória deste reconhecimento tem importância ao passo que gera ao estado o dever de cumprir por meio de atuação não negativas as regras enunciadas na Lei.

Essas ações positivas, cria o dever do estado de proporcionar as circunstâncias que viabilizem o bem-estar coletivo. Tanto é que, para efetivação deste direito social à moradia, a constituição federal ao longo de seu corpo legislativo produziu alguns aliados importantes na tentativa de materializar esta conquista. Podendo ser citado como os de maior divulgação as competências administrativas e concorrentes, bem como a função social da propriedade na redação de alguns artigos.

Portanto, no campo habitacional esta Lei traduz a ideia de que a União, Estados, Distrito Federal e Municípios têm a responsabilidade de produzir justiça social no campo habitacional por intermédio da ação legislativa conjugada e integrada de seus entes federativos.

Este é o arranjo que a União representa na forma dos artigos 182 e 183 da Constituição Federal passando assim a traçar os parâmetros gerais a serem observados em relação ao exercício do direito de propriedade.

Nessa oportunidade, dentro desta esfera, a união se ocupou simplesmente em estabelecer a existência da função social, não definindo o que deve ser

compreendido por ela para fins legais. Diante disto, outra Lei de patamar federal (o Estatuto da Cidade) repassou a responsabilidade aos municípios para que estes regulassem de modo específico a respeito da definição legal de função social da propriedade no Plano Diretor e função social da cidade, justificando que a adoção desta medida foi incumbida ao município devido às peculiaridades inseridas em cada localidade.

4.1.2 Estatuto da Cidade (Lei 10.257/01)

O Estatuto da Cidade confeccionado pela Lei 10.257/01, sem sombra de dúvidas é o documento, depois da Constituição Federal de maior importância no âmbito jurídico e social. Como marco, seu surgimento está intimamente ligado à necessidade de regulamentação de assuntos consubstanciados na constituição federal, nos seus artigos 182 e 183 está prevista que a existência de implementação de política de desenvolvimento urbano fica a cargo do Poder Público Municipal. Nada obstante, o texto estabelece, nos mesmos mandamentos, a obrigatoriedade da união definir normas balizadoras para que os Municípios colocassem em prática a execução de suas políticas urbanas.

Perante isso, vislumbra-se que o surgimento do estatuto advém em virtude da inexistência de normas que disciplinassem de modo geral os preceitos denotados nos artigos 182 e 183 da Constituição. Inclusive muitos municípios justificavam sua inércia em relação à aplicabilidade de política de desenvolvimento urbano pautada na carência de normas gerais editadas pela União para regulamentação do tema. Assim, a Lei 10.257/01 como referencial no plano jurídico e administrativo teve por desígnio criar as margens gerais de modo a permitir a orientação dos municípios na implementação de suas políticas urbanas. Para além disso, no campo social o nascimento do estatuto destaca-se e ganha fundamental importância devido a sua habilidade de colidir frontalmente com injustiças sociais e capacidade de melhorar as condições de vida da sociedade, cumprindo neste prisma com alguns dos princípios fundamentais caçados pela Constituição Federal, ou seja, a redução de desigualdades sociais.

Apropriado é salientar que nesta linha de defesa, uma das facetas inovadoras do texto legal refere-se à preocupação que a Lei destinou ao meio

ambiente, pois o derramamento de sangue verde praticado nos últimos anos em escambo de desenvolvimento econômico e urbano excedia os limites de padrões racionais. Assim sendo, o Estatuto da Cidade, na tentativa de coibir práticas lesivas, estabeleceu como imperativo no desenvolvimento de políticas urbanas que o equilíbrio ambiental deve ser respeitado na execução destas práticas.

Nesta harmonia que o estatuto objetiva idealizar, interessante é a colocação dos instrumentos de política urbana que se destinam a este fim, pois o conjunto de instrumentos criados e disciplinados de modo geral pelo Estatuto da Cidade devem ser aplicados e regulamentados de forma específica pelo município, seja na forma do Plano Diretor ou/e legislação específica.

4.1.3 Lei de Parcelamento do Solo Urbano 6766/79

Promulgada em 19 do último mês do ano de 1979, a Lei de parcelamento do solo urbano tem por finalidade fundamental ordenar o espaço urbano destinado a habitação. Para isso, necessário é, sua divisão ou redivisão, dentro dos ditames legais.

Destarte, o parcelamento, para fins da Lei em comento, consiste na subdivisão da gleba, situadas em zonas determinadas do território municipal urbano, em lotes destinados à edificação, sendo que o parcelamento abarca dois tipos: Loteamento e desmembramento.

4.1.4. Lei 1.124/2005

Dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social-SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social- FNHIS e institui o Conselho Gestor do FNHIS.

Desenvolvimento de uma política habitacional, encabeçada principalmente pelo Ministério das Cidades, a Lei 1.124/2005 tem como colunas de sua orientação uma gama de princípios, objetivos e diretrizes endereçadas a promover a habitação de Interesse Social. Dessa forma, para a consecução deste fim, originou-se o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social e o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social.

Referente aos recursos, a Lei acima aludida, preconiza que o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social por meio de um Conselho gestor será responsável pela gestão dos mesmos, assim como do fundo de amparo ao trabalhador, fundo de garantia por tempo de serviço, fundo nacional de habitação de Interesse Social e outros fundos ou programas que vierem a ser criados.

Ainda concernente aos recursos, a indicação legal atribui aos Estados, o Distrito Federal e municípios a responsabilidade pela aplicação destes recursos de modo descentralizado. Além disso, a legislação impõe a todos os entes federativos o dever de criarem:

- ✓ Fundo com dotação orçamentária própria, destinado a implementar a Política de Habitação de Interesse Social;
- ✓ Conselho que contemple a participação de entidades públicas e privadas, bem como de segmentos da sociedade ligados à área de habitação;
- ✓ Apresente plano habitacional de Interesse Social, considerando especificidades do local e da demanda; firme Termo de Adesão ao FNHIS, entre outras condições.

4.1.5 Lei Nº 11.888/2008

Que dispõe sobre a Assistência Técnica à Moradia de Interesse Social, que assegura às famílias de baixa renda a assistência técnica pública e gratuita ao projeto e a construção de habitação de interesse social. A Lei 11.888 instaura uma nova dimensão cultural no processo de urbanização das cidades brasileiras, que é a busca por qualidade no espaço construído.

A Lei da Assistência Técnica tem como objetivo a ampliação e a democratização do mercado de trabalho profissional de arquitetos, engenheiros e profissionais afins, e também o desenvolvimento de novas políticas de ocupação e gestão do território, que devem priorizar a inclusão social nas estruturas urbanas existentes, além da conservação ambiental.

A Lei dá início a uma fase de direito à habitação de qualidade para as populações mais pobres e abre uma oportunidade de inclusão para profissionais dessa área.

4.1.6. Lei Federal nº. 11.977 – Minha Casa, Minha Vida.

A Lei Federal nº. 11.977, de 7 de julho de 2009 dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida, que objetiva a criação de mecanismos de incentivo à produção e à aquisição de novas unidades habitacionais pelas famílias com renda mensal de até dez salários mínimos, e que preencham os requisitos das políticas estaduais e municipais de prioridade de atendimento habitacional, específicas para cada localidade.

O plano compreende:

- ✓ O Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU), que visa o atendimento de famílias com renda de até seis salários mínimos que manifestem o desejo tanto de adquirir novas unidades como a requalificação de uma já existente;
- ✓ o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), que tem como finalidade subsidiar a produção ou aquisição de trabalhadores rurais; a autorização para a União transferir recursos ao Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) até o limite de R\$ 14.000.000.000,00 (quatorze bilhões de reais) e ao Fundo de Desenvolvimento Social (FDS) até o limite de R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais); a autorização para a União conceder subvenção econômica tendo em vista a implementação do MCMV em municípios com população de até 50.000 habitantes, no montante de até R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais), para atendimento a beneficiários com renda familiar mensal de até 3 (três) salários mínimos, por meio de instituições financeiras autorizadas pelo Banco Central do Brasil ou de agentes financeiros do Sistema Financeiro de Habitação – SFH; a autorização para a União participar do Fundo Garantidor da Habitação Popular (FGHab), até o limite de R\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais), a fim de garantir o pagamento aos agentes financeiros de prestação mensal de financiamento habitacional, no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação, devida por mutuário final, em caso de desemprego e redução temporária da capacidade de pagamento, para famílias com renda mensal de até dez salários

mínimos e assumir o saldo devedor do financiamento imobiliário, em caso de morte e invalidez permanente, e as despesas de recuperação relativas a danos físicos ao imóvel para mutuários com renda familiar mensal de até dez salários mínimos; e a autorização para a União conceder subvenção econômica ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico – BNDES, sob a modalidade de equalização de taxas de juros e outros encargos financeiros, especificamente nas operações de financiamento de linha especial para infraestrutura em projetos de habitação popular.

A Lei traz ainda, no capítulo III, disposições sobre regularização fundiária de assentamentos urbanos que, segundo a Lei, consiste em um conjunto de medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais que visam à regularização de assentamentos irregulares e à titulação de seus ocupantes.

O art. 47 define área urbana consolidada como a parcela de área urbana com densidade demográfica superior a 50 habitantes por hectare e malha viária implantada e que tenha, no mínimo, dois dos seguintes equipamentos de infraestrutura urbana implantados: drenagem de águas pluviais urbanas, esgotamento sanitário, abastecimento de água potável, distribuição de energia elétrica ou limpeza urbana, coleta e manejo de resíduos sólidos.

O mesmo artigo define Regularização Fundiária de Interesse Social como regularização fundiária de assentamentos irregulares ocupados, predominantemente, por população de baixa renda nos casos: a) em que tenham sido preenchidos os requisitos para usucapião ou concessão de uso especial para fins de moradia; b) de imóveis situados em ZEIS; ou c) de áreas da União, dos estados, do Distrito Federal e dos Municípios declaradas de interesse para implantação de projetos de regularização fundiária de interesse social;

Segundo a Lei, a regularização fundiária pode ser promovida tanto pelo Poder Público quanto por seus próprios beneficiários, por cooperativas, associações, fundações e organizações sociais. A legitimação da posse devidamente registrada favorece o detentor da posse direta para fins de moradia que pode ser cedida aos moradores, desde que: não sejam concessionários, foreiros ou proprietários de outro imóvel urbano ou rural; não sejam beneficiários de legitimação de posse concedida anteriormente; e a área total do lote não seja superior a 250m².

4.1.7. Lei Federal nº. 11.977 – Minha Casa, Minha Vida 02

Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas, as Leis nº 10.188, de 12 de fevereiro de 2001, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 4.591, de 16 de dezembro de 1964, 8.212, de 24 de julho de 1991, e 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.197-43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

4.2 Legislação Estadual

A base normativa do Estado do Pará referente ao setor habitacional esta alicerçada na Constituição Federal e no Sistema Nacional de Habitação.

A Lei nº 12.801, de 15 de janeiro de 2008 autoriza o Poder Executivo a adotar medidas visando à participação do Estado no Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social - SNHIS, cria o Conselho Estadual de Habitação - CEH, institui o Fundo Paraense de Habitação de Interesse Social - FPHIS e o Fundo Garantidor Habitacional - FGH, além de e dar providências correlatas.

Ressalta-se ainda o Decreto Estadual N.º 432 de 23 de setembro de 2003 instituiu o Cheque Moradia. Em 2009 o programa teve seu nome alterado para Credicasa pelo Decreto Estadual nº 1.948 (de 8 de outubro de 2009) e em 2011 voltou a ser denominado Cheque Moradia por meio do Decreto Estadual nº 169 (de 19 de agosto de 2011).

O programa que é de caráter eminentemente social, foi criado para possibilitar às famílias, com renda de até três salários mínimos, construir, ampliar e/ou reformar suas casas, ficando a contratação e pagamento da mão-de-obra sob a responsabilidade do beneficiário.

Esse programa teve por finalidade responder ao grave problema do déficit e da inadequação habitacional em que se encontrava o estado nesse período, tendo sido, portanto, o instrumento utilizado exclusivamente para a aquisição de materiais de construção, em fornecedores legalmente estabelecidos no Estado, como forma de saldar o ICMS (renúncia fiscal).

Trata-se de um Programa de transferência direta de renda, que teve por objetivo combater a pobreza e as desigualdades sociais no atendimento da parcela excluída da sociedade, que dificilmente teria acesso à moradia. Contribuiu também para movimentar a economia do Estado com o aumento das vendas de materiais de construção, como também possibilitou a criação de novos empregos e ocupações através da construção civil.

Inicialmente foi priorizado o atendimento somente aos funcionários públicos estaduais do poder executivo (efetivos e aposentados), enquadrados na faixa de renda específica de três salários mínimos residentes na região metropolitana de Belém. Posteriormente, foi estendido às 12 mesorregiões que constituem o Estado do Pará, ampliando-se para o atendimento dos inativos e atendimentos especiais, para famílias vivendo notadamente em situações de risco ou miséria, e em 2011, por meio do decreto de n° 173, de 29 de agosto de 2011, priorizou o atendimento à pessoas com deficiência.

Em dezembro de 2013 o programa é transformado em política pública, por meio do decreto lei número 7.776, de 23 de dezembro de 2013.

A viabilidade do programa junto a servidores públicos se deu através das parcerias formalizadas com 53 Órgãos da administração direta e indireta do Governo do Estado, por meio de convênios específicos.

Coube à COHAB-PA a coordenação geral, supervisão e acompanhamento dos trabalhos realizados por cada Órgão Conveniado; à SEFA, a concessão e autorização do crédito outorgado do ICMS; à PRODEPA a implantação e acompanhamento do sistema de informatização e aos beneficiários a responsabilidade pela mão-de-obra.

Para novas inscrições no Programa Cheque Moradia o candidato precisa estar dentro do perfil de atendimento: ter família constituída, baixa renda, ter terreno para construir, ou imóvel em condições precárias de habitação. As prioridades de atendimento são: pessoa idosa, pessoa com deficiência, portador de doenças degenerativas, vítimas de incêndio, ou casa de madeira sob risco de desabamento, com laudo do Corpo de Bombeiros ou Defesa Civil. As inscrições podem ser feitas de segunda a sexta, das 8 às 14 hs na Cohab, em Belém. Passagem Gama Malcher, 361-Souza.

4.3 Legislação Municipal

4.3.1. Lei Orgânica

O Capítulo III da Lei Orgânica do Município, estabelece em seu art. 173 e parágrafo único, como se dará a execução da política urbana associada aos programas habitacionais:

Art. 173. Para assegurar as funções sociais da cidade, o Poder Executivo deverá utilizar os instrumentos jurídicos, tributários, financeiros e de controle urbanístico existente a disposição do Município, incluindo, obrigatoriamente, nos seus orçamentos anuais e plurianuais, verbas específicas destinadas a etapas de um programa de construção de moradias populares.

Parágrafo Único – O Município promoverá, em consequência com uma política urbana e respeitadas as disposições do Plano Diretor, programas de habitação populares destinados a melhorar as condições de moradia da população carente do Município.

A administração municipal se organizou de maneira a cumprir a determinação legal, partindo do princípio determinado pela política nacional e a Lei Orgânica do Município.

4.3.2. Lei do Plano Diretor

O Plano Diretor do município de Canaã dos Carajás foi instituído através da Lei 162/2007, com fulcro nos artigos 182 e 183 da Carta Magna e nos artigos 144 e 145 da Lei Orgânica do Município, tendo como objetivo realizar o pleno desenvolvimento das funções sociais da Cidade e da propriedade e o uso, socialmente justo e compatível com a salubridade ambiental, de seu território, de forma a assegurar o bem-estar de seus habitantes, devendo ser observado pelos agentes públicos e privados que atuam no Município. Alguns dispositivos jurídicos desta lei, sofreram alteração por intermédio da publicação da lei 557/2012.

O Plano Diretor de 2007 no Capítulo II, seção I art. 8º regulamenta as AEIS, que são destinados à Habitação de Interesse Social conforme transcrito abaixo:

XI – Ambiente Especial de Interesse Social I (Aeis I) – constitui-se de áreas destinadas primordialmente à implantação de projetos habitacionais destinados à população de baixa renda, visando minimizar o déficit habitacional e a alocação de famílias oriundas de requalificação urbana em áreas degradadas ou impróprias para habitação, delimitado no Mapa Temático nº 21, integrante da presente Lei;

XII – Ambiente Especial de Interesse Social II (Aeis II) – constitui-se de áreas habitadas por população de baixa renda, destinadas à requalificação urbana e habitacional, visando à melhoria da qualidade de vida e acesso aos serviços públicos, delimitado no Mapa Temático nº 22, integrante da presente Lei;

Dando sequência à política de habitação, o Plano diretor regulamenta a Habitação de Interesse Social. No capítulo 5 – Articulação da Política de Ordenamento Territorial com Políticas Setoriais – seção I, discorre sobre Habitação Popular:

Artigo 431. A política municipal de habitação tem como objetivo permitir o acesso à moradia, bem como melhorar as condições de habitabilidade da população de baixa renda, atendendo às seguintes diretrizes:

I – regularização urbanística e fundiária dos assentamentos habitacionais precários e de baixa renda;

II – priorização da remoção de unidades residenciais dos núcleos habitacionais que estejam em condições de risco ou que interfiram na implantação de obras públicas, garantindo a relocação em melhores condições de habitabilidade e a recuperação ambiental da área;

III – estímulo a formas de participação efetiva da comunidade e suas entidades representativas no estudo, encaminhamento e solução dos programas habitacionais, instituindo inclusive o Conselho Municipal da Habitação (CMH), cuja formatação será apresentada pelo órgão municipal competente;

IV – promoção da participação da população beneficiada pelos programas habitacionais no gerenciamento e administração dos recursos, por meio de autogestão e cogestão;

V – promoção do acesso à terra para produção de moradia para a população de baixa renda, conforme diretrizes estabelecidas pelos Ambientes Especiais de Interesse Social (Aeis), ou ainda pela utilização adequada das áreas ociosas e da aplicação dos instrumentos previstos nesta Lei;

- VI – integração do município em ações de política habitacional regional;
- VII – oferecimento de suporte técnico e construtivo à autoconstrução;
- VIII – Criação do Fundo Municipal da Habitação (FMH), o qual deverá ser gerenciado pelo Poder Público, e do Conselho Municipal de Habitação (CMH), indicado no inciso III deste artigo.

A Lei do Plano Diretor do Município, como dito anteriormente, foi revisada em 2012, e as alterações que se destacam com relação à Habitação de Interesse Social se encontram no Art. 10 – que reescreve o artigo 56 da Lei nº 162, de 15 de novembro de 2007 passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 56. Nos loteamentos tipo “B”, caracterizados como populares deverão ser atendidas as disposições constantes desta Lei, da Lei Estadual e da Lei Federal, devendo ainda possuir área mínima de 200 (duzentos) metros quadrados, devendo, ainda, ser executadas todas as obras de infraestrutura dos projetos relacionados no art. 51.

4.3.3. Lei nº 225/2009

Essa Lei cria o Instituto de Desenvolvimento Urbano de Canaã dos Carajás – IDURB, autarquia municipal que norteia a política de habitação do município. Essa lei também cria o Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação e o Departamento e a divisão de projetos habitacionais. Portanto, a política de habitação no município está organizada e é autônoma, cumprindo as diretrizes da política nacional.

No artigo 4º e inciso II ao VI a lei determina ao IDURB que:

Art. 4º. Para a consecução de seus fins, o Instituto de Desenvolvimento Urbano de Canaã dos Carajás - IDURB poderá:

- II – estudar, planejar e adotar os procedimentos necessários à execução dos projetos de habitação popular e de interesse social;
- III – promover a construção de unidades habitacionais e adotar os procedimentos para a sua concessão, ou alienação;
- IV – realizar parcelamentos e loteamentos urbanos, priorizando a população de baixa renda;
- V – intermediar financiamento para construção e reforma de unidades habitacionais, para a população;

VI – fomentar e auxiliar a criação de cooperativas habitacionais, sem fins lucrativos, para construção da casa própria, para população de baixa renda.

4.3.4. Lei nº 206/ 2009

Com a implementação do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social, o município instituiu a Lei 226/2009, na qual institui a política municipal de habitação, o Fundo de Habitação de Interesse Social e o Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social e ainda institui o sistema Municipal de Informações, como é possível visualizar logo no primeiro artigo:

Art. 1º - Esta Lei estabelece as diretrizes e normas da Política Municipal de Habitação – PMH, cria o Conselho Municipal de Interesse Social – CMHIS, Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – FMHIS, regula as formas de acesso à moradia e institui o Sistema Municipal de Informações Habitacionais – SMIH.

Mesmo com todo o aparato legal para a execução das políticas habitacionais, o Município não aderiu o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social lançado pelo Governo Federal por meio do Ministério das Cidades em 2007.

Em 2012 o município assinou o Termo de Adesão. Nesse documento, o município manifesta a intenção de participar do SNHIS, comprometendo-se a elaborar leis através do Sistema Municipal de Habitação de Interesse Social, que compreende a Lei de Criação do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social e o Conselho Gestor do Fundo de Habitação de Interesse Social. Ainda como requisito à adesão, o Município se compromete em elaborar o Plano Local de Habitação de Interesse Social – PLHIS.

4.3.5. Lei nº 233/2010

Com o advento da política nacional Minha Casa, Minha Vida, o município instituiu uma lei municipal que autoriza o executivo municipal a desenvolver ações para implementar o programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) estabelecido pela Lei Federal nº11.977/2009.

É importante ressaltar que a Lei prioriza regulamentar os usuários do programa Minha Casa Minha Vida, como pode se ver no artigo 5º:

Art. 5º - Só poderão ser beneficiados pelo Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV, pessoas ou famílias devidamente cadastradas no CADÚNICO e que atendam ao estabelecido no referido programa;

4.3.6. Lei nº 624 /2014

Em 2014 o através dessa Lei o Município instituiu a Secretaria Municipal de Habitação com a missão de ampliar e melhorar o atendimento, sobretudo ao público alvo do Minha Casa Minha Vida de 0 a 3 salários mínimos. A nova pasta deverá cuidar especialmente da Habitação de Interesse Social em conjunto com o Conselho, cujos membros foram nomeados por meio do Decreto nº660 de 22 de abril de 2013.

4.3.7. Lei nº 691/2015

Dispõe sobre a criação do sistema municipal de habitação de interesse social- SMHIS no âmbito do Município e cria também o Conselho de Habitação de Interesse Social- CMHIS, o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social- FMHIS e o Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse social, além de regulamentar as formas de acesso a moradia e instituir o Sistema Municipal de Informação de Interesse Social.

Também trata dos programas de moradias específicos, que são: bolsa moradia, programa estrutural em área de risco, locação social, programa municipal moradia digna e serviços e assistência técnica em habitação de interesse social.

5. Desenvolvimento habitacional no Município de Canaã dos Carajás através de ações desenvolvidas pelo Plano Plurianual 2014-2017 e Plano Plurianual 2018-2021

A questão da habitação não pode ser analisada sem a devida observação de outros elementos, por exemplo das dinâmicas urbanas e territoriais, o mercado de emprego, as estruturas e rendimentos familiares, os investimentos, etc.

A sua apreciação não pode ser apequenada a uma simples relação de desequilíbrio entre a oferta e a procura. Este assunto é muito mais complexo, pois a habitação possui um conjunto de calibres que lhe conferem a sua própria identidade e a sua própria função social, na coletividade em que está integrada.

Na verdade, na sociedade moderna, a habitação mais do que um meio determinante para atingir a fronteira mínima das necessidades humanas, diuturnamente está sendo chamada a atender um leque variado de requisitos, que vão muito além da mera proteção contra situações não desejadas pela sociedade.

Admitindo que não é mais possível reconhecer a habitação como mera mercadoria e elegendo-a como um fator social, o governo municipal vem investindo desde o ano de 2014 recursos substanciais nesse setor.

O Plano Plurianual-PPA é um instrumento previsto no art. 165 da Constituição Federal destinado a organizar e viabilizar a ação pública, com vistas a cumprir os fundamentos e os objetivos da República. Por meio dele, é declarado o conjunto das políticas públicas do governo para um período de 4 anos e os caminhos trilhados para viabilizar as metas previstas.

O Plano Plurianual-PPA define as políticas públicas do Governo Municipal para construir uma Canaã melhor, com base nos compromissos firmados na eleição e os colhidos em audiências públicas.

Destarte, essa sessão proponha-se a demonstra o que foi executado diretamente pela secretaria de habitação através dos programas e ações do plano plurianual de 2014-2017 e 2018-2021, expostos nos relatórios anuais.

⁹ As ações relativas ao PPA 2018-2021 contidas neste plano, tratam apenas do ano de 2018, mês de Agosto.

5.1 Desenvolvimento habitacional no Município de Canaã dos Carajás ano 2014

5.1.1 Introdução

O mandamento prescrito no artigo 23 inciso IX da constituição federal de 1988, que preconiza que é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico corroborado com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, onde está expresso que o direito à moradia adequada tornou-se um direito humano universal, aceito e aplicável em todas as partes do mundo como um direito fundamental para a vida das pessoas, e considerando que a implementação deste direito é ainda um grande desafio que deve ser enfrentado de maneira efetiva, foram os fatores impulsionastes para que a administração municipal produzisse uma mudança na estrutura administrativa de grande vulto, A saber: criação da Secretaria Municipal de Habitação, que foi concebida com o objetivo de buscar o cumprimento do inciso IX do artigo 23 da lei supracitada. Destarte, tal mudança foi executada pela Lei 624/2014 que já foi, no que concerne à habitação, brevemente comentada.

5.1.2 Breve histórico das ações da Secretaria Municipal de Habitação- SEMHAB

Programa 21: Implementação da Política de Habitação de Interesse Social - HIS

Órgão Executor: Secretaria Municipal de Habitação

Objetivo: Consolida e aprimorar a ação dos atores sociais e institucionais essenciais ao desenvolvimento da política de habitação de habitação, tais como: Secretaria Municipal de Habitação, Conselho Municipal de HIS, Plano Local de HIS e Fundo Municipal de HIS de Canãa dos Carajás

Público Alvo: Atender direta ou indiretamente a todos os grupos familiares residentes no Município de Canãa dos Carajás-PA que se encontrem em déficit habitacional com prioridade de atendimento aquelas famílias sem capacidade de pagamento, ou seja, aquelas localizada abaixo da linha da pobreza

Ações do PPA:

- ✓ Implantação e Manutenção da Secretaria de Habitação
- ✓ Manutenção do conselho de Habitação de Interesse Social
- ✓ Manutenção do Fundo de Habitação de Interesse Social
- ✓ Elaboração do Plano de Habitação de Interesse Social

Execução do programa:

No ano de 2014 houve um investimento no quesito implementação e manutenção da secretaria de habitação, haja vista que tivemos gastos com a contratação e manutenção de servidores públicos, recursos de material de expediente, aluguel de prédio, aluguel de veículos, galões de água e combustível, etc. A Secretaria Municipal de Habitação forneceu os subsídios e esforços necessários para a criação do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social, além de promover a sua manutenção e auxiliar nas suas reuniões ordinárias e extraordinárias. Salientamos ainda que este mesmo conselho foi o responsável por analisar e deliberar sobre a criação dos critérios adicionais (municipais) do programa Minha Casa Minha Vida. O Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – FMHIS existe apenas nas leis municipais nº 206/2009 e 545/2012, onde salientamos que ainda não foi criado até o presente ano de 2014, nenhuma “conta-fundo” com discriminação específica para essa finalidade. Foi realizado uma soma de esforços com servidores da Secretaria Municipal de Habitação, Secretaria de Planejamento, Secretaria de obras, IDURB, Secretaria de Meio Ambiente, entre outras instituições com o intuito de colher informações e documentos a nível municipal e subsidiar a consultoria contratada para dar maior celeridade ao processo de elaboração do Plano Local de Habitação de Interesse Social-PLHIS. Ressaltamos ainda que o referido PLHIS foi aprovado pelo Conselho de Habitação de Interesse Social em 09/2014.

Programa 22: Ampliar e Democratizar o Acesso à Moradia

Órgão Executor: Secretaria Municipal de Habitação

Objetivo: Fomentar a adesão dos grupos familiares em déficit habitacional a se cadastrarem no banco de dados municipal, com o intuito de realizar o acompanhamento técnico social das famílias carentes inscritas com ênfase na realidade socioeconômico e habitacional orientando-as a respeito dos critérios e condicionalidades necessárias para participar dos programas habitacionais existentes.

Público Alvo: Atender diretamente ou indiretamente a todos os grupos familiares residentes no município de Canaã dos Carajás PA que se encontrem em déficit habitacional com prioridade de atendimento aquelas famílias sem capacidade de pagamento, ou seja, aquelas localizadas abaixo da linha da pobreza.

Ações do PPA:

- ✓ Manutenção e ampliação do Cadastro Social de HIS
- ✓ Manutenção da Visitação e Avaliação Técnico Social

Execução do programa:

Esta ação de manter o cadastro social voltado para a habitação de interesse social se encontra em pleno exercício, haja vista que a Secretaria Municipal de Habitação disponibiliza um setor específico de sua instituição com servidores públicos e matérias essenciais ao cumprimento desta finalidade para atender exclusivamente os grupos familiares que desejam ser amparados pela política habitacional local e/ou que desejam aguardar na lista de espera (cadastro reserva) para serem inseridos em futuros programas habitacionais.

Sabendo-se ainda que a SEMHAB sempre procura desenvolver ações de cadastro e acompanhamento as “Áreas de Ocupação” existentes em nosso município, tais como: Vale da Benção, Paraíso das águas e Motocross. Esta ação de Visitação e Avaliação Técnica Social em pleno exercício, haja vista que disponibilizamos servidores públicos com formação de nível superior e específica na área social responsável pela realização da análise socioeconômica das famílias cadastradas averiguando se possuem ou não perfil e condicionalidades dos programas habitacionais em vigor em nosso município.

Programa 23: Programa da Política Nacional Habitação de HIS

Órgão Executor: Secretaria Municipal de Habitação

Objetivo: Atender os grupos familiares carentes e em déficit habitacional residentes em Canaã dos Carajás e que se enquadrem no maior número de critérios Nacionais e Adicionais possíveis, tais como: renda inferior a R\$ 1.600,00 mensais; famílias com pessoas com deficiência; família com pessoas idosas; Populações Oriundas de comunidades tradicionais; famílias com mulheres responsáveis pela unidade familiar; razão de dependência; moradores da área de risco, entre outros

Público Alvo: Famílias carentes que se encontrem em déficit habitacional, sem moradia própria, vivendo em moradias precária em áreas de risco e/ou em condições insalubres.

Ações do PPA:

- ✓ Implementação e fiscalização do Programa Minha Casa Minha Vida
- ✓ Implementação de outros Programas Nacionais de Habitação

Execução do programa:

Foi montado no ano de 2014 uma equipe de servidores públicos com o intuito de implementar a política habitacional local de nosso município, na época conhecido como departamento de habitação, ainda vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Social, algo que nesse mesmo ano veio a ser erguida a condição de Secretaria Municipal de Habitação.

Dentro do que nos direciona a ação de implementação de outros Programas Nacional de Habitação pontuamos que foi realizado o cadastro dos grupos familiares, a triagem inicial, a avaliação e acompanhamento técnico social, e por fim, o encaminhamento de dossiês para o governo do estado do Pará voltados para a contemplação dos grupos familiares no Programa Cheque Moradia.

Programa 24: Moradia Digna

Órgão Executor: Secretaria Municipal de Habitação

Objetivo: Este Programa tem como objetivo garantir às pessoas de baixa renda, cuja a situação socioeconômica não permita arcar, total ou parcialmente com os custos para construção, adequar e melhorar sua moradia própria, conforme laudo técnico social Público Alvo: Este programa é dirigido, prioritariamente a pessoas que sejam: deficientes em condições de vulnerabilidade social; portadores de doenças crônicas que comprovem a incapacidade de laborar; jovens, desde que sejam chefes de família e comprovem a vulnerabilidade social Ações do PPA:

- ✓ Implementação de Programas Municipais de Moradia Digna
- ✓ Desapropriação de terras e Construção de Unidades Habitacionais
- ✓ Reforma e ampliação de Unidades Habitacionais
- ✓ Assistência Técnica de Engenharia e Arquitetura

Execução do programa:

O programa Moradia Digna não foi executado no ano de 2014, tendo em vista que os esforços do governo municipal neste momento (ano 2014) estavam voltados para a criação de um setor para atender as famílias, montagem de um equipe técnica administrativa, capacitação de servidores para operar o sistema CAD ÚNICO do Governo Federal, levantar junto as demais secretarias e instituições municipais a concessão e/ou empréstimo de “ materiais, estrutura física e mobiliário administrativo” para atender a população e implementar o Programa Minha Casa Minha Vida, neste mesmo ano ainda criou o Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social.

5.2 Desenvolvimento habitacional no Município de Canaã dos Carajás ano 2015

5.2.1 Introdução

Sendo o PPA um instrumento quadrienal importante, que determina todo o planejamento do governo em um período de tempo, no caso específico quatro anos e considerando que planejar é considerar que os fatores externos são peças influentes no planejamento e considerando ainda, que o Município de Canaã dos Carajás passa por um processo dinâmico e de uma rapidez surpreendente. Podemos afirmar que muita coisa mudou no período entre 2013 e 2015, fato esse que obrigou o governo municipal a repensar seu rumo, e analisar o que já foi feito para buscar o aprimoramento dos programas executados. Devido a essa imposição lastreada pelo desejo de presta um serviço cada vez melhor, foi que o governo municipal decidiu realizar uma revisão do seu plano plurianual, fato esse que culminou na Lei Nº 707/2015. Tais transformações no Município tornou imperioso, na busca da efetividade da administração, mudanças na estrutura administrativa de Canaã dos Carajás, como, por exemplo, desmembramento e criação de novas Secretarias. Com a reestruturação da administração surge à necessidade de se adequar o PPA com a nova realidade da conformação administrativa. Este fato leva o Projeto de Lei de revisão do PPA 2014 - 2017 a propor mudanças que altera os órgãos responsáveis por Programas, conforme o artigo 10º inciso I da lei 631/2014, bem como a criação de novos Programas.

5.2.2 Breve histórico das ações da Secretaria Municipal de Habitação- SEMHAB

Programa 22: Implementação da Política de Habitação de Interesse Social - HIS

Órgão Executor: Secretaria Municipal de Habitação

Objetivo: Consolidar e aprimorar a ação dos atores sociais e institucionais essenciais ao desenvolvimento da política de habitação de habitação, tais como: Secretaria Municipal de Habitação, Conselho Municipal de HIS, Plano Local de HIS e Fundo Municipal de HIS de Canãa dos Carajás Público Alvo: Atender direta ou indiretamente a todos os grupos familiares residentes no Município de Canãa dos Carajás-PA que se encontrem em déficit habitacional com prioridade de atendimento aquelas famílias sem capacidade de pagamento, ou seja, aquelas localizada abaixo da linha da pobreza

Ações do PPA:

- ✓ Implantação da Secretaria de Habitação
- ✓ Manutenção da Secretaria de Habitação
- ✓ Manutenção do conselho de Habitação de Interesse Social
- ✓ Manutenção do Fundo de Habitação de Interesse Social
- ✓ Elaboração do Plano de Habitação de Interesse Social

Execução do programa:

No ano de 2015 houve um investimento no quesito implementação e manutenção da secretaria de habitação, haja vista que tivemos gastos com a contratação e manutenção de servidores públicos, recursos de material de expediente, aluguel de prédio, aluguel de veículos, galões de água e combustível, etc. A Secretaria Municipal de Habitação forneceu os subsídios necessários para a manutenção, reformulação e promoção de reunião ordinárias e extraordinárias do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social, com destaque para sua reformulação no ano 2015, atendendo as exigências do Ministério das Cidades. O Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – FMHIS existe apenas na lei municipal nº 691/2015, Infelizmente ainda não foi criado no ano de 2015 uma “conta-fundo” com discriminação específica para esta finalidade. Foi realizado uma soma de esforços com servidores da Secretaria Municipal de Habitação, Secretaria de Planejamento, com o intuito de colher

informações e documentos a nível municipal e principalmente mobilizar a consultoria contratada para concluir o processo de elaboração do plano local de habitação de interesse social- PLHIS. Além dessas principais ações acima podemos destacar também a realização da I Conferência Municipal de Habitação de Interesse Social que mobilizou todos os atores sociais e institucionais no cenário local que possuem influencia e/ou militância na área habitacional para debater e sugerir intervenções sobre a questão habitacional em nosso município.

Programa 23: Ampliar e Democratizar o Acesso à Moradia

Órgão Executor: Secretaria Municipal de Habitação

Objetivo: Fomentar a adesão dos grupos familiares em déficit habitacional a se cadastrarem no banco de dados municipal, com o intuito de realizar o acompanhamento técnico social das famílias carentes inscritas com ênfase na realidade socioeconômico e habitacional orientando-as a respeito dos critérios e condicionalidades necessárias para participar dos programas habitacionais existentes.

Público Alvo: Atender diretamente ou indiretamente a todos os grupos familiares residentes no município de Canaã dos Carajás-PA que se encontrem em déficit habitacional com prioridade de atendimento aquelas famílias sem capacidade de pagamento, ou seja, aquelas localizadas abaixo da linha da pobreza.

Ações do PPA:

- ✓ Manutenção e ampliação do Cadastro Social de HIS
- ✓ Manutenção da Visitação e Avaliação Técnico Social

Execução do programa:

Esta ação de manter o cadastro social voltado para a habitação de interesse social se encontra em pleno exercício, haja vista que a Secretaria Municipal de Habitação disponibiliza um setor específico de sua instituição com servidores públicos e matérias essenciais ao cumprimento desta finalidade para atender exclusivamente os grupos familiares que desejam ser amparados pela política habitacional local e/ou que desejam aguardar na lista de espera (cadastro reserva) para serem inseridos em futuros programas habitacionais. Sabendo-se ainda que a SEMHAB sempre procura desenvolver ações de cadastro e acompanhamento as “Áreas de Ocupação” existentes em nosso município, tais como: Vale da Benção, Paraíso das águas e Motocross, e antigo “Alto da

conquista” (tentativa de cadastrar as famílias que ali se encontravam) Esta ação se encontra em pleno exercício, haja vista que disponibilizamos serviços públicos responsáveis pela realização da análise socioeconômica das famílias cadastradas averiguando se possuem ou não perfil e condicionalidades dos programas habitacionais em vigor em nosso município.

Programa 24: Programa da Política Nacional Habitação de HIS

Órgão Executor: Secretaria Municipal de Habitação

Objetivo: Atender os grupos familiares carentes e em déficit habitacional residentes em Canaã dos Carajás e que se enquadrem no maior número de critérios Nacionais e Adicionais possíveis, tais como: renda inferior a R\$ 1.600,00 mensais; famílias com pessoas com deficiência; família com pessoas idosas; Populações Oriundas de comunidades tradicionais; famílias com mulheres responsáveis pela unidade familiar; razão de dependência; moradores da área de risco, entre outros

Público Alvo: Famílias carentes que se encontrem em déficit habitacional, sem moradia própria, vivendo em moradias precária em áreas de risco e/ou em condições insalubres

Ações do PPA:

- ✓ Implementação e fiscalização do Programa Minha Casa Minha Vida
- ✓ Implementação de outros Programas Nacionais de Habitação

Execução do programa:

Foi montado no ano de 2015 uma equipe de apoio que contou com a contribuição de servidores públicos municipais e membros do conselho de habitação com o intuito de fiscalizar as ações do programa minha casa minha vida, com atenção especial aos grupos familiares que tiveram a intencionalidade de burlar os critérios de seleção, que possuíam casas próprias, omitiram a sua real condição financeira (estabilidade financeira), entre outras coisas.

Realizou-se cadastro, a triagem inicial, a avaliação e acompanhamento técnico social, e por fim o encaminhamento de dossiês para o governo do estado do Pará voltados para a contemplação dos grupos familiares no programa estadual cheque moradias.

Programa 25: Programa municipal de Moradia Digna

Órgão Executor: Secretaria Municipal de Educação Habitação

Objetivo: Este Programa tem como objetivo garantir às pessoas de baixa renda, cuja a situação socioeconômica não permita arcar, total ou parcialmente com os custos para construção, adequar e melhorar sua moradia própria, conforme laudo técnico social

Público Alvo: Este programa é dirigido, prioritariamente a pessoas que sejam: deficientes em condições de vulnerabilidade social; portadores de doenças crônicas que comprovem a incapacidade de laborar; jovens, desde que sejam chefes de família e comprovem a vulnerabilidade social

Ações do PPA:

- ✓ Implementação de Programas Municipais de Moradia Digna
- ✓ Desapropriação de terras e Construção de Unidades Habitacionais
- ✓ Construção de unidades habitacionais
- ✓ Reforma e ampliação de Unidades Habitacionais
- ✓ Assistência Técnica de Engenharia e Arquitetura

Execução do programa:

O Programa Moradia Digna foi executado parcialmente, ressaltando-se que as maiores barreiras desse processo burocrático-legal já foram vencidas no referido ano, tais como: Elaboração do projeto habitacional das referidas unidades habitacionais deste programa, realizado pela equipe técnica de engenharia da SEMHAB, solicitação de licitação de obra, para a construção das unidades habitacionais; Construção das 23 unidades habitacionais do programa; consolidação do processo de desafetação da área; Elaboração da lei que dispõe sobre as prerrogativas do programa moradia digna; passagem do programa pela análise e consequente apreciação do legislativo municipal, onde por sua vez aprovou o referido projeto em assembleia; e por fim conclusão de 80% das obras. Salientamos ainda que o Programa Municipal Moradia digna possui três modalidades que vão desde “Construir, adequar e melhorar” as unidades habitacionais no município de Canãa dos Carajás-PA, que consequentemente se encaixem em seus respectivos critérios. Em meio a isso, ressalta-se que neste primeiro ano de implementação do programa priorizamos a modalidade “construir” unidades habitacionais, no entanto pontuamos que o quesito “reforma e ampliação” serão desenvolvidos nas futuras fases de implementação deste programa.

5.3 Desenvolvimento habitacional no Município de Canaã dos Carajás ano 2016

5.3.1 Breve histórico das ações da Secretaria Municipal de Habitação- SEMHAB

Programa 22: Implementação da Política de Habitação de Interesse Social - HIS

Órgão Executor: Secretaria Municipal de Habitação

Objetivo: Consolida e aprimorar a ação dos atores sociais e institucionais essenciais ao desenvolvimento da política de habitação de habitação, tais como: Secretaria Municipal de Habitação, Conselho Municipal de HIS, Plano Local de HIS e Fundo Municipal de HIS de Canãa dos Carajás

Público Alvo: Atender direta ou indiretamente a todos os grupos familiares residentes no Município de Canãa dos Carajás-PA que se encontrem em déficit habitacional com prioridade de atendimento aquelas famílias sem capacidade de pagamento, ou seja, aquelas localizada abaixo da linha da pobreza

Principais Ações

- ✓ Implantação da Secretaria de Habitação
- ✓ Manutenção da Secretaria de Habitação
- ✓ Manutenção do conselho de Habitação de Interesse Social
- ✓ Manutenção do Fundo de Habitação de Interesse Social
- ✓ Elaboração do Plano de Habitação de Interesse Social

Execução do programa:

Em 2016, os serviços essenciais de funcionamento da Secretaria Municipal de Habitação foram desenvolvidos com a manutenção dos investimentos em pessoal técnico, administrativo e de apoio e a aquisição de materiais de consumo em expediente, bem como o pagamento locação de espaço de funcionamento da secretaria e de veículos, entre outros itens necessários ao desempenho das ações desenvolvidas. A Secretaria Municipal de Habitação deu continuidade ao apoio para o funcionamento do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social, em especial com material e equipamentos para a realização das reuniões entre os membros do colegiado.

O Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FMHIS assim como no ano anterior não teve avanços.

Programa 23: Ampliar e Democratizar o Acesso à Moradia

Órgão Executor: Secretaria Municipal de Habitação

Objetivo: Fomentar a adesão dos grupos familiares em déficit habitacional a se cadastrarem no banco de dados municipal, com o intuito de realizar o acompanhamento técnico social das famílias carentes inscritas com ênfase na realidade socioeconômico e habitacional orientando-as a respeito dos critérios e condicionalidades necessárias para participar dos programas habitacionais existentes.

Público Alvo: Atender diretamente ou indiretamente a todos os grupos familiares residentes no município de Canaã dos Carajás-PA que se encontrem em déficit habitacional com prioridade de atendimento aquelas famílias sem capacidade de pagamento, ou seja, aquelas localizadas abaixo da linha da pobreza.

Ações do PPA:

- ✓ Manutenção e ampliação do Cadastro Social de HIS
- ✓ Manutenção da Visitação e Avaliação Técnico Social

Execução do programa:

Neste ano, a partir do mês de abril, 933 famílias passaram a residir no Residencial Canaã do Programa Minha Casa Minha Vida e um suporte de acompanhamento às famílias também foi iniciado diretamente no empreendimento, com o deslocamento de servidores para o local para efetivar o acompanhamento técnico social através de um questionário dirigido de identificação e averiguação de aspectos socioeconômicos e culturais das famílias ali instaladas. Outra ação do Programa Minha Casa Minha Vida, implementada no município no ano de 2008 que não fora contemplado com o trabalho técnico social na época enquanto exigência do Ministério das Cidades, passou a exigir sua formatação e execução no ano de 2016 junto às 27 famílias beneficiadas na época e encontra-se em andamento. O Cadastro habitacional de interesse social continua sendo efetuado cotidianamente, sendo denominado de “cadastro reserva”

Programa 24: Programa da Política Nacional Habitação de HIS

Órgão Executor: Secretaria Municipal de Habitação **Objetivo:** Atender os grupos familiares carentes e em déficit habitacional residentes em Canaã dos Carajás e que se enquadrem no maior número de critérios Nacionais e Adicionais

possíveis, tais como: renda inferior a R\$ 1.600,00 mensais; famílias com pessoas com deficiência; família com pessoas idosas; Populações Oriundas de comunidades tradicionais; famílias com mulheres responsáveis pela unidade familiar; razão de dependência; moradores da área de risco, entre outros

Público Alvo: Famílias carentes que se encontrem em déficit habitacional, sem moradia própria, vivendo em moradias precária em áreas de risco e/ou em condições insalubres

Ações do PPA:

- ✓ Implementação e fiscalização do Programa Minha Casa Minha Vida
- ✓ Implementação de outros Programas Nacionais de Habitação

Execução do programa:

Com as famílias instaladas no empreendimento do Programa Minha Casa Minha Vida, foi instaurado um processo de apuração de denúncias feitas pela comunidade em relação às famílias que burlaram o processo e não posteriormente eram averiguadas que não se enquadravam nos critérios preestabelecidos de participação no programa.

Programa 25: Programa Municipal de Moradia Digna

Órgão Executor: Secretaria Municipal de Educação Habitação

Objetivo: Este Programa tem como objetivo garantir às pessoas de baixa renda, cuja a situação socioeconômica não permita arcar, total ou parcialmente com os custos para construção, adequar e melhorar sua moradia própria, conforme laudo técnico social

Público Alvo: Este programa é dirigido, prioritariamente a pessoas que sejam: deficientes em condições de vulnerabilidade social; portadores de doenças crônicas que comprovem a incapacidade de laborar; jovens, desde que sejam chefes de família e comprovem a vulnerabilidade social

Ações do PPA:

- ✓ Implementação de Programas Municipais de Moradia Digna
- ✓ Desapropriação de terras e Construção de Unidades Habitacionais
Construção de unidades habitacionais
- ✓ Reforma e ampliação de Unidades Habitacionais □ Assistência Técnica de Engenharia e Arquitetura

Execução do programa:

Não houve nenhuma construção, no entanto, foram entregues 23 unidades, em junho de 2016 que foram construídas no ano anterior.

5.4 Desenvolvimento habitacional no Município de Canaã dos Carajás ano 2017

5.4.1 Breve histórico das ações da Secretaria Municipal de Habitação- SEMHAB

Programa: Implementação da política de habitação de interesse social

Objetivo: Buscar promover uma gestão eficiente e eficaz que venha possibilitar o desenvolvimento habitacional no município.

Principais ações:

- ✓ Implantação da Secretaria de Habitação.

Ainda no ano de 2014 houve um investimento no quesito implementação da Secretaria de Habitação, garantindo assim a estruturação e contratação de servidores para o seu funcionamento para atender demandas habitacionais do município.

- ✓ Manter a Secretaria Municipal de Habitação

No que se refere à manutenção da secretaria de habitação, a gestão pública municipal vem mantendo recursos orçamentários para os gastos com a contratação e manutenção de servidores públicos, recursos de material de expediente, aluguel de prédio, aluguel de veículos, galões de água e combustível, etc.

- ✓ Manter o Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social

A Secretaria Municipal de Habitação forneceu os subsídios e esforços necessários para a manutenção do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social e auxiliando em suas reuniões ordinárias e extraordinárias.

- ✓ Manutenção do Fundo de Habitação de Interesse Social

Ressaltamos que o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – FMHIS ainda continua existindo apenas na lei municipal nº 691/2015, faltando a regulamentação do mesmo com o intuito de definir os percentuais e fontes dos recursos, bem como abertura de conta própria com discriminação específica para essa finalidade.

- ✓ Elaboração do Plano de Habitação de Interesse Social

Ressaltamos que, ainda em 2014, foi realizado esforço com servidores da Secretaria Municipal de Habitação, Secretaria de Planejamento, Secretaria de obras, IDURB, Secretaria de Meio Ambiente, entre outras instituições com o intuito de colher informações e documentos a nível municipal e subsidiar a consultoria contratada para dar maior celeridade ao processo de elaboração do Plano Local de Habitação de Interesse Social-PLHIS. Ressaltamos ainda que o referido PLHIS foi aprovado pelo Conselho de Habitação de Interesse Social em 09/2014.

Programa: Ampliar e democratizar o acesso à moradia

Objetivo do Programa: Fomentar a adesão dos grupos familiares em déficit habitacional a se cadastrarem no banco de dados municipal, com o intuito de realizar o acompanhamento técnico social das famílias carentes inscritas com ênfase na realidade socioeconômico e habitacional orientando-as a respeito dos critérios e condicionalidades necessárias para participar dos programas habitacionais existentes.

Principais ações:

- ✓ Manutenção e Ampliação do Cadastro Social de Habitação de Interesse Social – HIS.

No ano de 2017 a SEMHAB deu continuidade na ação de manter o cadastro social voltado para a habitação de interesse social se encontra em pleno exercício, haja vista que a Secretaria Municipal de Habitação vem disponibilizando estrutura necessária de sua instituição com servidores públicos e matérias essenciais ao cumprimento desta finalidade para atender exclusivamente os grupos familiares que desejam ser amparados pela política habitacional local e/ou que desejam aguardar na lista de espera (cadastro reserva) para serem inseridos em futuros programas habitacionais.

Sabendo-se ainda que a SENHAB sempre procura desenvolver ações de cadastro e acompanhamento as “Áreas de Ocupação” existentes em nosso município.

- ✓ Manutenção da Visitação e Avaliação Técnico Social.

A SEMHAB mantém a ação de Visitação e Avaliação Técnica Social em pleno exercício, haja vista que disponibilizamos servidores públicos com formação de nível superior e específica na área social responsável pela realização da análise socioeconômica das famílias cadastradas averiguando se

possuem ou não perfil e condicionalidades dos programas habitacionais em vigor em nosso município.

Programa: Programas da política nacional habitação de interesse social

Objetivo do Programa: Atender os grupos familiares carentes e em déficit habitacional residentes em Canaã dos Carajás e que se enquadrem no maior número de critérios Nacionais e Adicionais possíveis, tais como: renda inferior a R\$ 1.600,00 mensais; famílias com pessoas com deficiência; família com pessoas idosas; Populações Oriundas de comunidades tradicionais; famílias com mulheres responsáveis pela unidade familiar; razão de dependência; moradores da área de risco, entre outros.

Principais ações:

- ✓ Implementação e Fiscalização do Programa Minha Casa Minha Vida

Desde o ano de 2014 uma equipe de servidores públicos com o intuito de implementar a política habitacional local de nosso município, na época conhecido como departamento de habitação, ainda vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Social, algo que nesse mesmo ano veio a ser erguida a condição de Secretaria Municipal de Habitação.

Neste sentido o Residencial Canaã se tornou realidade atendendo 933 famílias beneficiados com o programa minha casa minha vida do governo federal.

Em 2017 a SEMHAB executou o PPTS do Programa Minha Casa Minha Vida, junto às 27 famílias beneficiadas no município no ano de 2008, que não fora contemplado com o trabalho técnico social na época enquanto exigência do Ministério das Cidades.

- ✓ Implementação de outros Programas Nacionais de Habitação

No que se refere a implementação de outros Programas Nacional de Habitação pontuamos que foi dado continuidade a realização do cadastro dos grupos familiares, a triagem inicial, a avaliação e acompanhamento técnico social, e por fim, o encaminhamento de dossiês para o governo do estado do Pará voltados para a contemplação dos grupos familiares no Programa Cheque Moradia.

Programa: Programa municipal de Moradia Digna

Objetivo do Programa: Tem como objetivo garantir às pessoas de baixa renda, cuja situação socioeconômica não permita arcar, total ou parcialmente

com os custos para construção, adequar e melhorar sua moradia própria, conforme laudo técnico social.

Principais ações:

- ✓ Implementação do Programa Municipal de Moradia Digna

A SEMHAB continuou com a ação de cadastramento de famílias vinculadas as demandas de habitação de interesse social.

- ✓ Desapropriação de terras para Construção de Unidades Habitacionais

Assim como em 2016, no ano de 2017 não houve nenhuma desapropriação de terras para construção de 23 unidades habitacionais.

- ✓ Construção de Unidades Habitacionais

Assim como no ano anterior, em 2017 não foi possível a realizar a construção de nenhuma unidade habitacional.

- ✓ Reforma e Ampliação de Unidades Habitacionais

No que se refere as ações para realizar ampliações e reformas de unidades habitacionais não foi possível viabilizar a execução, pois tais ações dependem de parceria com o governo federal, através do programa Cartão Reforma que ainda está em fase de ajustes e detalhamento, para que possam iniciar atividades no município. A mesma coisa acontece com o Programa Cheque Moradia que depende da parceria com o governo do Estado/COHAB.

No entanto, ainda no segundo quadrimestre, a equipe técnica da secretaria de habitação deu continuidade ao trabalho de campo, realizando visitas in loco, para o cadastramento de famílias em situação de vulnerabilidade a serem beneficiadas com os programas habitacionais como cheque moradia, cartão reforma, minha casa minha vida, moradia digna e melhorias sanitárias domiciliares.

5.5 Desenvolvimento habitacional no Município de Canaã dos Carajás ano 2018¹⁰

5.5.1 Breve histórico das ações da Secretaria Municipal de Habitação-SEM HAB

Programa: Gestão Administrativa

¹⁰ Referente ao primeiro quadrimestre do ano de 2018.

Objetivo do Programa: Buscar promover uma gestão eficiente e eficaz que venha possibilitar o desenvolvimento habitacional no Município.

Principais ações:

✓ Manter a Secretaria Municipal de Habitação

A Secretaria Municipal de Habitação no primeiro quadrimestre, administrativamente, conseguiu estabelecer um controle de fluxo em relação as demandas apresentadas pela população, especialmente no que se refere ao cadastro reserva para obtenção de moradia, além das demandas da secretaria junto aos demais órgãos de governo por meio de memorandos e ofícios para garantir o bom funcionamento da SEMHAB.

Em relação a capacitação técnica, mesmo a SEMHAB não tendo promovido novos cursos para treinamento e capacitação de sua equipe técnica objetivando proporcionar maior conhecimento dos programas dos governos federal e estadual voltados para a moradia, as ações de visitas de campo para vistorias em áreas de atuação da secretaria no âmbito da política de moradia de interesse social foram realizadas com sucesso.

Diante do exposto, está previsto para o segundo quadrimestre a capacitação da equipe técnica da SEMHAB para facilitar a discussão e acesso aos variados programas de moradia junto aos diversos órgãos da gestão pública estadual e federal.

Ainda em relação a capacitação não foi possível adquirir, pela insuficiência de recursos financeiros, software específico para monitoramento e gestão da política de habitação com abrangência do território urbano e rural, conforme previsto para o início de 2018. Assim como a contratação de Assessoria Técnica especializada para suporte jurídico e técnico.

✓ Manter o Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social

Como forma de manter o Conselho Municipal de Habitação - CMHIS, ainda no primeiro quadrimestre de 2018, a Secretaria Municipal de Habitação estimulou o debate para a realização da Conferência Municipal de Habitação para discutir com a sociedade as políticas de moradia de interesse social.

Ainda relacionado a manutenção do CMHIS foi realizado o processo de renovação dos membros do conselho, sendo concretizado por meio do decreto nº 973/2018 – GP.

✓ Programa Lote Solidário

A SEMHAB não conseguiu viabilizar o Programa Lote Solidário no município no primeiro quadrimestre de 2018. A previsão é que a secretaria dê início a discussão com a equipe técnica da SEMHAB no segundo quadrimestre para posterior discussão no governo, bem como no CMHIS para implantação futura.

Programa: Minha Casa Minha Vida e Moradia Digna

Objetivo do Programa: Reduzir o déficit habitacional com a construção de unidades habitacionais, bem como melhorar as habitações já existentes.

Principais ações:

- ✓ Desapropriar Área Para Fins de Construção de Unidades Habitacionais

No primeiro quadrimestre de 2018 não foi possível realizar nenhum processo de desapropriação de área no perímetro urbano para fins de construção de unidades habitacionais no município. Principalmente em virtude da insuficiência de recursos financeiros na pasta da habitação para execução de ações voltadas a atender a demanda reprimida de moradia no município.

- ✓ Construir, Ampliar e Reformar Unidades Habitacionais

No primeiro quadrimestre de 2018 não foi possível construir unidades habitacionais no município em virtude da indisponibilidade de recursos financeiros, bem como pela inexistência de convênio com o governo federal para ampliação do programa Minha Casa Minha Vida.

Em relação as ações para realizar ampliações e reformas de unidades habitacionais não foi possível viabilizar a execução, pois tais ações dependem de parceria com o governo federal, através do programa Cartão Reforma que ainda está em fase de ajustes e detalhamento, para que possam iniciar atividades no município. A mesma coisa acontece com o Programa Cheque Moradia que depende da parceria com o governo do Estado/COHAB.

Nesse período, primeiro quadrimestre, a equipe técnica da secretaria de habitação realizou trabalho de campo, visitas in loco, para o cadastramento de famílias em situação de vulnerabilidade a serem beneficiadas com os programas habitacionais como cheque moradia, cartão reforma, minha casa minha vida, moradia digna e melhorias sanitárias domiciliares.

Ainda no primeiro quadrimestre, a equipe técnica da SEMHAB realizou diversas atividades para monitoramento de famílias que residiam em áreas de risco no perímetro urbano de Canaã dos Carajás, em especial no bairro Novo

Brasil, o que resultou na retirada das famílias dessas áreas e alocadas em áreas adequadas ou em aluguel social aguardando a construção de unidades habitacionais do programa moradia digna para serem contempladas.

Nesse mesmo período não foi possível viabilizar ações para implantar programa específico com o intuito de conter invasões no perímetro urbano.

✓ Programa Municipal Moradia Digna

O programa Moradia Digna implantado pelo governo municipal com recursos próprio vem sendo acompanhado pela SEMHAB, principalmente no que se refere a manutenção das unidades habitacionais com a limpeza das fossas através do serviço do SAAE.

Está em curso no segundo quadrimestre a produção de projeto para construção de 20 unidades habitacionais a ser executado no terceiro quadrimestre de 2018. Objetiva-se com o projeto, dentre outras, atender as famílias remanejadas de áreas de risco que se encontram em aluguel social.

Programa: Política Nacional de Habitação de Interesse Social

Objetivo do Programa: Executar Projeto de Trabalho Técnico Social (PTTS) do Minha Casa Minha Vida (Residencial Canaã).

Principais ações:

✓ Atender a Política de Habitação de Interesse Social

A Secretaria Municipal de Habitação elaborou o Projeto de Trabalho Técnico Social – PTTS e foi enviado a Comissão Permanente de Licitação da prefeitura com o intuito de realizar o processo licitatório e contratar empresa especializada para executar o projeto no Residencial Canaã. Infelizmente o processo licitatório não foi finalizado em virtude de falhas processuais e recursos das empresas concorrentes no certame.

Considerando que a implantação do PTTS prevê seu início 3 (três) meses antes das famílias tomarem posse das unidades habitacionais e termino 6 (seis) meses após a posse, não obstante, a Caixa Econômica fez a entrega das unidades antes da implantação do PTTS, o que ficou prejudicado a sua execução.

Diante do exposto, ainda no primeiro quadrimestre de 2018, a SEMHAB procurou a Caixa Econômica para viabilizar a mudança de modalidade do projeto, passando de Projeto de Trabalho Técnico Social – PTTS para Plano de

Desenvolvimento Social e Territorial – PDST que poderá ser executado após a entrega das unidades habitacionais no referido residencial.

Neste sentido, estamos aguardando o parecer final da Caixa Econômica Federal para realizar as adequações no projeto inicial, bem como as devidas providências legais para sua execução. A previsão é que tais encaminhamentos ocorram no segundo e terceiro quadrimestre.

✓ Programa: Minha casa, Minha Vida

Objetivo do Programa: Construir Unidades Habitacionais faixa 1 (um) e 2 (dois) do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV).

Principais ações:

✓ Realizar convênios com o Governo Federal para a construção de Unidades Habitacionais (faixa 1 e 2) no município.

A Secretaria de Habitação no primeiro quadrimestre atuou em duas frentes para viabilizar a construção de unidades habitacionais. A primeira foi no sentido de tentar viabilizar convênio com o governo (Caixa Econômica Federal) para construção de 400 (quatrocentas) unidades. Infelizmente tivemos problemas para compravação da propriedade da área apresentada como local para a implantação do projeto, haja vista que a mesma pertence a união e não ao município. A outra frente foi, e continua sendo, a realização de cadastro de reserva para a seleção de famílias com perfil para beneficiários do programa minha casa, minha vida.

Está previsto para os próximos quadrimestres a continuidade das ações da SEMHAB junto aos órgãos do governo federal com o intuito de realizar convênio ir sanando a demanda reprimida da moradia de interesse social no município.

Programa: Cartão Reforma

Objetivo do Programa: Firmar convênio com o Governo Federal para a implantação do cartão reforma.

Principais ações:

✓ Realizar convênio com o Governo Federal para a construção de Unidades Habitacionais no município.

No primeiro quadrimestre de 2018 a SEMHAB realizou contatos iniciais com o Ministério das Cidades com o intuito de implantar o Cartão Reforma no município. Inclusive realizou cadastro de famílias dos bairros São José, Santa

Vitória e Vale do Sossego à serem beneficiadas com o cartão reforma. Infelizmente o programa se encontra paralizado no Ministério das Cidades. Estamos aguardando a liberação do governo federal para dar continuidade processo de cadastro de novas famílias, bem como firmar convênio para a execução dos já encaminhados ao ministério.

2º Quadrimestre 2018

Programa: Gestão Administrativa

Objetivo do Programa: Buscar promover uma gestão eficiente e eficaz que venha possibilitar o desenvolvimento habitacional no município.

Ações do PPA:

- ✓ Manter a Secretaria Municipal de Habitação

A Secretaria Municipal de Habitação no *segundo quadrimestre*, administrativamente, conseguiu manter o controle de fluxo em relação as demandas apresentadas pela população, especialmente no que se refere ao cadastro reserva para obtenção de moradia, além das demandas da secretaria junto aos demais órgãos de governo por meio de memorandos e ofícios para garantir o bom funcionamento da SEMHAB.

No segundo quadrimestre, além de manter a rotina de cadastramento de possíveis beneficiários dos programas de moradia, a SEMHAB, atendendo solicitação da Procuradoria Geral do Município, por meio da equipe técnica realizou levantamento socioeconômico junto às famílias do Acampamento Monte Sião, área pública do município destinada para a implantação do aterro sanitário municipal, localizada às proximidades da VS 52, com o intuito de diagnosticar situações de vulnerabilidade social para posterior avaliação do poder judiciário e outros encaminhamentos necessários da gestão municipal. No qual se constatou que o coletivo ali acampado reclama por assentamento na referida área para produção por meio da agricultura familiar.

Em relação a capacitação técnica, a SEMHAB participou de cursos, promovidos pelo município e Vale, para treinamento e capacitação de sua equipe técnica, assistentes sociais e demais profissionais da secretaria, objetivando proporcionar maior conhecimento dos programas dos governos federal e estadual voltados para a moradia, as ações de visitas de campo para vistorias em áreas de atuação da secretaria no âmbito da política de moradia de interesse social foram realizadas com sucesso.

Diante do exposto, está previsto dar continuidade no terceiro quadrimestre a capacitação da equipe técnica da SEMHAB para facilitar a discussão e acesso aos variados programas de moradia junto aos diversos órgãos da gestão pública estadual e federal.

Ainda em relação a capacitação continuou não sendo possível adquirir, pela insuficiência de recursos financeiros, software específico para monitoramento e gestão da política de habitação com abrangência do território urbano e rural, conforme previsto para o início de 2018. Assim como a contratação de Assessoria Técnica especializada para suporte jurídico e técnico.

✓ Manter o Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social

Como forma de manter o Conselho Municipal de Habitação - CMHIS, no *segundo quadrimestre* de 2018, a Secretaria Municipal de Habitação participou ativamente das reuniões do CMHIS, contribuindo de maneira importante na discussão e aprovação do Regimento Interno do Conselho que disciplina o seu funcionamento, servindo como suplementação da Lei Municipal nº 691/2015, de 22 de setembro de 2015.

✓ Programa Lote Solidário

A SEMHAB não conseguiu viabilizar o Programa Lote Solidário no município no *segundo quadrimestre* de 2018. A previsão é que a secretaria dê início a discussão com a equipe técnica da SEMHAB no terceiro quadrimestre para posterior discussão no governo, bem como no CMHIS para implantação futura.

Programa: Minha Casa, Minha Vida e Moradia Digna.

Objetivo do Programa: Reduzir o déficit habitacional com a construção de unidades habitacionais, bem como melhorar as habitações já existentes.

Ações do PPA:

✓ Desapropriar Área Para Fins de Construção de Unidades Habitacionais

Assim como no primeiro quadrimestre de 2018, no *segundo quadrimestre*, não foi possível a realizar nenhum processo de desapropriação de área no perímetro urbano para fins de construção de unidades habitacionais no município. Principalmente em virtude da insuficiência de recursos financeiros na pasta da habitação para execução de ações voltadas a atender a demanda reprimida de moradia no município.

✓ Construir, Ampliar e Reformar Unidades Habitacionais

No *segundo quadrimestre* de 2018 não foi possível construir unidades habitacionais no município em virtude da indisponibilidade de recursos financeiros, bem como pela inexistência de convênio com o governo federal para ampliação do programa Minha Casa Minha Vida.

Em relação as ações para realizar ampliações e reformas de unidades habitacionais não foi possível viabilizar a execução, pois tais ações dependem de parceria com o governo federal, através do programa Cartão Reforma que ainda está em fase de ajustes e detalhamento, para que possam iniciar atividades no município. A mesma coisa acontece com o Programa Cheque Moradia que depende da parceria com o governo do Estado/COHAB.

No entanto, ainda no segundo quadrimestre, a equipe técnica da secretaria de habitação deu continuidade ao trabalho de campo, realizando visitas in loco, para o cadastramento de famílias em situação de vulnerabilidade a serem beneficiadas com os programas habitacionais como cheque moradia, cartão reforma, minha casa minha vida, moradia digna e melhorias sanitárias domiciliares.

Nesse mesmo período não foi possível viabilizar ações para implantar programa específico com o intuito de conter invasões no perímetro urbano.

✓ Programa Municipal Moradia Digna

No *segundo quadrimestre*, a equipe técnica da SEMHAB realizou diversas atividades para monitoramento de famílias que residiam em áreas de risco no perímetro urbano de Canaã dos Carajás, em especial no bairro Novo Brasil, o que resultou na retirada das famílias dessas áreas e alocadas em áreas adequadas ou em aluguel social aguardando a construção de unidades habitacionais do programa moradia digna para serem contempladas.

O programa Moradia Digna implantado pelo governo municipal com recursos próprio vem sendo acompanhado pela SEMHAB, principalmente no que se refere a manutenção das unidades habitacionais com a limpeza das fossas através do serviço do SAAE.

No *segundo quadrimestre* de 2018 a SEMHAB elaborou projeto técnico, que se encontra em fase análise, para construção de 27 (vinte e sete) unidades habitacionais a ser executado no terceiro quadrimestre de 2018. Objetiva-se com o projeto, dentre outras, atender as famílias remanejadas de áreas de risco que se encontram em aluguel social.

Programa: Política Nacional de Habitação de Interesse Social

Objetivo do Programa: Executar Projeto de Trabalho Técnico Social (PTTS) do Minha Casa Minha Vida (Residencial Canaã).

Ações do PPA:

- ✓ Atender a Política de Habitação de Interesse Social

No *segundo quadrimestre* de 2018, a Secretaria Municipal de Habitação, através de sua equipe técnica, trabalhou a adequação do PTTS em Plano de Desenvolvimento Social e Territorial – PDST que poderá ser executado no Residencial Canaã após a entrega das unidades habitacionais.

A adequação do PDST se encontra em fase final de ajuste para o seu encaminhamento junto aos órgãos da administração municipal, bem como Caixa Econômica Federal para parecer final e as devidas providências legais para sua execução. A previsão é que tais encaminhamentos ocorram no terceiro quadrimestre.

Programa: Minha Casa, Minha Vida.

Objetivo do Programa: Construir Unidades Habitacionais faixa 1 (um) e 2 (dois) do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV).

Ações do PPA:

- ✓ Realizar convênios com o Governo Federal para a construção de Unidades Habitacionais (faixa 1 e 2) no município.

A Secretaria de Habitação no *segundo quadrimestre* deu continuidade em sua atuação em duas frentes para viabilizar a construção de unidades habitacionais. A primeira foi no sentido de tentar viabilizar convênio com o governo (Caixa Econômica Federal) para construção de 400 (quatrocentas) unidades. Infelizmente tivemos problemas para compravação da propriedade da área apresentada como local para a implantação do projeto, haja vista que a mesma pertence a união e não ao município. A outra frente foi, e continua sendo, a realização de cadastro de reserva para a seleção de famílias com perfil para beneficiários do programa minha casa, minha vida.

Está previsto para os próximos quadrimestres a continuidade das ações da SEMHAB junto aos órgãos do governo federal com o intuito de realizar convênio para sanar a demanda reprimida da moradia de interesse social no município.

Programa: Cartão Reforma

Objetivo do Programa: Firmar convênio com o Governo Federal para a implantação do cartão reforma.

Ações do PPA:

- ✓ Realizar convênio com o Governo Federal para a construção de Unidades Habitacionais no município.

No segundo quadrimestre de 2018 a SEMHAB deu continuidade nos contatos com o Ministério das Cidades com o intuito de implantar o Cartão Reforma no município. Inclusive realizando cadastro de famílias em diversos bairros à serem beneficiadas com o cartão reforma.

5.6 Declarações de ex- secretário de habitação- Gestão 2014-2017

Como já dito anteriormente, a Secretaria Municipal de Habitação foi criada no ano de 2014. Sem demérito algum a outros secretários que atuaram na SEMHAB, foi elencado abaixo o depoimento de um gestor que ocupou o cargo de secretário de habitação por maior período. Tal depoimento faz-se necessário para que se possa ter um olhar diferenciado sobre as dificuldades, as perspectivas e os desafios da gestão do setor habitacional.

5.6.1 Marcos Paulo de Assis



Tive a honra de ser escolhido para ser o primeiro secretário de habitação do Município de Canaã dos Carajás – PA, missão que cumpri na integra com a ajuda da equipe técnica que formamos. Gerir esta pasta com enormes desafios e um déficit habitacional elevado, era o nosso principal desafio, por outro lado saber que mais de cinco mil famílias sem moradia própria depositavam em nós a esperança de realizar o sonho da casa própria através da recém criada secretaria, isso me deu o ânimo para começar uma busca incessante pelos programas disponíveis através dos Governos Federal, Estadual e Municipal. Existia uma grande parte das famílias em vulnerabilidade vivendo de maneira improvisadas nas áreas de preservação

permanente e áreas consideradas de risco, além das famílias que viviam de alugueis em cômodos sem a menor condição de habitabilidade, todas estas famílias passaram a frequentar as dependências da SEMHAB em busca de soluções para esse grave problema social, fatos pelos quais diuturnamente buscávamos atender com amor e respeito cada família na sua particularidade. Foi neste cenário que aceitei ser secretário e com humildade, coragem e determinação criei um banco de dados e passei então a fazer o levantamento das demandas, estruturação das políticas habitacionais no Município como: Plano de habitação de interesse social, Conselho de habitação etc.; criei o programa Municipal Moradia Digna com objetivo de beneficiar com recursos do Município as famílias de baixa renda que vive em condições de vulnerabilidade social, consegui fazer adesão ao programa Cheque Moradia do Governo Estadual e beneficiar cerca de cem famílias com Materiais de construção para construção total, parcial, reformas e acabamentos em residências de pessoas de baixa renda, este benefício melhorou significativamente a vida dos que foram beneficiados e isto pra mim fazia valer o meu esforço diário, tive a oportunidade de entregar lotes sociais no Bairro Alto Bonito para famílias que foram transferidas de locais de interesse público e ocupações e com isto reiteramos o compromisso com as famílias afetadas. Em relação as ocupações que persistiam em nossa Cidade nós passamos a cadastrar as famílias e fazer cruzamento de dados para dar as tratativas justas a cada caso e com isto passamos a fazer a regularização dos bairros Vale da Benção e Santa Vitória que recebeu os serviços de aberturas de ruas, redes de energia elétrica, rede de água tratada, coleta de lixo e transporte escolar, além de outros benefícios como acesso pavimentado para os novos bairros. Para dar publicidade e transparência aos trabalhos da SEMHAB nós realizamos diversas audiências públicas e seminários para respeitar a participação da sociedade que é fundamental para o sucesso do nosso trabalho. Havia no Município um grave problema relacionado ao convênio com o Ministério das Cidades, na Gestão anterior ao nosso Governo foi iniciado o Programa Minha Casa Minha Vida objetivando a construção de 933 Moradias além de aparelhos públicos e acesso pavimentado para o então empreendimento, ocorre que houve diversas falhas no convênio e também na contratação da empresa que iniciou a obra que estava embargada, tomada pelo mato e com sinais de que jamais seriam retomadas até por causa da defasagem,

pois na fase atualizada do programa já eram novas modalidades de construção com outra tabela de preços. Assim retomamos as negociações e conseguimos encontrar os graves problemas que impediam o sucesso da obra. A área doada para o FAR (Fundo de Arrendamento Residencial) estava sem a efetivação do pagamento e o proprietário queria receber ou retomar sua propriedade que estava avaliada em quase Quatro Milhões de Reais, do outro lado estava a construtora que por vários problemas de ordem trabalhistas e gestão teve que rescindir o contrato e abandonar a obra iniciada com unidades que posteriormente tiveram que ser demolidas completamente. Foram meses de negociações com os entes da Federação e a Caixa Econômica Federal para encontrarmos uma solução e não perder a grande chance de beneficiar as 933 famílias naquele empreendimento, tivemos que pagar os quase quatro milhões pela área e fazer um termo de cooperação onde entramos com a doação da referida da área, construção das vias de acesso pavimentada, distribuição de água tratada e estação de tratamento de esgoto e fizemos ainda o processamento da massa asfáltica quente (CBUQ) nas ruas do Residencial Canaã para garantir a qualidade na infraestrutura. Paralelo a todas estas ações a equipe técnica da SEMHAB fazia atendimento das famílias, inscrição, cadastro, agendamento e visitas in loco para todas as famílias cadastradas para juntar o processo e enviar para análise da Caixa Econômica Federal que dava o parecer final, fizemos audiências públicas e diversas reuniões com a sociedade para dar publicidade e transparência a todo processo, fato pelo qual fomos elogiados pelo Governo, Caixa Econômica Federal e pela sociedade. Conseguimos melhorar de maneira significativa a vida de Milhares de famílias em nosso Município e tudo fizemos respeitosamente com base no princípio ético e igualitário. Agradeço ao Exmo. Prefeito Jeová G. Andrade que me escolheu para compor a base de seu governo e durante o tempo em que estive Secretário me deu todo respaldo e autonomia para desenvolver as citadas ações que beneficiaram diretamente o nosso povo, tenho dedicado minha vida ao serviço público buscando incansavelmente atender as demandas da sociedade que eu considero como prioridade, tenho consciência de que ainda há muito para fazer, porém fiz uma parte importante que jamais será esquecida e acredito também que aqueles que me sucederem darão continuidade as ações visando sanar o déficit habitacional do nosso Município de Canaã dos Carajás – PA.

Resumo dos trabalhos realizados na minha gestão á frende da SEMHAB:

- >Plano de Habitação de Interesse Social
- >Criação do Programa Moradia Digna
- >Adesão ao Programa Cheque Moradia
- >Entrega do Cheque Moradia para 100 famílias
- >Entrega de 37 lotes sociais no Bairro Alto Bonito
- >Construção de 23 Unidades Habitacionais no Bairro Ouro Preto
- >Conclusão de 933 Unidades Habitacionais do Programa MCMV
- >Início da Regularização dos Bairros Vale da Benção e Santa Vitória.
- >assinatura do convênio de construção de 149 conjunto sanitários

6. Investimento financeiro em habitação no Município de Canaã dos Carajás¹¹

A habitação constitui um direito humano fundamental, desta forma, a declaração universal dos Direitos Humanos, proclamada em 1948, estabelece em seu artigo 26, que todos têm direito a um padrão de vida adequada, incluindo-se nesse conceito a moradia.

Investir em moradia é um meio de desenvolver o social, visto que, moradia ruim ou falta dela é associado com saúde inadequada, isso sugere que melhorar as condições de habitação consequentemente melhoraria as condições de saúde dos munícipes.

Outro fator importante é que, investir em habitação é distribuir riquezas dentro do âmbito municipal que esse investimento está inserido.

Dentre outros fatores, os supracitados por si só justificam o investimento em habitação, destarte, essa sessão demonstrará os investimentos feitos em habitação no Município de Canaã dos Carajás.

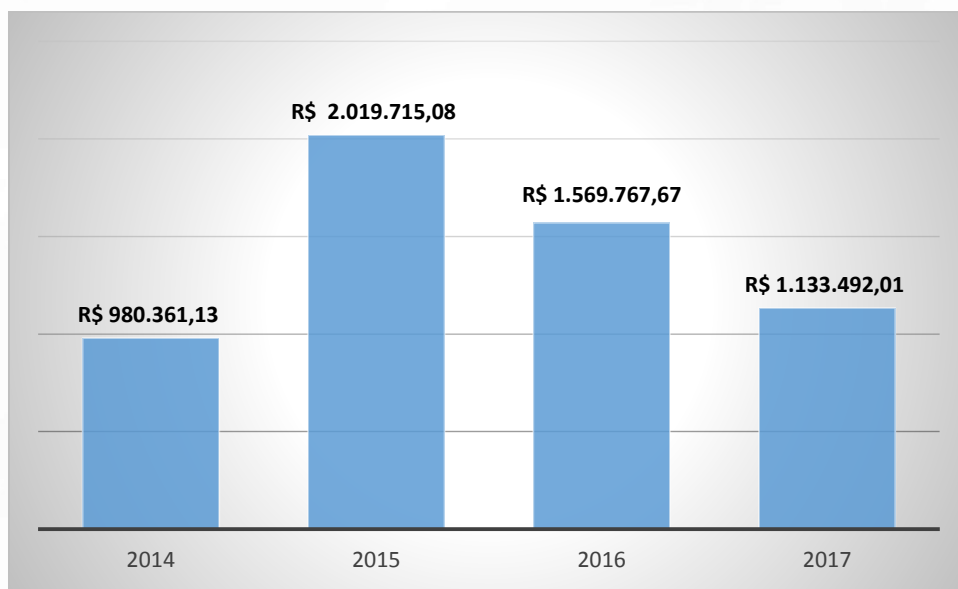
Abaixo podemos contemplar dados referentes aos investimentos executados em habitação.

¹¹ Buscou-se demonstrar somente os gastos relacionados diretamente com a SEMHAB, sendo que, o valor referente a” Locação Social” encontra-se diretamente ligado a SEMDES. Desta forma, os gastos referentes a infraestrutura e indenizações ficou silente nesta seção.

6.1 Investimentos realizados pela SEMHAB

Na tabela abaixo, pode-se verificar o montante total destinado à habitação. Os investimentos foram levantados a partir do ano de 2014, ano este de criação da Secretaria Municipal de Habitação.

Gráfico n°14: Tabela de investimentos em habitação- 2014/2017



TOTAL INVESTIDO R\$: 5.703.335,89

Fonte: Seplan

6.2 Aluguel Social

De acordo com dados aferidos pela Gestão Municipal, segue na tabela abaixo, o número de pessoas beneficiadas com o aluguel social entre os anos de 2013 a agosto de 2018.

Tabela n°08: Beneficiários do Programa “Aluguel Social”

Ano	Número de pessoas beneficiadas	Valor
2013	6	R\$2.950,00
2014	8	R\$ 8.880,00
2015	23	R\$ 21.250,00
2016	15	R\$ 15.560,00
2017	3	R\$ 3.150,00
2018	34	R\$ 25.090,00
		TOTAL: R\$ 76.880,00

Fonte: SEMDES

7. Análise da Área Urbana do Município de Canaã dos Carajás

Os grandes fluxos populacionais atraídos pela mineração transferiram para a Prefeitura novas responsabilidades frente ao processo de urbanização e oferta de infraestrutura física e social, e esta, por sua vez, dotada de reduzida capacidade de gestão, relegou ao poder privado a infraestruturação do meio urbano. Visando conter essa sequência de impactos ao território urbano, o município aprovou em 2007 o primeiro Plano Diretor Participativo Municipal (PDPCC), instituindo o limite do perímetro urbano, e o INCRA efetuou a doação da 1ª Léguas Patrimonial do município, na área mais consolidada do centro urbano, iniciando o processo de regularização fundiária (BANDEIRA, 2014).

Entretanto, em meio a estes processos foi anunciado o início das obras de implantação do Projeto S11D, maior projeto de extração de ferro da Vale, atraindo uma nova onda migratória e novos investimentos, que acentuaram os processos de valorização fundiária e ensejaram disputas territoriais. A esteira desse processo, a população da cidade apresentou um crescimento de mais de 78% nos anos após a chegada da mineração, e os proprietários fundiários, ambicionando ter suas terras incluídas no ambiente urbano para viabilizar o parcelamento do solo, forçaram sucessivas revisões do perímetro urbano do Plano Diretor - a primeira em 2008, em seguida em 2011 e a última em 2012.

Em consulta ao Plano Diretor de Canaã dos Carajás 2007 e 2012, foram identificados os indícios de ocupação irregular urbana do município.

A análise, portanto, tem como objetivo identificar as alterações ocorridas na sede do município entre os anos 2010 e 2016 com foco em dois aspectos:

- Expansão da área coberta por solo urbanizado;
- Identificação de áreas com indícios de ocupação irregular.

Para tanto, a metodologia utilizada baseia-se na análise comparativa da evolução da mancha urbana de Canaã dos Carajás, ano a ano, durante o período estudado, com dados extraídos da sobreposição de informações do Plano Diretor de Canaã às imagens de satélite Geoeye dos anos de 2011, 2014 e 2015 e Worldview dos anos de 2011, 2013 e 2016.

Para quantificar a extensão de solo urbanizado na Sede Municipal foi realizada análise temporal estática da cobertura do solo com as imagens dos Satélites Geoeye (30/10/2010, 06/09/2011, 07/06/2014 e 15/07/2015) e

Worldview (24/05/2011, 26/09/2013 e 16/07/2016). A partir da análise da imagem realizou-se a vetorização do polígono ocupado pela área urbanizada dos anos de 2010, 2011 (meses de maio e setembro), 2013, 2014, 2015 e 2016, a partir da sobreposição destas informações foram elaborados os mapas abaixo com a expansão da mancha urbana de Canaã dos Carajás ao longo desse período.

No recorte temporal de análise, o total de área com solo urbanizado passou de 14,84 Km² em 2010, para 33,51,80 Km² em 2016. A análise realizada ano a ano permite observar uma expansão gradual do solo urbanizado durante o período de 2010 a 2013. A partir de 2013, observa-se a aceleração do processo, provavelmente, vinculado com a revisão do Plano Diretor do município. O acréscimo de 14,02 km² urbanizados entre 2013 e 2016 ocorreu, principalmente, via a criação de novos loteamentos nas zonas periféricas da cidade.

Nos últimos anos monitorados, portanto, a mancha urbana de Canaã dos Carajás saltou de 24,49 Km² em 2014 para 33,51km² em 2016. As maiores alterações se deram nas regiões nordeste e sul do município.

Para estimar a área onde o solo possui indícios de ocupações irregulares, a análise partiu da definição de critérios para sua delimitação:

Ocupações irregulares:

- Parcelamentos de solo em áreas com inclinação superior a 30%;
- Parcelamentos de solo em áreas de proteção permanentes dos cursos d'água;
- Extensões e invasões de áreas e passeio públicos;
- Conjuntos de habitações insalubres.

A seguir, foi realizada a vetorização das seguintes informações:

- Perímetros dos Ambientes Especiais de Interesse Social e Ambiente de Proteção Natural indicados nos Planos Diretores de 2006 e 2012;
- Perímetros de áreas verdes, áreas de uso institucional e demais espaços públicos indicados na cartografia do Plano de Saneamento do município;
- Áreas de Proteção Permanente – a partir da vetorização dos cursos d'água identificados na imagem de satélite de 2010 e da criação de buffer com 30m de áreas non aedificandi.

Figura nº12 Expansão da mancha urbana: Canaã dos Carajás – 2010/2016



Fonte: A construção dos dados de 2010 até 2015 foi realizada pela Synergia, enquanto a construção do modelo de 2016 foi realizada pela Amplo Engenharia.

7.1 Imóveis em área de risco ou de preservação ambiental

Entre 2010 a 2015 Houve aumento de 6 para 25 edificações identificadas em Área de Proteção Permanente (APP), impactando cursos d'água e ameaçando a segurança hídrica do município.

Foram identificados e quantificados os pontos com invasão ou alteração de Área de proteção Permanente (APP):

- Em 2010: 6 pontos indicando pequenos conjuntos de edificações que avançaram dentro da APP;
- Em maio de 2011: não são observadas alterações do quadro anterior;
- Em setembro de 2011: verifica-se o crescimento do número de edificações sobre APPs e as primeiras ocorrências de aterramento ou canalização de cursos d'água decorrente da abertura de novos parcelamentos urbanos;
- Em 2013: verifica-se o crescimento de ambas as ocorrências, com destaque para um crescimento de mais de 100% das ocorrências de aterramento ou canalização de cursos d'água. Novamente observa-se a coincidência da expansão do impacto da urbanização sobre cursos d'água, com a aprovação da revisão do Plano Diretor municipal;
- Em 2014: não são observadas alterações do quadro anterior;
- Em 2015: 25 pontos indicando impactos nos cursos d'água foram identificados na imagem de 2010. Destes, 16 pontos referem-se a ocorrências de

aterramento/canalização dos cursos d'água por novos loteamentos e 9 pontos se referem a conjuntos de edificações que avançaram dentro da APP.

- Em 2016: Somando-se aos 25 pontos mapeados em 2015 foram localizados, por intermédio da imagem de 2016, mais quatro focos de indícios de ocupação irregular, sendo três pontos de loteamentos em áreas de cursos d'água aparentemente aterrados, e um foco de ocupação em APP.

Tabela nº 09: Indícios de irregularidades em função do uso de Área de Proteção Permanente: Canaã dos Carajás – 2010/2016

Irregularidades devido ao uso de APP	2010	Primeiro Semestre de 2011	Segundo Semestre de 2011	2013	2014	2015	2016
	Conjunto de Edificações sobre APP	6	6	8	9	9	9
Pontos de Aterramento ou Canalização de Curso D'água	n/a	n/a	3	7	7	16	19

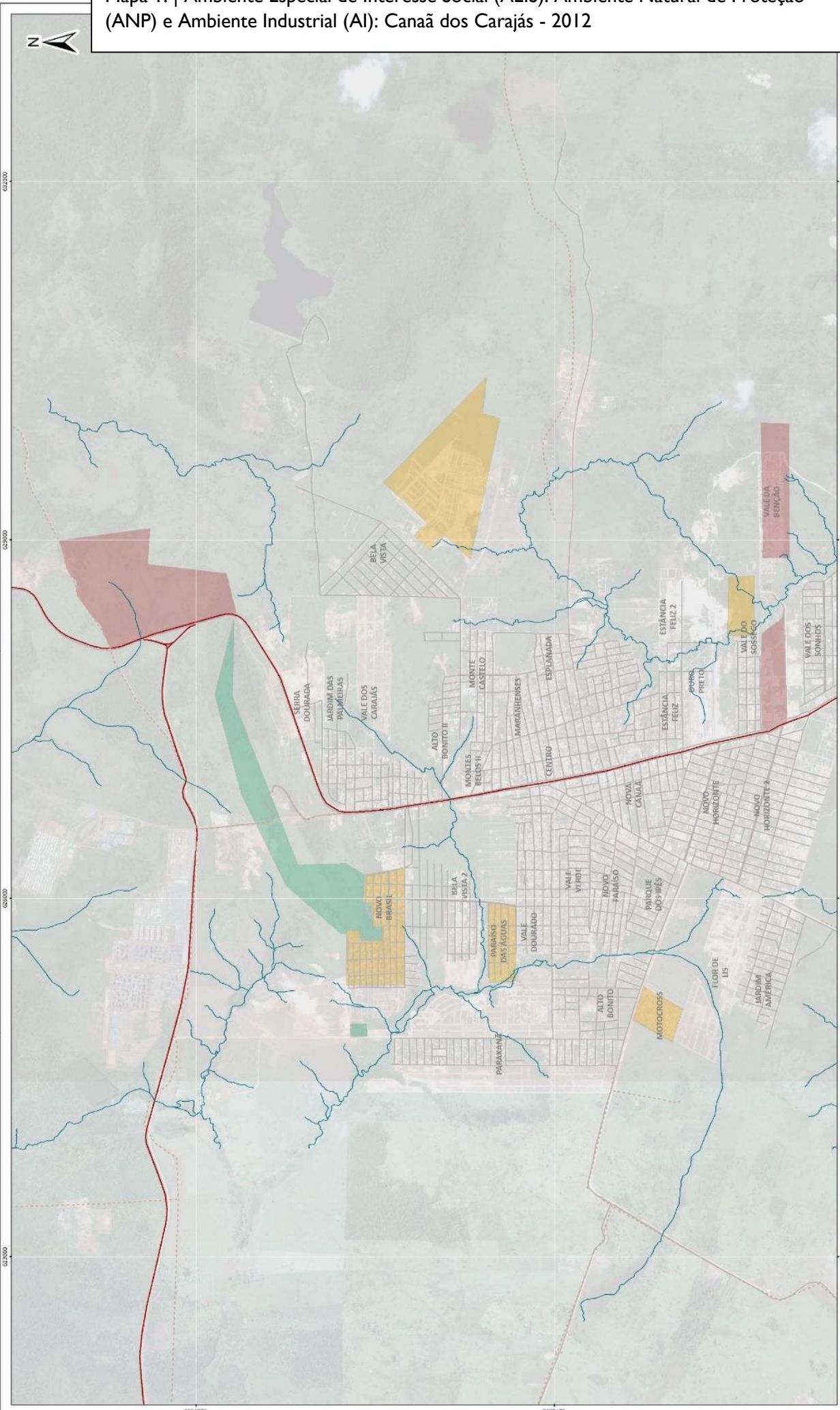
Fonte: A construção dos dados de 2010 até 2015 foi realizada pela Synergia, enquanto a construção do modelo de 2016 foi realizada pela Amplo Engenharia.

Cabe destacar que o cenário observado na análise da imagem de 2016 já era indicado como um fenômeno recorrente em 2006, quando o Diagnóstico do PDCC destaca o tratamento comumente dado as APPs na área urbana:

“São raros os casos em que os parcelamentos respeitaram a reserva de áreas públicas, bem como as áreas de preservação permanente às margens de córregos e ao redor de nascentes. E, quando as primeiras foram reservadas, falta o poder público delas apropriar-se. O comum é que sejam ocupadas indevidamente ou, no caso das faixas de preservação dos corpos d'água, degradadas por aterro ou lançamento irregular de esgoto.” (PDCC, 2006)

Os mapas apresentados na sequência trazem as imagens das manchas urbanas e de indícios de ocupações irregulares em diferentes períodos durante o monitoramento, além do mapa contendo a identificação do Ambiente Especial de Interesse Social, do Ambiente Natural de Proteção e do Ambiente Industrial de Canaã dos Carajás, conforme o PDCC.

Mapa 1: | Ambiente Especial de Interesse Social (AEIS). Ambiente Natural de Proteção (ANP) e Ambiente Industrial (AI): Canaã dos Carajás - 2012







Projeto: MONITORAMENTO DE INDICADORES SOCIOECONÔMICOS DO EMPREENDIMENTO S11D - CANAÃ DOS CARAJÁS / PA

Título: AMBIENTE ESPECIAL DE INTERESSE SOCIAL (AEIS), AMBIENTE NATURAL DE PROTEÇÃO (ANP) E AMBIENTE INDUSTRIAL (AI): CANAÃ DOS CARAJÁS - 2012


Fonte(s):

- Área descritas no PD - PD/CC, 2012
- Hidrografia - MON/IN/VEZ 2010 e SYNERGIA, 2015
- Estradas - PD/CC, 2007
- Imagem de satélite - WGS84/42, 2014

RELAÇÃO	INDICAÇÃO	DESCRIÇÃO	DETA	MUN	ANEXO	DATA
1	1	1	1	1	1	22/07/2015



PROJEÇÃO Universal Transversa de Mercator (UTM)
Datum: International Spheroidal Usos 225



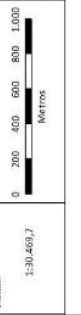
CROQUI DE LOCALIZAÇÃO

Legenda

Ambientes do PD 2012:

- Ambiente Especial de Interesse Social
- Ambiente Natural de Proteção
- Ambiente industrial

- Curso d'água
- Estrada pavimentada
- Estrada não pavimentada



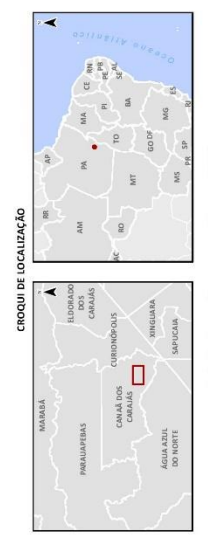
Folha Nº: 1/1

Mapa 2: | Avanço da mancha urbana: Canaã dos Carajás - 30/10/2010 Mapa 5: | Avanço da mancha urbana: Canaã dos Carajás - 30/10/2010



Source: Esri, DigitalGlobe, GeoEye, Earthstar Geographics, CNES/Airbus DS, USDA, USGS, AEX, Getmapping, Aerogt, IGN, IGP, swisstopo, the GIS User Community

- Legenda**
- Mancha urbana 30/10/2010
 - Divisa de quadrante
 - Localidades
 - Estradas
 - Pavimentada
 - Não pavimentada



REV.	DESCRIÇÃO	DEL.	VER.	APROV.	DATA
0	1ª VERSÃO	MA		AB	10/12/2015

synergia SOC. CIVIL DE UTILIDADE PÚBLICA

VALE

Projeto: **MONITORAMENTO DE INDICADORES SOCIOECONÔMICOS DO EMPREENDIMENTO 511D - CANAÃ DOS CARAJÁS/ PA**

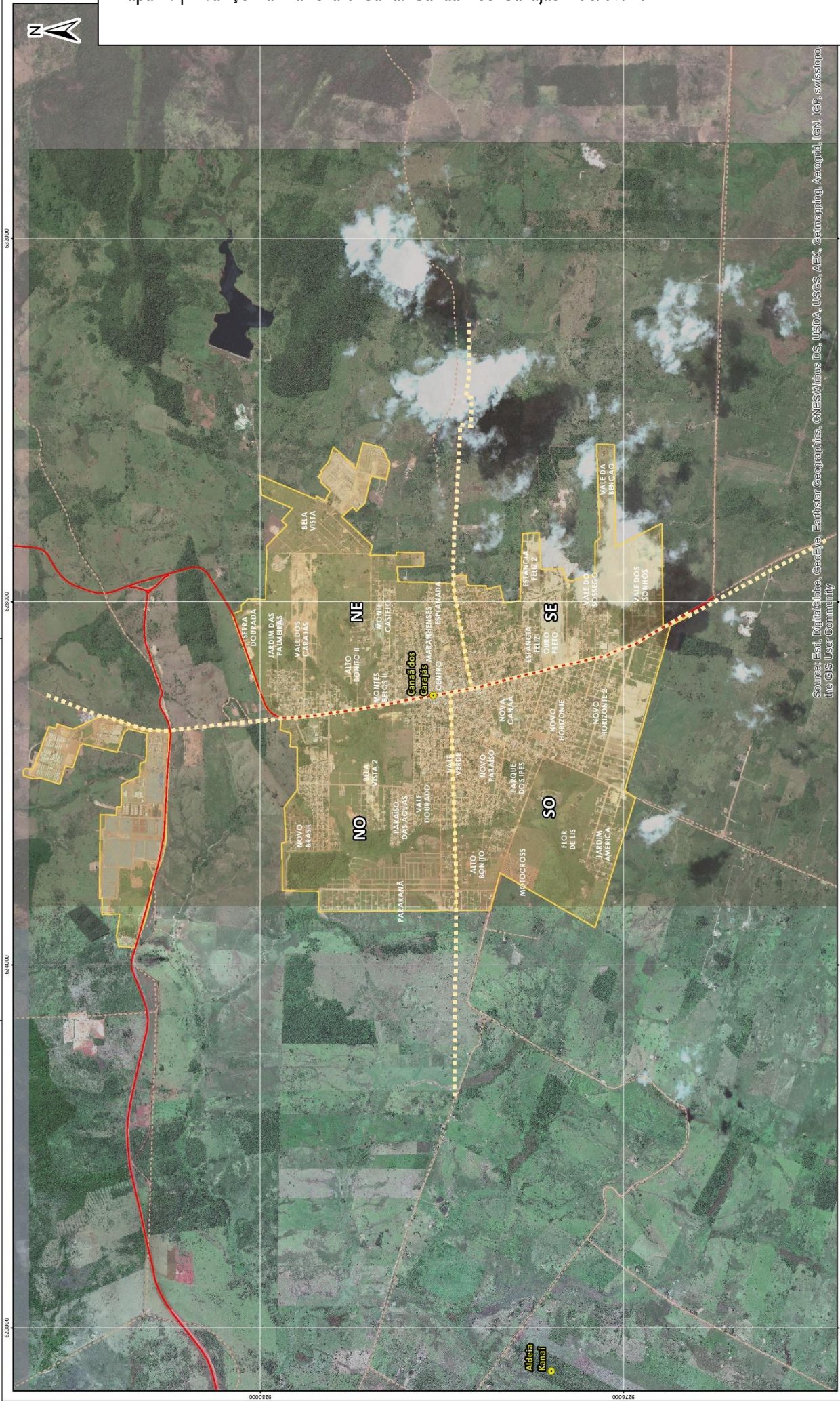
Título: **MANCHA URBANA 30/10/2010 - CANAÃ DOS CARAJÁS/ PA**

Folha Nº: **1/1**

Av. Birmeia, 104, 13º andar
República - 06046-010 - São Paulo - SP
PABX: +55 (11) 3887-0660

Fone(s):
- Imagem de Satélite - WORDVIEW 2010
- Localidades - IBGE, 2010 e VALE, 2014
- Mancha urbana 2010 - WORDVIEW 2010 e SYNERGIA, 2015
- Quadrante - SYNERGIA, 2015

Mapa 4: | Avanço da mancha urbana: Canaã dos Carajás - 06/09/2011



Source: Esri, DigitalGlobe, GeoEye, Earthstar Geographics, CNES/Airbus DS, USDA, USGS, AEX, Geomatic, AeroGRID, IGN, IGP, swisstopo, the GIS User Community




Av. Ilhéus, 104, 13 andar
 Rio de Janeiro - RJ 22440-002 - São Paulo - SP
 FONE: +55 (11) 3087 0600

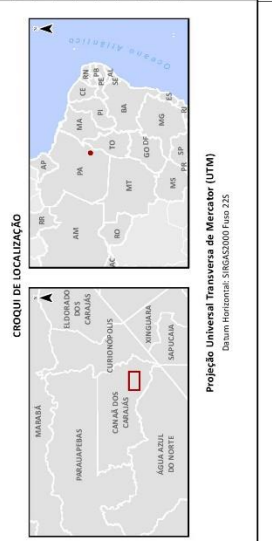
Projeto: **MONITORAMENTO DE INDICADORES SOCIOECONÔMICOS DO EMPREENDIMENTO S11D - CANAÃ DOS CARAJÁS/ PA**

Título: **MANCHA URBANA 06/09/2011 - CANAÃ DOS CARAJÁS/ PA**

Fonte(s):
 - Imagem de Satélite - GEOEYE 2011
 - Localidades - IBGE, 2010 e VALE, 2014
 - Mancha urbana 2012 - GEOEYE 2011 e SYNERGIA, 2015
 - Quadramos - SYNERGIA, 2015

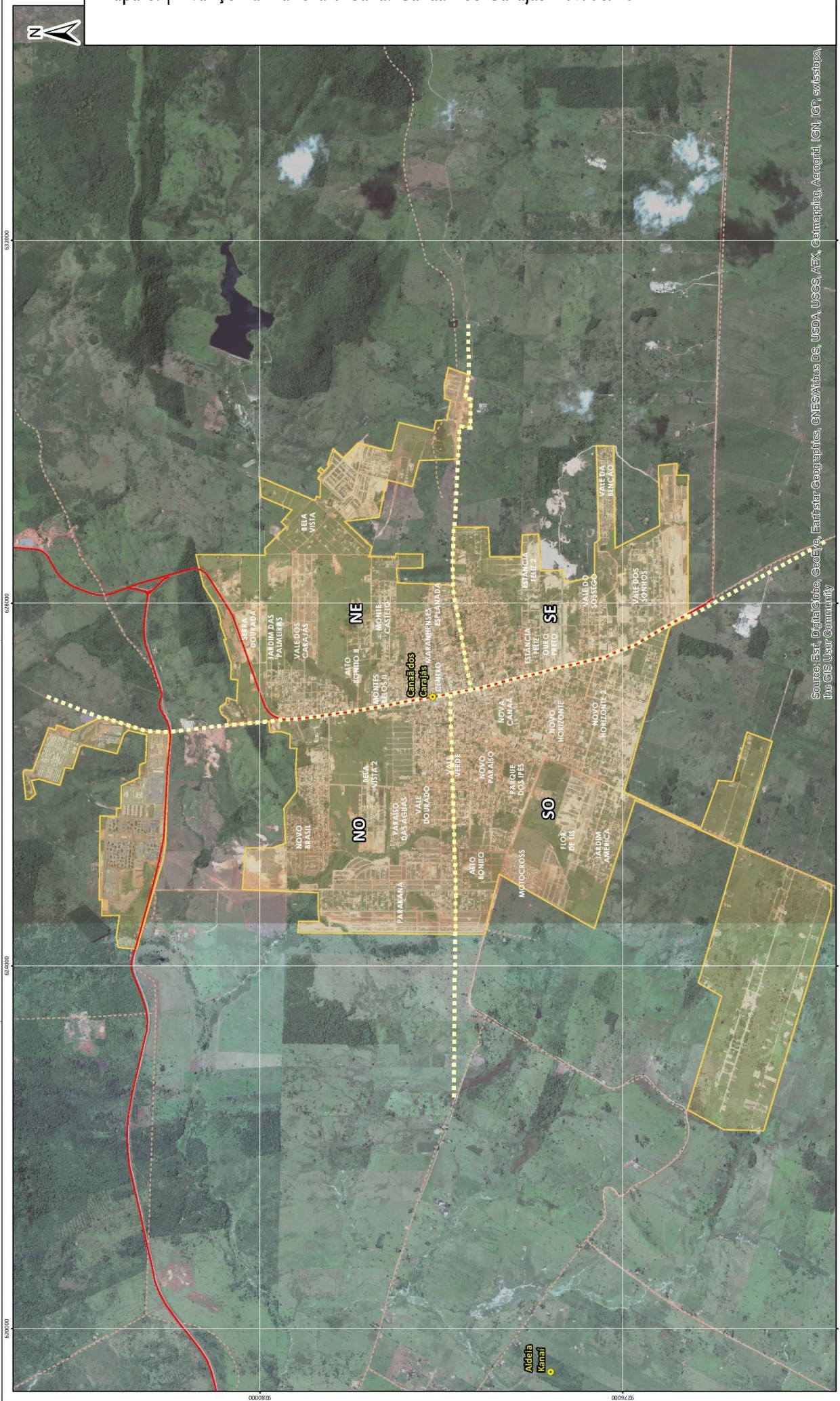
Folha Nº: 1/1

REV.	DESCRIÇÃO	DES.	VER.	APROV.	DATA
0	1ª VERSÃO	MOA	-	AB	30/12/2015



Legenda

- Mancha urbana 06/09/2011
- Divisa de quadrante
- Localidades
- Estradas
- Pavimentada
- Não pavimentada



Source: Esf. DigitalCidade, GeoEye, Earthstar Geographics, CNES/Airbus DS, USDA, USGS, AEX, Comapping, AeroGRID, IGN, ICP, Swisstopo, the GIS User Community

Av. Belém, 155, 1º andar
 Belém/PA - CEP: 01044-010 - São Paulo - SP
 FONE: +55 (11) 3057-0660

PROJETO: MONITORAMENTO DE INDICADORES SOCIOECONÔMICOS DO EMPREENDIMENTO S11D - CANAÃ DOS CARAJÁS / PA
 TÍTULO: MANCHA URBANA 07/06/2014 - CANAÃ DOS CARAJÁS / PA

REV.	DESCRIÇÃO	DES.	VER.	APROV.	DATA
01	2ª VERSÃO	NOA	-	AB	10/12/2015

CROQUI DE LOCALIZAÇÃO

Projeção Universal Transversa de Mercator (UTM)
 Datum: Horizontal: SIRGAS2000 Fuso 22S

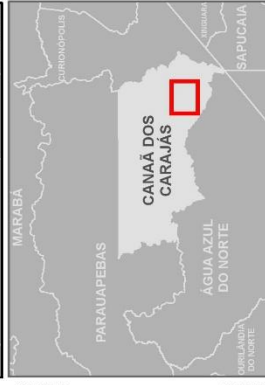
Legenda

- Mancha urbana 07/06/2014
- Divisa de quadrante
- Localidades
- Estradas
- Pavimentada
- Não pavimentada

Fonte(s):
 - Imagem de Satélite - GEDEVE 2014
 - Localidades - IBGE, 2010 e VALE, 2014
 - Mancha urbana 2014 - GEDEVE 2014 e SYNERGIA, 2015
 - Quadrantes - SYNERGIA, 2015

Escala: 0 500 1.000 1.500 2.000 Metros

Folha Nº: 1/1



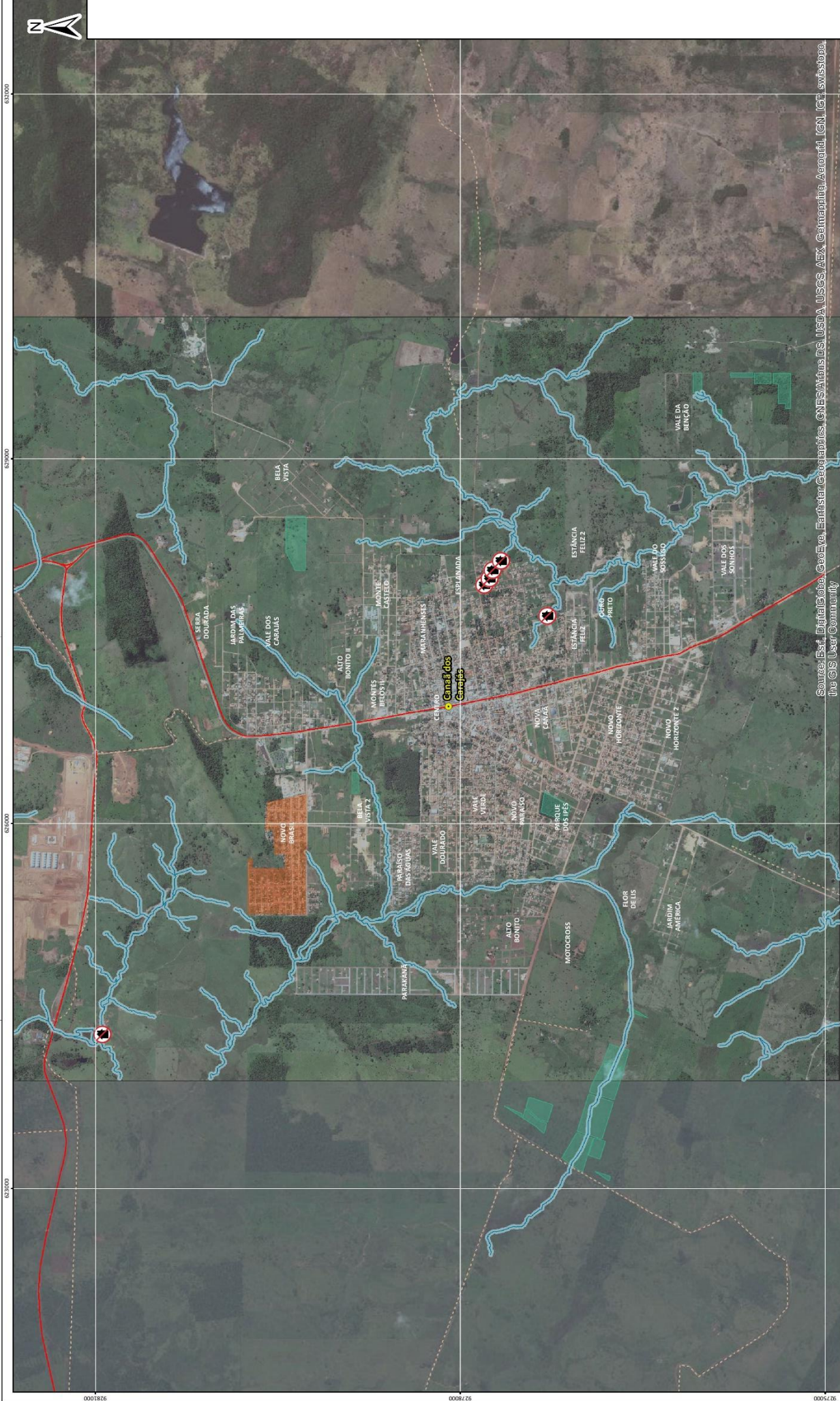
Mapa 8: | Avanço da mancha urbana: Canaã dos Carajás - 2016




Projeto: **Monitoramento dos Indicadores Socioeconômicos do Empreendimento S11D**
 Título: **Mancha Urbana, 2016 - Canaã dos Carajás/ PA**
 Elaboração: **Alessandro Cazeli** | Data: **20/02/2017** | Formato: **Arquivo**; **pmise_camna_s11D_ManchaUrbana2016_v01**

Base Cartográfica (Fonte): limites políticos (IBGE, 2015); localidade (IBGE, 2010 e Vale, 2014); divisa de quadrante (Synergia); mancha urbana (Synergia, 2010 a 2015 e Amplo, 2016).
 Sistema de Coordenadas: SIRGAS 2000 UTM Zone 22S
 Projeção: Transverse Mercator
 Origem da Quilometragem: Equador e Meridiano 48°W Greenwich acrescidas das constantes 10.000 km e 500 km, respectivamente

Mapa I0: | Índícios de ocupações irregulares: Canaã dos Carajás - 24/05/2011



Sources: Esf. Digital Globe, GeoEye, Earthstar Geographics, CNES/Airbus DS, USDA, USGS, AeroGRID, IGN, ICF, swisstopo, the GIS User Community

MONITORAMENTO DE INDICADORES SOCIOECONÔMICOS DO EMPREENDIMENTO S11D - CANAÃ DOS CARAJÁS/ PA

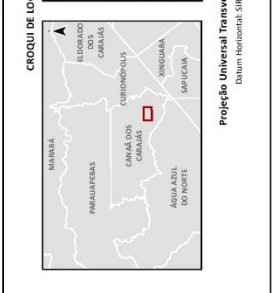
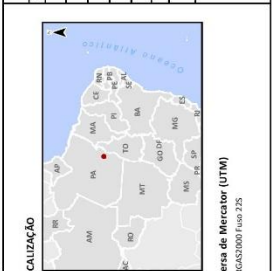
Projeto: OCUAÇÕES IRREGULARES - 24/05/2011 - CANAÃ DOS CARAJÁS/ PA

Título: OCUAÇÕES IRREGULARES - 24/05/2011 - CANAÃ DOS CARAJÁS/ PA

Fonte(s):
 - Localidades - IBGE, 2010 e VALE, 2014
 - Área Irregulares - PDPC, 2007 e SYNERGIA, 2015
 - Estradas - PDPC, 2007 e SYNERGIA, 2015
 - Estradas - PDPC, 2007
 - Imagem de satélite - WORLDVIEW, 2011

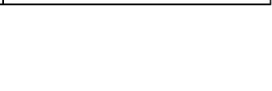
Folha Nº: 1/1

REV.	DESCRIÇÃO	DES.	VLR.	APROV.	DATA
0	1º VERSÃO	RM/OL	NOA	VC	21/08/2015

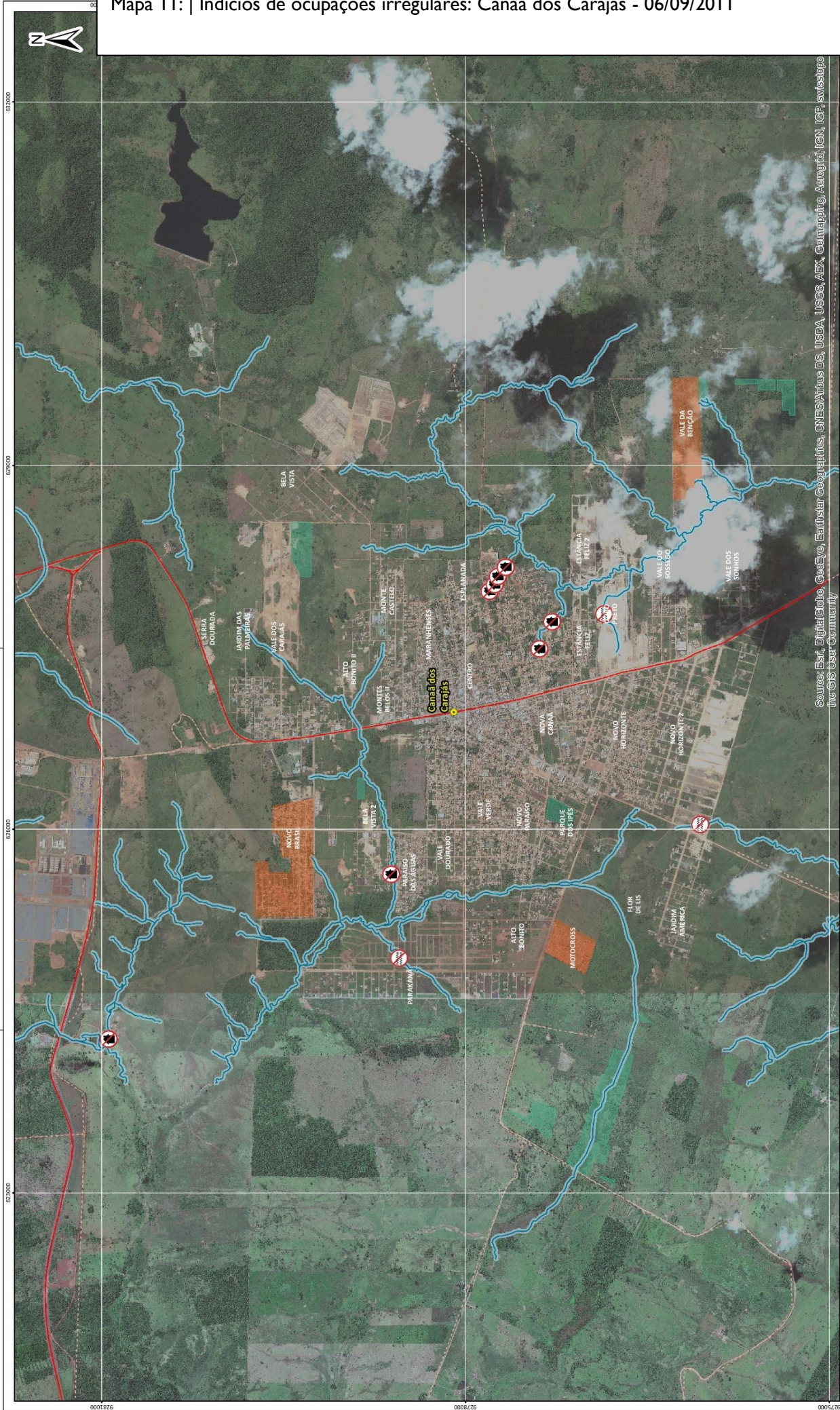


Legenda

- Ocupação em APP
- Ocupação Irregular
- Área de Preservação Permanente (15m p/ cd lado)
- Áreas verdes
- Curso d'água
- Localidades
- Estradas Pavimentada
- Não pavimentada



Mapa 11: | Índícios de ocupações irregulares: Canaã dos Carajás - 06/09/2011



Source: Esri, DigitalGlobe, GeoEye, Earthstar Geographics, CNES/Airbus DS, USDA, USGS, AeroGRID, IGN, ICG, swisstopo, Mapbox User Community

Legenda

- Ocupação em APP
- Aterramento / Canalização de curso d'água
- Estradas
- Ocupação Irregular
- Área de Preservação Permanente (15m p/ cd lado)
- Áreas verdes
- Curso d'água
- Localidades
- Pavimentada
- Não pavimentada

Projeto: MONITORAMENTO DE INDICADORES SOCIOECONÔMICOS DO EMPREENHIMENTO S11D - CANAÃ DOS CARAJÁS/ PA

Título: OCUPAÇÕES IRREGULARES - 06/09/2011 - CANAÃ DOS CARAJÁS/ PA

Folha(s): 1/1

Fontes(s):

- Localidades - IBGE, 2010 e VALE, 2014
- Área Irregular - PDPC, 2012 e SYNERGIA, 2015
- Estradas - PDPC, 2007 e SYNERGIA, 2015
- Estradas - PDPC, 2007
- Imagem de satélite - GEOTRE, 2011

REV. **DESCRIÇÃO** **DES.** **VER.** **APROV.** **DATA**

REV.	DESCRIÇÃO	DES.	VER.	APROV.	DATA
0	1ª VERSÃO	MSA	-	AM	30/12/2015

Projeto: **synergia** SOC. CIVIL DE RESPONSABILIDADE SOCIAL

Título: **VALE**

CROQUI DE LOCALIZAÇÃO

Projeção: Universal Transversa de Mercator (UTM)
Datum Horizontal: SIRGAS2000 Fuso 22S

Fonte(s):

- Localidades - IBGE, 2010 e VALE, 2014
- Área Irregular - PDPC, 2012 e SYNERGIA, 2015
- Estradas - PDPC, 2007 e SYNERGIA, 2015
- Estradas - PDPC, 2007
- Imagem de satélite - GEOTRE, 2011

REV. **DESCRIÇÃO** **DES.** **VER.** **APROV.** **DATA**

REV.	DESCRIÇÃO	DES.	VER.	APROV.	DATA
0	1ª VERSÃO	MSA	-	AM	30/12/2015

Projeto: **synergia** SOC. CIVIL DE RESPONSABILIDADE SOCIAL

Título: **VALE**

Fonte(s):

- Localidades - IBGE, 2010 e VALE, 2014
- Área Irregular - PDPC, 2012 e SYNERGIA, 2015
- Estradas - PDPC, 2007 e SYNERGIA, 2015
- Estradas - PDPC, 2007
- Imagem de satélite - GEOTRE, 2011

Folha(s): 1/1

Mapa 12: | Índices de ocupações irregulares: Canaã dos Carajás - 26/09/2013



Sources: Esri, DigitalGlobe, GeoEye, Earthstar Geographics, CNES/Airbus DE, USDA, USGS, AEX, Comptop, Aergrid, IGN, IGP, Swisstopo, Mapbox User Community

Legenda

- Ocupação em APP
- Aterramento / Canalização de curso d'água
- Estradas Pavimentada
- Estradas Não pavimentada
- Ocupação Irregular
- Área de Preservação Permanente (15m p/ cd lado)
- Áreas verdes
- Curso d'água
- Localidades

CROQUI DE LOCALIZAÇÃO

Projeção: Universal Transversa de Mercator (UTM)
Datum Horizontal: SIRGAS2000 Fuso 22S

REV.	DESCRIÇÃO	DES.	VER.	APROV.	DATA
0	1ª VERSÃO	NCA	-	AB	30/12/2015

VALE **synergia** SVC CAMBÍVEL

Projeto: **MONITORAMENTO DE INDICADORES SOCIOECONÔMICOS DO EMPREENHIMENTO S.LID. - CANAÃ DOS CARAJÁS/ PA**

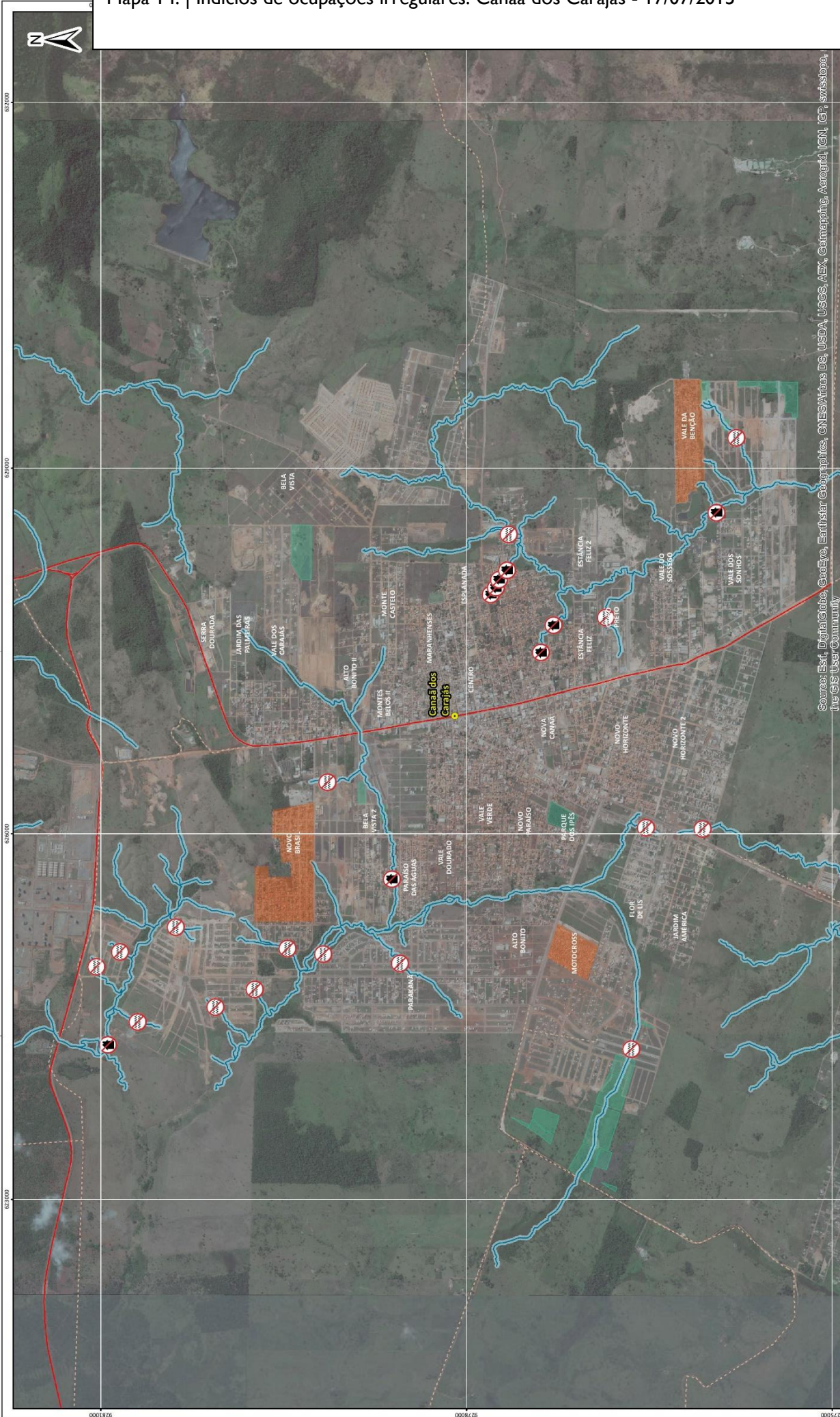
Título: **Ocupações Irregulares - 26/09/2013 - CANAÃ DOS CARAJÁS/ PA**

Folha Nº: **1/1**

Fonte(s):
 - Localidades - IBGE, 2010 e VALE, 2014
 - Área Irregulares - PDJCC, 2012 e SYNERGIA, 2015
 - Estradas - PDJCC, 2012 e SYNERGIA, 2015
 - Estradas - PDJCC, 2007
 - Imagem de satélite - WORLDVIEW, 2013

622000 623000 624000 625000 626000 627000 628000 629000
 0001281000 0005170000 0005170000 0005170000 0005170000 0005170000 0005170000 0005170000

Mapa 14: | Índícios de ocupações irregulares: Canaã dos Carajás - 17/07/2015



Source: Esri, DigitalGlobe, GeoEye, Earthstar Geographics, CNES/Airbus DS, USDA, USGS, AeroX, EarthCam, AerialGrid, IGN, GEBCO, Swirebird, The GIS User Community

MONITORAMENTO DE INDICADORES SOCIOECONÔMICOS DO EMPREENHIMENTO S1.LD - CANAÃ DOS CARAJÁS/ PA

Projeto: OCUPAÇÕES IRREGULARES - 17/07/2015 - CANAÃ DOS CARAJÁS/ PA

Título: OCUPAÇÕES IRREGULARES - 17/07/2015 - CANAÃ DOS CARAJÁS/ PA

Fonte(s):
 - Localidades - IBGE, 2010 e VAI, 2014
 - Hidrografia - WORDVIEW2 2010 e SYNERGIA, 2015
 - Estradas - POPC, 2007
 - Imagem de satélite - GEOTRE, 2015

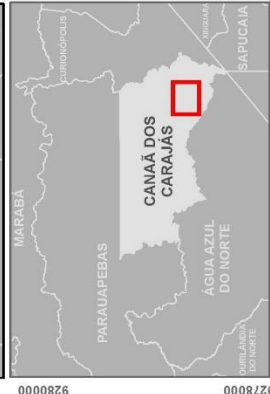
REN	DESCRIÇÃO	IN	VERSAO	DES	VER	ABR	DATA
				AVEL	NOA	VC	21/08/2015
0							

CROQUI DE LOCALIZAÇÃO

Projeção Universal Transversa de Mercator (UTM)
Datum: Horizontal: SIRGAS2000 Eixo 725

Legenda

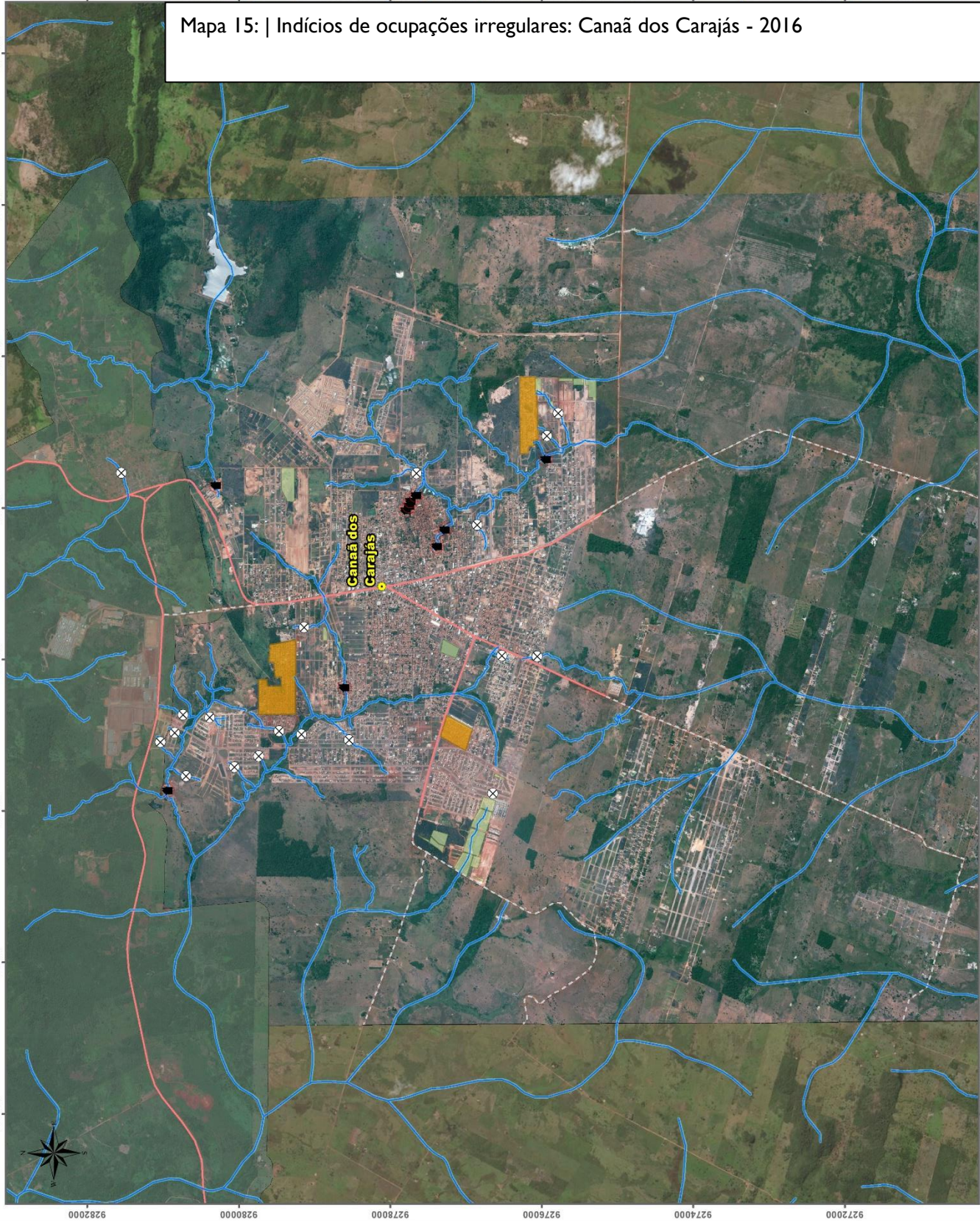
- Ocupação em APP
- Aterramento / Canalização de curso d'água
- Ocupação Irregular
- Área de Preservação Permanente (15m p/ cd lado)
- Áreas verdes
- Curso d'água
- Localidades
- Estradas
- Pavimentada
- Não pavimentada



Legenda

- Localidade
- Ocupação em APP
- Aterramento/ Canalização do Curso d'água
- Hidrografia
- Acesso Pavimentado
- Acesso não Pavimentado
- Áreas Verde
- Ocupação Irregular
- Área de Preservação Permanente

Mapa 15: | Índícios de ocupações irregulares: Canaã dos Carajás - 2016



Projeto: **Monitoramento dos Indicadores Socioeconômicos do Empreendimento S11D**

Título: **Ocupações Irregulares, 2016 - Canaã dos Carajás/ PA**

Elaboração: **Alessandro Cazelli**

Data: 20/02/2017

Formato: Arquivo: A3

Arquivo: pmise_cama_s11D_Ocupacao2016_v01

Base Cartográfica (Fonte): limites políticos (IBGE, 2015); localidade (IBGE, 2010 e Vale, 2014); áreas irregulares (PDCCC, 2012 - Synergia, 2015 - Amplo, 2016).
Imagens: WorldView-3 e GeoEye-1, 2016.

Sistema de Coordenadas: SIRGAS 2000 UTM Zone 22S
Projeção: Transverse Mercator
Origem da Quilometragem: Equador e Meridiano 45°W Greenwich acrescidas das constantes 10.000 km e 500 km, respectivamente

1:52.000

0 0,5 1 2 km

8. Regularização Fundiária

Regularização fundiária é o conjunto de medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais que visam à regularização de assentamentos irregulares e à titulação de seus ocupantes, de modo a garantir o direito social à moradia, o pleno desenvolvimento das funções sociais da propriedade urbana e o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.

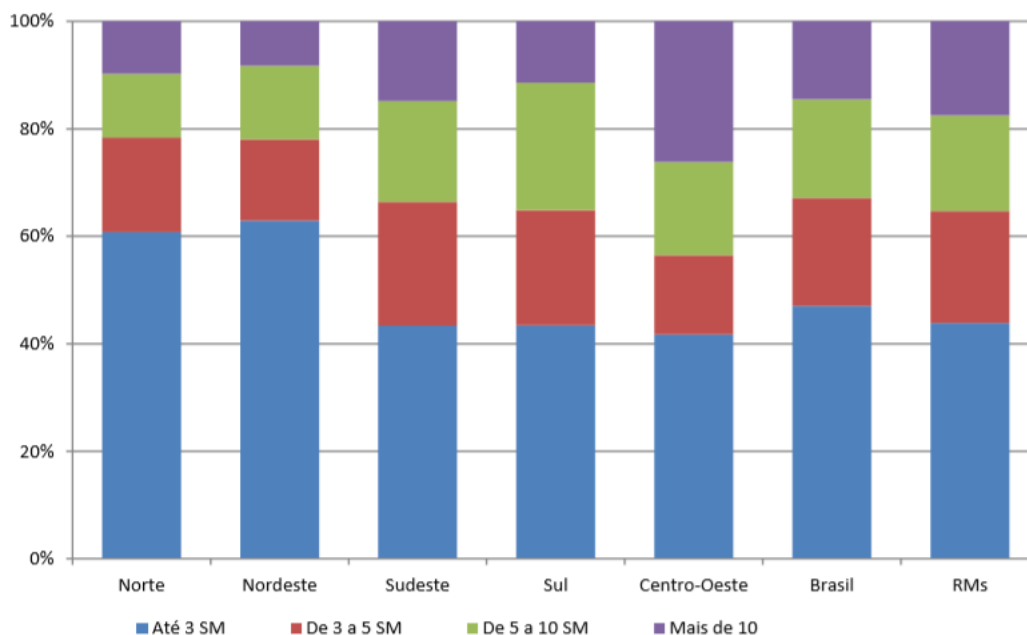
8.1 Inadequação fundiária em área urbana

A inadequação fundiária refere-se aos casos em que pelo menos um dos moradores do domicílio tem a propriedade da moradia, mas não, total ou parcialmente, a do terreno ou da fração ideal de terreno (no caso de apartamento) onde ela se localiza. Ressalte-se que a incidência dessa inadequação está longe de se restringir aos chamados “aglomerados subnormais”¹² e atinge muitos bairros populares, especialmente nos subúrbios e periferias das grandes metrópoles.

Segundo os dados da Pnad 2015, a inadequação fundiária (imóveis em terrenos não legalizados) continua sendo o segundo critério de inadequação que mais afeta os domicílios particulares permanentes urbanos. No total, são 1,871 milhão de unidades, 3,2% dos domicílios particulares permanentes urbanos do país. A região Sudeste aparece com 1,086 milhão de unidades com inadequação fundiária, que representam 3,9% de seus domicílios particulares permanentes urbanos. A região Nordeste tem 350 mil domicílios nessa situação (2,6% dos domicílios), a região Sul tem 282 mil, o Centro-Oeste tem 100 mil e a Norte, 50 mil domicílios urbanos em situação de inadequação fundiária. Isso corresponde a, respectivamente, 3,1%, 2,2% e 1,3% dos domicílios particulares permanentes urbanos. Considerando o recorte metropolitano, a inadequação fundiária é relativamente maior nas regiões metropolitanas (5,1% dos domicílios particulares permanentes urbanos). Nas demais áreas são 2,2% dos domicílios nessa situação.

¹² Eufemismo do IBGE para não utilizar o termo “favelas”. Apesar de popularizado no Brasil, ele é fortemente carregado de preconceito social. Tanto é assim que os moradores das favelas evitam esse nome e preferem dizer que moram em “vilas” e “comunidades”, entre outros.

Gráfico nº15: Inadequação fundiária urbana, por faixas de renda média familiar mensal, em salários mínimos (SM), segundo regiões geográficas e regiões metropolitanas (RMS) – Brasil – 2015



Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – 2015.

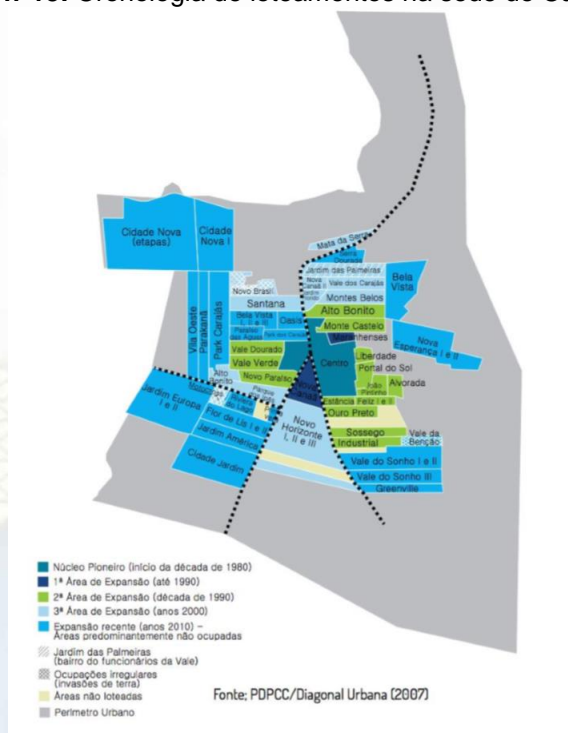
O crescimento populacional de Canaã dos Carajás provocou forte reestruturação fundiária, intensificada com a chegada dos garimpeiros e do Movimento dos Sem-Terra. Temendo que suas terras virassem alvo de ocupação irregular, os proprietários fundiários iniciaram um processo de loteamento destas terras, sobretudo aquelas lindeiras ao núcleo mais estruturado do antigo projeto de assentamento. Percebe-se, então, uma mudança na dinâmica de produção do espaço urbano, visto que “(...) o colono, além de produzir, passou a atuar como pequeno comerciante local e loteador informal de propriedades. Isto, ampliou o setor comercial local e promoveu a expansão do pequeno núcleo infraestruturado” (BANDEIRA, 2014:91).

Observa-se que a transferência de terras do Incra para o município gerou processos de regularização fundiária completamente desarticulados de instrumentos da política urbana, que poderiam viabilizar terras para habitação e equipamentos públicos através de operações urbanas (operações em que os detentores da posse recebessem uma cota, parte do investimento realizado

como remuneração), esse instrumento poderia ser utilizado para viabilizar o alargamento ou a conexão de vias, a produção de habitação de interesse social e a produção de espaços públicos.

O Percentual da mancha urbana definida pela base cartográfica adotada pelos órgãos oficiais, que corresponde a loteamentos não implementados, apenas demarcados ou com baixíssima taxa de ocupação é de 0,42%. Como a inadimplência no pagamento do IPTU é da ordem de 50% isso significa que apenas 29% dessa mancha contribui para arrecadação, ao passo que a pressão por extensão dos serviços públicos de limpeza e iluminação pública extrapola o perímetro urbano.¹³

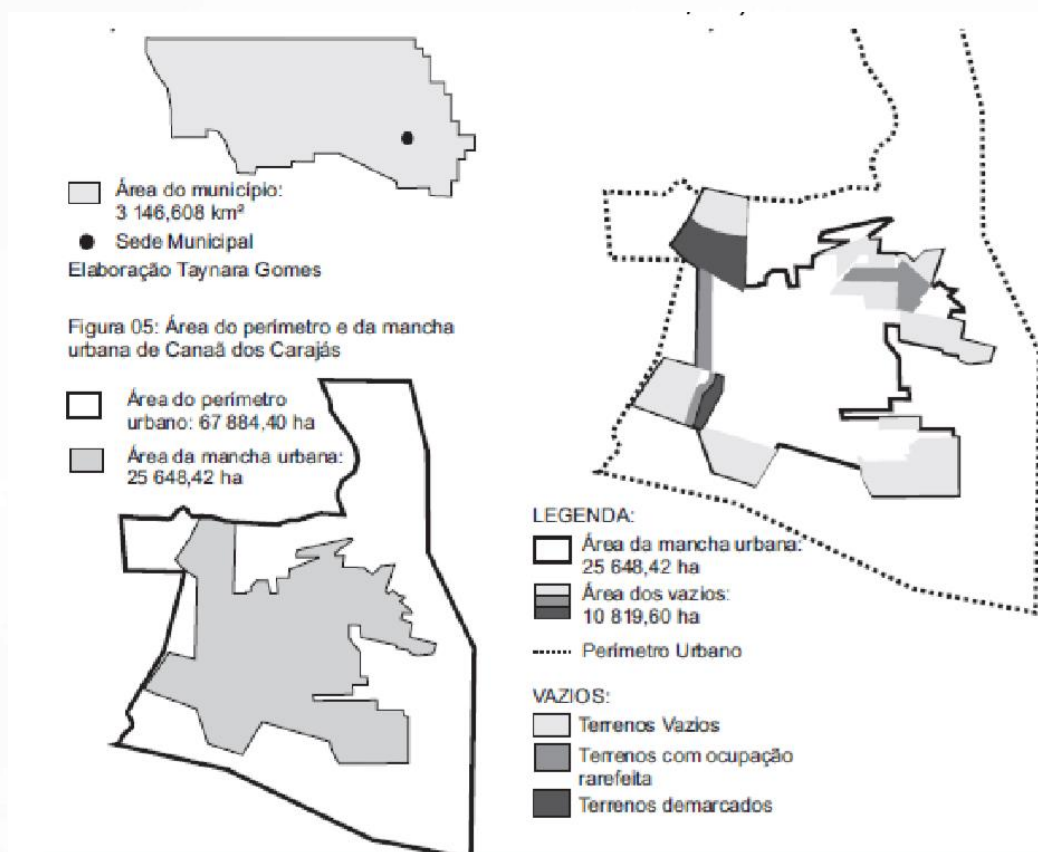
Figura nº13: Cronologia de loteamentos na sede de Canaã dos Carajás



Fonte: Diagnóstico elaborado pela UFPA para o Plano de Mobilidade Urbana de Canaã dos Carajás.

¹³ Diagnóstico elaborado pela UFPA para o Plano de Mobilidade Urbana de Canaã dos Carajás. Ano 2015.

Figura nº14: à esquerda: área do município e, à direita: vazios encontrados dentro da mancha urbana de Canaã dos Carajás (Banco de dados Urbis, 2015).



Fonte: Diagnóstico elaborado pela UFPA para o Plano de Mobilidade Urbana de Canaã dos Carajás.

8.2 Assentamentos precários em áreas urbanas

Os assentamentos precários apresentam várias configurações, como favelas, loteamentos irregulares ou clandestinos, cortiços, conjuntos habitacionais degradados etc., correspondendo cada denominação a uma forma específica de processo de produção destes assentamentos.

Já os loteamentos correspondem a processos de parcelamento do solo em que existe um agente econômico responsável pela subdivisão e pela venda.

A irregularidade dos loteamentos pode dizer respeito ao não cumprimento integral da normativa urbanística, embora em muitos casos haja sido dado início aos procedimentos de licenciamento; já a clandestinidade diz respeito a parcelamentos efetuados sem qualquer iniciativa de licenciamento, ou seja, trata-se de empreendimentos sobre os quais não há registro oficial pelo poder municipal. Quanto às favelas ou similares, são denominações que correspondem a assentamentos caracterizados pela ocupação irregular do solo público ou privado, frequentemente com tipologia desordenada e com padrões urbanísticos

inferiores aos mínimos exigidos pela legislação. Já os conjuntos habitacionais degradados são empreendimentos públicos destinados à habitação de interesse social que, em muitos casos, não chegaram a concluir seus procedimentos de titulação – caracterizando uma situação de informalidade dos moradores – e, seja por patologias construtivas originárias, seja por falta de manutenção, apresentam sinais evidentes de precariedade construtiva.

8.3 Irregularidades ocupacionais e habitacionais em área urbana- Entre 2010 e 2015 (em m2)

Entre 2010 e 2015, o total da área com indícios de ocupações irregulares aumentou de 348.553m² para 672.757m². Loteamentos como Novo Brasil e bairros como Motocross e Vale da Benção encontram-se em desacordo com o Plano Diretor de Canaã dos Carajás, que destinou seu uso como Área Especial de Interesse Social (AEIS) I e II.

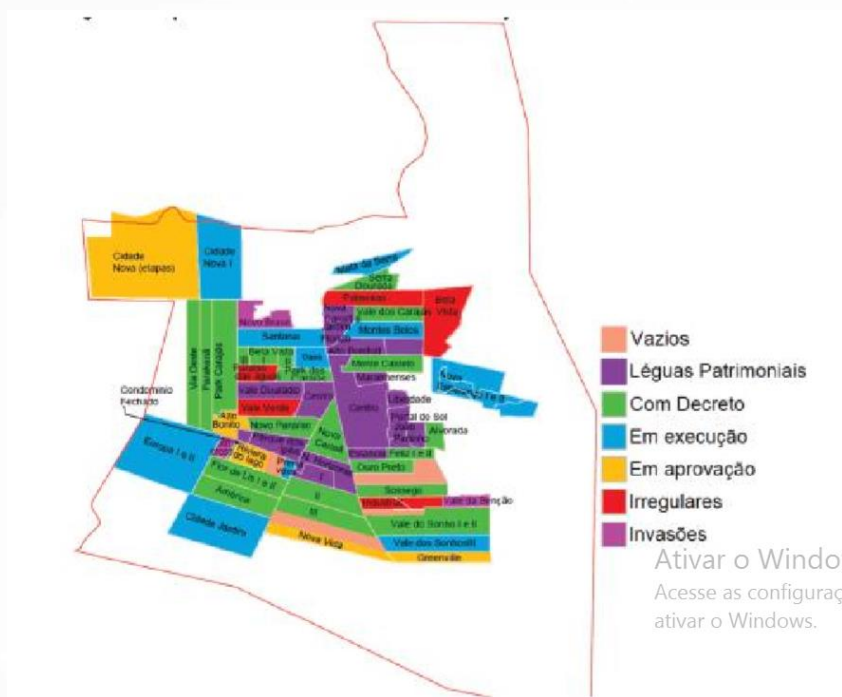
A análise comparativa por fotointerpretação das imagens de satélite permite o monitoramento do avanço da mancha urbana, identificação dos vetores de expansão, indícios de ocupações irregulares em desacordo com o Plano Diretor de Canaã dos Carajás (PDCC) e contagem das edificações em Áreas de Proteção Permanente (APP), requerendo atenção do poder público municipal.

Em 2016 foram localizados, por intermédio de imagem, quatro focos de indícios de ocupação irregular, sendo três pontos de loteamentos em áreas de cursos d'água aparentemente aterrados, e um foco de ocupação em APP.

8.4 Adensamento excessivo em área urbana

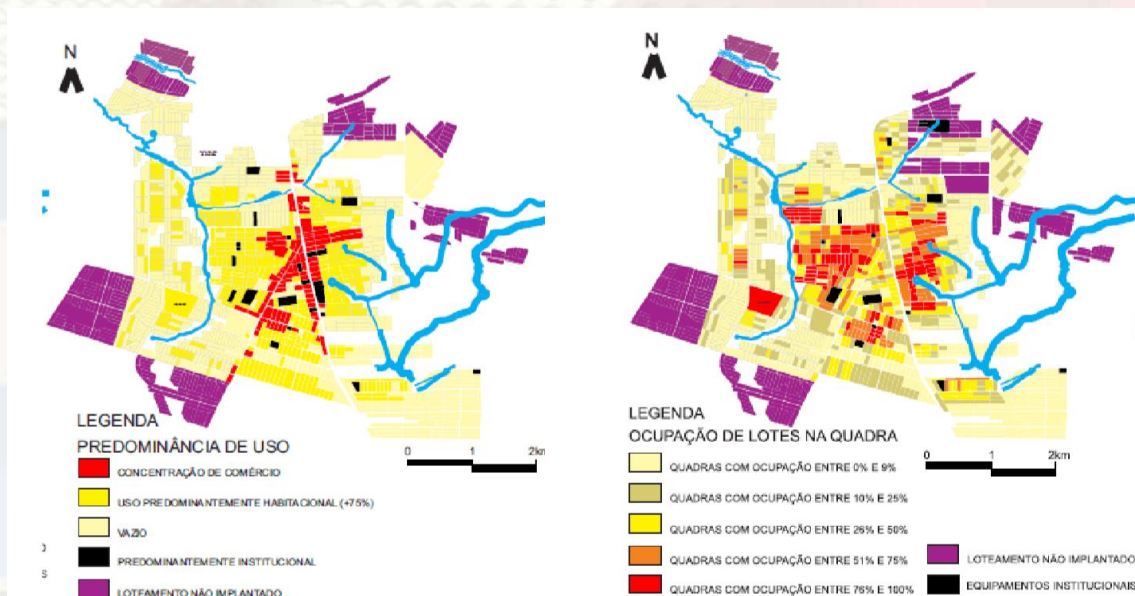
Os mapas abaixo apresentam dados fundiários, de Canaã dos Carajás, até o ano de 2015, onde pode-se ver que as maiores densidades acontecem nas áreas que correspondem às léguas patrimoniais ou às terras regularizadas por decreto.

Figura nº15: Situação fundiária das áreas urbanas de Canaã dos Carajás



Fonte: Diagnóstico elaborado pela UFPA para o Plano de Mobilidade Urbana de Canaã dos Carajás.

Figuras nº16 e 17: Estimativas de taxas de ocupação e índices de densidade em Canaã dos Carajás



Fonte: Diagnóstico elaborado pela UFPA para o Plano de Mobilidade Urbana de Canaã dos Carajás.

O parâmetro ideal de densidade para que o custo na provisão de infraestrutura seja diluído entre os moradores é entre 300 e 400 hab./ha

(Mascaró, 2005), sendo que a mancha urbana da área mais concentrada da cidade apresenta uma média de 89,53% hab./há (ver figuras 16 e 17). Dessa forma o crescimento da cidade deve ser pensado a partir da consolidação e adensamento das áreas já existentes e não do espraiamento da mancha urbana e da criação de novos loteamentos em áreas não consolidadas.

8.5 Situação dos loteamentos em Canaã dos Carajás

Canaã dos Carajás apresenta um histórico de ocupações irregulares e loteamentos sem a devida documentação necessária. Vários loteamentos já estão implantados, independente da aprovação por parte do IDURB (órgão responsável pela aprovação de loteamentos) e Cartório e já estão sendo ou já foram comercializados.

Considerando todos os loteamentos identificados em pesquisa de campo e pelas informações da equipe técnica do IDURB, eles foram divididos em 3 categorias: loteamentos regulares (registrados em cartório e aprovados pelo IDURB), loteamentos irregulares (estão sendo comercializados, mas têm alguma pendência documental junto ao órgão regulamentador – IDURB) e loteamentos irregulares em léguas patrimoniais (loteamentos já sendo comercializados porém sem a certidão de perda de vocação agrícola emitida pelo INCRA (documento de regularidade da posse da terra pelo município).

A seguir têm-se tabelas sobre a situação dos loteamentos no Município de Canaã dos Carajás.

8.5.1 Loteamentos Regulares

Tabela nº 10: Loteamentos regulares em Canaã dos Carajás até o ano de 2018

Loteamento/ Empresa responsável	Decreto e Ano de Aprovação	Situação
Loteamento: Alto Bonito Responsável: Gece Borges Naves- ME	Dec. nº 753/2014 Aprovado 27/11/2014	Situado em área particular- Regular parcelamento aprovado por Decreto e registrado
Loteamento: Alvorada I	Dec. nº 05/2012 Aprovado 21/12/2012	Situado em área particular- Regular

Responsável: Noel Tavares Pimentel		parcelamento aprovado por Decreto e registrado
Loteamento: Bela Vista I Responsável: José Nunes Feitosa	Dec. n° 377/2009 Aprovado 01/07/2009	Situado em área particular- Regular parcelamento aprovado por Decreto e registrado
Loteamento: Bela Vista II Responsável: Mario Alves da Silva	Dec. n° 486/2011 Aprovado 01/07/2011	Situado em área particular- Regular parcelamento aprovado por Decreto e registrado
Loteamento: Cidade Nova I Responsável: Nova Canaã dezessete empreendimentos e participações- LTDA	Dec. n° 735/2014 Aprovado 10/09/2014	Situado em área particular- Regular parcelamento aprovado por Decreto e registrado
Loteamento: Estância Feliz II Responsável: Rangel & Silva empreendimentos LTDA-ME	Dec. n° 622/2012 Aprovado 06/07/2012	Situado em área particular- Regular parcelamento aprovado por Decreto e registrado
Loteamento: Flor de Lis I Responsável: Silvia Helena Correa	Dec. n° 12/2012 Aprovado 22/12/2008	Situado em área particular- Regular parcelamento aprovado por Decreto e registrado
Loteamento: Flor de Lis II Responsável: Mario Alves da Silva	Dec. n° 05/2013 Aprovado	Situado em área particular- Regular parcelamento aprovado por Decreto e registrado
Loteamento: Jardim América Responsável: César Andrade Moreira- Sob responsabilidade do Município de Canaã dos Carajás	Dec. n° 315/2008 Aprovado 09/06/2014	Situado em área particular- Regular parcelamento aprovado por Decreto e registrado- Obras de infraestrutura recebidas pelo Município
Loteamento: Jardim Europa I	Dec. n° 720/2014	Situado em área particular- Regular

Responsável: B.R.E Empreendimentos imobiliários LTDA	Aprovado 09/06/2014	parcelamento aprovado por Decreto e registrado
Loteamento: Jardim Europa II Responsável: B.R.E Empreendimentos imobiliários LTDA	Dec. n° 721/2014 Aprovado 09/06/2014	Situado em área particular- Regular parcelamento aprovado por Decreto e registrado
Loteamento: Mata da Serra Responsável: C G Vale Filho- ME	Dec. n° 16/2012 Aprovado 27/12/2012	Situado em área particular- Regular parcelamento aprovado por Decreto e registrado
Loteamento: Monte Castelo I Responsável: J. Batista da Silva Comércio- ME	Dec. n° 440/2010 Aprovado 16/09/2010	Situado em área particular- Regular parcelamento aprovado por Decreto e registrado
Loteamento: Montes Belos Responsável: Hamilton Silva Ribeiro	Dec. n° 04/2012 Aprovado 06/12/2012	Situado em área particular- Regular parcelamento aprovado por Decreto e registrado
Loteamento: Nova Canaã Responsável: Raimundo Maia da Silva	Dec. n° 381/2009 Aprovado 01/07/2009	Situado em área particular- Regular parcelamento aprovado por Decreto e registrado
Loteamento: Nova Esperança Responsável: Nova Canaã sete empreendimentos e participações LTDA	Dec. n° 736/2014 Aprovado 01/09/2014	Situado em área particular- Regular parcelamento aprovado por Decreto e registrado
Loteamento: Nova Esperança II Responsável: Nova Canaã dez empreendimentos e participações LTDA	Dec. n° 737/2014 Aprovado 01/09/2014	Situado em área particular- Regular parcelamento aprovado por Decreto e registrado
Loteamento: Novo Horizonte II	Dec. n° 313/ 2008	Situado em área particular- Regular

Responsável: César Andrade Moreira- Sob responsabilidade do Município de Canaã dos Carajás	Aprovado 12/12/2017	parcelamento aprovado por Decreto e registrado- Obras de infraestrutura recebidas pelo Município
Loteamento: Novo Horizonte III Responsável: César Andrade Moreira- Sob responsabilidade do Município de Canaã dos Carajás	Dec. n° 314/2008 Aprovado 22/12/2012	Situado em área particular- Regular parcelamento aprovado por Decreto e registrado- Obras de infraestrutura recebidas pelo Município
Loteamento: Novo Paraíso Responsável: Mariano Empreendimentos LTDA	Dec. n° 09/2012 Aprovado 21/12/2012	Situado em área particular- Regular parcelamento aprovado por Decreto e registrado
Loteamento: Oásis Responsável: C G Vale Filho- ME	Dec. n° 02/2012 Aprovado 20/05/2013	Situado em área particular- Regular parcelamento aprovado por Decreto e registrado
Loteamento: Ouro Preto Responsável: PMV Empreendimentos imobiliários	Dec. n° 441/2010 Aprovado 16/09/2010	Situado em área particular- Regular parcelamento aprovado por Decreto e registrado
Loteamento: Park dos Carajás Responsável: Gece Borges Naves	Dec. n° 15/2012 Aprovado 27/21/2012	Situado em área particular- Regular parcelamento aprovado por Decreto e registrado
Loteamento: Park dos Carajás Responsável: Hamilton Silva Ribeiro	Dec. n° 494/2011 Aprovado 05/02/2011	Situado em área particular- Regular parcelamento aprovado por Decreto e registrado
Loteamento: Santana Responsável: Dionizete Ferreira Borba	Dec. n° 378/2009 Aprovado 01/07/2009	Situado em área particular- Regular parcelamento aprovado por Decreto e registrado

Loteamento: Serra Dourada I Responsável: Luiz Batista Mariano	Dec. nº 308/2008 Aprovado Novembro de 2008	Situado em área particular- Regular parcelamento aprovado por Decreto e registrado
Loteamento: Serra Dourada II Responsável: Mariano Empreendimentos LTDA	Dec. nº 08/2012 Aprovado Dezembro de 2012	Situado em área particular- Regular parcelamento aprovado por Decreto e registrado
Loteamento: Serra Dourada II Responsável: Mariano Empreendimentos LTDA	Dec. nº 07/2012 Aprovado 21/12/2012	Situado em área particular- Regular parcelamento aprovado por Decreto e registrado
Loteamento: Vale do Sossego Responsável: Valdivino Cândido de Jesus	Dec. nº 379/2009 Aprovado 01/07/2009	Situado em área particular- Regular parcelamento aprovado por Decreto e registrado
Loteamento: Vale dos Carajás Responsável: Osmar de Sousa Queiroz	Dec. nº 016/2012 Aprovado Dezembro de 2012	Situado em área particular- Regular parcelamento aprovado por Decreto e registrado
Loteamento: Vale dos Sonhos Responsável: Moreira Empreendimentos LTDA- Sob responsabilidade do Município de Canaã dos Carajás	Dec. nº 407/2009 Aprovado 11/12/2009	Situado em área particular- Regular parcelamento aprovado por Decreto e registrado- Obras de infraestrutura recebidas pelo Município
Loteamento: Vale dos Sonhos II Responsável: Moreira Empreendimentos LTDA	Dec. nº 02/2013 Aprovado 05/06/2013	Situado em área particular- Regular parcelamento aprovado por Decreto e registrado
Loteamento: Vale dos Sonhos III	Dec. nº 05/2013 Aprovado 02/10/2013	Situado em área particular- Regular

Responsável: Santa Rosa Empreendimentos LTDA		parcelamento aprovado por Decreto e registrado
Loteamento: Via Oeste Responsável: Gece Borges Naves	Dec. n° 13/2012 Aprovado 27/12/2012	Situado em área particular- Regular parcelamento aprovado por Decreto e registrado

Fonte: IDURB

8.5.2 Loteamentos Irregulares

Tabela nº11: Loteamentos Irregulares em Canaã dos Carajás até o ano de 2018

Loteamento/ Empresa responsável	Decreto e Ano de Aprovação	Situação
Loteamento Alvorada II Responsável: Noel Tavares Pimentel	Não foi aprovado pelo Município	Situado em área particular - irregular
Loteamento Alto Bonito III Responsável: -----	Não foi aprovado pelo Município	Situado em área particular - irregular
Loteamento Jardim das Palmeiras Responsável:	Não foi aprovado pelo Município	Situado em área particular - irregular
Loteamento Montes Belos II Responsável: Tião Gambira	Não foi aprovado pelo Município	Situado em área particular - irregular
Loteamento Residencial Bela Vista Responsável: -----	Não foi aprovado pelo Município	Não temos informações sobre o domínio da área. O INCRA já foi comunicado e estamos aguardando resposta. Atualmente o mesmo encontra-se irregular
Loteamento Vale Verde (Parque Shalon) Responsável: Manuel de Deus	Não foi aprovado pelo Município	Situado em área particular - irregular

Loteamento Bela Vista III Responsável: Construtora Marques & Saldanha- ME	Dec. n° 855/2016 Aprovado 05/07/2016	Situado em área particular – irregular. Parcelamento aprovado por Decreto, mas não registrado no prazo (caducidade)
Loteamento Cidade Jardim Responsável: Jardim Canaã Empreendimentos Imobiliários LTDA	Dec. n° 793/2015 Aprovado 07/07/2015	Situado em área particular – irregular. Parcelamento aprovado por Decreto, mas não registrado no prazo (caducidade)
Loteamento Parakanã Responsável: Parakanã Residencial LTDA-EPP	Não foi aprovado pelo Município	Situado em área particular – irregular. Parcelou o loteamento apenas em quadras
Loteamento Residencial Canaã Responsável: Fundo de Arrendamento Residencial- FAR	Dec. n° 814/2015 Aprovado 03/12/2015	Situado em área particular – irregular. Parcelamento foi aprovado, mas não registrado no prazo (caducidade)
Loteamento Jardim Primavera Responsável: João Batista de Almeida	Dec. n° 742/2014 Aprovado 06/10/2014	Situado em área particular – irregular. Parcelamento aprovado por Decreto, mas não registrado no prazo (caducidade)

Fonte: IDURB

8.5.3 Loteamentos Irregulares em Léguas Patrimoniais

As terras originariamente pertencentes ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA ainda estão em processo de transferência para o município, por isso os loteamentos irregulares em léguas patrimoniais apresentam, em geral, um dos dois tipos de irregularidades existentes: falta dos projetos por parte do loteador e a localização em áreas de vocação agrícola. São eles:

Tabela nº12: Loteamentos Irregulares em Léguas Patrimoniais em Canaã dos Carajás até o ano de 2018

Loteamento/ Empresa responsável	Decreto e Ano de Aprovação	Situação
Loteamento Paraíso das Águas	Não há	Situado em área municipal – irregular. Atualmente está em processo de regularização pelo projeto “Canaã meu lugar”
Loteamento Centro	Não há	Situado em área municipal – irregular
Loteamento Esplanada	Não há	Situado em área municipal – irregular.
Loteamento João Pintinho	Não há	Situado em área municipal – irregular.
Loteamento Liberdade	Não há	Situado em área municipal – irregular.
Loteamento Maranhense	Não há	Situado em área municipal – irregular.
Loteamento Portal do Sol	Não há	Situado em área municipal – irregular.
Loteamento São José (área livre)	Não há	Situado em área municipal – irregular.
Loteamento Alto Bonito	Não há	Situado em área municipal – irregular.
Loteamento Jardim Florido	Não há	Situado em área municipal – irregular.
Loteamento Novo Brasil	Não há	Situado em área municipal – irregular.
Loteamento Novo Horizonte	Não há	Situado em área municipal – irregular.
Loteamento Nova Canaã II	Não há	Situado em área municipal – irregular.
Loteamento Vale Dourado	Não há	Situado em área municipal – irregular.

Loteamento Santa Vitória (Motocross)	Não há	Situado em área municipal – irregular.
Loteamento Vale da Benção	Não há	Situado em área municipal – irregular.
Loteamento Polo Industrial	Não há	Situado em área municipal – irregular.
Loteamento Nova Canaã II	Não há	Situado em área municipal – irregular.
Loteamento Parque dos Ipês	Não há	Situado em área municipal – irregular.

Fonte: IDURB

Desde o levantamento contido no PLHIS do ano de 2013 até o ano de 2018, dentre os loteamentos irregulares em Léguas Patrimoniais discriminados no plano, houve um acréscimo de três loteamentos: Polo Industrial, Nova Canaã II e Parque dos Ipês, conforme dados contidos na tabela nº12. Nesta mesma tabela ainda podemos contemplar o Loteamento Paraíso das Águas, que apesar de ainda se encontrar irregular, está em processo de regularização através do projeto “Canaã meu lugar”¹⁴, desenvolvido pelo IDURB.

9. Necessidades habitacionais

9.1 Déficit do Setor Habitacional¹⁵

É bastante comum ouvirmos que a dramática situação em que estão as cidades brasileiras é uma decorrência natural do crescimento acelerado de suas metrópoles. É como se o caos urbano, as favelas, o transporte precário, a falta de saneamento, a violência, fossem características intrínsecas às cidades grandes, justificando a enorme dificuldade do Poder Público em resolver esses problemas e gerir a dinâmica de produção urbana.

Essa é, entretanto, uma visão ingênua. Ao contrário dos países industrializados, o grave desequilíbrio social que assola as cidades brasileiras –

¹⁴ Projeto de Regularização Fundiária realizado pelo IDURB

¹⁵ Planos locais de habitação de interesse social- Curso à distância

assim como outras metrópoles da periferia do capitalismo mundial – é resultante não da natureza da aglomeração urbana por si só, mas sim da nossa condição de subdesenvolvimento. Em outras palavras, as cidades brasileiras refletem, espacialmente e territorialmente, os graves desajustes históricos e estruturais da nossa sociedade que, como muitos autores já ressaltaram, estão diretamente vinculados às formas peculiares da formação nacional dependente e do subdesenvolvimento.

No início da década de 1990, três parcelas costumavam entrar na quantificação do déficit habitacional: a demanda demográfica, relativa ao número de unidades que se necessita construir para atender ao crescimento populacional; a demanda de reposição, referente a parte do estoque de habitações que se deteriora com o tempo e precisa ser repostas; e a demanda latente, relativa às unidades inadequadas que precisam ser substituídas (TASCHNER, 1992).

Naquele momento a concepção vigente do déficit habitacional, considerava a necessidade de substituição absoluta das unidades habitacionais situadas em favelas e cortiços. A luta dos movimentos sociais por moradia e pela reforma urbana, com a resistência ao processo de remoção de favelas, levou ao entendimento de que as favelas poderiam e deveriam ser urbanizadas, garantindo-se à população ali residente o direito de permanência. Novas alternativas que a partir de então se consolidaram para a política habitacional passam a considerar de forma diferente o problema do déficit habitacional.

É nesse contexto que, em 1995, a Fundação João Pinheiro (FJP) desenvolve um estudo em que propõe o conceito de necessidades habitacionais.

Com um caráter mais amplo, este inclui o déficit – necessidade de reposição total de unidades habitacionais precárias e o atendimento à demanda reprimida –, a demanda demográfica – necessidade de construção de novas unidades para atender ao crescimento demográfico –, e por fim, a inadequação compreendendo a necessidade de melhoria de unidades habitacionais que apresentem certo tipo de carência. Dentro dessa nova conceituação a favela pode ser tanto um problema de déficit (no caso, por exemplo, de remoções necessárias para promover desadensamento ou eliminação de risco) quanto um

problema de inadequação (no caso das situações de falta de acesso à infraestrutura de saneamento, sistema viário, etc.).¹⁶

Observe que o déficit habitacional corresponde à quantidade de moradias novas que necessitam ser produzidas para atender as demandas acumuladas.

Pode ser entendido como déficit por reposição do estoque, quando engloba as moradias sem condições de habitabilidade, devido à precariedade das construções ou em virtude de desgaste da estrutura física; e como déficit por incremento de estoque, no caso de famílias que convivem em uma mesma habitação junto à outra família e aquelas que vivem em cômodos, ou da moradia em imóveis destinados a fins não residenciais.

Quanto à inadequação de moradias, seu conceito reflete problemas na qualidade da habitação, não implicando, contudo, na necessidade de novas construções. Seu dimensionamento visa à elaboração de políticas voltadas para a melhoria dos domicílios existentes, complementares à produção de novas unidades habitacionais.

Antes de analisarmos os dados sobre o município de Canaã dos Carajás fornecidos pela Fundação João Pinheiro (FJP) sobre do déficit habitacional, se faz necessária uma breve explicação sobre os componentes deste índice:

9.1.1 Déficit quantitativo e qualitativo

As necessidades habitacionais são resultado de dois componentes:

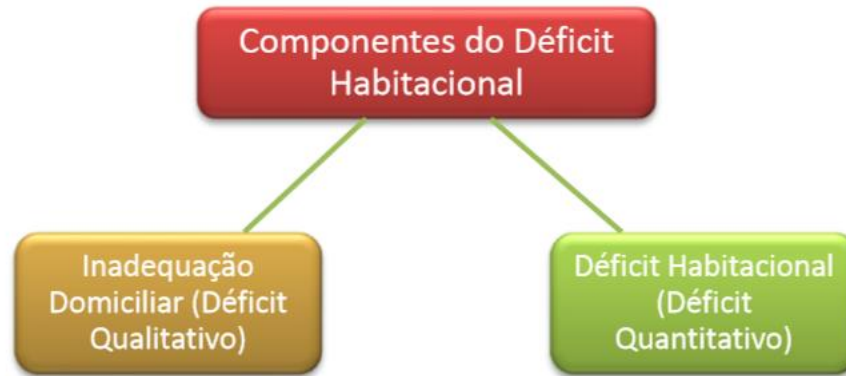
- ✓ Déficit habitacional ou quantitativo
- ✓ Inadequação habitacional ou déficit qualitativo.

O déficit habitacional ou quantitativo trata da necessidade de reposição total de unidades habitacionais precárias e ao atendimento da demanda sem provisão pelas condições atuais do mercado habitacional.

As moradias classificadas como inadequadas são aquelas que necessitam de melhoramentos para que alcancem um padrão mínimo de habitabilidade, definido a partir de critérios quantitativos de cômodos do domicílio me relação ao tamanho da família.

¹⁶ Planos locais de habitação de interesse social- Curso a distância.

Figura nº18: Componentes do Déficit Habitacional



Fonte: Plano Estadual de Habitação de Interesse Social.

Neste sentido o cálculo do déficit habitacional, que estima a necessidade de novas unidades habitacionais é composto pelo déficit quantitativo, por reposição ou incremento do estoque e pelo déficit qualitativo, que identifica a situações de inadequação habitacional.

1. Para o cálculo do Déficit Quantitativo (novas unidades):

- a. estimativa da necessidade de Reposição do Estoque de domicílios: são considerados os domicílios rústicos;
- b. estimativa de incremento do estoque de domicílios: são considerados os domicílios improvisados, a coabitação familiar, a coabitação disfarçada, cômodos alugados ou cedidos, ônus excessivo com aluguel¹⁷.

2. Para o cálculo do Déficit Qualitativo (Inadequação habitacional):

¹⁷ As definições utilizadas sobre estes itens são: domicílios rústicos são os que não apresentam paredes de alvenaria ou madeira aparelhada, construídas com materiais inapropriados. Apresentam desconforto para seus ocupantes, riscos de desmoronamento e contaminação por doenças em decorrência de suas precárias condições de salubridade; domicílios improvisados são aqueles que estão instalados em locais construídos para fins não residenciais que, no momento em que foi realizada a pesquisa, serviam de moradia como, por exemplo, lojas, fábricas, embarcações, carroças, vagões de trens, tendas e grutas; coabitação familiar são computadas as famílias conviventes secundárias, que são constituídas por, no mínimo, duas pessoas que residem em um mesmo domicílio junto com outra família denominada principal; cômodos alugados ou cedidos, ônus excessivo com aluguel compreende a soma das famílias conviventes secundárias com as famílias que viviam em cômodos cedidos ou alugados (considerados como domicílios com coabitação disfarçada); ônus excessivo com aluguel ocorre quando mais de 30% da renda familiar é comprometida com o aluguel em famílias com renda inferior a 3 SM.

- a. densidade excessiva de morador/dormitório (mais de 3 pessoas por cômodo¹⁸);
- b. carência de serviços de infraestrutura (energia elétrica, abastecimento de água, esgotamento sanitário, coleta de lixo);
- c. inadequação fundiária e
- d. inexistência de unidade sanitária interna.

Figura nº19: Déficit Habitacional



Fonte: Plano Estadual de Habitação de Interesse Social.

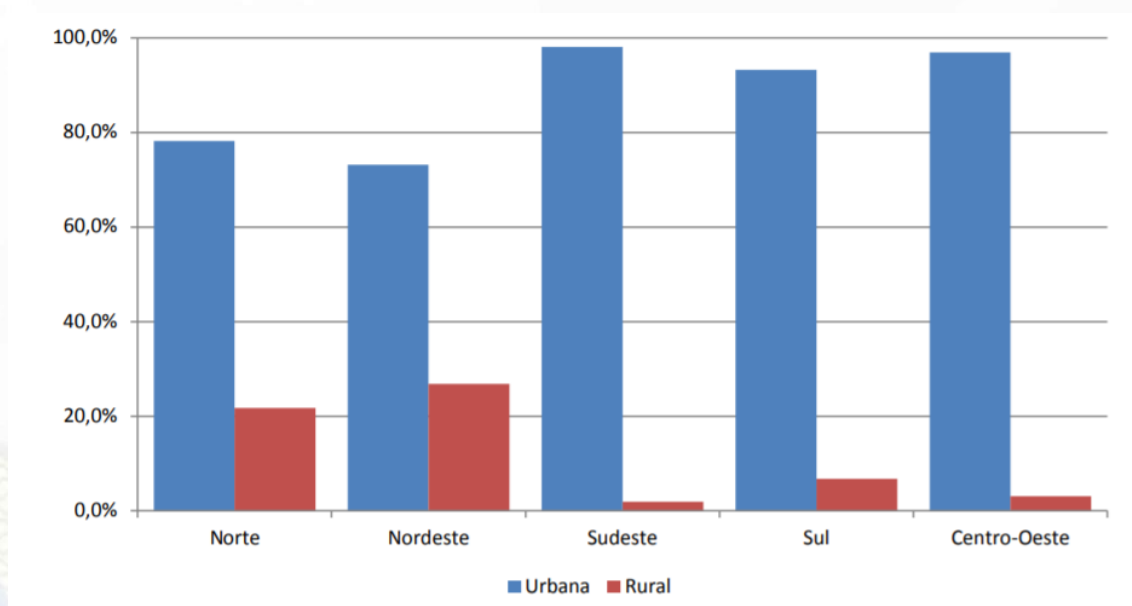
9.1.2 Déficit Habitacional Nacional

Segundo a Fundação João Pinheiro em um trabalho realizado sobre déficit habitacional no Brasil, em 2015, o valor do déficit habitacional correspondia a 6,355 milhões de domicílios, dos quais 5,572 milhões, ou 87,7%, estão localizados nas áreas urbanas e 783 mil unidades encontram-se na área rural.

¹⁸ Segundo a Fundação João Pinheiro, “Cômodos são todos os compartimentos integrantes do domicílio separados por paredes, inclusive banheiros e cozinha, e os existentes na parte externa do prédio, desde que constituam parte integrante do domicílio. Não são considerados os corredores, alpendres, varandas abertas e outros compartimentos utilizados para fins não residenciais, como garagens, depósitos, etc.”.

Em relação ao estoque de domicílios particulares permanentes e improvisados do país, o déficit habitacional correspondia a 9,3%. Em termos de localização do déficit habitacional, há diferenças entre as regiões brasileiras. Enquanto nas regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste o déficit habitacional nas áreas urbanas ultrapassa 90%, nas regiões Norte e Nordeste, o déficit habitacional rural ainda tem peso relativamente alto. Na região Norte corresponde a 21,8% e na região Nordeste a 26,8%.

Gráfico n° 16: Distribuição do Déficit Habitacional, por situação de domicílio, segundo regiões geográficas – Brasil – 2015



Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2015. Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

9.1.3 Déficit do Setor Habitacional Estadual

De acordo com dados do Plano Estadual de Habitação de Interesse Social, a Região de Integração de Carajás possuía no ano 2000 um déficit total de 26.619 habitações, sendo esse número um dos menores do estado do Pará. Essa quantidade ainda sofre uma grande queda até o ano de 2007, totalizando 17.166 nesse mesmo ano.

Tabela nº13: Estado do Pará: Déficit Habitacional Básico, Absoluto e Relativo ao total de domicílios segundo a situação de domicílios e a região de integração 2000-2007.

Municípios	Déficit Total 2000			Déficit Total % 2000			Déficit Total 2007			Déficit Total % 2007		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
ARAGUAIA	24895	8619	16275	32	18	52	16054	5558	10495	16	9	27
BAIXO AMAZONAS	43233	17729	25504	37	25	53	27880	11433	16447	12	7	21
CARAJÁS	26619	12491	14128	30	21	49	17166	8055	9111	9	6	21
GUAMÁ	56528	26993	29535	52	39	75	36453	17407	19047	27	21	39
LAGO DE TUCURUÍ	25565	9522	16044	44	27	71	16486	6140	10346	22	12	43
MARAJÓ	22101	9861	12240	33	37	31	14253	6359	7893	17	16	17
METROPOLITANA	105945	103584	2361	25	25	26	96556	94405	2152	17	17	17
RIO CAETÉ	53814	26381	27433	67	58	78	34703	17013	17691	36	31	42
RIO CAPIM	41011	16068	24943	42	29	57	26447	10362	16085	22	15	32
TAPAJÓS	17107	4727	12380	45	24	67	11032	3048	7984	22	11	35
TOCANTINS	32918	15093	17825	32	31	33	22019	10117	11902	16	15	17
XINGU	25339	7559	17780	46	28	64	16340	4875	11466	23	13	35

Fonte: Plano Estadual de Habitação de Interesse Social.

9.1.4 Déficit do Setor Habitacional Municipal

A ocupação do território que hoje abriga a sede do município de Canaã dos Carajás teve início durante a década de 1970, mas foi somente em 1982 que tomou corpo em decorrência da implantação direcionada pelo Estado de um projeto de colonização dirigida na área, sob a premissa de minimizar os conflitos fundiários na região conhecida como “Bico do Papagaio”, assim como servir de suporte à oferta de alimentos básicos, como arroz, feijão e milho, para a frente de exploração mineral do Projeto Grande Carajás (IBGE, 2010; BANDEIRA, 2014). O projeto de assentamento contava com lotes com área entre 25 a 50 hectares e a abertura de três Centros de Desenvolvimento Regional, os CEDERE I, II e III, com finalidade de proporcionar auxílio administrativo aos funcionários do GETAT, além de suporte técnico de infraestrutura aos colonos assentados (DIAGONAL, 2011). Em decorrência de abrigar a sede do escritório administrativo e o alojamento dos funcionários do órgão público, o CEDERE II constituiu-se como o principal dentre os três centros, reunindo melhores serviços e infraestrutura se comparado aos outros centros (DIAGONAL, 2011; BANDEIRA, 2014), conformando-se como um polo de crescimento local.

Contudo, poucos anos após o primeiro projeto de colonização dirigido pelo Estado, as metas para o desenvolvimento regional esmaeceram frente à extinção do órgão e consequente negligência nos cuidados aos colonos. Estes, por sua vez, desamparados e empobrecidos não encontraram outra saída a não ser abandonar ou vender suas terras para produtores mais capitalizados,

iniciando um processo de concentração de terras que abriu portas para o declínio da agricultura que foi substituída pela pecuária extensiva como principal atividade econômica. Dentre as 1.551 famílias assentadas até 1985, somente 816 receberam o título definitivo da terra (DIAGONAL, 2011), assim como estima-se que apenas 10% permaneceram em suas terras na década de 1990 (BANDEIRA, 2014). Tais transações de compra e venda de terras ocorriam dentro de um contexto de forte informalidade, pois tais terras ainda eram consideradas rurais e pertenciam ao INCRA; a moeda de troca de tais transações eram serviços e favores entre os ditos proprietários e o setor público (BANDEIRA, 2014). Nesse sentido, a ação ineficaz e descontínua dos órgãos gestores de terra de um lado – INCRA E GETAT -, e de outro, as ações de expansão dos investimentos em empreendimentos privados e grandes propriedades de terra operacionalizados pela SUDAM, fortaleceram a lógica de mercado do comércio de terras, favorecendo o processo de conversão de terras públicas em propriedades privadas. Como consequência disso, um grupo social se diferenciou na cidade e assumiu o controle econômico e político, e conduziu um movimento de emancipação municipal. Esse grupo contou com o apoio da população, que esperava que a emancipação melhorasse a oferta de serviços e infraestrutura. A incapacidade da governança municipal de Parauapebas em prover bens básicos para toda a sua população culminou na emancipação do CEDERE II, em 1994, demonstrando a força das oligarquias locais no ordenamento político-espacial da Amazônia e a preponderância das forças econômicas frente ao poder político. Após a emancipação de Canaã dos Carajás, intensificou-se o processo de expansão da cidade. O espraiamento da malha urbana se deu a partir dos cinco lotes de terra que constituíam o CEDERE II e onde a situação de infraestrutura de apoio era de melhor qualidade (DIAGONAL, 2011). E reiterando a afirmação de Cardoso e Lima (2006) sobre as cidades amazônicas, onde os autores afirmam que “[...] nos planos de assentamento, os lotes mais próximos das vicinais destacam-se como mais promissores, e sempre que possível são agregados por um agricultor mais bem-sucedido” (CARDOSO, LIMA, 2006:85), as estradas vicinais VE-3 e VS-14b, que constituíam o principal acesso ao assentamento agrícola e ligavam-no ao núcleo de Parauapebas (atualmente principais avenidas da cidade, a Av. Weyne Cavalcante e Av. dos Pioneiros, respectivamente), conformaram-se como os

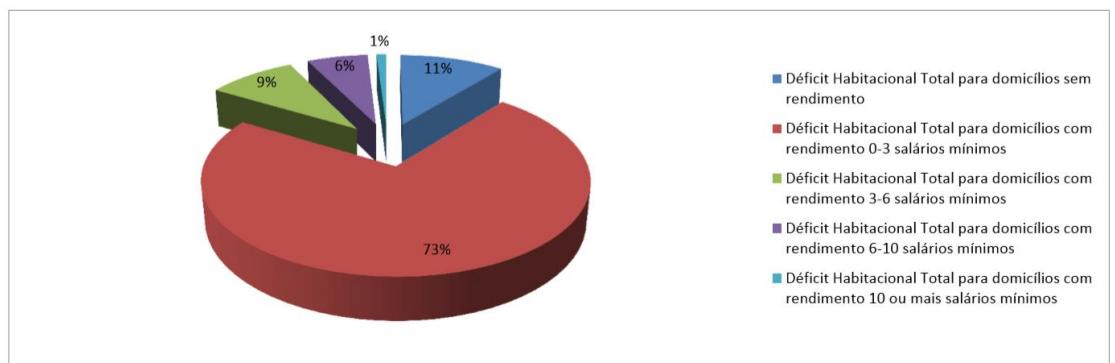
vetores de expansão da malha urbana, que se deu via o prolongamento no sentido norte-sul da Av. Weyne Cavalcante e no sentido sudoeste da Av. dos Pioneiros. Outro condicionante da forma do traçado da cidade foram os cursos d'água existentes que estabeleceram a orientação dos eixos principais. A partir dos anos 2000 esse processo se intensificou em razão da entrada dos projetos de mineração – primeiramente, a extração de cobre na mina do Sossego, em seguida a retirada de níquel na mina do Níquel do Vermelho, e mais recentemente, a extração de ferro no Projeto S11D – que inseriu o território canaãense no mercado global, a despeito de sua configuração inicial e funções ainda apresentarem fortes heranças da disposição espacial realizada pelo GETAT na década de 1980 (DIAGONAL, 2011). Em termos demográficos, houve um crescimento da população de 10.922 habitantes em 2000, dos quais 64% residiam na área rural, para 23.757 habitantes em 2007 (IBGE), um crescimento de 7,71% a.a, com uma estimativa de pouco mais de 50000 habitantes em 2014 (DIAGONAL URBANA, 2014). Além disso, a transferência da população rural para um meio urbano desestruturado, sem condições de absorver adequadamente tais fluxos, e a ineficiência da municipalidade em gerir tais dinâmicas, intensificou processos de degradação socioambiental já em curso, desarticulando o modo de vida tradicional a partir da imposição de novos padrões de consumo exógenos e diminuindo as áreas de florestas. Diferentemente da agropecuária, a atividade mineradora exigia uma mão de obra mais qualificada, e exercia maior impacto sobre a urbanização, contrastando com a maioria nos novos migrantes, constituídos por pequenos agricultores e retirantes de outras regiões. A fim de evitar os impactos observados na implantação dos grandes projetos do período 1970/80, decorrentes da segregação dos funcionários da mineradora em uma company-town, foi feita a opção pela integração da infraestrutura para moradia dos funcionários à cidade. Habitações e equipamentos institucionais (centro cultural, hospital, creche, escolas etc) foram distribuídos entre o “bairro planejado” pela empresa, o Jardim das Palmeiras, e o restante da cidade. Além disso, a empresa investiu em pavimentação de parte do centro urbano, sistema de esgotamento sanitário (rede de coleta e estação de tratamento), sistema de água potável (barragem e reservatório, estação de tratamento e rede de distribuição) e rede pluvial (DIAGONAL, 2011). Todavia, a tentativa de integrar o núcleo de apoio à malha urbana existente não foi bem

sucedida, acelerou a valorização de áreas bem estruturadas e, por conseguinte, o aumento dos preços da terra em geral. Em levantamento realizado por Bandeira (2014), durante os anos de 2000 a 2002 os valores de terra variavam entre R\$1,25/m² a R\$112/m², com especial acréscimo de preço nos lotes da área central e do bairro Jardim das Palmeiras (BANDEIRA, 2014), indicando o forte caráter especulativo do mercado imobiliário local frente às melhorias de infraestrutura ainda em fase de implantação na época.

9.1.5 Déficit Habitacional total em Canaã dos Carajás - 2010

De acordo com as informações da Fundação João Pinheiro (FJP,2010) Canaã dos Carajás apresenta um déficit habitacional total de 1.412 unidades habitacionais. Isso representa 18% do total de domicílios existentes no município.

Gráfico n°17: Déficit Habitacional Total por rendimento em Canaã dos Carajás - 2010



Fonte: Fundação João Pinheiro.

9.1.6 Déficit Habitacional na área urbana de Canaã dos Carajás - 2010

Na tabela abaixo pode ser verificado que as mesmas condições do déficit habitacional total se reproduzem. A maior parte do déficit concentra-se na faixa de 0 a 3 SM, o que, se somado à faixa seguinte, (3 a 6 SM), que, segundo a diretriz nacional, requer subsídios parciais, chega-se ao total de 83% de todo o déficit urbano. É necessário intervir de forma sistemática, promovendo ações para reduzir este déficit, antes do surgimento de favelas, o que agravaria a situação habitacional do município.

Tabela nº 14: Déficit Habitacional Urbano Canaã dos Carajás - 2010

Déficit Habitacional Urbano	Déficit Habitacional Urbano para domicílios sem rendimento	Déficit Habitacional Urbano para domicílios com rendimento 0-3 salários mínimos	Déficit Habitacional Urbano para domicílios com rendimento 3-6 salários mínimos	Déficit Habitacional Urbano para domicílios com rendimento 6-10 salários mínimos	Déficit Habitacional Urbano para domicílios com rendimento 10 ou mais salários mínimos
1164	105	840	129	77	14

Fonte: Fundação João Pinheiro. Déficit Habitacional Municipal no Brasil 2010

9.2 Preço de Imóveis x Valor do aluguel em área urbana

Com a implantação de grandes projetos de mineração, e o crescente número de habitantes, os loteamentos privados passaram então, a se constituir como a principal forma de produção de espaço urbano. Sob a égide da sobrevalorização do valor fundiário, o crescimento virtual da demanda por habitação sobrepõe-se a demanda real das taxas de crescimento populacional - principalmente se levado em consideração o número real de pessoas que podem arcar com os altos valores da terra formal - induzindo a expansão precoce da malha urbana. O mercado de terras se mostrou muito promissor na cidade, e também tão alienado a arrecadação de renda fundiária, tanto que era muito comum loteamentos inteiros serem completamente vendidos no mesmo dia do lançamento, apenas para serem revendidos por preços mais altos, justificando a enorme quantidade de áreas vazias nestes empreendimentos. Por sua vez, essa ocupação rarefeita dificulta a melhoria da infraestrutura da cidade, visto que aumenta os custos de manutenção.

Por causa do alto preço em que a terra se encontrava, surgiu os processos de informalização e precarização do meio urbano, em que os mais pobres por não conseguir espaço na malha urbana, se implantou em áreas de difícil acesso.

A forte assimetria entre o desenvolvimento econômico e as questões socioambientais em Canaã dos Carajás é reiterada pela perpetuação da produção capitalista do espaço e das expectativas exacerbadas de acumulação financeira, ligadas à implantação da atividade mineradora, e os diferentes processos que dela derivam. Se por um lado compreende dádivas, apropriando-se aqui do termo utilizado por Enríquez (2007), em função da melhoria dos índices de IDHM, PIB e PIB per capita e do desenvolvimento de políticas públicas com viés ambiental, a mineração também pode ser encarada como maldição ao passo que cria um mercado monopsônico, ou seja, fortemente dependente de

uma única fonte, e intensifica processos de concentração de renda (ENRIQUEZ, 2007).

A coleta de dados sobre transações imobiliárias efetivamente realizadas foi efetuada diretamente nas imobiliárias de Canaã dos Carajás. Essa metodologia representa preços efetivamente praticados pelo mercado imobiliário (ao menos, dos negócios intermediados por agentes de mercado). Entretanto, existem limitações para análise das informações requisitadas, entre elas, a própria continuidade de manter esses canais de informação, pois sinais de esgotamento são observados, uma vez que depende de um movimento voluntário e sistemático de fornecimento de informações de seus próprios negócios. Em relação aos preços coletados nas imobiliárias, as categorias consideradas de negócios são:

- Venda de Residência (localizada na área urbana e de uso residencial);
- Aluguel de Residência (localizada na área urbana e de uso residencial);
- Venda de Lote Residencial (localizado na área urbana e de uso residencial);
- Venda de Imóvel comercial (localizado na área urbana e de uso comercial);
- Aluguel de Imóvel comercial (localizado na área urbana e de uso comercial);
- Venda de Lote comercial (localizado na área urbana e de uso comercial);
- Venda Rural (localizado na área rural e de uso padrão rural).

A coleta dos preços é realizada por meio de entrevistas pessoais com corretores e outros agentes do mercado imobiliário sobre as negociações efetivamente realizadas pelas imobiliárias de Canaã dos Carajás, com suporte de um instrumental elaborado para este propósito específico. São registrados os valores dos negócios ocorridos no mercado imobiliário de Canaã dos Carajás, que são posteriormente avaliados do ponto de vista do custo (R\$) por m². Os registros referem-se às negociações já efetivadas. O período de coleta é mensal e, no entanto, a sistematização dos dados é realizada trimestralmente em função da pequena quantidade de valores disponibilizados.

Observa-se na Tabela 15 que a variação dos preços dos imóveis (valor médio do m²) sugere as seguintes tendências: valorização dos imóveis rurais (fazendas, sítios e chácaras); desvalorização no valor de venda dos lotes residenciais no 1º semestre e recuperação no 2º semestre desde 2014; recuperação em 2016 da desvalorização do preço do m² no aluguel de casas e apartamentos em 2013 e 2014; a desvalorização do preço de venda dos lotes

comerciais; valorização nos preços de aluguel de galpões. O valor médio das salas comerciais alugadas oscilou em torno de R\$ 30,00 por m².

Tabela nº15: Variação dos preços dos imóveis (custo unitário m²): Canaã dos Carajás 2013/2016

	2013		2014		2015		2016	
	1º semestre	2º semestre	1º semestre	2º semestre	1º semestre	2º semestre	1º semestre	2º semestre
Rural								
Imóveis rurais								
Venda	1,51	2,32	6,00	0,08	0,12	51,02	66,70	–
Urbano								
Comercial - Galpão								
Aluguel	6,00	11,61	17,39	8,33	–	–	25,00	–
Venda			10,47	–	–	–	–	–
Comercial - Lote								
Venda	1000,00	967,38	518,94	750,00	368,00	600,00	480,30	358,30
Comercial - Sala								
Aluguel	23,91	46,77	17,14	15,24	24,54	44,64	33,30	–
Residencial - Casa/AP								
Aluguel	18,64	15,79	13,43	8,30	12,45	17,79	15,00	7,10
Venda	1735,16	2175,10	1953,26	1392,88	1361,66	2119,89	1285,70	–
Residencial - Lote								
Aluguel	–	–	–	–	14,29	–	–	–
Venda	225,64	248,85	209,41	221,28	235,08	236,29	224,60	268,70

Fonte: DIEESE e Synergia Consultoria Socioambiental. Os dados do 1º semestre de 2013 ao 1º semestre de 2016 foram sistematizados pela Synergia, enquanto os dados do 2º semestre de 2016 foram consolidados pela Amplo Engenharia.

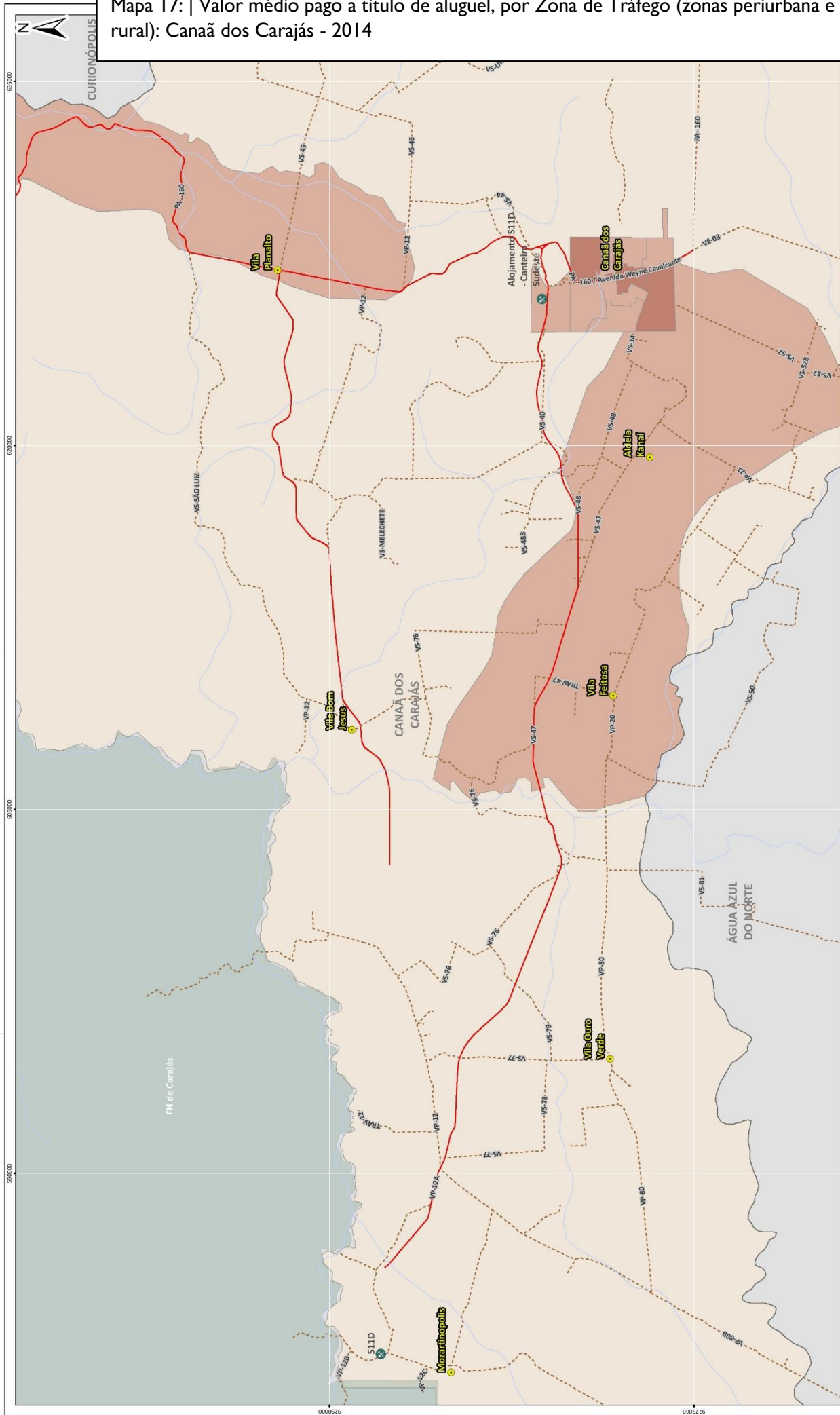
Foi realizada uma pesquisa amostral domiciliar realizada em Junho de 2014 por ocasião do projeto sobre transporte público em Canaã dos Carajás, na qual se inseriu no instrumental de coleta de dados, questões relativas ao valor dos preços de aluguel.

Para os entrevistados inquilinos, perguntou-se a despesa do aluguel pago mensalmente. Os imóveis foram indexados geograficamente de acordo com a chamada Zona de Tráfego, uma unidade territorial estabelecida para fins de mapeamento de origem e destino das viagens. Desse modo, tornou-se possível uma análise espacial dos preços do mercado imobiliário pelas diferentes regiões de Canaã dos Carajás em 2014, quando observou-se uma diminuição do preço médio do aluguel conforme a distância do centro da cidade aumentava, com exceção da região próxima à Vila Planalto, onde o valor médio variou entre R\$ 280,00 a R\$ 450,00. No centro urbano de Canaã dos Carajás, o preço do aluguel

poderia chegar a R\$ 482,00 por mês. Já os bairros Jardim América, Flor de Lis, Novo Horizonte 1 e 2, Nova Canaã, Centro, Jardim das Palmeiras, Vale dos Carajás e Alto Bonito II destacam-se entre aqueles de maior preço de aluguel de imóveis (Mapa 16 e Mapa 17).



Mapa 17: | Valor médio pago a título de aluguel, por Zona de Tráfego (zonas periurbana e rural): Canaã dos Carajás - 2014



Legenda

Valor médio do aluguel

- RS 228,00 - RS 280,00
- RS 280,01 - RS 450,00
- RS 450,01 - RS 482,50

Localidades

- Localidade
- S11D

Estradas

- Pavimentada
- Não pavimentada

Hidrografia

- Unidade de conservação

Projeto: MONITORAMENTO DE INDICADORES SOCIOECONÔMICOS DO EMPREENHIMENTO S11D - CANAÃ DOS CARAJÁS/ PA

Título: VALOR MÉDIO DO ALUGUEL - CANAÃ DOS CARAJÁS/ PA

Folha Nº: 1/1

Fonte(s):

- Hidrografia - ANA, 2013
- Limites municipais - IBGE, 2010
- Localidades - IBGE, 2014
- Vias - Atlas do Brasil - SIVIERAKIS, 2014
- Unidade de conservação - CPRM, 2013

Revisão

REV	DEFINIÇÃO	DES.	APROV.	DATA
0	1ª VERSÃO	N/A	VC	07/07/2015

Escala: 1:150.000

0 1 2 3 4 5
Quilômetros

CIRQUEJO DE LOCALIZAÇÃO

Projeção Universal Transversa de Mercator (UTM)
Datum Horizontal: SIRD5000 Fuso 22S

Logos:

Logos:

Logos:

A tabela 16 apresenta estatísticas descritivas mais detalhadas sobre os valores pagos pelas famílias a título de aluguel, por zona de tráfego (unidade espacial de coleta) em 2014. De um lado, encontra-se na zona de tráfego NE, região central de Canaã dos Carajás, a maior despesa média com aluguel, R\$ 520,00 por mês, valor calculado a partir da amostra de 7 famílias (o que representaria a estimativa de 28 famílias). De outro lado, a zona de tráfego RU apresentou a menor média no município, R\$ 228,00 por mês, valor calculado em uma amostra de 15 famílias, (representando a estimativa de 57 famílias).

Ao total, por meio da pesquisa amostral obteve-se informação sobre a despesa mensal com aluguel de 118 famílias, representando 1.579 famílias no município. Os valores máximos e mínimos com aluguel em Canaã dos Carajás foram, respectivamente, de R\$ 50,00 e de R\$ 900,00.

Apesar da pesquisa domiciliar revelar valores praticados no município, chama atenção o baixo valor de aluguel informado, o que pode ser explicado pelas dificuldades de acesso às entrevistas de moradores de classes de renda mais elevadas, retratando assim somente uma parcela da população. Pessoas de baixa renda são, normalmente, mais receptivas e disponíveis aos agentes de coleta das aplicações de pesquisas primárias.

Tabela n°16: Estatísticas descritivas dos valores pagos pelas famílias a título de aluguel, por zona de tráfego: Canaã dos Carajás – 2014

ZONA DE TRÁFEGO	MÉDIA	MÍN (AMOSTRA)	Máx (AMOSTRA)	NÚM. ESTIMADO DE FAMÍLIAS QUE RESIDEM DE ALUGUEL	NÚM. FAMÍLIAS NA AMOSTRA QUE RESIDEM DE ALUGUEL
CE	R\$470	R\$300	R\$600	433	14
LE	R\$415	R\$50	R\$600	234	10
NE	R\$520	R\$100	R\$800	28	7
NO	R\$365	R\$100	R\$550	194	17
O1	R\$444	R\$200	R\$800	337	18
O2	R\$446	R\$70	R\$900	141	13
PE	R\$298	R\$100	R\$500	98	14
RU	R\$228	R\$80	R\$600	57	15
SE	R\$422	R\$300	R\$500	27	6
SO	R\$483	R\$300	R\$780	30	4
Média	R\$422	R\$50	R\$900	1579	118

Fonte: Synergia Consultoria Socioambiental. **Nota:** Domicílios de famílias que responderam morar de aluguel. **Elaboração:** Synergia.

9.3 Domicílios precários

Os domicílios precários incluem no seu cálculo dois subcomponentes: os domicílios rústicos e os improvisados. Os domicílios rústicos são aqueles sem paredes de alvenaria ou madeira aparelhada. As condições de insalubridade desse tipo de domicílio podem trazer desconforto e risco de contaminação de doenças. Já os domicílios improvisados referem-se aos locais e imóveis sem fins residenciais e lugares que servem como moradia alternativa, o que indica a carência de novas unidades domiciliares. Abaixo podemos contemplar a tabela que trata do número de domicílios precários total no Município de Canaã dos Carajás.

Tabela nº17: Domicílios Precários - Total - Canaã dos Carajás - 2010

Domicílios Precários Total	Domicílios Precários Total para domicílios sem rendimento	Domicílios Precários Total para domicílios com rendimento 0-3 salários mínimos	Domicílios Precários Total para domicílios com rendimento 3-6 salários mínimos	Domicílios Precários Total para domicílios com rendimento 6-10 salários mínimos	Domicílios Precários Total para domicílios com rendimento 10 ou mais salários mínimos
639	62	494	40	44	0

Fonte: Fundação João Pinheiro. Déficit Habitacional Municipal no Brasil 2010

9.3.1 Domicílios precários urbanos

A tabela abaixo representa os domicílios precários em 2010 aferidos pela Fundação João Pinheiro.¹⁹

Tabela nº18: Déficit Habitacional Urbano Canaã dos Carajás - 2010

Domicílios Precários Urbano Total	Domicílios Precários Urbano para domicílios sem rendimento	Domicílios Precários Urbano para domicílios com rendimento 0-3 salários mínimos	Domicílios Precários Urbano para domicílios com rendimento 3-6 salários mínimos	Domicílios Precários Urbano para domicílios com rendimento 6-10 salários mínimos	Domicílios Precários Urbano para domicílios com rendimento 10 ou mais salários mínimos
412	27	317	39	32	0

Fonte: Fundação João Pinheiro. Déficit Habitacional Municipal no Brasil 2010

¹⁹ Devido a implantação do Projeto S11D no município que provocou várias mudanças econômicas e sociais, os dados apresentados provavelmente não estão mais refletindo a realidade municipal, o que sugere um estudo mais aprofundado desta realidade.

9.4 Inadequação de domicílios

As habitações inadequadas não proporcionam condições desejáveis de habitação, o que não implica, contudo, necessidade de construção de novas unidades. Pelo conceito adotado, são passíveis de serem identificadas somente as inadequações localizadas em áreas urbanas. As áreas rurais não são contempladas, pois apresentam formas diferenciadas de adequação, não captadas pelos dados utilizados. São também excluídos do estoque a ser analisado os domicílios inseridos em alguma das categorias do déficit habitacional.

Como inadequados são classificados os domicílios com carência de infraestrutura, adensamento excessivo de moradores em domicílios próprios, problemas de natureza fundiária, cobertura inadequada, ausência de unidade sanitária domiciliar exclusiva ou em alto grau de depreciação. São considerados domicílios carentes de infraestrutura todos os que não dispõem de ao menos um dos seguintes serviços básicos: iluminação elétrica, rede geral de abastecimento de água com canalização interna, rede geral de esgotamento sanitário ou fossa séptica e coleta de lixo.²⁰ Cabe ressaltar que houveram investimentos em infraestrutura através de muitos programas municipais, como: Asfalta Canaã (programa de asfaltamento de vias municipais, que já asfaltou 130km de vias urbanas e rurais), cheque moradia e etc, o que possivelmente ocasionou uma mudança nos dados apresentados abaixo:

Tabela nº19: Inadequação de Domicílios Urbanos - Total - Canaã dos Carajás - 2010

Inadequação de domicílios urbanos (pelo menos um componente) Total	Inadequação de domicílios urbanos (pelo menos um componente) para domicílios sem rendimento	Inadequação de domicílios urbanos (pelo menos um componente) para domicílios com rendimento 0-3 salários mínimos	Inadequação de domicílios urbanos (pelo menos um componente) para domicílios com rendimento 3-6 salários mínimos	Inadequação de domicílios urbanos (pelo menos um componente) para domicílios com rendimento 6-10 salários mínimos	Inadequação de domicílios urbanos (pelo menos um componente) para domicílios com rendimento 10 ou mais salários mínimos
4436	180	2339	994	591	331

Fonte: Fundação João Pinheiro. Déficit Habitacional Municipal no Brasil 2010

²⁰ Devido a implantação do Projeto S11D no município que provocou várias mudanças econômicas e sociais, os dados apresentados provavelmente não estão mais refletindo a realidade municipal, o que sugere um estudo mais aprofundado desta realidade.

9.4.1 Inadequação de domicílios urbanos por adensamento

O adensamento excessivo considera apenas os domicílios (casas e apartamentos) próprios. Os alugados são incorporados aos cálculos do déficit habitacional. Caracteriza situação em que o número médio de moradores no domicílio é superior a três por dormitório. O número de dormitórios corresponde ao total de cômodos²¹ que servem, em caráter permanente, de dormitório para os moradores do domicílio. Nele incluem-se aqueles assim utilizados em função de não haver acomodação adequada para essa finalidade.

Segundo dados coletados pela Fundação João Pinheiro no ano de 2015, o adensamento excessivo no Brasil em domicílios próprios afetavam 1,025 milhões domicílios, 1,7% dos domicílios particulares permanentes urbanos brasileiros, sendo que, na região Norte, o número de domicílios era de (178 mil), mas o percentual em relação ao total de domicílios particulares permanentes era maior (4,6%) que nas regiões Sudeste e Nordeste.

A tabela abaixo apresenta o adensamento nos domicílios existentes em Canaã dos Carajás, no ano de 2010, levantado pela Fundação João Pinheiro.

Entretanto com a implantação do Projeto S11D e com a sua desmobilização houve uma mudança drástica quanto ao número de pessoas residentes no município, o que de certa forma afeta os dados apresentados abaixo, todavia esses dados servem como referencial para comparações quando forem apresentados novos estudos no futuro.

Tabela nº20: Inadequação de Domicílios Urbanos - Adensamento - Canaã dos Carajás - 2010

Inadequação de domicílios urbanos/ Adensamento em domicílios próprios Total	Inadequação de domicílios urbanos / Adensamento em domicílios próprios sem rendimento	Inadequação de domicílios urbanos / Adensamento em domicílios próprios com rendimento 0-3 salários mínimos	Inadequação de domicílios urbanos / Adensamento em domicílios próprios com rendimento 3-6 salários mínimos	Inadequação de domicílios urbanos / Adensamento em domicílios próprios com rendimento 6-10 salários mínimos	Inadequação de domicílios urbanos/ Adensamento em domicílios próprios com rendimento 10 ou mais salários mínimos
170	0	91	70	10	0

Fonte: Fundação João Pinheiro. Déficit Habitacional Municipal no Brasil 2010

²¹ Cômodos são todos os compartimentos integrantes do domicílio separados por paredes, inclusive banheiros e cozinha, e os situados na parte externa do prédio, desde que constituam parte do domicílio. Não são considerados os corredores, alpendres, as varandas abertas e outros compartimentos utilizados para fins não-residenciais, como garagens, depósitos etc.

9.5 Déficit de unidades sanitárias em área urbana

A inexistência de unidade sanitária domiciliar exclusiva define o domicílio que não dispõe de banheiro ou sanitário de uso exclusivo. Isso tanto ocorre nos cortiços tradicionais (em trajetória de extinção ou de transformação) como em terrenos com dois ou mais domicílios ocupados por famílias pobres ligadas por parentesco ou fortes laços afetivos.

Os dados nacionais coletados pela Fundação João Pinheiro em 2015 para a região Norte sobre as unidades sem banheiro exclusivo representam 1,6% dos domicílios particulares permanentes urbanos.

Em Canaã dos Carajás a SEMHAB diagnosticou a existência de habitações carentes de unidades sanitárias no Município.

9.6 Coberturas inadequadas em área urbana

Sob cobertura inadequada estão incluídos todos os domicílios que, embora possuam paredes de alvenaria ou madeira aparelhada, têm telhado de madeira aproveitada, zinco, lata ou palha.

As coberturas inadequadas, aferidas pela Fundação João Pinheiro em 2015 são que na região Norte o item cobertura inadequada representa 4,8%.

A SEMHAB diagnosticou alguns imóveis com cobertura inadequada nas áreas mais carentes do Município.

9.7 Domicílios improvisados em área urbana

O conceito de domicílios improvisados engloba todos os locais e imóveis sem fins residenciais e lugares que servem como moradia alternativa (imóveis comerciais, embaixo de pontes e viadutos, carcaças de carros abandonados, barcos, cavernas, entre outros), o que indica claramente a carência de novas unidades domiciliares.

A SEMHAB diagnosticou a existência de domicílios improvisados no Município de Canaã dos Carajás.

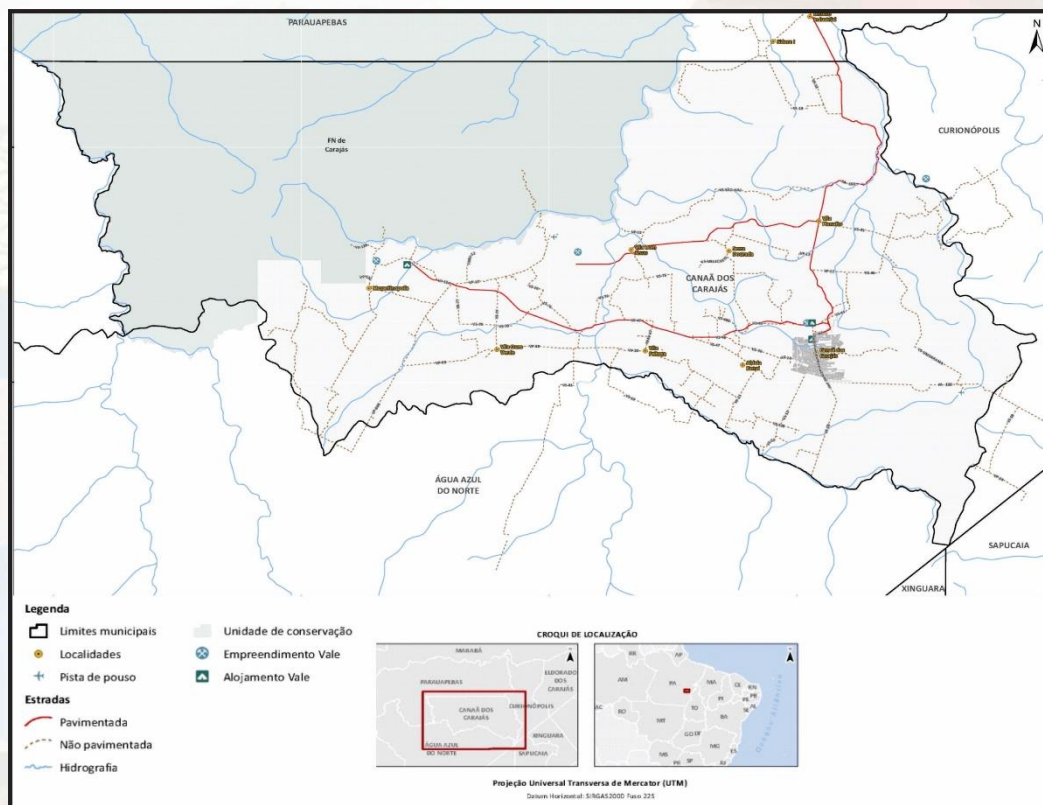
10. Análise da Área Rural do Município de Canaã dos Carajás

10.1 As vilas

Canaã dos Carajás conta com quatro vilas rurais próximas ao seu centro urbano: Vila Planalto, Vila Feitosa, Vila Ouro Verde e Vila Bom Jesus. Cabe ressaltar que a Vila Mozartínópolis não foi citada por quase não haver moradores na mesma.

Para realizar o deslocamento até a área rural e vilas, existe uma malha de 424 km de estradas rurais (ver figura nº 20) que conectam as vilas entre si e estas com o centro urbano, além de chegar às rodovias estaduais. As condições de infraestrutura viária e os modos de transporte disponíveis fazem com que muitos moradores das vilas não disponham de transporte adequado para terem acesso aos serviços disponíveis na zona urbana.

Figura nº 20: Infraestrutura viária – Zona Rural



Fonte: Synergia

As vilas contam com uma infraestrutura básica e imperativa para que seja possível mitigar as demandas oriundas das pessoas que ali residem. Essa infraestrutura é composta por:

- Unidades escolares em todas as vilas e transporte escolar do entorno das mesmas até elas;
- Unidades de Saúde em todas as vilas com infraestrutura para atendimento básico;
- Pavimentação em boa parte da malha viária que lhes dá acesso e
- Comércio e serviços para o atendimento à demanda local.

10.1.1 Vila Planalto

A Vila Planalto localiza-se a aproximadamente 17 km da área urbana do município, no entroncamento entre a PA-160 (rodovia estadual que liga Canaã dos Carajás a Parauapebas) e a VP-45, que segue para a Mina do Sossego e demais vilas. É também conhecida por “45”, em alusão à própria VP. Fazia parte da área denominada pelo GETAT de Cedere II. Por sua proximidade com o centro urbano do município, passou por um incremento populacional, sobretudo a partir de 2004, alterando suas características rurais. Esse processo acelera-se também em função de nela já existir uma melhor infraestrutura em relação às demais vilas, contando com comércio e serviços básicos.

Imagem n°01: Vila Planalto, às margens da PA-160



Fonte: Equipe técnica Prefeitura Municipal de Canaã dos Carajás.

A tabela abaixo demonstra o quantitativo populacional da Vila Planalto em 2014, conforme dados retirados do Projeto de Atenção à Saúde Básica (PASB), elaborado pela Secretaria Municipal de Saúde em parceria com a Vale S.A.

Tabela nº 21: Quantitativo populacional da Vila Planalto

VILA E ENTORNOS	POPULAÇÃO
Vila Planalto	1.502
Entorno	1.119
VS Umuarama - Planalto	251
TOTAL	2.872

Fonte: Projeto de Atenção à Saúde Básica - PASB

Haja vista o levantamento de informações realizado por meio da aplicação de questionário aos moradores das vilas da zona rural pela Equipe Técnica da Prefeitura Municipal de Canaã dos Carajás, através da SEPLAN, SETTRAN e SEMOB, pode-se traçar um perfil populacional da Vila Planalto, a saber:

- ✓ 48% da amostra é do sexo masculino e 52% do feminino ocorrendo, portanto, um equilíbrio;
- ✓ A faixa etária de 30 a 59 anos é a que contempla o maior número de pessoas, perfazendo um índice de 52% e
- ✓ Dentre os 57,3% que exercem atividade remunerada, 61,3% têm renda familiar inferior a R\$ 1.449,99 e apenas 4,0% tem esta superior a R\$ 2.900,00.

10.1.2 Vila Bom Jesus

A Vila Bom Jesus surgiu no processo de assentamento do GETAT que, ao assentar colonos na área, fomentou a formação de um núcleo com comércio, igreja, escola, e outras instalações básicas. Posteriormente, teve sua ocupação ampliada por famílias remanescentes do garimpo clandestino que funcionava na Serra do Sossego, fato que opera a primeira transformação da vila, também conhecida como “13”, em alusão à antiga VP-13. Está localizada nas proximidades da Mina do Sossego, do Córrego Sossego e do Rio Parauapebas, a uma distância de 30 km da área urbana. Os principais acessos são a VS-45 e a VP-12. Assim como a Vila Planalto, a Vila Bom Jesus apresenta melhores

condições de infraestrutura quando comparada às outras duas, embora ainda apresente precariedade.

Imagem nº 02: Via principal da Vila Bom Jesus



Fonte: Equipe técnica Prefeitura Municipal de Canaã dos Carajás.

A tabela nº 22 demonstra o quantitativo populacional da Vila Bom Jesus em 2014, conforme dados retirados do Projeto de Atenção à Saúde Básica (PASB), elaborado pela Secretaria Municipal de Saúde em parceria com a Vale S.A.

Tabela nº 22: Quantitativo populacional da Vila Bom Jesus

VILA E ENTORNOS	POPULAÇÃO
Vila Bom Jesus	975
Entorno	480
TOTAL	1.455

Fonte: Projeto de Atenção à Saúde Básica – PASB

A coleta de dados realizada por meio da aplicação de questionário aos moradores das vilas da zona rural pela Equipe Técnica da Prefeitura Municipal de Canaã dos Carajás, através da SEPLAN, SETTRAN e SEMOB, demonstrou-se o seguinte perfil populacional da Vila Bom Jesus:

- ✓ A população é predominantemente masculina, haja vista o índice de 57,7% da amostra pesquisada;
- ✓ No quesito idade, aquela entre 30 e 59 anos, representa 56,7% da amostragem, assim como ocorre na Vila Planalto e
- ✓ Quanto à renda familiar, 66,7% a possuem até R\$ 1.449,99, enquanto somente 6,7% da população superam R\$ 2.900,00 ao mês.

10.1.3 Vila Feitosa

A Vila Feitosa localiza-se a 23 km da área urbana de Canaã e tem como principal acesso a sequência de estradas rurais VS-14, VP-21 e VP-20. Originando-se do assentamento do GETAT e da ocupação por colonos da Fazenda Três Braços, a partir de 1983, recebe essa denominação em decorrência do senhor Feitosa, um dos pioneiros da vila e proprietário de um pequeno comércio local, um bar-mercearia tido como ponto de referência para os moradores e parada dos viajantes que por ali passavam.

Imagem nº 03: Via principal da Vila Feitosa



Fonte: Equipe técnica Prefeitura Municipal de Canaã dos Carajás.

A tabela a seguir apresenta o quantitativo populacional da Vila Feitosa em 2014, de acordo com dados retirados do Projeto de Atenção à Saúde Básica (PASB), elaborado pela Secretaria Municipal de Saúde em parceria com a Vale S.A.

Tabela nº 23: Quantitativo populacional da Vila Feitosa

VILA E ENTORNOS	POPULAÇÃO
Vila Feitosa	151
Entorno (VP20, VP21, VS47, VS48, VS40)	587
VS 03	109
VS 52	703
VS 53	46
TOTAL	1.596

Fonte: Projeto de Atenção à Saúde Básica – PASB

A aplicação de questionário aos moradores das vilas da zona rural pela Equipe Técnica da Prefeitura Municipal de Canaã dos Carajás, através da SEPLAN, SETTRAN e SEMOB, permitiu que fosse traçado o perfil da população da Vila Feitosa que assim se configura:

- ✓ Em relação ao sexo ocorre uma igualdade entre masculino e feminino;
- ✓ Como nas demais vilas, a faixa etária que perfaz um total de 56,7% e, portanto, e predominante é a compreendida entre 30 e 59 anos e
- ✓ Dos 68,8% das pessoas questionadas que possuem renda familiar, 75% afirmaram que esta é inferior a R\$ 1.449,99, enquanto que a renda familiar acima de R\$ 2.900,00 foi citada por apenas 6,3% dessa amostra.

10.1.4 Vila Ouro Verde

A Vila Ouro Verde constituiu-se como um dos primeiros núcleos de assentamento executados pelo GETAT em 1983, o Cedere III, e está situada a aproximadamente 35 km da área urbana de Canaã dos Carajás. O principal acesso é feito através da sequência de estradas rurais VS-14, VP-21, VP-20 e VS-80. O nome da vila foi escolhido por seus moradores através de um plebiscito quando, a partir de 15/04/00, esta localidade passou a ser chamada oficialmente de Vila Ouro Verde, em alusão à agricultura que caracteriza a vida econômica de seus moradores.

Imagem nº 04: Área central da Vila Ouro Verde



Fonte: Equipe técnica da PMCC

O quantitativo populacional da Vila Ouro Verde em 2014, de acordo com dados hauridos do Projeto de Atenção à Saúde Básica (PASB), elaborado pela

Secretaria Municipal de Saúde em parceria com a Vale S.A., pode ser visualizado na Tabela nº 24.

Tabela nº24: Quantitativo populacional da Vila Ouro Verde

VILA E ENTORNOS	POPULAÇÃO
Vila Ouro Verde	164
Entorno	475
TOTAL	639

Fonte: Projeto de Atenção à Saúde Básica – PASB

A partir da atividade de levantamento de dados realizada pela Equipe Técnica da Prefeitura Municipal de Canaã dos Carajás, através da SEPLAN, SETTRAN e SEMOB, por meio da aplicação de questionário aos residentes das vilas da zona rural, traçou-se o perfil da população da Vila Ouro Verde que assim se apresenta:

- ✓ 52,4% dos moradores são homens e 47,6%, mulheres;
- ✓ Como nas demais vilas, a faixa etária que abrange o maior número de pessoas é a de 30 a 59 anos (57%), seguida pela compreendida entre 19 e 29 (30%) e
- ✓ Enquanto 85,7% da população tem renda familiar inferior a R\$ 1.449,99, ninguém tem esta superior R\$ 2.900,00.

10.2 Déficit habitacional rural em Canaã dos Carajás

Tabela nº25: Déficit Habitacional Rural Canaã dos Carajás - 2010

Unidade Territorial	Déficit Habitacional Rural
Canaã dos Carajás	248

Fonte: Fundação João Pinheiro. Déficit Habitacional Municipal no Brasil 2010

De acordo com dados coletados da Fundação João Pinheiro e sintetizados na tabela acima, pode-se contemplar o déficit rural habitacional no ano de 2010. Atualmente esses dados não condizem com a realidade, por conta da implantação do Projeto S11D e da migração de algumas famílias para a área urbana municipal, entretanto apesar da gestão municipal realizar obras de infraestrutura nas vilas, as mesmas não contemplaram obras habitacionais.

Todavia se faz necessário um estudo mais aprofundado e atualizado sobre os dados habitacionais rurais, para que possa haver a confrontação com os dados apresentados acima, com a finalidade de ser implantadas políticas públicas locais, com o objetivo de sanar quaisquer problemas relacionados ao déficit habitacional rural.

10.3 Domicílios precários na área rural

A tabela abaixo representa os domicílios precários em 2010 aferidos pela Fundação João Pinheiro.²²

Tabela nº26: Domicílios Precários - Rural - Canaã dos Carajás - 2010

Unidade Territorial	Domicílios Precários Rural Total
Canaã dos Carajás	227

Fonte: Fundação João Pinheiro. Déficit Habitacional Municipal no Brasil 2010

11. Déficit habitacional e demanda futura no Município de Canaã dos Carajás segundo Plano Local de Habitação de Interesse Social de 2013

A estimativa do Déficit habitacional ora apresentado foi uma aproximação da metodologia utilizada pela Fundação João Pinheiro - FJP em suas estimativas do Déficit Habitacional 2010.

Segundo a FJP (2013), o déficit habitacional considera a necessidade de novas moradias e a inadequação domiciliar os problemas na qualidade do imóvel quanto à garantia de condições adequadas de habitabilidade.

O déficit habitacional está associado às deficiências do estoque de moradias sejam elas para serem repostas por não apresentarem condições de habitabilidade ou por abrigarem problemas de coabitação familiar, ônus excessivo com aluguel e adensamento excessivo em imóveis alugados.

Os conceitos e variáveis utilizados estão descritos na Tabela 27, que também identifica alguns ajustes metodológicos necessários, em função da não

²² Devido a implantação do Projeto S11D no município que provocou várias mudanças econômicas e sociais, os dados apresentados provavelmente não estão mais refletindo a realidade municipal, o que sugere um estudo mais aprofundado desta realidade.

disponibilidade de realizar alguns cruzamentos de determinadas variáveis nas bases de dados públicas do Censo 2010.

A estimativa do déficit habitacional de Canaã dos Carajás se obteve pela agregação de quatro componentes, que por questões de definições, podem ocorrer interseções entre eles, ou seja, o mesmo domicílio ser contado em mais de um componente, dessa forma, o déficit habitacional total para este município é a soma dos quatro componentes menos as repetições. O total do déficit habitacional também foi desagregado por situação de domicílio e faixas de renda domiciliar.

Tabela nº27: Conceitos e Ajustes metodológicos utilizados na estimativa do déficit habitacional de Canaã dos Carajás

Componente	Conceito e Ajustes Metodológicos
Habitações precárias	Foi composto de dois subgrupos, o primeiro considerou os domicílios improvisados que são todos os locais e imóveis sem fins residenciais e lugares que servem como moradia alternativa (imóveis comerciais, embaixo de pontes e viadutos, barracas, carcaças de carros abandonados e cavernas, entre outros), o que indica a carência de novas unidades domiciliares. O segundo utilizou os domicílios rústicos, em que foram levados em consideração aqueles sem paredes de alvenaria ou madeira aparelhada. Em decorrência das condições de insalubridade, esse tipo de edificação proporciona desconforto e traz risco de contaminação por doenças.
Coabitação familiar	Foi definida por dois subgrupos. No primeiro foram considerados os domicílios do tipo cômodo, independente da condição de sua ocupação, sejam eles cedidos, próprios ou alugados, porque esse tipo de moradia mascara a situação real de coabitação, uma vez que os domicílios são formalmente distintos. O segundo observou as famílias conviventes que tenham intenção declarada de se mudar, essa variável não está disponível de forma direta no Censo Demográfico de 2010, por isso esse subgrupo foi estimado pelo autor a partir das informações disponíveis em PNAD's para o total do estado.
Ônus excessivo com aluguel	O ônus excessivo com aluguel foi caracterizado por todas as famílias urbanas com renda de até três salários mínimos que moram em casa ou apartamento (domicílios urbanos duráveis) e que despendem 30% ou mais de sua renda com aluguel. Dada impossibilidade de realizar esse cruzamento, em bases de dados públicas se considerou o corte de pelo menos 25% da renda domiciliar comprometida com aluguel.
Adensamento excessivo em domicílios Alugados	A seleção utilizada de adensamento excessivo ocorreu nos domicílios alugados que possuíam mais de três habitantes por dormitório. O número de dormitórios corresponde ao total de cômodos que servem de dormitório em caráter permanente e apenas para os moradores do domicílio. Consideraram-se todos os moradores do domicílio na contagem de moradores.

Fonte: FJP/Próprio Autor, 2013. Elaboração: Próprio Autor, 2014

Com base na metodologia já descrita anteriormente foi estimado o déficit habitacional de Canaã dos Carajás, cujos resultados encontram-se apresentados a seguir.

O município Canaã dos Carajás de acordo com o Censo Demográfico 2010 tinha 7.446 domicílios particulares permanentes que abrigavam uma população de 26.716 habitantes, resultando em uma média de 3,6 moradores por domicílios. Desse total de domicílios, 78,06% encontrava-se em áreas urbanas do município (Tabela 28).

Tabela nº28: Indicadores Demográficos por situação do Domicílio de Canaã dos Carajás, 2010

Indicadores Demográficos	Absoluto			%	
	Total	Urbana	Rural	Urbana	Rural
Domicílios Particulares Permanentes	7.446	5.812	1.634	78,06	21,94
População Residente	26.716	20.727	5.989	77,58	22,42
Média de Moradores por Domicílios	3,6	3,6	3,7	-	-

Fonte: IBGE/Próprio Autor, 2010.
Elaboração: Próprio Autor, 2014.

O déficit habitacional estimado para o município de Canaã de Carajás foi de 17,3% dos domicílios particulares permanentes, equivalente a 1.291, dos quais 80,25% encontram-se na área urbana, gerando um déficit habitacional de 17,8% dos domicílios particulares permanentes da área urbana. O déficit para a área rural do município foi de 15,6% (Tabela 29).

Tabela nº29: Indicadores Demográficos por situação do Domicílio de Canaã dos Carajás, 2010

Situação do Domicílio	Déficit Habitacional	
	Absoluto	Relativo
Total	1.291	17,3
Urbana	1.036	17,8
Rural	255	15,6

Fonte: IBGE/Próprio Autor, 2010.
Elaboração: Próprio Autor, 2014.

Observando o déficit habitacional por componentes de Canaã dos Carajás, em 2010, eram necessárias mais de 639 habitações para reposição de moradias precárias (improvisadas ou rústicas), 318 novas para sanar a coabitação familiar, mais 197 para famílias cujo ônus com aluguel é excessivo e

163 novas moradias para pessoas que vivem em domicílios com excedentes de pessoas por dormitórios por não disporem de renda suficiente para alugar um imóvel adequado ao tamanho da família.

11.1 Déficit habitacional levantado pela Secretaria Municipal de Habitação no Município de Canaã dos Carajás no ano de 2018²³

O crescimento do Município de Canaã dos Carajás vem se apresentando muito intenso, devido à instalação dos projetos de cobre do Sossego, inaugurado no ano 2014 e o projeto S11D, inaugurado no ano de 2016.

Com a instalação destes grandes empreendimentos, mesmo antes de iniciarem suas atividades, houve um grande crescimento populacional, pois muitas pessoas vieram a Canaã dos Carajás por causa da grande demanda de mão de obra qualificada que se fez necessário.

Tal mutação lépida ocasionou transformações estruturais, logísticas, comerciais, culturais e econômicas, dificultando o exercício da gestão.

Canaã dos Carajás, como outros Municípios que se encontram em situação semelhante, não contava com infraestrutura adequada para tal demanda populacional, o que ocasionou problemas habitacionais, como: falta de moradia, o que gerou aumento nos aluguéis, moradias inadequadas, surgimento de habitações em encostas de morros, dentre outros.

As oscilações causadas pelos grandes projetos dificultam as previsões para o desenvolvimento de políticas públicas, a exemplo do projeto S11D, que em seu pico de obras teve mais de 40 mil trabalhadores, entretanto, na fase de operação, apenas 2,6 mil trabalhadores.

As políticas públicas ligadas a habitação, não são exceção a essa regra, visto que, as mudanças constantes e dados oficiais desatualizados ocasionados por tais mudanças, acabam por dificultar um diagnóstico real da situação atual.

A exemplo da afirmativa acima, tem-se o déficit habitacional no município de Canaã dos Carajás.

²³ De acordo com a lei 691/2015 que cria o Sistema Municipal de informações Habitacionais que integra as informações gerenciais e estatísticas relacionadas com o setor habitacional e o Cadastro Municipal de Informações de Interesse Social. Esse sistema é responsável por coletar, processar e disponibilizar as informações que permitem estimar as demandas potenciais e afetivas de habitação no município.

O déficit inicial habitacional diagnosticado pela Fundação João Pinheiro foi de 1.412 casas para um município de aproximadamente 36.000 habitantes, o que na época já não refletia a realidade municipal, visto que, a migração e a emigração de pessoas é uma variável insuperável para chegarmos ao déficit real.

Não é de outro modo, o estudo feito pela empresa contratada para elaborar PLHIS do Município de Canaã dos Carajás, diagnosticou um déficit de 1.316 casas, sendo que, eram necessárias mais de 696 habitações para reposição de moradias precárias (improvisadas e rústicas), 318 casas para sanar a coabitação familiar, mais de 197 habitações para famílias cujo o ônus com aluguel é excessivo e 163 novas moradias para pessoas que vivem em domicílio com excedentes de pessoas por dormitórios, por não disporem de renda suficiente para o alugar um imóvel adequado a quantidade de habitantes.

Diante do exposto acima, a equipe de coordenação da primeira revisão do Plano de Habitação de Interesse Social- PLHIS, julgou conveniente adotar como déficit habitacional as demandas cadastradas na Secretaria Municipal de Habitação.

Cabe ressaltar que, essas demandas tiveram sua origem na divulgação do trabalho da Secretaria Municipal Habitação junto a população e depois de devidamente analisadas pela equipe técnica foram inseridas no cadastro existente na mesma.

Destarte, seque abaixo o déficit habitacional do Município de Canaã dos Carajás:

Tabela nº30: Déficit habitacional existente em Canaã dos Carajás, coletado junto a SEMHAB - Ano 2018

DÉFICIT HABITACIONAL EXISTENTE EM CANAÃ DOS CARAJÁS-2018	
Déficit habitacional²⁴	Quantidade/ Unidades
Moradias para pessoas sem deficiência física	1.261

²⁴ Relacionado a construção de unidades habitacionais, para pessoas de baixa renda e vulnerabilidade social, na forma da Lei.

Moradias para famílias que tenham alguma pessoa com deficiência física	113
Moradias para pessoas (titular) com deficiência física	86
TOTAL	1.460

Fonte: SEMHAB

Tabela nº31: Déficit habitacional existente em Canaã dos Carajás, coletado junto a SEMHAB - Ano 2018

DÉFICIT HABITACIONAL EXISTENTE EM CANAÃ DOS CARAJÁS-2018	
Déficit de habitações inadequadas²⁵	Quantidade/ Unidades
Moradias para pessoas sem deficiência física	776
Moradias para famílias que tenham alguma pessoa com deficiência física	70
Moradias para pessoas (titular) com deficiência física	33
TOTAL	879

Fonte: SEMHAB

²⁵ As moradias classificadas como inadequadas são aquelas que necessitam de melhoramentos para que alcancem um padrão mínimo de habitabilidade, definido a partir de critérios de qualidade da infraestrutura de serviços, relacionados ao ambiente em que a moradia está inserida, e quantitativa de cômodos do domicílio em relação ao tamanho da família.

Tabela nº32: Déficit habitacional existente em Canaã dos Carajás, coletado junto a SEMHAB - Ano 2018

DÉFICIT HABITACIONAL EXISTENTE EM CANAÃ DOS CARAJÁS-2018	
Déficit de habitações inadequadas²⁶	Quantidade/ Unidades
Módulos sanitários para pessoas sem deficiência física	540
Módulos sanitários famílias que tenham alguma pessoa com deficiência física	30
Módulos sanitários para pessoas (titular) com deficiência física	30
TOTAL	600

Fonte: SEMHAB

12. Matriz ou Análise SWOT (FOFA)

Análise SWOT ou **matriz SWOT** é composta pelas iniciais das palavras em inglês *Strengths*, *Weaknesses*, *Opportunities*, e *Threats*, que significam **Forças**, **Fraquezas**, **Oportunidades** e **Ameaças**, respectivamente. Em português também é chamada de **análise** ou **matriz FOFA**. Seu papel é formular planos para objetivos estratégicos com base nas forças e fraquezas do negócio (ambiente interno), e nas oportunidades e ameaças de mercado (ambiente externo)

A criação da análise SWOT é creditada a **Albert Humphrey** e sua equipe de pesquisa na Universidade de Stanford nos anos 60 e 70. Em suas pesquisas, eles procuravam entender porque o planejamento estratégico de empresas importantes havia falhado. Para avaliar as empresas na pesquisa, a **análise**

²⁶ Refere-se a habitações que necessitam de módulos sanitários.

SOFT, embrião da **análise SWOT**, segundo autores, utilizou os seguintes critérios:

- O que é positivo no presente é uma **Força**;
- O que é positivo no futuro é uma **Oportunidade**;
- O que é negativo no presente é uma **Fraqueza**;
- O que é negativo no futuro é uma **Ameaça**.

Os fatores analisados eram agrupados e, assim nasceu a **matriz**

SWOT ou **matriz FOFA**:

Tabela nº33: Analise SWOT

S-STRENGTHS FORÇAS (Positivo no presente)	W-WEAKNESSES Fraquezas (Negativo no presente)
1. PLHIS; 2. Conselho Municipal de habitação; 3. Equipe pró ativa da Secretaria; 4. Garantia de 0,5% do CFEM para investimento em habitação; 5. Implantação de novo sistema contábil e financeira municipal; 6. Secretaria Municipal de Habitação.	1. Elevado valor do aluguel; 2. Elevado valor do terreno; 3. Elevado valor de imóveis, 4. Instalação de habitações populares distantes dos centros com infraestrutura; 5. Localização pouco acessível (Residencial Canaã); 6. Necessidade de maior investimento em programas de capacitação para a equipe; 7. Equipe reduzida da SEMHAB; 8. Falta de transporte coletivo público.
O-OPPORTUNITIES Oportunidades (Positivo no futuro)	T-THREATS Ameaças (Negativo no futuro)
1. Planejamento conforme PLHIS, PPA e Orçamento; 2. Orçamento Federal, Estadual e Municipal, destinado a habitação; 3. Ações que visem o preenchimento de vazios urbanos; 4. Possibilidade de investimentos.	1. Localização das novas habitações populares- não podem ficar distante de onde já existe infraestrutura; 2. O poder público terá de instalar infraestrutura nas habitações fora do perímetro urbano. Ex: chácaras 3. Esgarçamento da malha urbana; 4. Vazios urbanos; 5. Imóveis vazios; 6. Falta de infraestrutura; 7. Recursos escassos; 8. Falta de planejamento; 9. Falta de investimentos.

Fonte: SEPLAN/ SEMHAB

13. Considerações Finais

O ambiente urbano da sede do município se configura hoje pela extensa mancha urbana esparsamente povoada, criando não somente uma fragmentação espacial, mas também dificultando a renovação de recursos para manutenção da infraestrutura. O número excessivo de loteamentos aprovados, com lotes não necessariamente ocupados imprime ao tecido urbano a marca da fragmentação em um padrão de ocupação extensivo no que se refere a falta de centralidades constituídas e a dificuldades de mobilidade em função da falta de concordância geométrica entre os arruamentos dos loteamentos e dispersão de ocupação.

O alto preço da terra se comportou como sustentáculo dos processos de informalização e precarização do meio urbano ao passo que expulsa a parcela pobre da população para áreas de difícil acesso, historicamente caracterizadas pela vulnerabilidade ambiental, como encostas de morros e áreas alagáveis. O reflexo espacial deste processo é a constituição de dois polos na cidade: um formal, com espaços criados pelo mercado imobiliário, com bairros planejados, condomínios de luxo e loteamentos urbanizados; e um polo informal, ocupado pelas populações de baixa renda, e onde as ações do poder público são pontuais ou insuficientes. Como resultado dessa dicotomia de realidades, “(...) instala-se no município um cenário de subutilização da infraestrutura nos loteamentos privados junto a um cenário de inexistência na oferta deste serviço nas áreas ocupadas pela população de menor renda. O espraiamento acelerado da malha urbana nestas condições revela uma forte segregação socioespacial, agravada pelo descompasso na oferta de equipamentos sociais e urbanos.” (BANDEIRA, 2014, p. 103)



1ª REVISÃO DO **PLHIS**

PLANO LOCAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

ESTRATÉGIA DE AÇÃO

Sumário

1. Estratégia de Ação	175
1.1 Princípios.....	175
1.2 Diretrizes	176
1.3 Objetivos	176
1.4 Programas.....	178
1.5 Revisão	191
2 Bibliografia.....	192
3 Anexo	193

1. Estratégia de Ação

Diante do diagnóstico do setor habitacional produzido pelo Poder Público Municipal e Sociedade Organizada, a Prefeitura Municipal de Canaã dos Carajás, observando as diretrizes que nortearam a elaboração do PLHIS, levando em consideração a Política Nacional de Habitação, a Política Estadual de Habitação e a política habitacional local, e os princípios democráticos de participação social e o Plano Plurianual 2018/2021, desenvolveu essa estratégia de ação com o objetivo de solucionar ou mitigar as necessidades habitacionais do Município.

A estratégia de ação adotada, por força de Lei, segue os moldes dos programas estabelecidos no Plano Plurianual 2018/2021. Não obstante, tal fato não seja fator impeditivo para que inovações possam ser trazidas ao PLHIS, visto que, são instrumentos jurídicos distintos, mas com objetivos semelhantes, onde o segundo serve de subsídio para o aperfeiçoamento do primeiro.

Destarte, os programas do Plano Plurianual 2018/2021 transfiguram-se em proposta incipiente no Plano Local de Habitação de Interesse Social, sem perder sua característica de fator preponderante e exigível para que a administração pública possa desenvolver suas atividades, como preconiza a Constituição Cidadã. Tal metamorfose é o que permite acréscimos aos programas do Plano Plurianual 2018/2021, fato esse facilmente percebido quando comparado os programas do Plano Plurianual 2018/2021 no anexo deste instrumento jurídico e os programas constantes nesta estratégia de ação.

1.1 Princípios

- I. Direito à moradia, enquanto um direito humano, individual e coletivo, previsto na Declaração Universal dos Direitos Humanos e na Constituição Brasileira de 1988;
- II. Moradia digna como direito e vetor de inclusão social, garantindo padrão mínimo de habitabilidade, infraestrutura, saneamento ambiental, mobilidade, transporte coletivo, equipamentos, serviços urbanos e sociais;

- III. Compatibilidade e integração das políticas habitacionais Federal, Estadual, e Municipal, bem como das demais políticas setoriais de desenvolvimento urbano, ambientais e de inclusão social;
- IV. Função social da propriedade urbana, buscando implementar instrumentos de reforma urbana a fim de possibilitar melhor ordenamento e maior controle do uso do solo, de forma a combater a retenção especulativa e garantir acesso à terra urbanizada;
- V. Gestão democrática com participação dos diferentes segmentos da sociedade, possibilitando controle social e transparência nas decisões e procedimentos;
- VI. Planejamento do desenvolvimento da cidade, da distribuição espacial da população e das atividades econômicas, de modo a evitar e corrigir as distorções do crescimento urbano.

1.2 Diretrizes

- I. Prioridade para Planos, Programas e Projetos Habitacionais para a população de menor renda, articulados no âmbito Federal, Estadual e Municipal;
- II. Utilização prioritária de incentivos ao aproveitamento de áreas dotadas de infraestrutura não utilizadas ou subutilizadas, inseridas na malha urbana, de terrenos de propriedade do Poder Público para a implantação de projetos habitacionais de interesse social;
- III. Sustentabilidade econômica, financeira e social dos programas e projetos implementados;
- IV. Incentivo à implementação dos diversos institutos jurídicos que regulamentam o acesso à moradia, previstos no Estatuto da Cidade e outros;
- V. Adoção de mecanismos de acompanhamento e avaliação e de indicadores de impacto social das políticas, planos e programas;
- VI. Observação de mecanismos de quotas para idosos, deficientes e famílias chefiadas por mulheres dentre o grupo identificado como o de menor renda.

1.3 Objetivos

Em termos gerais, o PLHIS visa que a Política Municipal de Habitação alcance os seguintes “objetivos”:

- I. Promover e apoiar ações de desenvolvimento institucional;
- II. Estabelecer critérios e parâmetros técnicos de orientação para as intervenções urbanas;
- III. Democratizar o acesso à terra urbanizada, à moradia e aos serviços públicos de qualidade, ampliando a oferta de habitações e melhorando as condições de habitabilidade da população de baixa renda;
- IV. Atender às necessidades habitacionais do conjunto da população, com prioridade para as famílias cuja renda seja igual ou inferior a três salários mínimos e formas diferenciadas de atuação segundo os segmentos de renda;
- V. Reverter o processo de segregação sócio espacial na cidade, por intermédio da oferta de áreas, do incentivo e indução à produção habitacional dirigida aos segmentos sociais de menor renda, inclusive em áreas centrais, bem como pela urbanização e regularização dos assentamentos precários ocupados por população de baixa renda;
- VI. Recuperar as áreas degradadas (assentamentos precários), combinando sempre que possível, ações de urbanização com ações de recuperação e preservação ambiental.

Programas

ESTRUTURA LATO SENSU DO PROGRAMA

Recurso Total do Programa: R\$ 5.302.761,73	
Linha programática	Desenvolvimento Institucional
Função	Administração
Subfunção	Administração Geral
Programa	Gestão Administrativa
Objetivo do programa	Buscar promover uma gestão eficiente e eficaz que venha possibilitar o desenvolvimento habitacional no Município
Público alvo	Servidores públicos e parceiros de negócios

Ações	Contínua	Finalística	Apoio
01- Manter a Secretaria Municipal de Habitação	✓		✓
02- Manter o Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social	✓		✓
03- Contratar Assessoria Técnica Especializada Para Suporte Jurídico e Técnico		✓	

Metas	<p>01- Manter em dia os pagamentos</p> <p>02- Nova estrutura organizacional implantada até 2019, redimensionando do organograma da SEMHAB, incluindo no quadro técnico da secretaria, profissionais de nível superior com conhecimento em engenharia / arquitetura, serviço social ou áreas afins</p> <p>03- Adquirir software específico para monitoramento e gestão da Política de Habitação, abrangendo o território urbano e rural, iniciando em 2019</p> <p>04- Realizar capacitação dos servidores pela Escola de Governança do Governo do Estado do Pará,</p>
--------------	--

Capacidades, além de cursos ofertados pelo município, relacionados a habitação.

Indicadores de monitoramento

01- Data do pagamento

Recursos do programa por ano

01- Recurso ano de 2019	R\$ 1.176.793,15
02- Recurso ano de 2020	R\$ 1.270.936,60
03- Recurso ano de 2021	R\$ 1.372.611,53
04- Recurso ano de 2022	R\$ 1.482.420,45

Fontes de recursos

01- Recursos Municipais	R\$ 5.302.761,73
-------------------------	------------------

ESTRUTURA LATO SENSU DO PROGRAMA

Recurso Total do Programa: R\$ 7.339.913,00	
Linha programática	Produção e Aquisição de Habitação
Função	Habitação
Subfunção	Direitos individuais, coletivos e difusos
Programa	Moradia Digna
Objetivo do programa	Reduzir o déficit habitacional com a construção de unidades habitacionais, bem como melhorar habitações já existentes
Público alvo	Famílias identificadas em vulnerabilidade sócio-econômica

Ações	Contínua	Finalística	Apoio
01- Desapropriar Área Para Fins de Construção de Unidades Habitacionais		✓	
02- Construir, Ampliar e Reformar Unidades Habitacionais		✓	

Metas	<p>01- Construir 60 unidades habitacionais em (4) anos</p> <p>02- Desenvolver o Plano de Reforma e Ampliação, conforme Lei 691/2015 até o ano 2019</p> <p>03- Implantar o Programa de Eliminação e Gerenciamento de Área de Risco até 2020</p> <p>04- Manter o programa de Eliminação e Gerenciamento de Área de Risco</p> <p>05- Implantar o Programa de Contenção de Invasões até 2020</p> <p>06- Manter o Programa de Contenção de Invasões</p>
--------------	--

Indicadores de monitoramento	01- Déficit habitacional/ banco de dados PLHIS 02- Unidades habitacionais construídas ✓ 2019- 15 UH ✓ 2020- 15 UH ✓ 2021- 15 UH ✓ 2022- 15 UH 03- Planos desenvolvidos? Sim/não
-------------------------------------	---

RECURSOS DO PROGRAMA POR ANO	
01- Recurso ano de 2019	R\$ 1.750.000,00
02- Recurso ano de 2020	R\$ 1.802.500,00
03- Recurso ano de 2021	R\$ 1.856,575,00
04- Recurso ano de 2022	R\$ 1.930,838,00

FONTES DE RECURSOS	
01- Recursos municipais	7.339.913,00 R\$ 7.339.913,00

ESTRUTURA LATO SENSU DO PROGRAMA

Recurso Total do Programa: R\$ 17.437.586,34	
Linha programática	Atendimento de Melhoria Habitacional
Função	Habitação
Subfunção	Direitos individuais, coletivos e difusos
Programa	Moradia Digna
Objetivo do programa	Reduzir o déficit habitacional com a construção de unidades habitacionais, bem como melhorar habitações já existentes
Público alvo	Famílias identificadas em vulnerabilidade sócio-econômica

Ações	Contínua	Finalística	Apoio
01- Desapropriar Área Para Fins de Construção de Unidades Habitacionais		✓	
02- Construir, Ampliar e Reformar Unidades Habitacionais		✓	

Metas	<p>01- Realizar 100 reformas em moradias por ano através do programa estadual Cheque Moradia, a partir de 2019, sendo que: 90 unidades destinadas a pessoas sem deficiência 10 unidades destinadas a pessoas com deficiências</p> <p>02- Realizar 100 ampliações por ano através do programa estadual Cheque Moradia, partir de 2019, sendo que: 90 unidades destinadas a pessoas sem deficiência 10 unidades destinadas a pessoas com deficiências</p> <p>03- Auxiliar nas construções de 100 unidades habitacionais por ano através do programa estadual Cheque Moradia, partir de 2019, sendo que: 90 unidades destinadas a pessoas sem deficiência</p>
--------------	--

<p>Metas</p>	<p>10 unidades destinadas a pessoas com deficiências</p> <p>04- Construir 100 módulos sanitários por ano, sendo que: 90 módulos para pessoas sem necessidade especial 10 módulos PNE</p> <p>05- Implantar o programa municipal de reforma e ampliação de moradia para pessoas de baixa renda até janeiro 2020, sendo que: Valor da reforma R\$ 5.000,00 Valor da Ampliação R\$ 2.500,00 70 unidades ano com reforma 70 unidades ano com ampliação</p>
---------------------	---

<p>Indicadores de monitoramento</p>	<p>01- Número de cheques moradias adquiridas a cada 6 meses</p> <p>02- Numero de módulos sanitários construídos a cada seis meses</p> <p>03- Programa municipal de reforma e ampliação de moradia para pessoas de baixa renda implantado? Sim ou Não</p> <p>04- Unidades reformadas e ampliadas a cada 4 meses</p>
--	--

RECURSOS DO PROGRAMA POR ANO

<p>01- Recurso ano de 2019</p>	<p>R\$ 3.735.481,20</p>
<p>02- Recurso ano de 2020</p>	<p>R\$ 4.409.900,44</p>
<p>03- Recurso ano de 2021</p>	<p>R\$ 4.565.296,46</p>
<p>04- Recurso ano de 2022</p>	<p>R\$ 4.726.908,30</p>

FONTES DE RECURSOS	
01- Recurso Estadual	R\$ 9.380.438,96
02- Recurso Federal	R\$ 6.482.147,44
03- Recurso Municipal	R\$ 1.575.000,00

OBSERVAÇÃO SOBRE O PROGRAMA
01- O programa municipal de reforma e ampliação de moradia para pessoas de baixa renda deverá ser incluído no Plano Plurianual 2018/2021



ESTRUTURA LATO SENSU DO PROGRAMA

Recurso Total do Programa: R\$ 811.710,00	
Linhas programática	Produção e Aquisição de Habitação
Função	Habitação
Subfunção	Direitos individuais, coletivos e difusos
Programa	Política Nacional de Habitação de Interesse Social
Objetivo do programa	Executar Plano de Desenvolvimento Socioterritorial da minha Casa Minha Vida (Residencial Canaã)
Público alvo	Famílias beneficiadas do Residencial Canaã

Ações	Contínua	Finalística	Apoio
01- Atender política de habitação de interesse social		✓	

Metas	01- 100% das famílias beneficiadas atendidas até 2021
--------------	---

Indicadores de monitoramento	01- Famílias beneficiadas por ano
-------------------------------------	-----------------------------------

Fontes de recursos	
01- Recurso federal	R\$ 811.710,00

ESTRUTURA LATO SENSU DO PROGRAMA

Recurso Total do Programa: R\$ 27.200.000,00	
Linhas programática	Produção e aquisição de habitação
Função	Habitação
Subfunção	Direitos individuais, coletivos e difusos
Programa	Minha casa, Minha vida
Objetivo do programa	Construir unidades habitacionais faixa um (1) e dois (2) do programa Minha casa, Minha vida
Público alvo	Famílias localizadas abaixo da linha da pobreza ou que vivam na indigência

Ações	Contínua	Finalística	Apoio
01- Construir unidades habitacionais		✓	

Metas	01- Construir quatrocentas (400) unidades habitacionais durante a vigência do Plano Plurianual 2018/2021
--------------	--

Indicadores de monitoramento	01- Ações práticas em função do programa/mês
-------------------------------------	--

FONTES DE RECURSOS	
01- Recurso Federal	R\$ 27.200.000,00

ESTRUTURA LATO SENSU DO PROGRAMA

Recurso Total do Programa: R\$ 500.000,00	
Linhas programática	Atendimento de Melhoria Habitacional
Função	Habitação
Subfunção	Direitos individuais, coletivos e difusos
Programa	Cartão Reforma
Objetivo do programa	Firmar convênio com o Governo Federal para a implantação do Cartão Reforma
Público alvo	Família em déficit habitacional qualitativo

Ações	Contínua	Finalística	Apoio
01- Realizar convênio com o governo federal		✓	

Metas	<p>01- Implantar o programa Cartão Reforma durante a vigência do Plano Plurianual 2018/2021</p> <p>02- Manter o programa cartão reforma durante a vigência do Plano Plurianual 2018/2021</p> <p>03- Entregar 100 cartões durante a vigência do Plano Plurianual 2018/2021</p>
--------------	---

Indicadores de monitoramento	01- Ações executadas por mês com o objetivo de implantar o Cartão Reforma
-------------------------------------	---

FONTES DE RECURSOS

01- Recurso Federal

R\$ 500.000,00



ESTRUTURA LATO SENSU DO PROGRAMA

Recurso Total do Programa: R\$ 2.000.000,00	
Linha programática	Integração Urbana de Assentamentos Precários
Função	Habitação
Subfunção	Direitos individuais, coletivos e difusos
Programa	Lote solidário
Objetivo do programa	Promover a entrega de lotes sociais
Público alvo	Famílias com capacidade de atender necessidades básicas, inclusive assumir serviços de moradia

Ações	Contínua	Finalística	Apoio
01- Desapropriar Área Para Lotear		✓	
02- Implantar o Programa Lote Solidário		✓	

Metas	01- Efetivar o lançamento de trinta (30) lotes durante vigência do PPA
--------------	--

Indicadores de monitoramento	01- Ações executadas por mês com o objetivo de implantar o loteamento
-------------------------------------	---

FONTES DE RECURSOS

01- Recurso federal	4. R\$ 2.000.000,00
---------------------	------------------------

OBSERVAÇÃO SOBRE O PROGRAMA

01- O programa lote solidário deverá ser readequado dentro do Plano Plurianual 2018/2021
--

1.5 Revisão

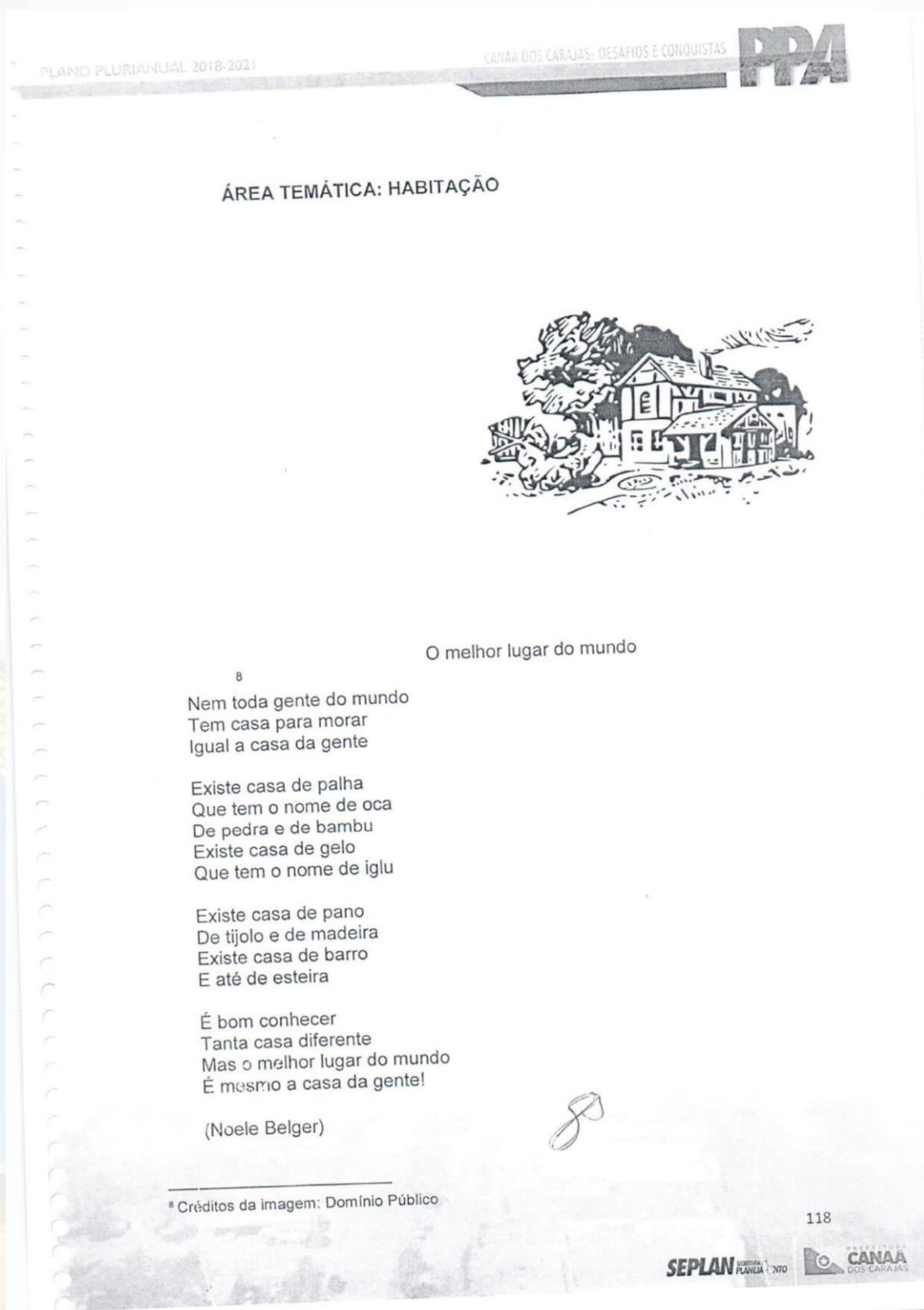
A revisão deste plano é estimada para dezembro de 2022, esta data é justificada pois é o segundo ano de governo do novo gestor municipal e o início de um novo Plano Plurianual- PPA.

Desta forma é possível ajustar o Plano Local de Habitação de Interesse Social- PLHIS ao novo instrumento jurídico de planejamento, que irá reger o município por mais uma legislatura. Todavia, a conveniência e oportunidade da administração, poderá o Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social propor revisão antes do prazo estimado nesta primeira revisão, por força de fatos supervenientes, levando as propostas de novas metas, objetivos, indicadores, entre outros. O PLHIS constitui-se, desta forma, parte de um processo de planejamento de médio prazo do Governo Municipal, que pressupõe revisões periódicas e articulação com os outros instrumentos de planejamento e orçamento, como o Plano Plurianual (PPA).

2 Bibliografia

- I. Como Desenvolver uma Matriz ou Análise SWOT (FOFA). Disponível em: <https://blog.luz.vc/o-que-e/como-desenvolver-uma-matriz-ou-analise-swot-fofa/>- Acesso em: 28 de Setembro de 2018
- II. Plano Local de Habitação de Interesse Social. Canaã dos Carajás, 2013.
- III. PPA Municipal. Canaã dos Carajás, 2017;
- IV. Projeto da Vale S11D obtém licença de operação do Ibama em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/projeto-da-vale-s11d-obtem-licenca-de-operacao-do-ibama.ghtml>- Acesso em 01 de Outubro de 2018;
- V. História em: <https://www.canaadoscarajas.pa.gov.br/novo/historia/>- Acesso em 01 de Outubro de 2018;
- VI. Plano local de habitação de interesse social - PLHIS – Erechim-RS relatório III etapa estratégias de ação;
- VII. Santa, R.J e Denaldi, R. Planos locais de habitação de interesse social. 1º Edição. Brasília: Ministério das Cidades, 2009.
- VIII. <http://www.ihu.unisinos.br/observasinos/vale/populacao/aluguel-e-domicilio-precario-sao-responsaveis-por-86-do-deficit-habitacional-no-vale-do-sinos-> Acesso em 25 de Outubro de 2018.
- IX. http://www.anoregmt.org.br/arquivos/9660/09660_07413_00026.pdf- Acesso em 05 de Novembro de 2018.

3 Anexo



ESTRUTURA LATO SENSU DOS PROGRAMAS

Recursos do Programa: R\$ 4.572.760,33

Função	Administração
Subfunção	Administração Geral
Programa	Gestão Administrativa
Objetivo do programa	Buscar promover uma gestão eficiente e eficaz que venha possibilitar o desenvolvimento habitacional no Município
Órgão responsável	Secretaria Municipal de Habitação-SEM HAB
Público alvo	Servidores públicos e parceiros de negócios
Indicadores de monitoramento	I - Capacitação Dos Servidores
Metas	<p>I – Realizar Capacitação dos servidores</p> <p>II - Nova estrutura organizacional implantada até 2018, redimensionando o organograma da SEMHAB, incluindo no quadro técnico da Secretaria profissionais de nível superior com conhecimento em engenharia / arquitetura, serviço social ou áreas afins</p> <p>III - Adquirir software específico para monitoramento e gestão da Política de Habitação, abrangendo o território Urbano e Rural, iniciando em 2018</p> <p>IV - Contratar Assessoria Técnica Especializada Para Suporte Jurídico e Técnico</p> <p>V – Implantar o Lote Solidário em 2018</p> <p>VI – Manter o Lote Solidário em 2019</p>



119

Ações	Contínua	Finalística	Apoio
I - Manter a Secretaria Municipal de Habitação	✓		
II – Manter o Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social	✓		
III – Programa lote Solidário	✓		

RECURSOS DO PROGRAMA POR ANO	
Recursos ano de 2018	R\$ 1.222.314,23
Recursos Ano de 2019	R\$ 1.344.545,65
Recursos Ano de 2020	R\$ 1.479.000,21
Recursos Ano de 2021	R\$ 1.626.900,24

ESTRUTURA LATO SENSU DOS PROGRAMAS

Recursos do Programa: R\$ 3.048.437,00

Função	Habitação
Subfunção	Direitos individuais, coletivos e difusos
Programa	PMCMV - Moradia Digna
Objetivo do programa	Reduzir o déficit habitacional com a construção de unidades habitacionais bem como melhorar habitações já existentes
Órgão responsável	Secretaria Municipal de Habitação-SEM HAB
Público alvo	Famílias identificadas em vulnerabilidade sócio-econômica
Indicadores de monitoramento	I - Déficit habitacional/ banco de dados PLHIS II - Unidades habitacionais III - Plano Desenvolvido
Metas	I - Construir 60 unidades habitacionais em quatro (4) anos II - Desenvolver plano de reforma e ampliação conforme lei 691/2015 e sua regulamentação, em 2018 III – Implantar o Programa de Eliminação e Gerenciamento de Áreas de Risco em 2018 IV – Manter o Programa de Eliminação e Gerenciamento de Áreas de Risco em 2018 V – Implantar o Programa de Contenção de invasões



121

VI – Manter o Programa de Contenção de invasões a partir de 2019

Ações	Contínua	Finalística	Apoio
I - Desapropriar Área Para Fins de Construção de Unidades Habitacionais		✓	
II - Construir, Ampliar e Reformar Unidades Habitacionais		✓	
III - Programa Municipal Moradia Digna		✓	

RECURSOS DO PROGRAMA POR ANO	
Recursos ano de 2018	R\$ 657.000,00
Recursos Ano de 2019	R\$ 722.000,00
Recursos Ano de 2020	R\$ 794.970,00
Recursos Ano de 2021	R\$ 874.467,00

IV

ESTRUTURA LATO SENSU DOS PROGRAMAS

Recursos do Programa: R\$ 150.730,61

Função	Habitação
Subfunção	Direitos individuais, coletivos e difusos
Programa	Política Nacional de Habitação de Interesse Social
Objetivo do programa	Executar Projeto de Trabalho Técnico Social (PTTS) do Minha Casa, Minha Vida (Residencial Carajás)
Órgão responsável	Secretaria Municipal de Habitação-SEM HAB
Público alvo	Famílias beneficiadas do Residencial Carajás
Indicadores de monitoramento	I - Famílias beneficiadas ao ano
Metas	I - 100% das famílias beneficiadas = 400 em 4 anos II - Implantar o Projeto de Trabalho Técnico Social III - Manter Projeto de Trabalho Técnico Social VI - Contratar Assessoria Técnica Especializada Para Suporte Jurídico e Técnico aos Processos Relativos ao Programa



123

Ações	Continua	Finalística	Apoio
I - Atender Política de Habitação de Interesse Social		✓	

RECURSOS DO PROGRAMA POR ANO	
Recursos ano de 2018	R\$ 31.185,22
Recursos Ano de 2019	R\$ 34.303,74
Recursos Ano de 2020	R\$ 37.734,12
Recursos Ano de 2021	R\$ 47.507,53



ESTRUTURA LATO SENSU DOS PROGRAMAS

Recursos do Programa: R\$ 18.400,00

Função	Habitação
Subfunção	Direitos individuais, coletivos e difusos
Programa	Minha casa, Minha Vida
Objetivo do programa	Construir Unidades Habitacionais faixa um (1) e dois (2) do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV)
Órgão responsável	Secretaria Municipal de Habitação-SEM HAB
Público alvo	Famílias beneficiadas do Residencial Carajás
Indicadores de monitoramento	I – Quantidade de Unidades Habitacionais construídas por ano
Metas	I – Construir 400 unidades habitacionais durante a vigência do PPA





Ações	Contínua	Finalística	Apoio
I – Realizar convênios com o Governo federal para a construção de Unidade Habitacionais (faixa 1 e 2) no município			✓

RECURSOS DO PROGRAMA POR ANO	
Recursos ano de 2018	R\$ 4.000,00
Recursos Ano de 2019	R\$ 4.400,00
Recursos Ano de 2020	R\$ 4.800,00
Recursos Ano de 2021	R\$ 5.200,00

ESTRUTURA LATO SENSU DOS PROGRAMAS

Recursos do Programa: R\$ 18.564,00

Função	Habitação
Subfunção	Direitos individuais, coletivos e difusos
Programa	Cartão Reforma
Objetivo do programa	Firmar convênio com o Governo Federal para a implantação do cartão reforma
Órgão responsável	Secretaria Municipal de Habitação-SEM HAB
Público alvo	Família em déficit habitacional qualitativo
Indicadores de monitoramento	I - Convênio II - Cartões entregues/ ano
Metas	I – Implantar Programa Cartão Reforma II – Manter Programa Cartão Reforma III – Entregar 100 cartões em quatro (4) anos





Ações	Contínua	Finalística	Apoio
I - Realizar Convênio Com o Governo Federal Para a Construção de Unidade Habitacional no Município		✓	

RECURSOS DO PROGRAMA POR ANO	
Recursos ano de 2018	R\$ 4.000,00
Recursos Ano de 2019	R\$ 4.400,00
Recursos Ano de 2020	R\$ 4.840,00
Recursos Ano de 2021	R\$ 5.324,00

“Diante do atual contexto das políticas públicas, voltadas para a habitação de Interesse Social, Canaã dos Carajás vem se consolidando a partir da realidade social do município no cumprimento das metas propostas em seu Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS). O governo municipal, através da Secretaria Municipal de Habitação de Interesse Social vem se empenhando com ações contínuas para a redução do déficit habitacional existente.”



Edmilson Alves Peixoto

Jeová Gonçalves de Andrade

Prefeito Municipal

Alexandre Pereira dos Santos

Vice-Prefeito Municipal

Equipe de Governo

Roberto Andrade Moreira

Secretaria Municipal de Governo

Alex Rodrigues Silveira

Secretaria Municipal de Administração

Alcino Moraes da Silva Santos Junior

Secretaria Municipal de Finanças

Hugo Leonardo de Faria

Procuradoria Geral do Município

Edilson Coelho Valadares

Secretaria Municipal de Educação

Gean Meirey Ferreira dos Santos

Secretaria Municipal de Planejamento

Daiane Celestrini Oliveira

Secretaria Municipal de Saúde

Chisleidy Leão Santos Cavalcante

Controladoria Municipal

Ronaldo Silva Araújo

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social

Simone Aparecida Souza Oliveira

Secretaria Municipal de Meio Ambiente

Leo Ferreira de Castro

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural

Edson Souza Silva

Secretaria Municipal de Obras

Geraldo Uescley de Amorim

Secretaria Municipal de Trânsito e Transporte

Jurandir José dos Santos

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico

Edmilson Alves Peixoto

Secretaria Municipal de Habitação

Cleverson Aleksander Zajac

Assessoria de Comunicação

Antônio Jailson Carvalho Almeida

Ouvidoria Municipal

Alisson Barbosa Milhomem

IDURB-Instituto de Desenvolvimento Urbano

Glaiston de Paiva Campos

SAAE- Sistema Autônomo de Água e Esgoto

Gidalton Cloves Rodrigues

FUNCEL- Fundação Municipal de Cultura, Esporte e Lazer

Apoio Técnico Externo

FUNCEL- Fundação de Cultura, Esporte e Lazer

CMHIS- Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social

ASCOM- Assessoria de Comunicação



1ª REVISÃO DO **PLHIS**

PLANO LOCAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

PROPOSTA METODOLÓGICA E EVIDÊNCIAS

1ª REVISÃO DO **PLHIS**

PLANO LOCAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

PROPOSTA METODOLÓGICA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

**1ª REVISÃO DO PLANO LOCAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL DE CANAÃ
DOS CARAJÁS – PLHIS**

PROPOSTA METODOLÓGICA

SUMÁRIO

PROPOSTA METODOLÓGICA

1. Considerações iniciais	5
2. Objetivos	6
3. Organização institucional	6
3.1. Atribuições e responsabilidades da equipe de trabalho.....	8
3.2 Estruturação da equipe técnica municipal.....	8
4. Definição da metodologia	9
5. Estratégias de comunicação, mobilização e participação	18
6. Prazos e custos estimados.....	20
7. A articulação com outros programas e ações	21
8. Legislação	21
9. Análise da evolução da dinâmica habitacional no Município de Canaã dos Carajás.....	22

PROPOSTA METODOLÓGICA

1. Considerações iniciais

A construção do Plano Local de Habitação de Interesse Social do Município de Canaã dos Carajás requer vontade política e comprometimento técnico e financeiro local para vencer as barreiras que historicamente dificultam mudanças estruturais no município. A direção firme e o envolvimento político para equacionar os entraves que surgem ao longo do trabalho são percebidos pelos participantes e as comunidades e respaldam o processo e o plano resultante.

Portanto, para a realização do plano, é importante a tomada de decisão do prefeito municipal. O engajamento do prefeito traduz o reconhecimento da necessidade de tratar das questões de habitação para melhorar a qualidade de vida dos munícipes.

O Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS), é um dos instrumentos de implementação do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) e tem como objetivo promover o planejamento das ações no setor habitacional, de forma a garantir a função social da propriedade estabelecida na Constituição Federal e no Estatuto da Cidade, em harmonia com a Política Nacional de Habitação.

Segundo o Guia de Adesão ao Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social, desenvolvido pelo Ministério das Cidades, os Planos Locais de Habitação de Interesse Social- PLHIS devem ser entendidos como “um conjunto de objetivos, metas, diretrizes e instrumentos de ação de intervenção que expressem o entendimento dos governos locais e dos agentes sociais e institucionais quanto à orientação do planejamento local do setor habitacional, especialmente à habitação de interesse social, tendo por base o entendimento dos principais problemas habitacionais identificados na localidade”.

O Plano Local de Habitação de Interesse Social-PLHIS, portanto, deve ser elaborado de maneira articulada com o Plano Diretor Participativo e demais planos municipais setoriais e, assim, preconizar a integração dos três níveis de governo – Municipal, Estadual e Federal – na aplicação das políticas habitacionais de interesse social.

A primeira revisão do Plano Local de Habitação de Interesse Social-PLHIS do Município de Canaã dos Carajás visará atender a essas prerrogativas e se estruturará com base nas diretrizes contidas do “Manual para apresentação de Propostas, Exercícios - 2008/2011” – “Apoio à elaboração de Planos de Habitação de Interesse Social”, publicado pelo Ministério das Cidades / FNHIS.

2. Objetivos

A primeira revisão do Plano Local de Habitação de Interesse Social-PLHIS do Município Canaã dos Carajás buscará fornecer elementos para a posterior efetivação da Política Habitacional de Interesse Social no Município, tanto para a zona urbana como para a zona rural, tendo como horizonte o ano de 2022.

Regido pelos princípios e diretrizes estabelecidos pela Política Nacional de Habitação e pelo Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social, a revisão do PLHIS do Município Canaã dos Carajás deverá identificar os principais problemas habitacionais do Município, apontar caminhos, propor, incentivar e executar ações que venham a “ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes” (art. 182, Constituição Federal), articulando-se com a política habitacional aplicada pelos demais níveis de governo.

A primeira revisão do Plano Local de Habitação de Interesse Social-PLHIS do Município Canaã dos Carajás será elaborada com base em procedimentos que contemplem a participação cidadã e deverá expressar o entendimento do governo local e dos agentes sociais sobre questões relativas à habitação no Município.

Propiciar, induzir e promover a recuperação urbanística e a regularização fundiária nas áreas periféricas, favelas e assentamentos irregulares, dentre outros escopos deste plano.

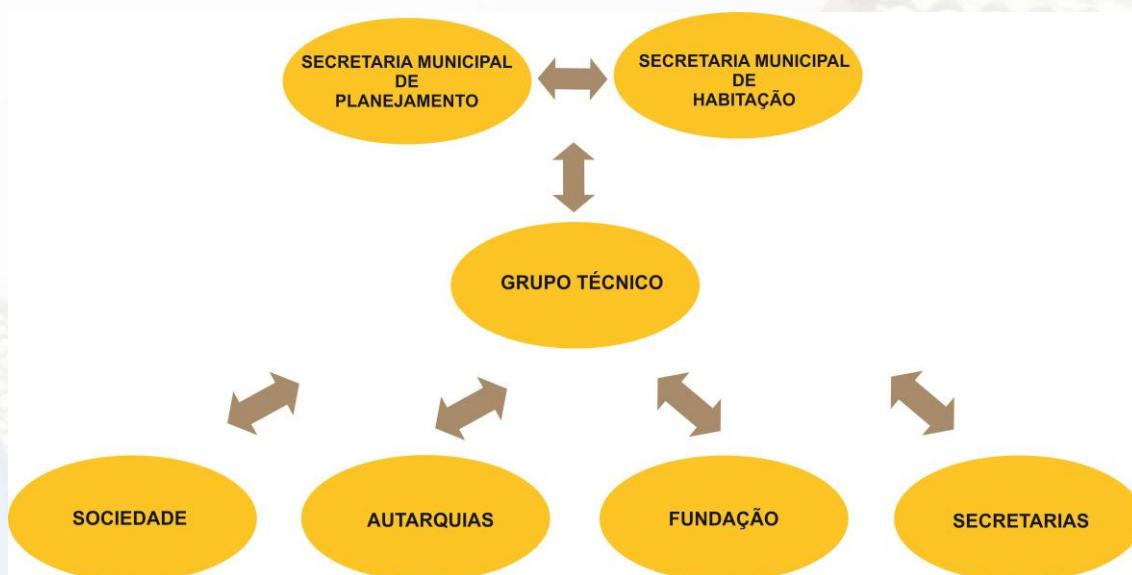
3. Organização institucional

Os trabalhos voltados à elaboração da Primeira Revisão do Plano Local de Habitação de Interesse Social para o Município de Canaã dos Carajás estarão sob coordenação geral da Secretaria Municipal de Planejamento (SEPLAN) e da Secretaria Municipal de Habitação (SEM HAB), aos cuidados do secretário

municipal de planejamento, o senhor Gean Meirey Ferreira dos Santos e do senhor Edmilson Alves Peixoto, secretário municipal de habitação.

Para a realização das atividades, será constituído um Grupo de Trabalho GT (Figura 1), a ser composto por quatro integrantes, dois da secretaria municipal de planejamento e dois da secretaria municipal de habitação. Para tanto, deverá o Prefeito Municipal publicar um decreto nomeando esses integrantes, este deverá o autorizar que os secretários supracitados solicitem quando necessários integrantes de outros órgãos públicos (Corpo Técnico Complementar) e da sociedade organizada.

Figura 1: Organograma



O Grupo de Trabalho – GT atuará diretamente na elaboração do plano, mapeando documentos e informações relevantes, produzindo dados analíticos, propondo ações e realizando a interlocução com a comunidade.

Além do Grupo de Trabalho – GT, espera-se também, por parte do poder público local e da participação popular, o apoio para a elaboração da revisão do PLHIS.

3.1. Atribuições e responsabilidades da equipe de trabalho

Secretários:

- ✓ Atuar como interlocutores e facilitadores dos trabalhos;
- ✓ Conduzir as ações e decisões e;
- ✓ Garantir a operacionalização das atividades necessárias ao desenvolvimento da revisão do plano local de interesse social-PLHIS do Município de Canaã dos Carajás.

Grupo de Trabalho – GT

- ✓ Mapear os atores institucionais e sociais envolvidos na questão habitacional;
- ✓ Fornecer dados e informações relevantes para a elaboração do PLHIS;
- ✓ Promover as ações de mobilização e divulgação;
- ✓ Providenciar espaço físico e equipamentos para a realização dos eventos;
- ✓ Normatizar todo o conteúdo do trabalho;
- ✓ Encaminhar os produtos de cada etapa à Caixa Econômica Federal – CEF e;
- ✓ Outras atividades supervenientes para o bom andamento dos trabalhos.

Corpo Técnico Complementar:

- ✓ Auxiliar a coordenação na mobilização comunitária e na divulgação das atividades;
- ✓ Contribuir ativamente para o levantamento de informações e elaboração do diagnóstico do setor habitacional;
- ✓ Participar da definição de diretrizes e estratégias visando ao equacionamento dos problemas habitacionais e à priorização das políticas do Município voltadas ao setor.

3.2 Estruturação da equipe técnica municipal

A equipe técnica do município de Canaã dos Carajás será formada por profissionais de diferentes áreas de atuação, de forma a atender as exigências

do plano. A equipe técnica tem o papel fundamental de estabelecer um elo entre os órgãos da Prefeitura e os atores sociais que possuem outras informações fundamentais para a realização do diagnóstico estratégico participativo. Os membros que compõem a equipe técnica, bem como seus currículos encontrar-se-ão no diagnóstico municipal de habitação.

4. Definição da metodologia

A metodologia proposta para a construção do Plano Local de Habitação de Interesse Social do Município de Canaã dos Carajás buscou abranger todas as etapas do processo a serem desenvolvidas através de um roteiro de ações.

Prevê a organização do trabalho desde o seu ponto inicial, quando o Prefeito Municipal tomou as primeiras medidas e definiu em que condições esta primeira revisão será construída, até as providências para a suas posteriores revisões depois de implementado.

O ciclo completo possibilita uma visão dos recursos e esforços necessários, tanto políticos, quanto técnicos e financeiros.

A metodologia proposta para a construção da primeira revisão do Plano Local de Habitação de Interesse Social do Município de Canaã dos Carajás, apresentada sob a forma de um passo a passo, que consiste em um conjunto de atividades que precisam ser planejadas, providenciadas e organizadas.

O roteiro apresentado compreende 14 passos principais e suas respectivas atividades a serem conduzidos pela equipe técnica responsável pela primeira revisão do PLHIS.

É necessário entender que não se apresentam soluções prontas, mas propõe-se uma sequência metodológica de atividades institucionais e técnicas a serem realizadas pela Administração Municipal, com acompanhamento e participação social. Apesar desta estrutura passo a passo não ser necessariamente linear, algumas atividades podem ocorrer de forma simultânea. É recomendável que se realizem todas as etapas e atividades.

A seguir são descritos os passos e as atividades para a construção da primeira revisão do plano local de habitação de interesse social.

Diagnóstico do setor habitacional		
1- Inserção Regional e Características do Município		
Metas	Atividades	Produtos
<ul style="list-style-type: none"> • Promover o levantamento de dados demográficos e físico-territoriais; • Efetuar o mapeamento da dinâmica fundiária, envolvendo o processo de expansão urbana e o crescimento populacional; • Promover o levantamento e avaliação quanto à infraestrutura disponível; • Caracterizar as dinâmicas socioeconômicas e suas relações c/ a situação habitacional. 	<ul style="list-style-type: none"> • Levantamento bibliográfico; • Levantamento de informações junto ao Plano Diretor Participativo, IBGE e relatórios da empresa vale; • Levantamento de informações junto ao acervo municipal. 	<ul style="list-style-type: none"> • Caracterização física territorial e socioeconômica do Município e o impacto nas condições de HIS.

Diagnóstico do setor habitacional		
2- Necessidades Habitacionais		
Metas	Atividades	Produtos
<ul style="list-style-type: none"> • Promover o levantamento dos parâmetros atuais de análise da situação habitacional, identificando os critérios de precariedade habitacional e qualificação hierarquizada das demandas; • Caracterizar o déficit habitacional quantitativo e qualitativo; • Promover o mapeamento de áreas homogêneas, identificando os bolsões de pobreza, assentamentos irregulares e áreas com outros tipos de vulnerabilidade social e habitacional. 	<ul style="list-style-type: none"> • Análise e mapeamento, a ser realizado com a participação de técnicos da SEPLAN, SEMHAB, IDURB; • Levantamento de bancos de dados disponíveis no cadastro técnico municipal; • Reuniões com o GT e Conselho Municipal de Habitação; • Realização de oficinas setoriais para discussão e elaboração de propostas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Caracterização das necessidades habitacionais do município.

Diagnóstico do setor habitacional		
3- Oferta Habitacional		
Metas	Atividades	Produtos
<ul style="list-style-type: none"> • Promover o levantamento da disponibilidade de solo urbanizado e de edificações subutilizadas ou com potencial para adensamento habitacional; • Mapear historicamente o processo de implantação de loteamentos e empreendimentos habitacionais no Município; • Promover o levantamento dos loteamentos e empreendimentos habitacionais aprovados pelo Município nos últimos 5 anos; • Identificar as áreas de ZEIS para produção habitacional; • Verificar a oferta habitacional promovida pelo mercado imobiliário. 	<ul style="list-style-type: none"> • Levantamento bibliográfico; • Levantamento de dados junto à SEPLAN e Secretaria de Finança • Reunião com representantes do mercado imobiliário, visando à identificação dos principais problemas ligados à produção de HIS, e a relação entre a iniciativa privada e poder público; • Reuniões com o GT e Conselho Municipal de Habitação. • Realização de oficinas setoriais com a comunidade para discussão e elaboração de propostas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Caracterização da oferta habitacional no Município; identificação das áreas que receberam investimentos e as que obtiveram crescimento em ocupação habitacional.

Diagnóstico do setor habitacional		
4- Marcos regulatórios Legais		
Metas	Atividades	Produtos
<ul style="list-style-type: none"> • Analisar o Plano Diretor Participativo, sobretudo ao que se relaciona às questões de habitação, parcelamento do solo e regularização fundiária; • Levantar as demais legislações municipais que dispõem sobre a questão habitacional e fundiária. 	<ul style="list-style-type: none"> • Analisar o Plano Diretor Participativo, • Levantamento e análise das demais legislações municipais; • Reuniões com o GT e Conselho Municipal de Habitação. 	<ul style="list-style-type: none"> • Caracterização dos instrumentos de regulação urbana vigente e legislação municipal, verificando sua compatibilização ao PLHIS.

Diagnóstico do setor habitacional		
5- Programas e Ações		
Metas	Atividades	Produtos
<ul style="list-style-type: none"> • Identificar os programas habitacionais financiados ou executados pelas administrações locais e demais entes federativos ou por agências bilaterais. 	<ul style="list-style-type: none"> • Levantamento de informações nas agências municipais, estaduais e federais promotoras de HIS; • Reuniões com o GT e Conselho Municipal de Habitação. 	<p>Caracterização histórica da atuação de agentes promotores e da estrutura programática p/ melhoria, produção e provisão de HIS.</p>

Diagnóstico do setor habitacional		
6- Fontes de Recursos para Financiamento Habitacional		
Metas	Atividades	Produtos
<ul style="list-style-type: none"> Identificar as fontes de recursos existentes, os potenciais para o setor habitacional e os agentes envolvidos. 	<ul style="list-style-type: none"> Levantamento de informações junto a agencias de financiamento habitacional; Reuniões com o GT e Conselho Municipal de Habitação. 	<ul style="list-style-type: none"> Caracterização das possibilidades e alternativas para a provisão de recursos.

Diagnóstico do setor habitacional		
7- Condições Institucionais e Administrativas		
Metas	Atividades	Produtos
<ul style="list-style-type: none"> Analisar as condições institucionais e administrativas para a produção e provisão públicas e privadas em HIS, envolvendo a identificação da rotina operacional, capacidade de aplicação de recursos próprios, recursos humanos, estrutura e procedimentos. 	<ul style="list-style-type: none"> Levantamento de informações junto a Prefeitura Municipal de Canaã dos Carajás Reuniões com o GT e Conselho Municipal de Habitação 	<ul style="list-style-type: none"> Caracterização das condições institucionais e administrativas para a produção e provisão habitacional.

Diagnóstico do setor habitacional		
8- Atores Sociais e suas Capacidades		
Metas	Atividades	Produtos
<ul style="list-style-type: none"> Levantar informações sobre as formas de organização dos grupos sociais que atuam no setor habitacional e suas capacidades. 	<ul style="list-style-type: none"> Reuniões com o GT e Conselho Municipal de Habitação. 	<ul style="list-style-type: none"> Identificação dos potenciais interlocutores locais envolvidos com a questão habitacional.



Diagnóstico do setor habitacional		
9- Estratégias de ação		
Metas	Atividades	Produtos
<ul style="list-style-type: none"> Definir as diretrizes gerais, a ser elaboradas com base na caracterização do Município, tendo como referência a análise da dinâmica fundiária e econômica; Definir as diretrizes específicas, a ser elaboradas a partir da caracterização da demanda habitacional e das condições socioeconômicas da demanda específica por HIS; Definir diretrizes de produção local, considerando a realidade da dinâmica de provisão em HIS no Município, a disponibilidade de terra, o perfil da produção do mercado, os recursos disponíveis, os programas, bem como a viabilidade de implementação de parcerias com universidades, sindicatos e outros; Definir diretrizes institucionais, jurídicas e de articulação programática, com base na situação operacional administrativa instalada, os instrumentos de regulação urbana previstos e o perfil de atuação/articulação da Municipalidade nas questões envolvidas. 	<ul style="list-style-type: none"> Análise dos dados coletados no diagnóstico; Reuniões com o GT e Conselho Municipal de Habitação; Realização de oficina comunitária para discussão e elaboração de propostas. 	<ul style="list-style-type: none"> Consolidação das diretrizes e objetivos para elaboração do PLHIS e sua articulação com a Política Nacional de Habitação.

Diagnóstico do setor habitacional		
10- Programas e Ações		
Metas	Atividades	Produtos
<ul style="list-style-type: none"> • Elaborar a concepção da estrutura programática; • Formular os programas; identificar as ações integrantes dos programas (considerando foco, abrangência, articulação a outro programa, executor, etc) • Dimensionar os custos envolvidos e os recursos necessários para a realização dos programas; • Compatibilizar os programas e ações aos instrumentos de realização orçamentária e financeira do Município. 	<ul style="list-style-type: none"> • Análise dos dados coletados no diagnóstico; • Reuniões com o GT e Conselho Municipal de Habitação; • Realização de oficina comunitária para discussão e elaboração de propostas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Estruturação plena dos programas e ações.

Diagnóstico do setor habitacional		
11- Metas, Recursos e Fontes de Financiamento		
Metas	Atividades	Produtos
<ul style="list-style-type: none"> • Definir e dimensionar as metas e aferir o volume de recursos financeiros envolvidos; • Analisar a viabilidade entre as metas propostas e disponibilidade de recursos orçamentários, financeiros, programáticos, jurídicos e operacionais; • Definir itens de custo e suas inserções na composição das ações; • Mapear e associar as fontes de financiamento. 	<ul style="list-style-type: none"> • Compilação dos dados coletados nas metas anteriores; • Reuniões com o GT 	<ul style="list-style-type: none"> • Estruturação do plano de metas, contemplando sua compatibilização com as fontes e os volumes de recursos disponíveis ou projetados.

Diagnóstico do setor habitacional		
12- Programas e Ações – Definição das Prioridades		
Metas	Atividades	Produtos
<ul style="list-style-type: none"> • Estabelecer a priorização das metas, programas e ações. 	<ul style="list-style-type: none"> • Compilação dos dados coletados nas metas anteriores; • Reuniões com o GT 	<ul style="list-style-type: none"> • Plano de Prioridades e Aferição do PLHIS

Diagnóstico do setor habitacional		
13- Indicadores		
Metas	Atividades	Produtos
<ul style="list-style-type: none"> • Estabelecer os instrumentos de aferição de desempenho. 	<ul style="list-style-type: none"> • Compilação dos dados coletados nas metas anteriores; • Reuniões com o GT 	<ul style="list-style-type: none"> • Definição de indicadores para a aferição do desempenho das ações do PLHIS.

Diagnóstico do setor habitacional		
14- Monitoramento, Avaliação e Revisão		
Metas	Atividades	Produtos
<ul style="list-style-type: none"> • Definir e elaborar os mecanismos de aferição, avaliação e revisão das ações, programas e do próprio PLHIS; • Estabelecer a periodicidade de avaliação; • Definir o fluxo operacional e atribuições, estabelecendo como se dará o acompanhamento da sociedade nas ações de monitoramento, avaliação e revisão; • Estabelecer como se dará a publicitação das ações e recursos empenhados. 	<ul style="list-style-type: none"> • Compilação dos dados coletados nas metas anteriores; • Reuniões com o GT e Conselho Municipal de Habitação. 	<ul style="list-style-type: none"> • Definir procedimentos de monitoramento e mecanismos de revisão da estrutura dos programas a serem implementados

5. Estratégias de comunicação, mobilização e participação

A participação popular é fundamental para a construção de um plano habitacional coerente e compatível às expectativas da população local.

O processo participativo adotado no PLHIS – Canaã dos Carajás passa pela participação direta, assim como pela participação indireta (conselhos, instituições).

Uma ampla participação social atribui legitimidade ao processo da primeira Revisão do Plano Local de Interesse Social- PLHIS, através da descentralização da discussão e do apoio na tomada de decisão, conferindo transparência ao processo de planejamento do setor habitacional.

Visando à sensibilização social e à ampla participação da comunidade na elaboração da primeira Revisão do Plano Local de Interesse Social-PLHIS, foram previstas as seguintes ações:

- ✓ Articulação com Conselho Municipal de Habitação, envolvendo-o diretamente na elaboração do plano e reforçando-lhe o papel de representante e interlocutor social.
- ✓ Realização de reuniões de sensibilização e apresentação dos trabalhos com representantes do poder público, movimentos sociais, com a finalidade de divulgar e mobilizar os diferentes segmentos sociais envolvidos com a questão habitacional e localizar potenciais colaboradores, capazes de contribuir ativamente para o desenvolvimento e consolidação da política habitacional no Município.
- ✓ Realização de eventos abertos à comunidade (oficinas e audiência), buscando ampliar a rede de agentes envolvidos, coletar informações junto à população e aperfeiçoar o desenvolvimento do PLHIS do municipal.
- ✓ Divulgação nos meios de comunicação

Todos os eventos comunitários serão registrados por meio de atas, as quais ficarão disponíveis à consulta popular, aos cuidados da equipe de coordenação do GT.

Caberá à essa mesma equipe promover as ações de divulgação junto à comunidade e aos representantes dos segmentos sociais, visando à ampla participação nos eventos.

O Conselho Municipal de Habitação acompanhará todo o processo de elaboração da primeira revisão do PLHIS, por meio de reuniões periódicas que envolverão a apresentação do andamento das atividades e a análise conjunta dos resultados obtidos.

A ação direta com a comunidade terá papel decisivo na complementação e qualificação do Diagnóstico do Setor Habitacional, através da construção de referências populares sobre a questão de HIS no Município. Espera-se, desta forma, introduzir as peculiaridades à problemática em foco, sob o ponto de vista dos moradores que compõem a demanda por HIS no Município.

Diante do exposto acima, deverá ser apresentado um plano de Mobilização.

6. Prazos e custos estimados

O Prazo para a execução dos serviços de elaboração da primeira revisão do Plano Local de Habitação de Interesse Social para o Município de Canaã dos Carajás, será de 2 meses, a contar da data da publicação do decreto autorizante, podendo ser prorrogado por igual período.

Os custos correram por dotação própria dos orçamentos da secretaria municipal de planejamento e secretaria municipal de habitação.

Composição estimada dos custos pela Secretaria Municipal de Planejamento	
Pagamento por trabalho técnico científico, nos termos da lei	R\$1.882,89
Combustível	R\$1.436,80
Outros custos ligados a eventos	R\$ 250,00
Total Geral	R\$ 3.569,69

Composição estimada dos custos pela Secretaria Municipal de Habitação	
Pagamento por trabalho técnico científico, nos termos da lei	R\$1.882,89
Combustível	R\$1.436,80
Outros custos ligados a eventos	R\$ 100,00
Total Geral	R\$ 3.419,69

7. A articulação com outros programas e ações

A primeira revisão do Plano Local de Habitação de Interesse Social será elaborada de maneira a dar continuidade nas disposições contidas no Plano Diretor Participativo, no plano plurianual 2018-2021, a aproximar os órgãos públicos envolvidos com habitação e com desenvolvimento econômico social, criando uma política unificada que trate da questão sócio habitacional de maneira ampla e articulada.

O PLHIS apoiará o fortalecimento de ações e programas complementares como, geração de emprego e renda, qualificação profissional e combate à pobreza, entendidos como fundamentais para o acesso de toda a população à moradia de qualidade.

O planejamento habitacional do Município deverá ser construído e consolidado em conformidade ao que dispõe os demais níveis de governo - Estadual e Federal, quanto à política habitacional, programas e ações.

8. Legislação

Através da Constituição Federal de 1988, a Política Municipal de Habitação foi fundamentada com base nos princípios: à dignidade da pessoa humana (art.1º); aos direitos e garantias fundamentais relacionadas aos direitos e deveres individuais e coletivos (art. 2º); direito à moradia, assentado que “são direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados” (art. 6º).

A primeira revisão do Plano Local de Habitação de Interesse Social-PLHIS de Canaã dos Carajás, nesta sessão contida no diagnóstico apresentará todo o arcabouço jurídico que tem contribuído para os avanços da política habitacional brasileira.

Será feito um breve comentário sobre os instrumentos jurídicos descritos aqui.

Os instrumentos jurídicos carimbados nessa sessão serão postos em ordem hierárquica, começando pelas leis (lato sensu) nacionais e seguida pelas federais, estaduais e municipais.

9. Análise da evolução da dinâmica habitacional no Município de Canaã dos Carajás

A primeira Revisão do Plano Local de Habitação de Interesse Social-PLHIS de Canaã dos Carajás, apresentará toda a dinâmica da evolução do setor habitacional desde homologação do PLHIS, até o mês de setembro de 2018.

Há de constar nessa sessão os investimentos feitos, os obstáculos enfrentados, bem como, uma análise sobre a gestão habitacional nesse intervalo de tempo.



1ª REVISÃO DO **PLHIS**

PLANO LOCAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

EVIDÊNCIAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

EVIDÊNCIAS DA 1ª REVISÃO DO PLHIS

Canaã dos Carajás- PA

2018



“A habitação social requer qualidade e não caridade.”

Alejandro Aravena

Apresentação

Este caderno apresenta a metodologia passo a passo para a construção da revisão do Plano Local de Habitação de Interesse Social, desde as primeiras mobilizações até a aprovação final de sua revisão. O objetivo da primeira revisão do PLHIS é dispor de um instrumento efetivo que auxilie na melhoria habitacional municipal, na produção de um Município ambientalmente sustentável, socialmente inclusivo e gerido da maneira mais democrática.

A participação social é tratada de forma destacada neste caderno pela sua importância em conferir voz ativa aos cidadãos no processo de construção das políticas de desenvolvimento urbano e no estabelecimento das prioridades de investimento, voltadas às necessidades de seus habitantes. Nas etapas para construção do PLHIS, apresenta-se uma metodologia passo a passo, desde as primeiras mobilizações, oficinas, audiência e aprovação final.

No final do capítulo aborda-se a instituição do PLHIS, tratando aspectos relacionados ao seu caráter legal e democrático, na busca de efetividade e permanência ao longo do tempo. A aprovação da Lei que institui a revisão do PLHIS, contribui para a validação deste, liberando-o de eventuais discontinuidades decorrentes das sucessões políticas.

LISTA DE FOTOS

Foto 01- Fotos da primeira reunião da equipe para a elaboração da Proposta Metodológica da 1ª Revisão do PLHIS.....	37
Foto 02- Fotos da primeira reunião da equipe para a elaboração da Proposta Metodológica da 1ª Revisão do PLHIS.....	37
Foto 03- Foto da reunião que aprovou a metodologia do PLHIS.....	39
Foto 04- Foto da reunião que aprovou a metodologia do PLHIS.....	39
Foto 05- Reunião da equipe para elaboração de Diagnóstico.....	39
Foto 06- Reunião da equipe para elaboração de Diagnóstico.....	39
Foto 07- Reunião da equipe para elaboração de Diagnóstico.....	39
Foto 08- Reunião da equipe para elaboração de Diagnóstico.....	39
Foto 09- Informativos e chamativa para a participação popular na rádio.....	40
Foto 10- Informativos e chamativa para a participação popular na rádio.....	40
Foto 11- Informativos e chamativa para a participação popular na rádio.....	41
Foto 12- Informativos e chamativa para a participação popular na rádio.....	41
Foto 13 Entrevista para canal 08- Programa Fala Cidade.....	41
Foto 14 Entrevista para canal 08- Programa Fala Cidade.....	41
Foto 15 Entrevista ao apresentador Francisco Junior, do programa Barra Pesada, da Band TV Canaã, dia 01 de Novembro de 2018.....	41
Foto 16 Entrevista ao apresentador Francisco Junior, do programa Barra Pesada, da Band TV Canaã, dia 01 de Novembro de 2018.....	41
Foto 17 Oficina 01.....	44
Foto 18 Oficina 01.....	44
Foto 19 Oficina 01.....	45
Foto 20 Oficina 01.....	45
Foto 21 Oficina 01.....	45
Foto 22 Oficina 01.....	45
Foto 23 Oficina 02.....	46
Foto 24 Oficina 02.....	46
Foto 25 Oficina 02.....	46
Foto 26 Oficina 02.....	46
Foto 27 Oficina 02.....	46

Foto 28 Oficina 02.....	46
Foto 29 Oficina 03.....	47
Foto 30 Oficina 03.....	47
Foto 31 Oficina 03.....	47
Foto 32 Oficina 03.....	47
Foto 33 Oficina 03.....	48
Foto 34 Oficina 03.....	48
Foto 35 Oficina 04.....	49
Foto 36 Oficina 04.....	49
Foto 37 Oficina 04.....	49
Foto 38 Oficina 04.....	49
Foto 39 Oficina 04.....	49
Foto 40 Oficina 04.....	49
Foto 41 Audiência Pública.....	50
Foto 42 Audiência Pública.....	50
Foto 43 Audiência Pública.....	50
Foto 44 Audiência Pública.....	50
Foto 45 Audiência Pública.....	50
Foto 46 Audiência Pública.....	50
Foto 47 Audiência Pública.....	50
Foto 48 Audiência Pública.....	51
Foto 49 Audiência Pública.....	51
Foto 50 Audiência Pública.....	51
Foto 51 Equipe SEPLAN/SEM HAB.....	52

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Cronograma.....	42
Tabela 2- Eixos temáticos.....	43



LISTA DE IMAGENS

Imagem 1- Decreto.....	34
Imagem 2- Resolução.....	38



SUMÁRIO

EVIDÊNCIAS

1. Introdução	32
2. Processo de construção da 1ª Revisão do Plano Local de Habitação de Interesse Social-PLHIS	33
2.1 Mobilização Inicial	33
2.2 Processo de Planejamento da Mobilização Social	40
2.2.1 Pré- Mobilização- Divulgação	40
2.2.2 Desenvolvimento da Mobilização Social	41
2.2.2.1 Cronograma das Oficinas e Audiência pública do PLHIS.....	42
2.2.2.2 Metodologia e Dinâmica das Oficinas	43
2.2.2.3 Oficinas	44
2.2.2.3.1 Cronograma das Atividades das Oficinas.....	44
2.2.2.3.2 1ª Oficina- Chácara Brilho Celeste	44
2.2.2.3.3 2ª Oficina- Escola Alexandro Nunes.....	46
2.2.2.3.4 3ª Oficina- Vale da Benção.....	47
2.2.2.3.5 4ª Oficina- Residencial Canaã.....	48
2.2.2.4 Audiência Pública	50
2.2.2.4.1 Síntese da Audiência Pública	51
3 Apêndice	53
4 Anexo	86
Post Scriptum.....	90

1. Introdução

Para a construção da 1ª Revisão do Plano Local de Habitação de Interesse Social-PLHIS houve uma evolução na metodologia de planejamento das ações governamentais, onde a priori definiu-se que a elaboração do documento seria realizada por atores municipais para facilitar na implementação, monitoramento e maior entendimento das ações propostas no mesmo, isso tudo realizado com o auxílio, participação construtiva e organizada de diversos atores sociais na discussão, definição de estratégias, diretrizes e metas, no qual incorporou a consulta à sociedade como instrumento decisivo de participação e transparência, de exercício da cidadania e da responsabilidade pública na definição das prioridades e das ações mais urgentes e relevantes a serem implementadas pelo Governo. A participação social foi de suma importância, uma vez que vem auxiliar a gestão dos bens e interesses públicos, assegurando a sintonia do planejamento governamental com as demandas habitacionais. O PLHIS conseguiu unir o poder público e a sociedade através de um modelo de construção coletiva de Plano, fazendo com que o poder público obtivesse um diagnóstico fiel da situação habitacional municipal e o que os munícipes almejam para a gestão futura. Com essa integração da sociedade x poder público, pôde-se medir e avaliar as ações governamentais, e monitorar a efetividade dos programas existentes e futuros. Com isso o governo juntamente com o auxílio da população conseguiu elaborar metas alcançáveis e orientações sobre eventuais mudanças de rumos que se façam necessárias.

Espera-se que com esse documento o poder público possa atender os anseios esperados pela população.

2. Processo de construção da 1ª Revisão do Plano Local de Habitação de Interesse Social-PLHIS

Este capítulo apresenta a metodologia passo a passo da construção do PLHIS, desde as primeiras mobilizações até a sua versão final. A participação social é tratada de forma destacada neste capítulo pela sua importância em conferir voz ativa aos cidadãos no processo de construção das políticas de desenvolvimento urbano e no estabelecimento das prioridades de investimentos, voltadas as necessidades dos cidadãos Canaãenses.

2.1 Mobilização Inicial

O ponto de partida foi dado pela Administração Municipal ao assumir a mobilização inicial no aspecto político, técnico e financeiro para a construção da 1ª Revisão do Plano Local de Habitação de Interesse Social. Foi designado, através de decreto, um grupo de trabalho, formado por técnicos e secretários atuantes na gestão política, coube a este grupo obter informações e elaborar análises preliminares, bem como gerenciar as atividades iniciais até que o final do processo da 1ª revisão do plano esteja estruturado e consolidado.

Imagem nº:01 Decreto



PREFEITURA MUNICIPAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS
PUBLICADO
EM 18/09/18
ASSINATURA

Decreto nº 996/2018

Institui o Núcleo Gestor de elaboração da revisão do Plano Local de Habitação de Interesse Social- PLHIS do Município de Canaã dos Carajás.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS, **JEOVÁ GONÇALVES DE ANDRADE**, no uso de suas atribuições legais e constitucionais e em conformidade com Constituição Federal e com as disposições dos artigos 84, inciso IV, e 116, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Canaã dos Carajás, que dispõem que é competência do Prefeito Municipal expedir Decretos regulamentando Leis para sua fiel execução.

CONSIDERANDO o dispositivo no artigo 182, da Constituição Federal vigente, que estabelece que a política de desenvolvimento urbano tenha por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar dos seus habitantes, mediante diretrizes específicas;

CONSIDERANDO a efetiva necessidade de utilizar a política urbana para garantir à sociedade o direito a uma cidade sustentável, proporcionando o acesso à terra urbana, à moradia digna, ao saneamento ambiental, a infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e lazer, para as presentes e futuras gerações;

CONSIDERANDO a Lei nº 282/2012, que dispõem sobre o Estatuto dos Servidores Públicos de Canaã dos Carajás;

DECRETA:

Art. 1º. Fica instituído o Núcleo Gestor de trabalho técnico, para a elaboração da revisão do Plano Local de Habitação de Interesse Social-PLHIS.

Página 1 de 3



Estado do Pará
Prefeitura Municipal de Canaã dos Carajás
Adm: 2017/2021

Art. 2º. O Núcleo Gestor terá a competência de coordenar o processo de elaboração da proposta de revisão do Plano Local de Habitação de Interesse Social-PLHIS.

Parágrafo Único. A elaboração do trabalho técnico de revisão do Plano Local de Habitação de Interesse Social-PLHIS terá duração no máximo de 60 dias, a partir da publicação desse decreto, prorrogáveis uma única vez por igual período, a critério da administração.

Art. 3º. O Núcleo Gestor para a elaboração do trabalho técnico de revisão do Plano Local de Habitação de Interesse Social-PLHIS, será composto pelos seguintes membros:

I- Representantes da Secretaria Municipal de Planejamento:

- a) Wellington Paulo Dos Santos - Analista de Planejamento e Orçamento
- b) Rayanne Jacqueline Soares Lima - Arquiteta e Urbanista

II- Representantes da Secretaria Municipal de Habitação:

- a) Clóvis Avelino Ribeiro - Sociólogo
- b) Ismael Mac Robson Avelar- Analista de políticas públicas e Gestão Governamental

Art. 4º. Compete ao Núcleo Gestor:

I- Definir o cronograma de atividades e plano de trabalho.

II- Assegurar a revisão do Plano Local de Habitação de Interesse Social-PLHIS, sendo subsidiado com dados informações e apoio logístico dos demais órgãos da Administração Municipal.



Página 2 de 3



Estado do Pará
Prefeitura Municipal de Canaã dos Carajás
Adm: 2017/2021

III- Solicitar junto ao Secretário de Planejamento, quando necessário a participação de outros membros dos órgãos que compõem a Administração Municipal.

IV- Tornar público o processo de revisão do Plano Local de Habitação de Interesse Social-PLHIS.

V- Solicitar junto ao Secretário de Habitação, quando necessário o convite de agentes representantes da sociedade civil organizada, para subsidiar a elaboração do Plano Local de Habitação de Interesse Social-PLHIS.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito de Canaã dos Carajás- PA, aos 17 (dezessete) dias do mês de setembro de 2018.

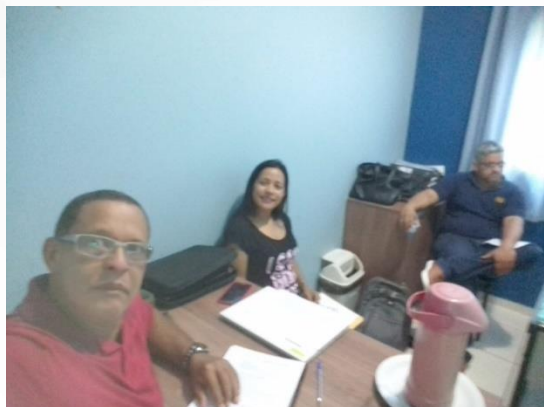

JEOVÁ GONÇALVES DE ANDRADE
Prefeito Municipal

Página 3 de 3

Fonte: PGM/SEPLAN

O grupo de trabalho teve como atribuição inicial produzir uma proposta metodológica que foi apresentada ao Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social.

Fotos nº01 e 02: Fotos da primeira reunião da equipe para a elaboração da Proposta Metodológica da 1ª Revisão do PLHIS



Fonte: SEMHAB/SEPLAN

Proposta essa aprovada pelo Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social, conforme resolução abaixo:

Imagem nº02: Resolução



Publicado por:
Luciene Sousa Sobral
Código Identificador:858F3EB9

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 20172546**

ADITIVO AO CONTRATO Nº 20172546, proveniente do Processo Licitatório Nº 145/2016/PMCC, que entre si celebram FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CONTRATANTE CNPJ 11.903.351/0001-29, e COELHO TECNOLOGIA EIRELI-EPP inscrito (a) no CNPJ: 08.182.940/0001-50, cujo objeto é: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviço de IP permanente, dedicado e exclusivo, entre a Prefeitura Municipal de Canaã dos Carajás e a rede municipal de computadores – internet, 24 horas por dia e 7 dias por semana, inclusive feriados. O Aditivo objetiva prorrogação de prazo de vigência do contrato até 15 de fevereiro de 2019, nos termos do art. 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93. A despesa decorrente da presente alteração correrá a conta da seguinte Dotação Orçamentaria: exercício 2018 atividade 2.076 manter a sec. mun. de saúde, subelementos 3390395800, Fonte de Recurso 012400.

CANAÃ DOS CARAJÁS - PA, 15 de outubro de 2018.

Publicado por:
Luciene Sousa Sobral
Código Identificador:DA426CDC

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS
AVISO DE CONVOCAÇÃO**

**PROCESSO LICITATÓRIO 940/2018/PMCC
TOMADA DE PREÇOS Nº 007/2018**

A Prefeitura Municipal de Canaã dos Carajás – PA, avisa que fará realizar no dia 12 de novembro de 2018 às 09hs:00 min., na sala da Comissão Permanente de Licitação na Prefeitura Municipal, a **CONTINUAÇÃO** do **PROCESSO LICITATÓRIO** nº 940/2018/PMCC – Modalidade: TOMADA DE PREÇOS Nº 007/2018, que tem como objeto: Contratação de empresa para construção de quadra de grama sintética na rua T, esquina com a rua J bairro vale dos sonhos/ vale da benção, no Município de Canaã dos Carajás-PA.. Mais informações pelo telefone: (94) 3358-1722 e/ou cpl@canaadascarajas.pa.gov.br.

Canaã dos Carajás/PA, 08 de novembro de 2018.

OSÉIAS LIMA DA FONSECA
Presidente
Decreto 507/2017-GP

Publicado por:
Luciene Sousa Sobral
Código Identificador:46BF7BC0

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS
RESOLUÇÃO Nº 02/2018-CMHIS**

Aprova Proposta Metodológica e Evidências e Cronograma de Atividades para Revisão do Plano Local de Habitação de Interesse Social – PLHIS.

Considerando que o governo municipal constituiu Grupo Técnico para coordenar o processo de Revisão do Plano Local de Habitação de Interesse Social – PLHIS, conforme determina a legislação vigente; Considerando que o Grupo Técnico apresentou proposta metodológica e Evidências para organização de debate do processo de Revisão do PLHIS; Considerando ainda que o Grupo Técnico apresentou proposta de Cronograma de Atividades contendo datas e locais de oficinas de trabalho bem como audiência pública. O Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social – CMHIS aprova o seguinte:

Art. 1º - Fica aprovada a Metodologia apresentada pelo Grupo de Técnico de Trabalho para o Processo de Revisão do Plano Local de Habitação de Interesse Social – PLHIS.

Art. 2º - Fica aprovado o Cronograma de Atividades de Discussão Trabalho para a Revisão do PLHIS, conforme incisos abaixo:

Oficina de Trabalho Nº 01

Data: 03 de dezembro de 2018.

Horário: 19 horas.

Local: Setor Chácaras.

Oficina de Trabalho Nº 02

Data: 04 de dezembro de 2018.

Horário: 19 horas.

Local: EMEF Alexsandro Nunes

Oficina de Trabalho Nº 03

Data: 05 de dezembro de 2018.

Horário: 19 horas.

Local: EMEF Carmelo Mendes

Oficina de Trabalho Nº 04

Data: 06 de dezembro de 2018.

Horário: 19 horas.

Local: Centro Comunitário do Residencial Canaã

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Data: 10 de dezembro de 2018.

Horário: 19 horas.

Local: Auditório de SINE Canaã.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor a partir data de sua publicação.

Canaã dos Carajás-PA, 07 de novembro de 2018.

Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social - CMHIS

CLÓVIS AVELINO RIBEIRO

Presidente

JOSÉ MARIA RIBEIRO DA SILVA

2º Secretário

EDMILSON ALVES PEIXOTO

Titular

TEREZINHA RIBEIRO DA SILVA

Titular

ANA CLEIDE PEREIRA SOARES

Suplente

CECÍLIA MARIA CRUZ DO N. CASTRO

Suplente

ELIANE COSTA CARNEIRO

Suplente

JOSÉ GERALDO DA COSTA

Suplente

Publicado por:
Crisley Cristina Pereira da Sil
Código Identificador:1A21B15

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS
PORTARIA Nº. 0430/2018- G.S.**

O SECRETARIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, Prefeitura Municipal de Canaã dos Carajás, Estado do Pará, no uso suas atribuições legais no Inciso V do Artigo 95 Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 242A/2018 – G.P, publicada em 26 de outubro de 2018.

CONSIDERANDO os Art.138 e 139 da Lei Municipal nº282/2012, **CONSIDERANDO** Requerimento do dia 16 de outubro, solicitam Licença por motivo de doença em pessoa da família.

RESOLVE:

Art. 1º **CONCEDER** Licença por motivo de doença em pessoa família, ao servidor (a) **MARIA DO SOCORRO DA SILVA**

Fonte: FAMEP

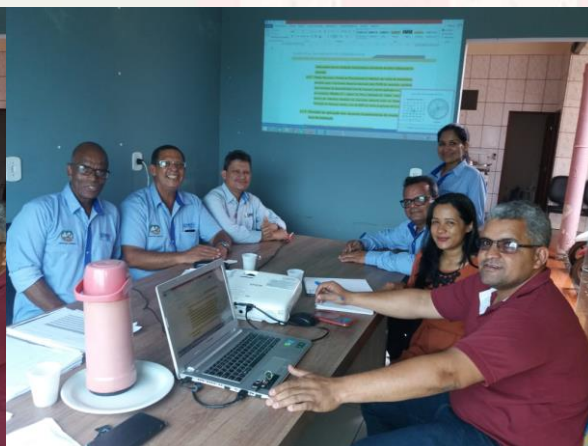
Fotos nº03 e 04: Foto da reunião que aprovou a metodologia do PLHIS



Fonte: SEMHAB/SEPLAN

Após isso foi elaborando um pré-diagnóstico para apreciação geral das características e dos problemas habitacionais municipais. Neste processo, foram identificados todos os pormenores referentes a habitação municipal. Também foi realizada uma pré-avaliação dos aspectos institucionais e legais associados ao tema. Foi preciso identificar planos, projetos e legislações existentes no âmbito local, regional e nacional, visando compatibilizar ações e minimizar possíveis conflitos.

Fotos nº05,06,07,08: Reunião da equipe para elaboração de Diagnóstico



Fonte: SEMHAB/SEPLAN

2.2 Processo de Planejamento da Mobilização Social

Uma ampla participação social atribui legitimidade a revisão do PLHIS através da descentralização da discussão e do apoio na tomada de decisão, conferindo transparência ao processo de planejamento da habitação municipal.

Sendo assim, é necessário planejar o envolvimento dos atores sociais e as melhores estratégias de solução para os problemas e conflitos que possam existir entre eles.

A gestão democrática dialoga diretamente com o plano de comunicação, cujas ações informam a população, divulgam as atividades de forma sistematizada e de fácil entendimento, ampliam os canais de interlocução e promovem a participação mais ativa. Além de orientar a sociedade sobre as possibilidades e as dificuldades enfrentadas pelo município, o Plano promoveu oficinas educativas, voltadas para diferentes temas e públicos. As diferentes etapas da elaboração foram apresentadas e debatidas pelos atores sociais e população em geral, finalizando com uma Audiência Pública.

2.2.1 Pré – Mobilização- Divulgação

O Secretário Municipal de Habitação Edimilson Peixoto, juntamente com a equipe de coordenação do Plano concederam entrevistas em rádios e programas de TV, convocando a população a participar das atividades desenvolvidas para a 1ª Revisão do PLHIS.

Fotos nº09,10,11,12: Informativos e chamativa para a participação popular na rádio





Fonte: SEMHAB/SEPLAN

Foto nº13 e 14: Entrevista para canal 08- Programa Fala Cidade



Fonte: SEMHAB/SEPLAN

Foto nº15 e 16: Entrevista ao apresentador Francisco Junior, do programa Barra Pesada, da Band TV Canaã, dia 01 de Novembro de 2018.



Fonte: SEMHAB/SEPLAN

2.2.2 Desenvolvimento da Mobilização Social

O desenvolvimento da mobilização social é uma atividade de grande importância para o processo de construção do PLHIS pelo caráter permanente

dados à participação da sociedade, desde a preparação até a implementação e a 1ª revisão do Plano. Na perspectiva de ampliação da gestão democrática e da participação social, é preciso contar com uma abordagem participativa e transparente, que considere a opinião dos diferentes cidadãos e entidades relacionados e/ou impactados pelo Plano. Deste modo, resolveu-se realizar quatro oficinas e uma audiência pública para coleta de demandas e propostas junto à população para produção do diagnóstico da 1ª revisão do PLHIS.

2.2.2.1 Cronograma das Oficinas e Audiência pública do PLHIS:

Primeiramente o perímetro urbano municipal foi dividido em quatro quadrantes: norte/sul, leste/oeste, nos quais foram realizados quatro oficinas para coleta de dados junto a população destas regiões.

Tabela nº01: Cronograma

Atividades de Consultas Públicas	Data/ Horário/ Local
Oficina 01	Local: Chácara Brilho Celeste Data:03/12/2018 Horário: 19:00h
Oficina 02	Local: Escola Alexandro Nunes Data:04/12/2018 Horário: 19:00h
Oficina 03	Local: Setor Vale da Benção Data: 05/12/2018 Horário: 19:00h
Oficina 04	Local: Residencial Canaã Data: 06/12/2018 Horário: 19:00h
Audiência Pública Final	Local: SINE Data:10/12/2018 Horário: 19:00h

Fonte: SEMHAB

2.2.2.2 Metodologia e Dinâmica das Oficinas

Nas oficinas foi apresentada as atividades desenvolvidas pela SEMHAB, além disso foi entregue uma pasta contendo endereço, telefone da secretaria, bem como uma lista de documentos necessários para que as pessoas possam se cadastrar nos programas assistenciais. Foram criados dois eixos temáticos para a discussão e coleta de propostas, conforme tabela abaixo:

Tabela nº02: Eixos Temáticos

<p>Eixo Temático 01: Déficit habitacional em Canaã dos Carajás, compartilhando soluções.</p>	<p>A dinâmica econômica que ocorre no município de Canaã dos Carajás, em decorrência dos projetos de mineração, faz com que haja um grande fluxo migratório constante. Um exemplo disso foi a implantação do projeto S11D, na qual em seu pico de obras chegou a contratar mais de 40.000 funcionários entre fixos e temporários, sendo que em sua fase de operação, apenas 2.600 desse total permaneceu.</p> <p>Há uma dificuldade de implementação de políticas públicas habitacionais no município de Canaã dos Carajás devido as grandes transformações e dados oficiais desatualizados do número populacional existente.</p> <p>As políticas públicas habitacionais não são exceção a esta regra, por isso a dificuldade em ter dados consolidados sobre o déficit habitacional municipal, diante disso, a SEMHAB, através de cadastro realizado diariamente, apontou um déficit existente de mais de 2.000 unidades habitacionais.</p> <p>Proposta: Soluções viáveis para a redução do déficit habitacional atual.</p>
<p>Eixo Temático 02: Promoção da Dignidade Habitacional em Canaã dos Carajás.</p>	<p>As moradias classificadas como inadequadas são aquelas que necessitam de melhoramentos para que alcancem um padrão mínimo de habitabilidade, definido a</p>

	<p>partir de critérios como: coberturas inadequadas, materiais inadequados empregados nas construções, construções insalubres e etc...</p> <p>Proposta: Listar ações que promovam dignidade habitacional.</p>
--	--

Fonte: SEMHAB

2.2.2.3 Oficinas

A partir do cronograma elaborado e aprovado deu-se início as Oficinas.

2.2.2.3.1 Cronograma de Atividades das oficinas

18:30 Acolhimento, credenciamento e entrega de material

19:00 Abertura Oficial da Oficina- Secretário Edmilson Peixoto

19:15 Explanação dos trabalhos- Clóvis Avelino

19:30 Dinâmica das oficinas- Divisão em dois grupos por eixo temático

20:10 Apresentação do material coletado

20:20 Encerramento

2.2.2.3.2 1ª Oficina- Chácara Brilho Celeste

Essa oficina foi realizada no dia 03 de Dezembro de 2018, às 19:00h. Participaram um total de 64 pessoas nas atividades realizadas.

Fotos nº17,18,19,20,21,22: Oficina 01





Fonte: SEPLAN/SEM HAB

Após os debates foram colhidos junto a população presente as seguintes propostas:

PROPOSTAS EIXO 01

1. Construção de casas por meio do programa “Cheque Moradia” (para proprietários de lotes);
2. Casas através do programa “Minha Casa, Minha Vida”;
3. Casas através do programa “Moradia Digna”
4. Ampliação e Melhorias Residenciais através do programa “Cheque Moradia”;

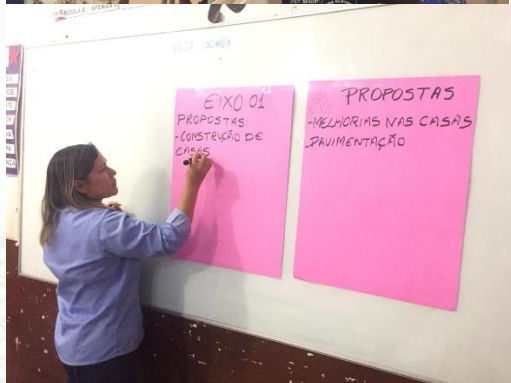
PROPOSTAS EIXO 02

1. Melhorias Sanitárias Domiciliares;
2. Melhoria de infraestrutura de casas já existe. Ex: revestimentos, coberturas e etc..

2.2.2.3.3 2ª Oficina- Escola Alexandro Nunes

Essa oficina foi realizada no dia 04 de Dezembro de 2018, às 19:00h. Participaram um total de 28 pessoas nas atividades realizadas.

Fotos nº23,24,25,26,27,28: Oficina 02



Fonte: SEPLAN/SEM HAB

PROPOSTAS EIXO 01

1. Construção de casas através do programa “Cheque Moradia”
2. Doação de lote social

3. Casas através do programa “Minha Casa, Minha Vida”;
4. Casas através do programa “Moradia Digna”

PROPOSTAS EIXO 02

1. Melhoria nas casas

2.2.2.3.4 3ª Oficina- Vale da Benção

Essa oficina foi realizada no dia 05 de Dezembro de 2018, às 19:00h. Participaram um total de 102 pessoas nas atividades realizadas.

Fotos nº29,30,31,32,33,34:Oficina 03





Fonte: SEPLAN/SEM HAB

PROPOSTAS EIXO 01

1. Programa “Cheque Moradia”
2. Casas através do programa “Minha Casa, Minha Vida”;
3. Casas através do programa “Moradia Digna”

PROPOSTAS EIXO 02

1. Programa “Cheque Moradia”
2. Melhorias Sanitárias Domiciliares- Módulos sanitários;
3. Adaptar residências para PNE

2.2.2.3.5 4ª Oficina- Residencial Canaã

Essa oficina foi realizada no dia 06 de Dezembro de 2018, às 19:00h. Participaram um total de 90 pessoas nas atividades realizadas.

Fotos nº35,36,37,38,39,40: Oficina 04



Fonte: SEPLAN/SEM HAB

PROPOSTAS EIXO 01

1. Verificar o uso irregular das habitações do programa “Minha casa, minha vida” que estão sendo utilizadas para outros fins que não são residenciais;
2. Casas através do programa “Minha Casa, Minha Vida”;
3. Casas através do programa “Moradia Digna”

PROPOSTAS EIXO 02

1. Atraso nas parcelas referentes aos contratos do Residencial Canaã- Verificar junto à CAIXA a situação;
2. Tarifas sociais para água e energia- Auxilio SEMHAB;

3. Problemas estruturais nas casas do programa “Minha casa, Minha Vida”
- Verificar junto à CAIXA a situação;
4. Atendimento de assistente Social no Residencial Canaã

2.2.2.4 Audiência Pública

Essa audiência foi realizada no SINE, dia 10 de Dezembro de 2018, às 19:00h. Participaram um total de 164 pessoas das atividades realizadas.

Fotos nº41,42,44,45,46,47,48,49,50: Audiência Pública





Fonte: ASCOM

2.2.2.4.1 Síntese da Audiência Pública

Na Audiência Pública realizada pela equipe da SEPLAN e SEMHAB, houve intensa participação da população. Nesta audiência foi apresentado as demandas colhidas nas oficinas realizadas. Também foram sanadas dúvidas com relação a regularização fundiária, através do Presidente do Instituto de Desenvolvimento Urbano-IDURB, o senhor Alisson Milhomem, além disso, o secretário municipal de habitação apresentou os programas do governo relacionados a habitação e se comprometeu a auxiliar os moradores do Residencial Canaã com suas demandas junto à Caixa Econômica Federal. Os pormenores dessa audiência constam na parte do apêndice deste trabalho.

Abaixo pode-se contemplar a foto da equipe em comemoração ao encerramento dos trabalhos junto à população.

Foto nº51: Equipe SEPLAN/SEM HAB



Fonte: SEPLAN/SEM HAB



3. Apêndice

Imagem nº01: Convite

Um convite gráfico para audiências e oficinas públicas. O fundo mostra uma rua com casas coloridas (vermelha, amarela, verde). O texto principal está em azul e preto. Há um ícone de uma rede geométrica no lado direito do texto principal.

» AUDIÊNCIA E OFICINAS PÚBLICAS «
DO PLHIS.

PLANO LOCAL DA HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

CONVIDAMOS VOSSA SENHORIA PARA PARTICIPAR DA AUDIÊNCIA E OFICINAS PÚBLICAS PARA EXPLANAÇÃO E DEBATES SOBRE A 1ª REVISÃO DO PLHIS/CANAÃ DOS CARAJÁS.

ACOMPANHE O CRONOGRAMA DAS OFICINAS:

- 03 DE DEZEMBRO
LOCAL: RUA A, QUADRA 7 - SETOR CHÁCARAS BRILHO CELESTE (ASSEMBLÉIA DE DEUS - MINISTÉRIO DAS AMÉRICAS) ÀS 19:00HS
- 04 DE DEZEMBRO
LOCAL: EMEF ALEXSANDRO NUNES ÀS 19:00HS
- 05 DE DEZEMBRO,
LOCA: EMEF CARMELO MENDES ÀS 19:00HS
- 06 DE DEZEMBRO
LOCAL: CENTRO COMUNITÁRIO - RESIDENCIAL CANAÃ MCMV ÀS 19:00
- 10 DE DEZEMBRO
AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: AUDITÓRIO DO SINE - AVENIDA JK, 104 - CENTRO

 Prefeitura **CANAÃ** DOS CARAJÁS

Secretaria Municipal de **Habitação**

Secretaria Municipal de **Planejamento**

Imagem nº02: Adesivo pastas



Fonte: SEMHAB/SEPLAN

Imagem nº03: Crachá

<p>SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO</p>  <p><i>Oficina Pública</i> 1º REVISÃO DO PLHIS</p> <p>NOME:</p> <p>EIXO:</p> 	<p>SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO</p>  <p><i>Oficina Pública</i> 1º REVISÃO DO PLHIS</p> <p>NOME:</p> <p>EIXO:</p> 
<p>SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO</p>  <p><i>Oficina Pública</i> 1º REVISÃO DO PLHIS</p> <p>NOME:</p> <p>EIXO:</p> 	<p>SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO</p>  <p><i>Oficina Pública</i> 1º REVISÃO DO PLHIS</p> <p>NOME:</p> <p>EIXO:</p> 

Fonte: SEMHAB/SEPLAN


Imagem nº04: ATAS e folha de frequência da primeira oficina

ATA 1ª Revisão do Plano Local de Habitação de Interesse Social-PLHIS


Às dezenove horas do dia três de dezembro do ano de dois mil e dezoito, no setor Chácara Brilho Celeste, Igreja Ministério das Américas, conforme programação aprovada pelo conselho municipal de habitação, deu-se o início a primeira Revisão do PLHIS, para explanação sobre o mesmo, bem como debates sobre as demandas e sugestões a serem coletadas junto a população presente. Às dezenove horas e trinta minutos, já com a presença do público devidamente acomodado e já de posse do material didático entregue pela Secretaria Municipal de Habitação-SEM HAB, o senhor Ismael Avelar (Analista de Políticas Públicas), um dos membros responsável pela coordenação da primeira revisão do PLHIS, deu início a abertura dos trabalhos. Primeiramente foi realizado um agradecimento ao público presente no local, ao Pastor Dauri e ao senhor José Maria pela concessão do espaço que foi utilizado, e por proporcionarem o envolvimento da comunidade, logo em seguida a fala foi dada ao secretário municipal de habitação Edimilson Peixoto, que realizou uma breve explanação sobre os objetivos da revisão do Plano e novamente agradeceu ao público presente, também apresentou a equipe presente da SEMHAB-Secretaria Municipal de Habitação envolvida nas oficinas, agradeceu também a presença da ASCOM- Assessoria de Comunicação e da senhora Telmissa Marques de Oliveira, representante da ODS no município, além disso o secretário enfatizou o compromisso e a participação efetiva da equipe da Secretaria Municipal de Planejamento- SEPLAN, através de seus representantes Rayanne Lima(arquiteta) e Wellington Paulo (Analista de Políticas Públicas). Às vinte horas deu-se o início da divisão dos participantes em dois grupos por eixo temático, o grupo I tratava sobre o déficit habitacional em Canaã dos Carajás e o grupo II da promoção da dignidade habitacional em Canaã dos Carajás. Os participantes foram agrupados separadamente e cada grupo contou com três facilitadores da equipe SEMHAB/SEPLAN que incentivaram o público a explanar suas demandas e soluções para as mesmas, dentro de um tempo estipulado de cinquenta minutos. As demandas coletadas foram transcritas para uma cartolina, a saber: Construção de casas por meio do programa "Cheque Moradia" (para proprietários de lotes), Casas através do programa "Minha Casa, Minha Vida",

Handwritten signatures in blue ink, including names like Rayanne, Edimilson, Wellington, and Ismael, along with a date '03/12/18'.

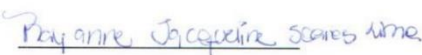
Casas através do programa "Moradia Digna", Ampliação e Melhorias Residenciais através do programa "Cheque Moradia"; Melhorias Sanitárias Domiciliares e Melhoria de infraestrutura de casas já existe. Após período pré-estabelecido essas demandas foram apresentadas pelo senhor Clóvis Avelino. Ao término das apresentações houve o encerramento com a fala do senhor secretário municipal Edmilson Peixoto e do senhor Wellington Paulo-representante da secretaria municipal de planejamento, em que agradeceram aos presentes. E por nada mais haver a tratar eu, Maria Célia Moreira Costa, secretária ad hoc, encerro a presente Ata, que após lida e aprovada, vai assinada por mim e pela equipe de coordenação do plano, juntamente com a lista de participantes.



Maria Célia Moreira Costa




Wellington Paulo dos Santos



Rayanne Jacqueline Soares Lima



Clóvis Avelino Ribeiro



Ismael Mac-Robson Avelar



- Lista de Freqüência

1º Oficina - Bulho Celsti

Date: 03/12/18

1- maria José da Silva

2ª Francisca Maria dos Passos Leima

3- Desyane Cruz da Silva

4- Rejane Cruz do Nascimento

5- Wanderse e. Calvão

6- Raquel eadro de souza

7- Jerônimo e o co o sta O Nív eio

8- maria Raia macedo dos Santos

9- Antonio Loureiro C. Euston

10- Tatiani de Jesus de Almeida da Silva.

11- Adrielle Sousa Euston

12- Francisco Maria da Silva

13- PA- Dauri Maria Xavier da Franca

14- Valdeane Castro Silva

15- Dumei Rodrigues da Silva

16- Alciana

17 Evangelista José dos Santos

- 18 - Antonia Pereira de Melo
- 19 - Adriano Souza de Souza
- 20 - Antonio Damiano C. Elton
- 21 - Maria Raimunda da Silva Vieira
- 22 - Maria Lucilene dos Santos Martins
- 23 - Ilda da Silva Batista
- 24 - Raimunda Maria dos Santos
- 25 - Fernando Cardoso Cruz da Silva
- 26 - Jhonatas RODRIGUES SILVA
- 26 - Neusa Lira Junior
- 27 - Mariana R dos Santos
- 28 - Maria Pereira Soares
- 29 - Ana Elide Pereira Soares
- 30 - Antonio Carneiro dos Santos
- 31 - Jojimar da Rileira da Silva
- 32 - Jojimar Sousa Lima
- 33 - Luciana Alves Da S Maranhão
- 34 - Susiê de Cardoso
- 35 - Raimundo Pechoso - Zo
- 36 - Vldo Correia da Silva
- 37 - ME do 5001770
- 38 - goaa
- 39 - Raimunda C. da S. Velanova
- 40 - Rufina Marques
- 41 - Werson Gomes Pereira
- 42 - Wellington Luis dos Santos

- 43 - Jaqueline da Silva penheiro
- 44 - Eunice da Silva varão
- 45 - Edlenira Araujo
- 46 - Domingas Cosme da Silva
- 47 - Claudomir Souza Fuzza
- 48 - Maria Lúcia dos Santos
- 49 - Márcio Izalene Silva
- 49 - Souza da Silva Saura
- 50 - Síndoval B. Gomes
- 51 - Francisco do Silva
- 53 - Geomara Bete da Silva dos Santos
- 54 - Márcio dos Santos Martins
- 55 - Tábata Ferreira dos Santos
- 56 - José Saulo de Azevedo
- 57 - Beatriz Fernandes
- 59 - Angélica Cruz Galvão Castro
- 60 - Valdivone da Silva Saura
- 61 - Maria Elia Moura Costa
- 63 - André Velloso
- 64 - Prayana Jacqueline Soares Lima


Imagem nº04: ATAS e folha de frequência da segunda oficina

ATA 1ª Revisão do Plano Local de Habitação de Interesse Social-PLHIS


Aos quatro dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezoito, às dezenove horas, na Escola Alexandro Nunes, deu-se início à segunda oficina da primeira revisão do Plano Local de Habitação de Interesse Social-PLHIS, mesmo com a intensa campanha de mídia realizada nos bairros Santa Vitória e adjacências o número esperado de participantes foi bastante reduzido, mas nada que impedisse a realização desta oficina. As dezenove horas e trinta minutos, o senhor Ismael Avelar explicou os motivos da realização das oficinas para a revisão do plano local de habitação, logo em seguida a palavra foi dada ao senhor secretário municipal de habitação, Edmilson Peixoto que fez um breve histórico do plano e explanou sobre a política de habitação, em seguida o senhor Clovis Avelino- sociólogo e um dos coordenadores do plano, convidou os participantes para a divisão em dois grupos, para tratarem sobre o déficit habitacional em Canaã dos Carajás e sobre a promoção da dignidade habitacional em Canaã dos Carajás. As propostas apontadas pela população foram coletadas em cartolina, a saber: Construção de casas através do programa "Cheque Moradia", Doação de lote social, Casas através do programa "Minha Casa, Minha Vida", Casas através do programa "Moradia Digna" e Melhoria nas casas. Após isso o secretário Edmilson Peixoto fez o encerramento desta oficina, agradecendo aos presentes. E por nada mais haver a tratar eu, Maria Célia Moreira Costa, secretária ad hoc, encerro a presente Ata, que após lida e aprovada, vai assinada por mim e pela equipe de coordenação do plano, juntamente com a lista de participantes.



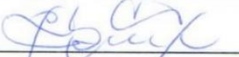
 Maria Célia Moreira Costa




 Wellington Paulo dos Santos



 Rayanne Jacqueline Soares Lima



 Clóvis Avelino Ribeiro



 Ismael Mac-Robson Avelar






LISTA DE PRESEÇA – OFICINA PÚBLICA DO PLHIS – EMEF ALEXSANDRO NUNES. Secretaria Municipal de Habitação/ Secretário Edmilson Peixoto. Data: 04/12/2018

	Nome completo	CPF	Assinatura
1	Marcia de Lourdes Lo melambo		
2	Rui de Tiranca Filho		Rui
3	Maria Antônia de Jesus		
4	Sullington de Jesus Santos		
5	Angela Lúcia Galvão		Angela
6	Imanir dos Santos Alves		
7	Maria Elia Moura Costa		
8	Márcia Beatriz dos Santos		
9	Luiz Carlos Maria Ribeiro		
10	João Vitor Gomes		
11	Paula Fátima dos Santos		
12	João Genival da Costa		João
13	Maria Lúcia Cabral		
14	Madame França Costa		
15	Beatriz S. F. Fernandes		
16	Edimara Alves		
17	Lucas dos Anjos		
18	Iza de Sousa Castro		Iza
19	Gabriel Galvão Castro		
20	Rayanne S. S. Lima		Rayanne
21	Dream Barrios Pereira		
22	Antônio Porto Damado		
23	Yanna da Silva Teixeira		Yanna
24	Rayna Estalete		Rayna
25	Vanessa dos Santos Condado		Vanessa
26	Carice da Conceição Silva		Carice
27	Ana Luísa Barbosa		Ana
28	Eginaldo Leal de Alencar		Eginaldo
29			
30			
31			
32			


Imagem nº04: ATAS e folha de frequência da terceira oficina

ATA 1ª Revisão do Plano Local de Habitação de Interesse Social-PLHIS

Aos cinco dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezoito, às dezenove horas, no bairro Vale da Benção, no Skinão Bar, deu-se início à terceira oficina da revisão do PLHIS. A oficina iniciou com a fala do Analista de Políticas Públicas, senhor Ismael Avelar agradecendo a presença de todos. O mesmo pediu desculpas pela alteração do local, pois o local escolhido anteriormente dificultaria a locomoção dos presentes. O senhor Ismael Avelar também leu um poema sobre habitação que acabou por entusiasmar o público presente, após isso, a palavra foi dada ao secretário municipal de habitação, senhor Edmilson Peixoto, que fez uma breve explanação sobre o plano local de habitação de interesse social- PLHIS, bem como o papel desenvolvido pela Secretaria Municipal de Habitação, além de pontuar ações realizadas no bairro, a exemplo dos módulos sanitários que estão sendo construídos com um convênio com a FUNASA. Um dos coordenadores do plano, o senhor Clóvis Avelino- sociólogo, explicou como seria a dinâmica realizada na oficina e após isso deu-se início a separação dos presentes em dois grupos, que tratariam sobre déficit habitacional em Canaã dos Carajás e promoção da dignidade habitacional em Canaã dos Carajás. As demandas apresentadas foram colhidas em cartolina, a saber: Programa "Cheque Moradia", Casas através do programa "Minha Casa, Minha Vida", Casas através do programa "Moradia Digna", Programa "Cheque Moradia", Melhorias Sanitárias Domiciliares- Módulos sanitários e Adaptar residências para PNE, depois essas demandas foram apresentadas aos presentes. Convém registrar aqui que a associação de moradores do bairro participou efetivamente através do seu representante senhor Cazuzu, que auxiliou a equipe de governo na mobilização dos presentes. Ao final da apresentação das propostas coletadas, o secretário municipal, senhor Edmilson Peixoto, fez uma breve explanação do sucesso da oficina e agradeceu a grande presença do público. E por nada mais haver a tratar eu, Maria Célia Moreira Costa, secretária ad hoc, encerro a presente Ata, que após lida e aprovada, vai assinada por mim e pela equipe de coordenação do plano, juntamente com a lista de participantes.



 Maria Célia Moreira Costa


 Wellington Paulo dos Santos

Rayanne Jacqueline Soares Lima

Rayanne Jacqueline Soares Lima

Clóvis Avelino Ribeiro

Clóvis Avelino Ribeiro

Ismael Mac-Robson Avelar

Ismael Mac-Robson Avelar

OFICINA PÚBLICA DO PLHIS – SKINÃO BAR / AV JERUSALÉM, VALE DA BENÇÃO.
 DATA: 05/12/12
 HORÁRIO: 19:00HS

LISTA DE FREQUÊNCIA

Data	Assinatura
01	M ^a Cliziane
02	Ismael Auler
03	Sebastião de Jesus Araújo
04	JEFFESON DA SILVA
05	Primalda Alves
06	Eunice Ramos da Silva
07	Joshua Da
08	gleicimom Ferreira do costa
09	Eliana santos games
10	Fátio Larmo Lima
11	Dedluero
12	Marcia de Lima Flores
13	Jose Romario R. dos Santos
14	Patrícia Costa Maciel
15	maria de Nazari Ribeiro Bezerra
16	Caro Silva Pinheiro
17	Francisco de Aguiar
18	Anacelia Lopes da conceição
19	Expedito nunes de Araujo
20	Beto O'Neilto
21	DEJAIRNE MATOS SILVA

22	Charlita dos Santos Ferreira
23	Claudiane Fluckkide Silva Costa
24	Carla Jor de Santos
25	Rosalme Rodrigues dos Santos
26	Mariano Faria dos Santos
27	TER TI LIANO da SILVA
28	Patricia P S
29	valor de 25,00
30	Aldeane da Silva Sousa de Aquino
31	Jordânio Barros de Oliveira
32	Rosane dos Santos Pinto
33	Rosane dos Santos Baia
34	Joné Ramon Baia
35	Leida Fabiana Ribeiro Alves
36	Dominico dos Santos Melo Sarges
37	Maria Heloísa da Conceição
39	Roseane Mendonça Feres
40	Valdine Maria dos Santos
41	Maria Sales Elói de Oliveira
42	Maria A Barroso Ribeiro
43	Maria Eduarda Ribeiro
44	FRANCISCO NETO MENESES Lima
45	Margia de Paz Nunes Soares
46	Edson Fernandes de Araujo
47	Erhem Fernandes Araujo

48	Antonio Carlos Sauser Silva
49	Antonia da silveira soares
50	Raydane Gomes Silva Claudete Almeida dos Santos

- 51 ~~Antonio~~ Antonio Ribeiro da Silva
- 52 Adil Nunes do nascimento
- 53 Josefa Souza Serey
- 54 Nelson José de Andrade
- 55 Caroline Dias Gomes
- 56 James Luiz de Almeida
- 57 Francisco Antonio Milena
- 58 Silmar Fernandes Nunes
- 59 VAGNE COSTA SILVA SERRA
- 60 Maria Jose de Sousa Alves
- 61 Joselio Justino Joffe
- 62 Maria do Socorro Alves da Silva
- 63 Antonioivaldo Rios Rodrigues
- 64 Angela do Carmo Valente
- 65 Claudia do Carmo Valente
- 66 Lara Franco de Paula
- 67 Antonia maria dos santos nascimento
- 68 Albetino Carlos dos Santos
- 69 OSVALDO
- 70 Erimalena Barbosa
- 71 Elizângela Gomes Souza
- 72 Antonio Correia dos Santos
- 73 Yvelbene Leal Moreira dos Santos
- 74 Cécilia Macruz do Nascimento Castro
- 75 Renato Martins Lima

- 76 Dionei Gomes Lima
- 77 Cássio Peleto
- 78 Mariana da S. Soares
79 Jucia S. Santos
- 80 Leonardo Oliveira Fernandes
- 81 ~~Silvia~~ Mel / (at)
- 82 Dincir Duarte da Silva
- 83 Eza Pereira da Silva
- 84 Maria Raimunda Pinho Lima
- 85 Rildo Bourgeois dos Siqueira
- 86 ~~Diogo~~ Carlos de S. Santos
- 87 Manoel Sales Eloi de Oliveira
- 88 Raimundo Santo F. Jun
- 89 Eufrosio Mesquita Pinto
- 90 Neilton Estives de Melo
- 91 Jackson de Jesus Silva
- 92 Fabia Ferreira dos Santos
- 93 Fabio Lopes dos Santos
- 94 Francisca da Silva
- 95 Maria da Silveira de Oliveira
- 96 Maria Luíza Pereira Gomes
- 97 Laudemir de Pereira de Silva
- 98 Francisca das Santos Silva

99 ~~Estimada da Silva do Carmo S~~

100 Ezeiza dos Santos ✓

101 ~~Flávia Silva Santos~~


102 Wellington Duarte dos Santos

Imagem nº04: ATAS e folha de frequência da quarta oficina


ATA 1ª Revisão do Plano Local de Habitação de Interesse Social-PLHIS

Aos seis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezoito, às dezoenove horas, deu-se o início a quarta oficina para a primeira revisão do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social- PLHIS, um dos coordenadores do plano, senhor Ismael Avelar iniciou agradecendo a presença de todos, e explicou como o material entregue aos participantes deveria ser utilizado, logo em seguida foi apresentado um poema sobre habitação e exposta a razão da oficina estar sendo realizada na comunidade. Após isso a palavra foi dada ao secretário municipal de habitação, senhor Edmilson Peixoto que reiterou os agradecimentos a todos os presentes, em especial a presidente da associação de moradores, senhora Vera. Em seguida o secretário fez uma breve explanação sobre os objetivos da revisão do PLHIS, bem como sua importância. Após a fala do senhor Edmilson Peixoto, um dos coordenadores, o senhor Clóvis Avelino, sociólogo, apresentou a dinâmica que seria utilizada para a coleta das demandas. Neste dia não houve separação em grupo, mas houve um debate sobre as seguintes eixos: déficit habitacional e promoção da dignidade habitacional em Canaã dos Carajás. As demandas apresentadas, bem como possíveis soluções para os problemas enfrentados foram coletadas em cartolinas, a saber: Verificar o uso irregular das habitações do programa "Minha casa, minha vida" que estão sendo utilizadas para outros fins que não são residenciais, Casas através do programa "Minha Casa, Minha Vida", Casas através do programa "Moradia Digna", Atraso nas parcelas referentes aos contratos do Residencial Canaã- Verificar junto à CAIXA a situação, Tarifas sociais para água e energia- Auxílio SEMHAB, Problemas estruturais nas casas do programa "Minha casa, Minha Vida"- Verificar junto à CAIXA a situação, Atendimento de assistente Social no Residencial Canaã, essas demandas posteriormente foram apresentadas para os presentes. Ao final dos trabalhos a senhora Vera convidou a todos para participarem na audiência, que será realizada no dia dez de dezembro, para fechamento das atividades relacionadas a revisão do PLHIS. Após isso o senhor Edmilson Peixoto agradeceu novamente a presença de todos e encerrou a oficina. E por nada mais haver a tratar eu, Maria Célia Moreira Costa, secretária ad hoc, encerro a

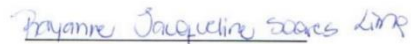
presente Ata, que após lida e aprovada, vai assinada por mim e pela equipe de coordenação do plano, juntamente com a lista de participantes.



Maria Célia Moreira Costa




Wellington Paulo dos Santos



Rayanne Jacqueline Soares Lima



Clóvis Avelino Ribeiro



Ismael Mac-Robson Avelar

SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

Lista de presença dos participantes da 4ª Oficina de Revisão do Plano Local de Habitação de Interesse Social realizado no Residencial Canaã no dia 06 de dezembro de 2018, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Habitação e Secretaria Municipal de Planejamento, visando de forma democrática e participativa, identificar as carências de necessidades habitacionais no município de Canaã dos Carajás-PA.

- 1 Natal Perechinica
- 2 ROSA DINA GOMES DA SILVA
- 3 Beatriz Araújo da Silva
- 4 Glíneusa de Jesus Ribeiro
- 5 Francieira dos Santos
- 6 Luciano dos S. Ferreira
- 7 José Geni. da Costa
- 8 Marluce Basso Dias Silva
- 9 Maria Elia Moreira Costa
- 10 Raissa Tauany E. da Cunha
- 11 Augusto Batista da Silva
- 12 Antonia Regina da Silva
- 13 Manoel Gonçalves
- 14 Luciano de Maria dos S.S.
- 15 Mariane Rocha F. da Costa
- 16 Angela Cruz Galvão Castro
- 17 Katia Silva Lima
- 18 Amadeu dos S. Lima da Silva
- 19 Simone Santos Souza
- 20 Fátima de Sá
- 21 Nilus Costa Felinto
- 22 Ilana Luídes Oliveira
- 23 Poliana Siqueira do Nascimento
- 24 Sílvia Lúcia P. Lima
- 25 G. Maria da Luz Moura
- 26 Wellington Douglas de Sá
- 27 Pádua J. Soares Lima
- 28 Luiz de Franca Filho
- 29 Glória Apolinária da Silva
- 30 Ismael Nogueira Azevedo

SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

Lista de presença dos participantes da 4ª Oficina de Revisão do Plano Local de Habitação de Interesse Social realizado no Residencial Canaã no dia 06 de dezembro de 2018, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Habitação e Secretaria Municipal de Planejamento, visando de forma democrática e participativa, identificar as carências de necessidades habitacionais no município de Canaã dos Carajás-PA.

- 1 *Maria de Jesus Santos*
- 2 *Roseli Ribeiro da Silva*
- 3 *Raimunda Fernandes de S. Barbosa*
- 4 *Maria Elvilde Pereira de Souza*
- 5 *Emilinda Alves*
- 6 **FATIMA SILVEIRA GOMES**
- 7 *Maria de Nazarete A. Souza*
- 8 *Maria do Socorro S. Silva*
- 9 *Anamareia de Souza Coelho*
- 10 *Janete de Oliveira de Araújo*
- 11 *Rolimundo Norato Ferreira*
- 12 *M^a Dardores Rodrigues Teixeira*
- 13 *Marcia Zozete Lima*
- 14 **FIRMINO DA SILVA**
- 15 **MARCELO DASMACENO SILVA**
- 16 *Mario de Fatima Sousa da Silva*
- 17 *Maiara da Silva Souza*
- 18 *Guilherme Moreira da Silva*
- 19 *Maria dos Reis*
- 20 *Fran Cilene da Silva Soares*
- 21 *Maria Deusodina do Lunha*
- 22 *Janete Celestina do Nascimento*
- 23 *Sheila Melo Souza*
- 24 *Jonas Fernandes Barbosa*
- 25 *Josely Antônia da Jesus*
- 26 *Leidianeza Vieira da Silva Galvão*
- 27 *Emilinda Alves*
- 28 *Lucas Dias Alves*
- 29 *Rosilene Pereira da Silva*

SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

Lista de presença dos participantes da 4ª Oficina de Revisão do Plano Local de Habitação de Interesse Social realizado no Residencial Canaã no dia 06 de dezembro de 2018, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Habitação e Secretaria Municipal de Planejamento, visando de forma democrática e participativa, identificar as carências de necessidades habitacionais no município de Canaã dos Carajás-PA.

- 1 Regione de Sousa Pinheiro
- 2 Antonia V. H. de Souza
- 3 Luigiana V. H. de Souza
- 4 Vanda dos Santos Santana
- 5 Cláudio de Casso Prudente
- 6 Liana MENDES DOS SANTOS
- 4 Ana claudia Guellha Sousa
- 8 Silvana maria alves de Souza e Souza
- 9 maria de sovelos mendes pinheiro
- 10 Paulo Brito de Souza
- 11 Alda M^{te} Costa Nunes
- 12 Fabia Ferreira dos Santos
- 13 EDSON LINS DE SOUZA LIMA
- 14 Dairine Lima da Silva
- 25 Maria de glória do silva
- 16 maria Antonia gonçves
- 17 maricete maria da Silva
- 18 Francilene pereira da Silva
- 19 Dhuimny Souza Medeiros
- 20 Simeão de Araújo S. Ferreira.
- 21 Elizabeth de lopes na mos
- 22 maria das veigas mendes araujo
- 23 Roselina Franca de Oliveira
- 24 Maria Jovelina mendes Silva
- 25 Susana Maria de Souza Rosimar Ribeiro Silva
- 26 maria jessica Santos Pereira
- 27 Gizele Ferreira Nozari
- 28 maria das graças netes de souza
- 29 Luma Raizora Silva Costa
- 30 Rita de Jesus
- 31 Samuel Sousa da Silva

Imagem nº04: ATAS e folha de frequência da Audiência Pública

ATA 1ª Revisão do Plano Local de Habitação de Interesse Social-PLHIS

Aos dez dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezoito, às dezenove horas e quarenta minutos, no auditório do SINE, deu-se início a audiência pública referente a primeira revisão do Plano Local de Habitação de Interesse Social-PLHIS. A secretaria municipal de habitação e planejamento, juntamente com a assessoria de comunicação- ASCOM, realizou um imenso trabalho de divulgação da conferência em rádios, televisão, entregas de convites e carros de som. Um ônibus também foi disponibilizado pela Fundação de Esporte e Lazer-FUNCEL, como consequência destas ações, um grande público se fez presente no local. Às vinte horas o senhor Clóvis Avelino, sociólogo, iniciou a cerimônia compondo uma mesa com as autoridades: senhor Cazuza, presidente da associação dos moradores do vale da benção, senhora Vera, presidente da associação de moradores do bairro residencial Canaã, o senhor José Maria, representando o conselho municipal de habitação, o senhor Léo Ferreira, secretário municipal de produção rural, senhor Alisson Milhomem, presidente do instituto de desenvolvimento Urbano, senhor Jurandir, secretário municipal de desenvolvimento econômico e presidindo a mesa, o senhor Edmilson Peixoto secretário municipal de habitação. Após a composição da mesa, foram tocados os hinos nacional, estadual e municipal. Após isso foi dada a palavra a todos os componentes da mesa que puderam agradecer aos presentes. A senhora Vera, ao final de seus agradecimentos, cobrou com bastante ênfase as presenças do senhor gerente da caixa econômica federal de Canaã dos Carajás, dos senhores vereadores e do senhor prefeito municipal, bem como seu vice. O senhor Jurandir justificou a ausência do prefeito, que se encontrava em Brasília para resolver questões, de interesses municipais. Um pequeno filme que tratava do processo habitacional em Canaã dos Carajás foi apresentado e logo após o secretário municipal de habitação realizou uma apresentação em slides sobre a primeira Revisão do PLHIS, apresentado sua importância, seus objetivos, bem como o diagnóstico coletado nas oficinas realizadas. Após a apresentação, o senhor Clóvis Avelino passou a palavra para os que desejavam fazer uso dela, após isso foram ratificadas as demandas colhidas nas oficinas. Convém registrar em Ata a grande decepção do público presente pela ausência das seguintes

Ufia


ASCOM *Rabrine*

Clóvis Avelino


autoridades: **Ministério Público, Juíza de Canaã dos Carajás, gerente da Caixa Econômica e senhores vereadores.** É importante registrar que todas essas autoridades foram convidadas é que a presença de todos era de suma importância para auxiliar a sanar algumas dúvidas específicas da população. O trabalho teve sua continuação e todas as demandas foram coletadas. Também foi aberto um espaço para que a população pudesse realizar perguntas que foram respondidas por técnicos da secretaria municipal de habitação. Dentre as questões apresentadas, muitas diziam respeito a regularização fundiária que está sendo realizada pelo instituto de desenvolvimento urbano- IDURB, como essas demandas já tinham sido apresentadas nas oficinas, a equipe da SEMHAB, convidou o senhor Alisson Milhomem, presidente do Instituto, que explanou sobre os trabalhos desenvolvidos e dúvidas e questionamentos puderam ser respondidos. Após isso o senhor Edmilson Peixoto agradeceu com entusiasmo a grande presença do público e se prontificou pessoalmente em levar as demandas coletadas que não eram de responsabilidade da SEMHAB as outras pastas e também se prontificou a agendar uma reunião com a Caixa Econômica Federal. Após isso o senhor Edmilson Peixoto agradeceu novamente a presença de todos e encerrou a audiência. E por nada mais haver a tratar eu, Maria Célia Moreira Costa, secretária ad hoc, encerro a presente Ata, que após lida e aprovada, vai assinada por mim e pela equipe de coordenação do plano, juntamente com a lista de participantes.



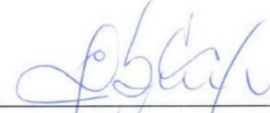
 Maria Célia Moreira Costa




 Wellington Paulo dos Santos



 Rayanne Jacqueline Soares Lima



 Clóvis Avelino Ribeiro



 Ismael Mac-Robson Avelar



AUDIÊNCIA PÚBLICA
DATA: 10/12/18
HORÁRIO: 19:00

LISTA DE FREQUÊNCIA

Assinatura	
01	Imilene Costa de Felinto ✓
02	Cláudia Maria Vitória ✓
03	Sebastião de Souza Araújo ✓
04	Audenei Raima Melônio ✓
05	Daiane Oliveira Silva ✓
06	Édilei Costa Silva Conceição ✓
07	Rosa Amélia de Jesus ✓
08	Antônio dos Reis Santos ✓
09	Édilei Silva da Conceição ✓
10	Karime Conceição Oliveira ✓
11	Garcem Sale do Conceição ✓
12	Vanda dos Santos Santana ✓
13	Maria de S. S. Silva ✓
14	Guaraci F. Parciada de Oliveira Silva ✓
	Raimunda Maria B. Brito ✓
	Luciane Soares da Silva ✓
	Ana Márcia de Souza Coelho ✓
	Erinete de Oliveira de Araújo ✓
	Jessica Barros Castro ✓
	Raimunda Lúcia Carneiro Soares ✓
	Beliziano Maria dos S.S. ✓
	Paulo dos S. Ferriz ✓
	Francisco dos Santos ✓
	Lara Franço de Paula ✓
	VALDIR SOARES SOUSA ✓
	Raimunda F. J. ✓

Valdemir Sousa Santos
Katliu Brito Rodrigues
Elivan de Almeida Andrade
Maria de Jesus Costa Pereira
Clarissa do Sacramento Leão da Silva
Luciano Viana de Moraes
Gláucia Costa
Camirus Silva Oliveira
Evilam Costa Silva
Daiane Alzeira Silva
Ana Maria da Silva Simpliciano
Rosângela Maria S. dos Santos
Roseli K. Silva
Rosilene P. da Silva
Els Rodrigues Pereira
Estrela Conceição Silva
Nestor Ferreira Araújo
Cristiane Castro de Souza
Amalrodina Fernandes Monteiro
Maria Jovelina Mendes Silva
Carla Cristina de Sousa
Natalia Santos
Elisavete Lopes da Costa
Maria Vieira Araújo Vale
Israel D. da Silva
Rosmy Cardoso Pereira
Danete Karlem Silva
Raimundo Nonato Feitosa da Silva
Jarlia das Santos Silva



Luiz Viana da Silva	/
Anny Brito	/
Maria de Nazare F. A. Souza	/
Sidreia de Araújo S. Almeida	/
M ^{te} do Socorro Miranda do Rosário	/
João Miranda do Rosário	/
Olívia Maria Moura Bezerra	/
Plauto Costa Bezerra	/
Antônio da Silva Correia	/
Gláucio Roberto Cunha	/
Marcelino da Silva Dias	/
Leucival da Conceição Silva	/
Luíza Maria dos Santos	/
Orsineia Julia da Conceição	/
Eliane da Silva Pereira	/
Antônia Regina da Silva	/
Adelino Carlos de Souza	/
Domingos dos Santos Mello Soares	/
Leila Fabiana Pereira Alves	/
Maria Francisca Batista	/
Antônio Vitor da Rocha	/
Maria José dos Santos	/
Rosaneira Telmiana da Silva	/
Maria José dos Santos	/
Nelson da Angra de	/
Maria José Costa Barbosa	/
Iranilse Rodrigues dos Santos	/
Marcos Vinícius Araujo Andrade	/
Françoise de Araújo	/
Wellington Paul dos Santos	/

Auricélia de Souza Castro	/
Esramilde Soares de Sousa	/
Maria Rodrigues	/
Rozângela Melo Santos	/
JOSÉ AUGUSTO DE S. Lima.	/
Jose de Espírito Santo	/
Francisco Silva dos Santos	/
Nádia Sousa Bandeira	/
Sina	/
Simão Gomes da Silva	/
Francisca dos Santos	/
Silvânia de Sousa Santos	/
Antonio MEZOCRUZ	/
Elizângela de Sousa Ferreira	/
Ana claudia Quelha Sousa	/
Silvana Maria dos Santos e Sousa	/
Roselina Franca de Oliveira	/
Luciene da Silva Santos	/
Louduene Teles da Silva	/
Hesusa Maria Fernandes de Sousa	/
Lauricene Pereira dos Santos	/
Maria Duizidina dos Santos	/
Sara da Luz de Sousa	/
Margarida Eliane M. Brath	/
Regiane F. Barros	/
Aluísio Batista da Silva	/
Ysabel do Carmo dos Santos	/
Regiane de Sousa Pinheiro	/
Márcia da S. Chagas	/
Carmelita Ferreira de Brito	/



Rose Cardoso da Silva	/
Murilene da Silva e Silva	/
Rozilda Prates dos Santos	/
Poliana Silva do Nascimento	/
maria Aparecida Ferreira	/
Ma Luíze pereira Silva	/
Graziene Castro Braga	/
Mania Alves Lima	/
Francisca de souza deusane	/
Francis Proleta Santos	/
DE JAIANE MATOS SILVA	/
maria das Graças Brazhoza	/
Francisca HENRIQUE DOS SANTOS	/
Pedro Paulo da Veiga	/
Glauzete Tavares dos Santos	/
Wendel de silva castro	/
maria alicia dos santos	/
Gustavo da Lora Castro	/
Francisca F. de S. J.	/
Anna Soares da Silva	/
RAIZA DE OLIVEIRA SANTANA	/
OSVALDO DIAS	/
Francisco Manoel da Oliveira	/
Erismae Benedito de souza	/
Edson Luiz Pereira Moura	/
Raimundo Ferreira da Silva	/

Imagem nº04: Slides apresentados na Audiência



Porque revisar o PLHIS?

- O Plano Local de Habitação de Interesse Social do Município de Canaã dos Carajás foi construído em 2013/2014 e conforme a revisão contida no organograma da elaboração, o PLHIS deve ser revista a cada 04 anos para atualização de diagnóstico, propostas, metas e ações, com o objetivo de captar recursos destinados à habitação.
- Por Canaã dos Carajás ser um município atípico, sabemos que hoje vivemos uma nova realidade no contexto habitacional, sendo assim a revisão do PLHIS se faz extremamente necessária para direcionar ações nesse sentido.

Diagnóstico coletado nas oficinas

PROPOSTAS COLETADAS - SEMHAB

PROPOSTAS EIXO 01

- Construção de casas por meio do programa "Cheque Moradia" (para proprietários de lotes);
- Casas através do programa "Minha Casa, Minha Vida";
- Casas através do programa "Moradia Digna"
- Ampliação e Melhorias Residenciais através do programa "Cheque Moradia";

PROPOSTAS EIXO 02

- Melhorias Sanitárias Domiciliares;
- Melhoria de infraestrutura de casas já existe. Ex: revestimentos, coberturas e etc..

• **Oficina 02** - Local: Escola Alexandro Nunes - Alto Bonito/ Santa Vitória (Motocross)

• Data: 04/12/2018 - 19:00h

Essa oficina foi realizada no dia 04 de Dezembro de 2018, às 19:00h. Participaram um total de 28 pessoas das atividades realizadas.



O que é o PLHIS?

"...conjunto de objetivos, metas, diretrizes e instrumentos de ação de intervenção que expressem o entendimento dos governos locais e dos agentes sociais e institucionais quanto à orientação do planejamento local do setor habitacional, especialmente à habitação de interesse social, (...) tendo por base o entendimento dos principais problemas habitacionais identificados na localidade".

FONTE: MCidades

População de Canaã dos Carajás. Comparativo IBGE e PMCC/SEMSA



• **Oficina 01** - Local: Chácara Brilho Celeste/ Igreja Assembleia de Deus Ministério das Américas -Data: 03/12/2018-19:00h

Essa oficina foi realizada no dia 03 de Dezembro de 2018, às 19:00h. Participaram um total de 64 pessoas das atividades realizadas.



OUTRAS DEMANDAS COLETADAS- SETOR CHÁCARAS	
SETTRAN	1. Implantação de transporte coletivo;
SEMSA	1. Construção de UBS. Atualmente o atendimento é realizado apenas 1x por semana 2. ACS e ACE Atualmente não existe no setor das Chácaras (Proposta: No setor existem ACE e ACS que trabalham em outros bairros, poderiam remanejar as do setor para atendimento onde moram ou contratam pessoas do setor);
SEMCOB	1. Iluminação pública 2. Asfalto 3. Saneamento Básico 4. Coleta de lixo- Só é realizada sábado pela manhã (Proposta: Realizar diariamente) 5. Não existe opções de lazer (praças, quadras, academia ao ar livre)
SEGOV	1. Segurança
SEMDEC	1. Falta de comércio (Proposta: Incentivo ao comércio nas Chácaras) 2. Promover capacitação para empreendedorismo
SAAE	1. Inexistente sistema de água, possui poço, mas falta tubulação para as casas (Proposta: Instalar sistema de água potável)
FUNCCEL	1. Promover atividades culturais no setor
SEMED	1. Implantar o EJA

PROPOSTAS COLETADAS - SEMHAB

PROPOSTAS EIXO 01

- Construção de casas através do programa "Cheque Moradia"
- Doação de lote social
- Casas através do programa "Minha Casa, Minha Vida";
- Casas através do programa "Moradia Digna"

PROPOSTAS EIXO 02

- Melhoria nas casas

OUTRAS DEMANDAS COLETADAS - ESCOLA ALEXANDRO NUNES- SETOR SANTA VITÓRIA	
SEMOB	1. A limpeza das vias não é realizada em todas as vias 2. Não há coleta das galhadas, nem entulho de construção 3. Finalizar pavimentação no Bairro Santa Vitória 4. Iluminação na avenida Antônio Carola 5. Inexistência de fossa e sumidouro em algumas casas
SEGOV	1. Falta de policiamento
IDURB	1. Regularização fundiária
SAAE	1. Concluir saneamento básico no bairro Santa Vitória

PROPOSTAS COLETADAS - SEMHAB

PROPOSTAS EIXO 01

- Programa "Cheque Moradia"
- Casas através do programa "Minha Casa, Minha Vida";
- Casas através do programa "Moradia Digna"

PROPOSTAS EIXO 02

- Programa "Cheque Moradia"
- Melhorias Sanitárias Domiciliares- Módulos sanitários;
- Adaptar residências para PNE

• **Oficina 04** - Local: Residencial Canaã - Centro Comunitário
 • Data: 06/12/2018 -19:00h
 Essa oficina foi realizada no dia 06 de Dezembro de 2018, às 19:00h. Participaram um total de 90 pessoas das atividades realizadas.



RESIDENCIAL CANAÃ	
IDURB SAAE	1. Corte de 4 por falta de pagamento- Poderiam dar prazo para pagamento
SEMOB	1. Falta de iluminação pública 2. Manutenção de vias e quadra de esporte 3. Movimentação de terra- Alente para água não possuem e causar doenças- Prefeitura poderia doar o aterro 4. Cobertura da quadra de esporte 5. Melhoria da rede de esgoto
SEGOV	1. Interir junto a CELSA para ver a questão relacionada ao custo da energia elétrica (energia com alto custo)
SETTRAN	1. Falta de segurança 2. Falta de abrigo

Programas habitacionais SEMHAB

- Programa Minha Casa, Minha Vida
- Programa Moradia Digna
- Programa Cheque Moradia
- Programa de Módulos Sanitários- Convênio FUNASA
- Programa Aluguel Social- Triagem

Fonte: SEMHAB/SEPLAN

• **Oficina 03** - Local: Setor Vale da Benção - Skinão Bar

• Data: 05/12/2018 - 19:00h

Essa oficina foi realizada no dia 05 de Dezembro de 2018, às 19:00h. Participaram um total de 102 pessoas das atividades realizadas.



VALE DA BENÇÃO	
IDURB	1. Regularização fundiária
SAAE	1. Saneamento básico no bairro Ouro Preto
SEMOB	1. Retirada de pedras dos lotes- essas pedras dificultam a construção 2. Aterrar lotes 3. Iluminação pública no bairro Ouro Preto 4. Praça e academia ao ar livre 5. Asfalto ligando o Vale da Benção ao Vale dos Sonhos III 6. Construção de muros residenciais no Ouro Preto
SEGOV	1. Falta de segurança

PROPOSTAS COLETADAS- SEMHAB

PROPOSTAS EIXO 01

- Verificar o uso irregular das habitações do programa "Minha casa, minha vida" que estão sendo utilizadas para outros fins que não são residenciais;
- Casas através do programa "Minha Casa, Minha Vida";
- Casas através do programa "Moradia Digna"

PROPOSTAS EIXO 02

- Atraso nas parcelas referentes aos contratos do Residencial Canaã- Verificar junto a CAIXA a situação;
- Tarifas sociais para água e energia- Auxílio SEMHAB;
- Problemas estruturais nas casas do programa "Minha casa, Minha Vida"- Verificar junto a CAIXA a situação;
- Atendimento de assistente Social no Residencial Canaã

AS OFICINAS MUNICIPAIS DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL FORAM UM SUCESSO!

PARTICIPARAM UM TOTAL DE 303 ATORES SOCIAIS.

AGRADECEMOS A TODOS PELA PARTICIPAÇÃO NAS OFICINAS!

Obrigado pela participação!

4. Anexo

Em entrevista à Band Tv, secretário Edmilson Peixoto fala sobre a revisão do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social

Por: Kleysykannysom Carneiro - 2 de novembro de 2018



O secretário municipal de Habitação, Edmilson Peixoto, concedeu entrevista ao apresentador Francisco Junior, do programa Barra Pesada, da Band TV Canaã, nesta quinta-feira (1), para falar sobre a revisão do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social (PLHIS). A entrevista foi transmitida ao vivo para toda a cidade. Na ocasião, Edmilson destacou os objetivos da revisão do PLHIS e a importância do novo plano no combate ao déficit habitacional no município.

Conforme explicação do secretário, a revisão do plano já está acontecendo e a equipe técnica da Secretaria de Habitação (Semhab) trabalha em parceria com a Secretaria de Planejamento. A revisão do plano a cada quatro anos é uma das exigências para que municípios brasileiros possam continuar recebendo recursos federais e firmar convênios na área de habitação. A principal ideia da revisão é fazer com que o município se adeque às mudanças da realidade municipal. O "Minha Casa, Minha Vida", programa do Governo Federal que já contemplou mais de 900 famílias em Canaã, é uma das iniciativas que exigem o PLHIS.

Questionado pelo apresentador, Peixoto explicou o trabalho. "Esse programa é de Interesse Social, pois é voltado à famílias em situação de vulnerabilidade no município. A revisão é uma readequação para saber, de fato, onde devemos atuar. Mesmo com o trabalho que já estamos realizando, a demanda é alta e é preciso revisar isso a cada quatro anos. O nosso saldo é positivo e tínhamos um déficit ainda maior, mas conseguimos reduzir bastante a quantidade de famílias que precisam desse apoio. Nossa meta agora é reduzir ainda mais."

Início > Destaque > Prefeitura inicia revisão do Plano de Habitação de Interesse Social

Destaque | **Habitação**

Prefeitura inicia revisão do Plano de Habitação de Interesse Social

Por Wellington Borges - 25 de outubro de 2018

[Compartilhar no Facebook](#)
[Tweet no Twitter](#)
[G+](#)
[P](#)



A prefeitura de **Canã dos Carajás**, por meio das secretarias de Habitação e de Planejamento, iniciou o processo para revisão do **Plano Municipal de Habitação de Interesse Social (PLHIS)**. O documento é uma das exigências para que municípios brasileiros possam receber recursos federais e firmar convênios para a área de habitação, e deve ser revisado a cada quatro anos, para se adequar às mudanças na realidade municipal. Um dos exemplos dos programas que exigem o PLHIS é o "Minha Casa, Minha Vida".

Inicialmente, técnicos das duas pastas estão elaborando um diagnóstico da área, reunindo números e estatísticas que deem suporte às ações que serão propostas. Também está prevista a realização de uma audiência pública, na Câmara Municipal, ainda esse ano, para apresentar as propostas e discuti-las com a comunidade.



"Vamos envolver bastante a comunidade na discussão, principalmente os movimentos sociais que são ativos nessa área e associações de moradores", afirmou o secretário de Habitação do município, Edmilson Peixoto.

Após a discussão com a sociedade, as alterações do Plano precisam ser aprovadas pelo Conselho Municipal de Habitação, formado por membros do poder público e da sociedade civil, para serem referendadas pelo prefeito, por meio de decreto.

O PLHIS define as diretrizes dos investimentos que serão realizados pela prefeitura na área nos próximos quatro anos. O secretário afirma que o déficit habitacional no município – apesar dos programas realizados nos últimos anos para habitações populares, que atenderam cerca de mil famílias. "Há também o problema de habitações precárias, ou sem saneamento, que precisamos atender", reforçou.

Em Canaã, revisão do PHLIS é debatida em Audiência Pública

Por Kleysykennyson Carneiro - 11 de dezembro de 2018



Centenas de pessoas, de diferentes localidades do município, compareceram ao auditório do Sine na noite desta segunda-feira (10) para acompanhar de perto uma Audiência Pública que debateu a revisão do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social (PHLIS). Na data, questões como o déficit e dignidade habitacional, além da regularização fundiária foram discutidas.

O evento, promovido pela Prefeitura de Canaã dos Carajás, por meio da Secretaria de Habitação, é a última etapa da revisão do PHLIS e aconteceu após a realização de quatro oficinas públicas em diferentes núcleos do município. Com o amplo debate junto à sociedade concluído, o plano será agora redigido e a sua revisão encaminhada para o Ministério das Cidades. Com isso, Canaã dos Carajás continua a ter acesso a recursos federais e convênios na área de habitação.

"Kazuza do Vale", representante dos moradores do Vale da Benção falou sobre o debate junto à sociedade. "Na semana passada, a gente teve uma oficina lá no bairro e debatemos vários e importantes assuntos. Acredito que essas reuniões são fundamentais para que a gente seja ouvido, pois quando almejamos algo, temos que correr atrás e participar é importante."



Diretor do Instituto de Desenvolvimento Urbano (Idurb), Alisson Milhomem também falou sobre o momento. "É com a participação popular que as políticas públicas são construídas. Acredito que essa audiência é parte importante para que a vida dessas pessoas seja melhorada."

Por sua vez, Jurandir José, secretário de Desenvolvimento Econômico, afirmou que as cobranças devem existir. "Esse é um dia em que as demandas são recebidas e a gente as encaminha adiante. A habitação tem um significado importante para todos e as cobranças por melhorias precisam acontecer."

Edmilson Peixoto, secretário de Habitação, também fez o uso da palavra. "A gente precisa fazer a revisão desse plano a cada quatro anos. É uma exigência, pois há novas demandas nesse tempo e as necessidades da população mudam bastante com o passar do tempo. É por isso que ouvimos as periferias, pois os maiores problemas estão lá."



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS

DECRETO Nº 1007/2018

Dispõe sobre a prorrogação da elaboração da revisão do Plano Local de Habitação de Interesse Social- PLHIS, do Município de Canaã dos Carajás.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS, **JEOVÁ GONÇALVES DE ANDRADE**, no uso de suas atribuições legais e constitucionais e em conformidade com Constituição Federal e com as disposições dos artigos 84, inciso IV, e 116, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Canaã dos Carajás, que dispõem que é competência do Prefeito Municipal expedir Decretos regulamentando Leis para sua fiel execução.

CONSIDERANDO o dispositivo no artigo 182, da Constituição Federal vigente, que estabelece que a política de desenvolvimento urbano tenha por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar dos seus habitantes, mediante diretrizes específicas;

CONSIDERANDO a efetiva necessidade de utilizar a política urbana para garantir à sociedade o direito a uma cidade sustentável, proporcionando o acesso à terra urbana, à moradia digna, ao saneamento ambiental, a infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e lazer, para as presentes e futuras gerações;

CONSIDERANDO a Lei nº 282/2012, que dispõem sobre o Estatuto dos Servidores Públicos de Canaã dos Carajás;

CONSIDERANDO o Decreto nº 966/2018 que institui o Núcleo Gestor de elaboração da revisão do Plano Local de Habitação de Interesse Social-PLHIS do Município de Canaã dos Carajás;

CONSIDERANDO a Resolução de nº 02/2018 do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social, que aprova a proposta metodológica e evidências e o cronograma de atividades para a revisão do Plano Local de Habitação de Interesse Social-PLHIS.

DECRETA:

Art. 1º. Fica prorrogado por mais 60 (sessenta) dias, a partir da publicação deste Decreto, o trabalho técnico de elaboração da revisão do Plano Local de Habitação de Interesse Social-PLHIS

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS, Estado do Pará, aos 26 (vinte e seis) dias do mês de novembro de 2018.


JEOVÁ GONÇALVES DE ANDRADE
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS
PUBLICADO
EM 28/11/18

ASSINATURA

Jeová Gonçalves de Andrade

Prefeito Municipal

Alexandre Pereira dos Santos

Vice- Prefeito Municipal

Equipe de Governo

Roberto Andrade Moreira

Secretaria Municipal de Governo

Alex Rodrigues Silveira

Secretaria Municipal de Administração

Alcino Moraes da Silva Santos Junior

Secretaria Municipal de Finanças

Hugo Leonardo de Faria

Procuradoria Geral do Município

Edilson Coelho Valadares

Secretaria Municipal de Educação

Gean Meirey Ferreira dos Santos

Secretaria Municipal de Planejamento

Daiane Celestrini Oliveira

Secretaria Municipal de Saúde

Chisleidy Leão Santos Cavalcante

Controladoria Municipal

Ronaldo Silva Araújo

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social

Simone Aparecida Souza Oliveira

Secretaria Municipal de Meio Ambiente

Leo Ferreira de Castro

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural

Edson Souza Silva

Secretaria Municipal de Obras

Geraldo Uescley de Amorim

Secretaria Municipal de Trânsito e Transporte

Jurandir José dos Santos

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico

Edmilson Alves Peixoto

Secretaria Municipal de Habitação

Cleverson Aleksander Zajac

Assessoria de Comunicação

Antônio Jailson Carvalho Almeida

Ouvidoria Municipal

Alisson Barbosa Milhomem

IDURB-Instituto de Desenvolvimento Urbano

Gladston de Paiva Campos

SAAE- Sistema Autônomo de Água e Esgoto

Gidalton Cloves Rodrigues

FUNCEL- Fundação Municipal de Cultura, Esporte e Lazer

Apoio Técnico Externo

FUNCEL- Fundação de Cultura, Esporte e Lazer

CMHIS- Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social

ASCOM- Assessoria de Comunicação



1ª REVISÃO DO **PLHIS**

PLANO LOCAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

POST SCRIPTUM



Estado do Pará
Governo do Município de Canaã dos Carajás
Adm.: 2017/2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS
PUBLICADO
EM: 30/01/19
ASSINATURA

Decreto n.º 1022/2019

Dispõe sobre a Homologação da 1ª Revisão Plano Local de Habitação de Interesse Social de Canaã dos Carajás-PA e dá outras providencias.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS, **JEOVÁ GONÇALVES ANDRADE**, no uso de suas atribuições legais e constitucionais e em conformidade com Constituição Federal e com as disposições dos artigos 84, inciso IV, e 116, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Canaã dos Carajás, que dispõem que é competência do Prefeito Municipal expedir Decretos regulamentando Leis para sua fiel execução.

CONSIDERANDO a Lei n° 11.124/2005 que dispõem sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social;

CONSIDERANDO a Lei n° 691//2015 que dispõem sobre a Criação do Sistema Municipal de Habitação de Interesse Social;

CONSIDERANDO o Plano Local de Habitação de Interesse Social, que prevê sua revisão a cada quatro anos;

CONSIDERANDO a resolução n° 01/2019 do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social, que aprova a 1ª Revisão do Plano Local de Habitação de Interesse Social;

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado a 1ª Revisão do Plano Local de Habitação de Interesse Social-PLHS.



Estado do Pará
Governo do Município de Canaã dos Carajás
Adm.: 2017/2020

Art. 2º. O Plano Local de Habitação de Interesse Social é um conjunto de objetivos, metas, diretrizes e instrumento de ação de intervenção que expressam o entendimento do governo local e dos agentes sociais e institucionais quanto ao norteamento do planejamento local do setor habitacional.

Art. 3º. São diretrizes do Plano Local de Habitação de Interesse Social:

I. Prioridade para planos, programas e projetos habitacionais para a população de menor renda, articulados no âmbito Federal, Estadual e Municipal;

II. Utilização prioritária de incentivos ao aproveitamento de áreas dotadas de infraestrutura não utilizadas ou subutilizadas, inseridas na malha urbana, de terrenos de propriedade do Poder Público para a implantação de projetos habitacionais de interesse social;

III. Sustentabilidade econômica, financeira e social dos programas e projetos implementados;

IV. Incentivo à implementação dos diversos institutos jurídicos que regulamentam o acesso à moradia, previstos no Estatuto da Cidade e outros;

V. Adoção de mecanismos de acompanhamento e avaliação e de indicadores de impacto social das políticas, planos e programas;

VI. Observação de mecanismos de quotas para idosos, deficientes e famílias chefiadas por mulheres dentre o grupo identificado como o de menor renda;



Estado do Pará
Governo do Município de Canaã dos Carajás
Adm.: 2017/2020

Parágrafo Único: A íntegra do Plano ora homologado ficará disponível para consulta no sítio da Prefeitura (www.canaadoscarajas.pa.gov.br).

Art. 4º. Os recursos materiais e financeiros e humanos necessários para a execução do Plano Local de Habitação de Interesse Social correrão por conta das dotações orçamentárias próprias nas ações destinadas a execução do Plano, estimadas nas Leis Orçamentárias Anuais.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canaã dos Carajás, Estado do Pará,
aos 28 (vinte e oito) dias do mês de janeiro de 2019.


JEOVÁ GONÇALVES DE ANDRADE
Prefeito Municipal

1ª REVISÃO DO PLHIS

PLANO LOCAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

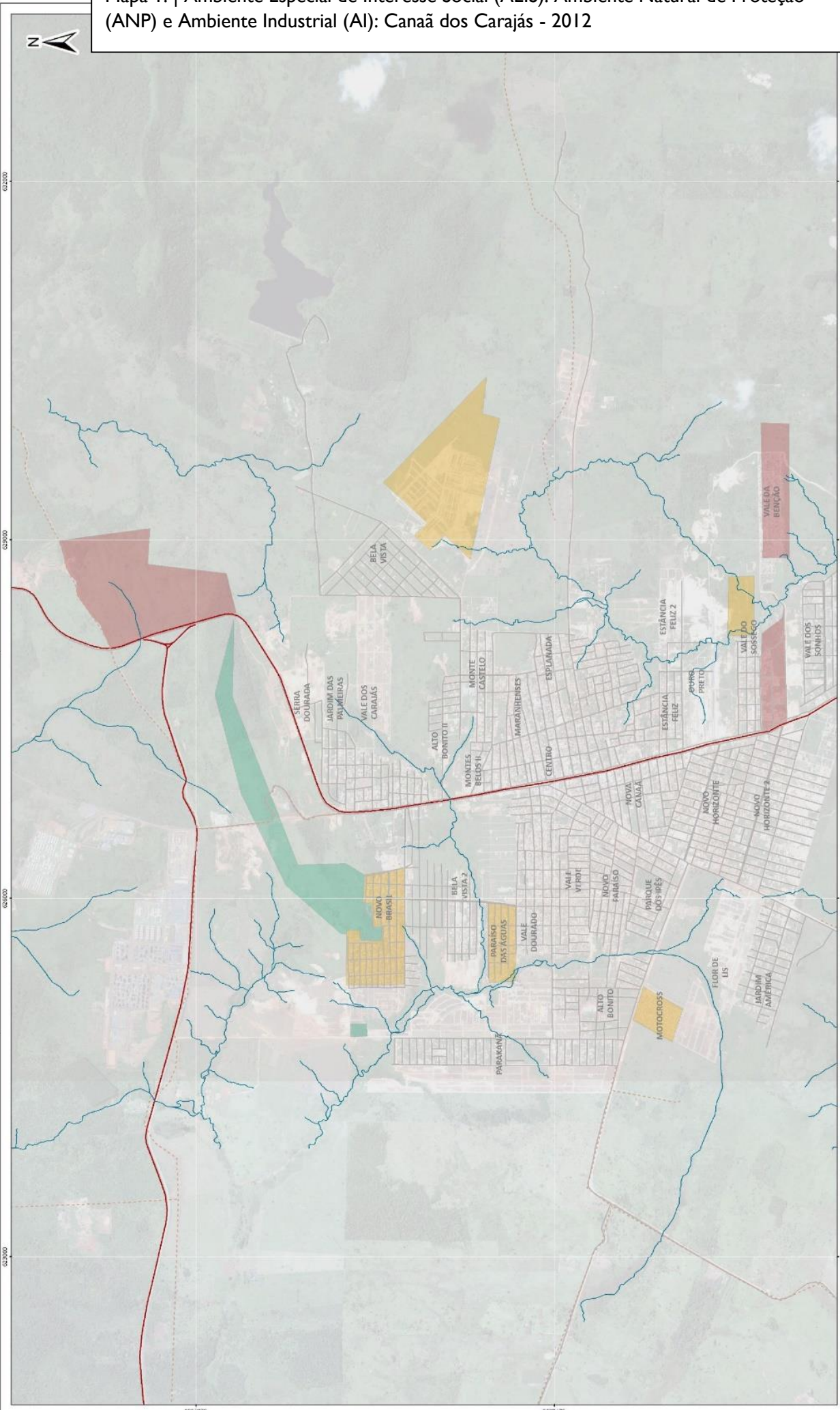
CADERNOS DE MAPAS

Secretaria Municipal de
HABITAÇÃO

Secretaria Municipal de
PLANEJAMENTO



Mapa 1: | Ambiente Especial de Interesse Social (AEIS). Ambiente Natural de Proteção (ANP) e Ambiente Industrial (AI): Canaã dos Carajás - 2012





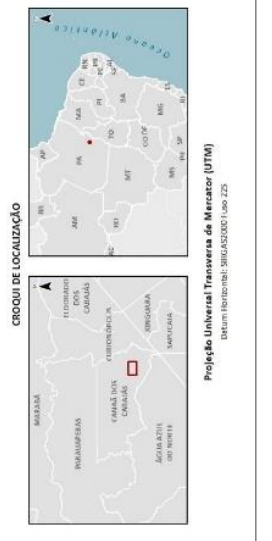

Projeto: MONITORAMENTO DE INDICADORES SOCIOECONÔMICOS DO EMPREENDIMENTO S11D - CANAÃ DOS CARAJÁS / PA
 Título: AMBIENTE ESPECIAL DE INTERESSE SOCIAL (AEIS), AMBIENTE NATURAL DE PROTEÇÃO (ANP) E AMBIENTE INDUSTRIAL (AI): CANAÃ DOS CARAJÁS - 2012

Fonte(s):
 - Área descritas no PD - PD/CC, 2012
 - Hidrografia - MON/IN/VE/2 2010 e SYNERGIA, 2015
 - Estradas - PD/CC, 2007
 - Imagem de satélite - WGS84/UTM, 2014

Folha Nº: 1/1

RELAÇÃO	INDICAÇÃO	DESCRIÇÃO	DE	PAR	ÁREA	DATA
1	1	1	1	1	1	1

Escala: 1:30.469,7
 0 200 400 600 800 1000 METROS

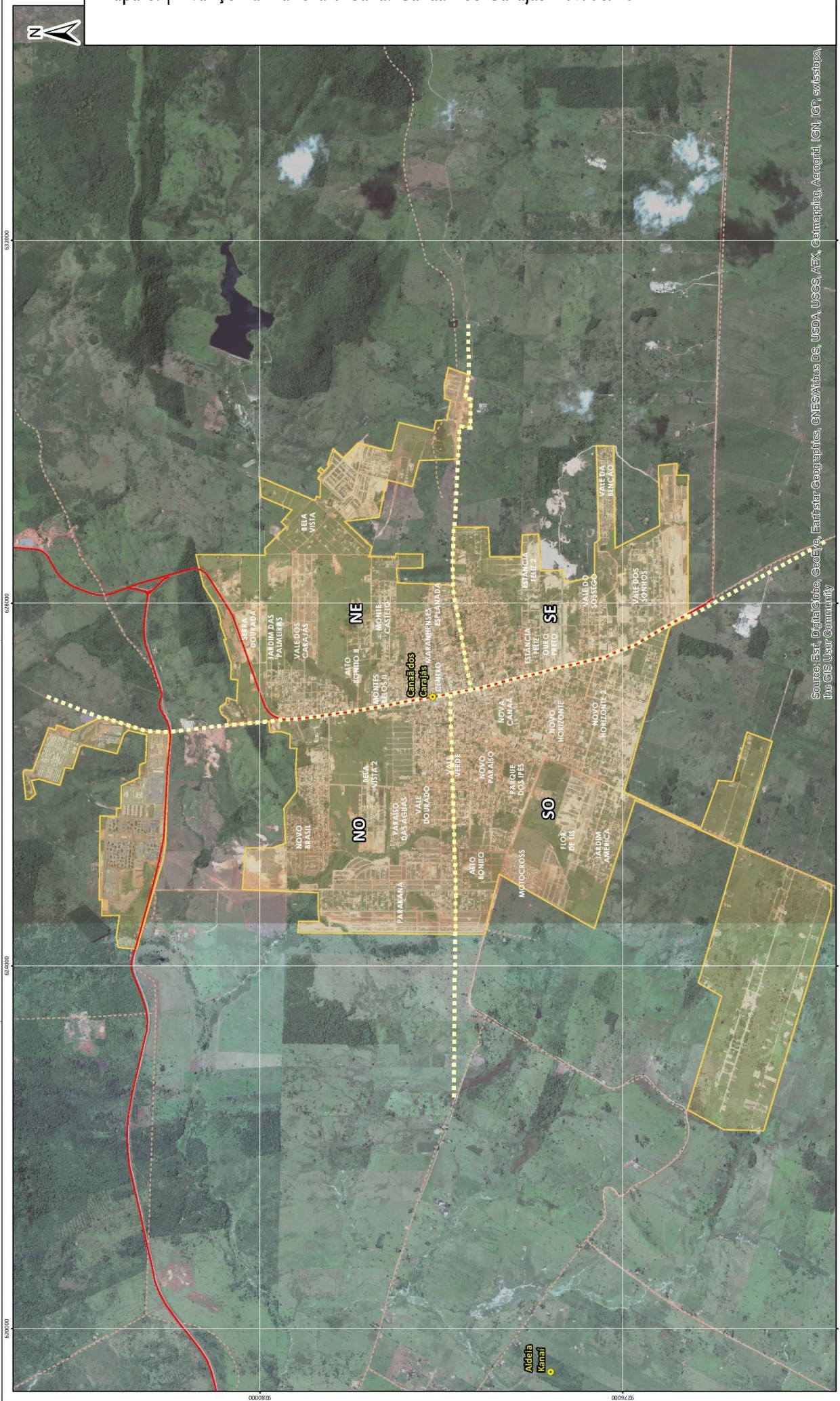


Legenda

Amambientes do PD 2012:

- Ambiente Especial de Interesse Social
- Ambiente Natural de Proteção
- Ambiente industrial

- Curso d'água
- Estrada pavimentada
- Estrada não pavimentada



Source: Esf. DigitalCidade, GeoEye, Earthstar Geographics, CNES/Airbus DS, USDA, USGS, AEX, Camapping, AeroGRID, IGN, ICP, swisstopo, the GIS User Community

Av. Itaipava, 155, 11º andar
 Rio de Janeiro - RJ 20046-910 - São Paulo - SP
 FONE: +55 (11) 3037-0600

PROJETO: MONITORAMENTO DE INDICADORES SOCIOECONÔMICOS DO EMPREENDIMENTO S11D - CANAÃ DOS CARAJÁS / PA
 TÍTULO: MANCHA URBANA 07/06/2014 - CANAÃ DOS CARAJÁS / PA

REV.	DESCRIÇÃO	DES.	VER.	APROV.	DATA
01	2ª VERSÃO	NOA	-	AB	10/12/2015

CRONO DE LOCALIZAÇÃO

Projeção Universal Transversa de Mercator (UTM)
 Datum: Horizontal: SIRGAS2000 Fuso 22S

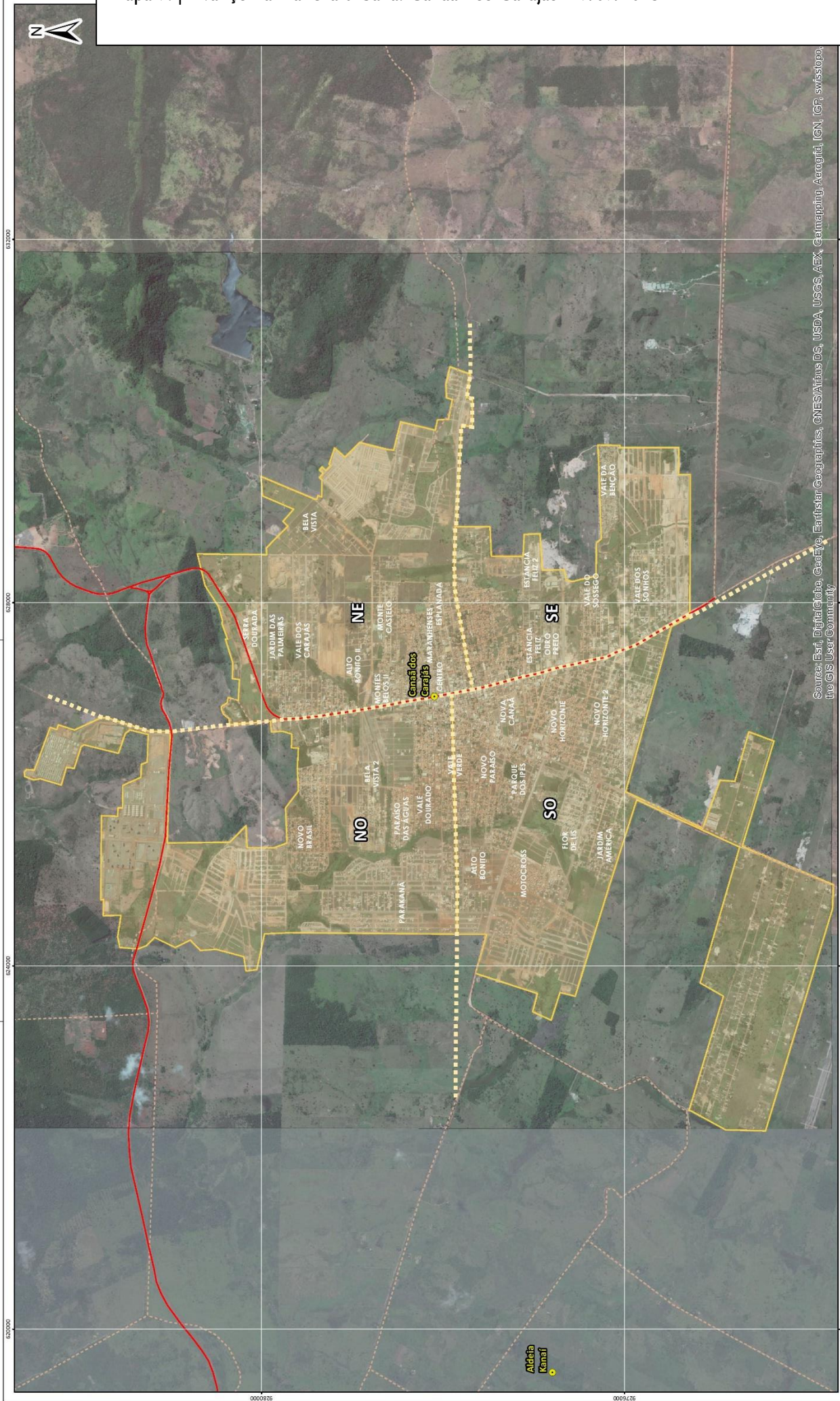
Legenda

- Mancha urbana 07/06/2014
- Divisa de quadrante
- Localidades
- Estradas
- Pavimentada
- Não pavimentada

Fonte(s):
 - Imagem de Satélite - GEDEVE 2014
 - Localidades - IBGE, 2010 e VALE, 2014
 - Mancha urbana 2014 - GEDEVE 2014 e SYNERGIA, 2015
 - Quadrantes - SYNERGIA, 2015

Escala: 0 500 1.000 1.500 2.000 Metros

Folha Nº: 1/1



Source: Esri, DigitalGlobe, GeoEye, Earthstar Geographics, CNES/Airbus DS, USDA, USGS, AeroGRID, IGN, IGP, swisstopo, the GIS User Community

Av. Ilhéus, 104, 13 andar
 República - 02064-000 - São Paulo - SP
 RFBX: +55 (11) 3887-0660

synergia
SOC. CIVIL DE UTILIDADE PÚBLICA

VALE

Projeto: **MONITORAMENTO DE INDICADORES SOCIOECONÔMICOS DO EMPREENDIMENTO S11D - CANAÃ DOS CARAJÁS/ PA**

Título: MANCHA URBANA 17/07/2015 - CANAÃ DOS CARAJÁS/ PA

Folha Nº: 1/1

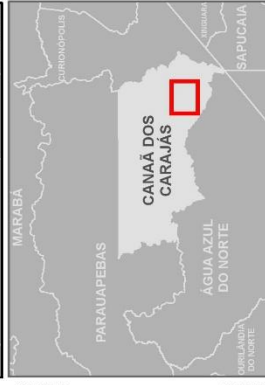
REV.	DESCRIÇÃO	DES.	VER.	ATRIB.	DATA
0	1º VISO	NOA	AB	AB	10/12/2015

CROQUI DE LOCALIZAÇÃO

Projeção Universal Transversa de Mercator (UTM)
 Datum Horizontal: SIRGAS2000 Fuso 22S

Legenda

- Mancha urbana 17/07/2015
- Divisa de quadrante
- Localidades
- Estradas
 - Pavimentada
 - Não pavimentada



Mapa 8: | Avanço da mancha urbana: Canaã dos Carajás - 2016

Ampla | **VALE**

Projeto: **Monitoramento dos Indicadores Socioeconômicos do Empreendimento S11D**

Título: **Mancha Urbana, 2016 - Canaã dos Carajás/ PA**

Elaboração: **Alessandro Cazeli** | Data: **20/02/2017** | Formato: **Arquivo: pmise_camã_s11D_ManchaUrbana2016_v01**

Base Cartográfica (Fonte): limites políticos (IBGE, 2015); localidade (IBGE, 2010 e Vale, 2014); divisa de quadrante (Synergia); mancha urbana (Synergia, 2010 a 2015 e Ampla, 2016).



Sistema de Coordenadas: SIRGAS 2000 UTM Zone 22S
 Projeção: Transverse Mercator
 Origem da Quilometragem: Equador e Meridiano 48°W Greenwich acrescidas das constantes 10.000 km e 500 km, respectivamente

1:52.000

0 0,5 1 2 km

Mapa I3: | Índícios de ocupações irregulares: Canaã dos Carajás - 07/06/2014



MONITORAMENTO DE INDICADORES SOCIOECONÔMICOS DO EMPREENDIMENTO S1.1D - CANAÃ DOS CARAJÁS/ PA

Projeto: OCUPAÇÕES IRREGULARES - 07/06/2014 - CANAÃ DOS CARAJÁS/ PA

Título: OCUPAÇÕES IRREGULARES - 07/06/2014 - CANAÃ DOS CARAJÁS/ PA

REV.	DESCRIÇÃO	DES.	VER.	APROV.	DATA
0	1ª VERSÃO	MSA	-	AB	20/12/2015

Fontes(s):

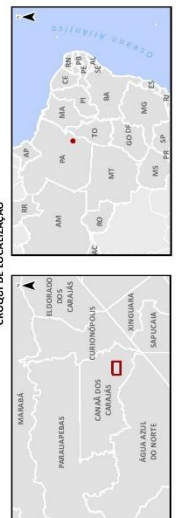
- Planos: RGE, 2010 e VALE, 2014
- Áreas Irregulares: PDCC, 2012 e SYNERGIA, 2015
- Hidrografia: WORDVIEW2 2010 e SYNERGIA, 2015
- Estradas: PDPC, 2007
- Imagem de satélite: GEOTIE, 2014

Folha Nº: 1/1

0 200 400 600 800 1.000

Metros

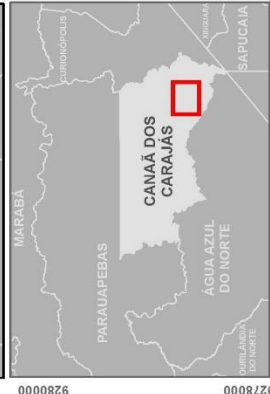
CROQUI DE LOCALIZAÇÃO



Projeção Universal Transversa de Mercator (UTM)
Datum Horizontal: SIRGAS2000 Fuso 22S

Legenda

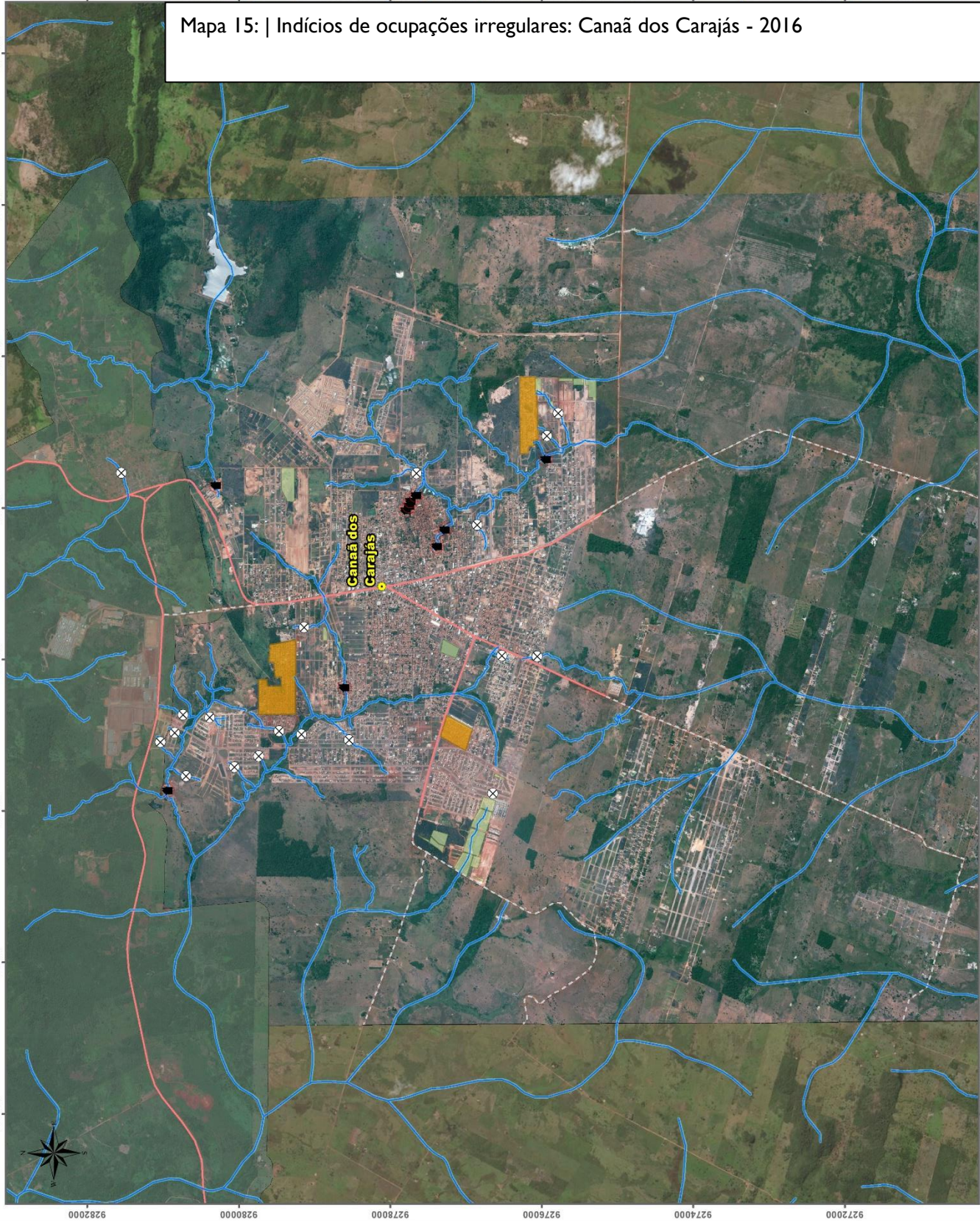
- Ocupação em APP
- Aterramento / Canalização de curso d'água
- Ocupação Irregular
- Área de Preservação Permanente (15m p/ cd lado)
- Áreas verdes
- Curso d'água
- Localidades
- Estradas
- Pavimentada
- Não pavimentada



Legenda

- Localidade
- Ocupação em APP
- Aterramento/ Canalização do Curso d'água
- Hidrografia
- Acesso Pavimentado
- Acesso não Pavimentado
- Áreas Verde
- Ocupação Irregular
- Área de Preservação Permanente

Mapa 15: | Índícios de ocupações irregulares: Canaã dos Carajás - 2016



Projeto: **Monitoramento dos Indicadores Socioeconômicos do Empreendimento S11D**

Título: **Ocupações Irregulares, 2016 - Canaã dos Carajás/ PA**

Elaboração: **Alessandro Cazeli**

Data: 20/02/2017

Formato: Arquivo: A3

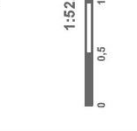
Arquivo: pmise_cama_s11D_Ocupacao2016_v01

Base Cartográfica (Fonte): limites políticos (IBGE, 2015); localidade (IBGE, 2010 e Vale, 2014); áreas irregulares (PDCCC, 2012 - Synergia, 2015 - Amplo, 2016).
Imagens: WorldView-3 e GeoEye-1, 2016.

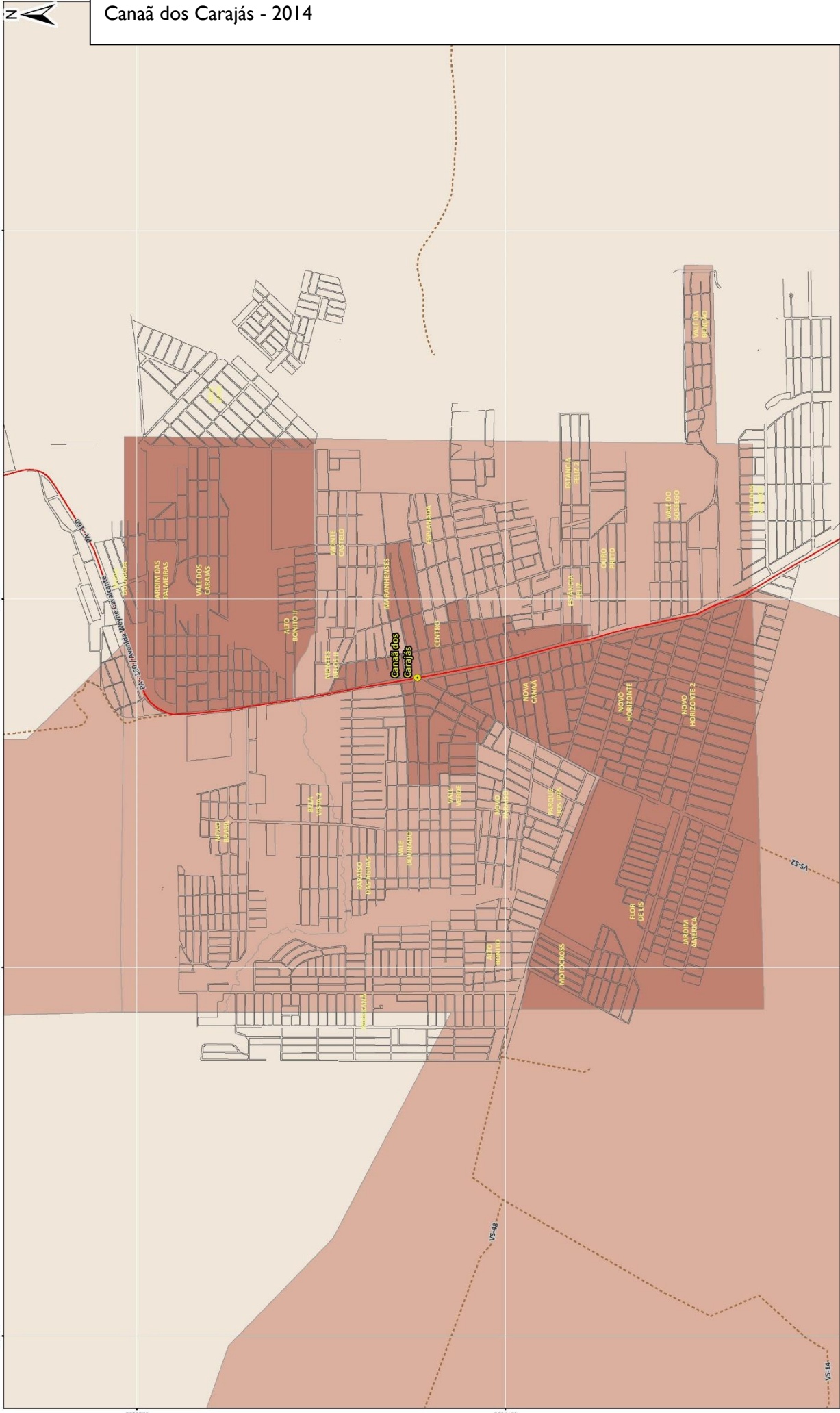
Sistema de Coordenadas: SIRGAS 2000 UTM Zone 22S
Projeção: Transverse Mercator
Origem da Quilometragem: Equador e Meridiano 45°W Greenwich acrescidas das constantes 10.000 km e 500 km, respectivamente

1:52.000

0 0,5 1 2 km



Mapa 16: | Valor médio pago a título de aluguel, por Zona de Tráfego (zonas urbanas): Canaã dos Carajás - 2014



Legenda

Valor médio do aluguel

- RS 228,00 - RS 280,00
- RS 280,01 - RS 450,00
- RS 450,01 - RS 482,50

Localidades (ícone de ponto amarelo)

Meio fio (ícone de linha cinza)

Estradas

- Pavimentada (ícone de linha vermelha)
- Não pavimentada (ícone de linha tracejada)

Projeto: MONITORAMENTO DE INDICADORES SOCIOECONÔMICOS DO EMPREENDIMENTO S11D - CANAÃ DOS CARAJÁS/ PA

Título: VALOR MÉDIO DO ALUGUEL - ÁREA URBANA - CANAÃ DOS CARAJÁS/ PA

Fontes:

- Mapa base - PMCC, 2014
- Localidades - IBGE, 2010 e VALE, 2014
- Valor médio aluguel - SYNERGIA, 2014

REV.: 01

REVISÃO	DESCRIÇÃO	DES.	VER.	APROV.	DATA
01	1ª VERSÃO	NCA	-	VC	07/07/2015

ESCALA: 1:25.000

CROQUI DE LOCALIZAÇÃO

Projeção Universal Transversa de Mercator (UTM)
Datum Horizontal: SBR63000 Pseudo 225

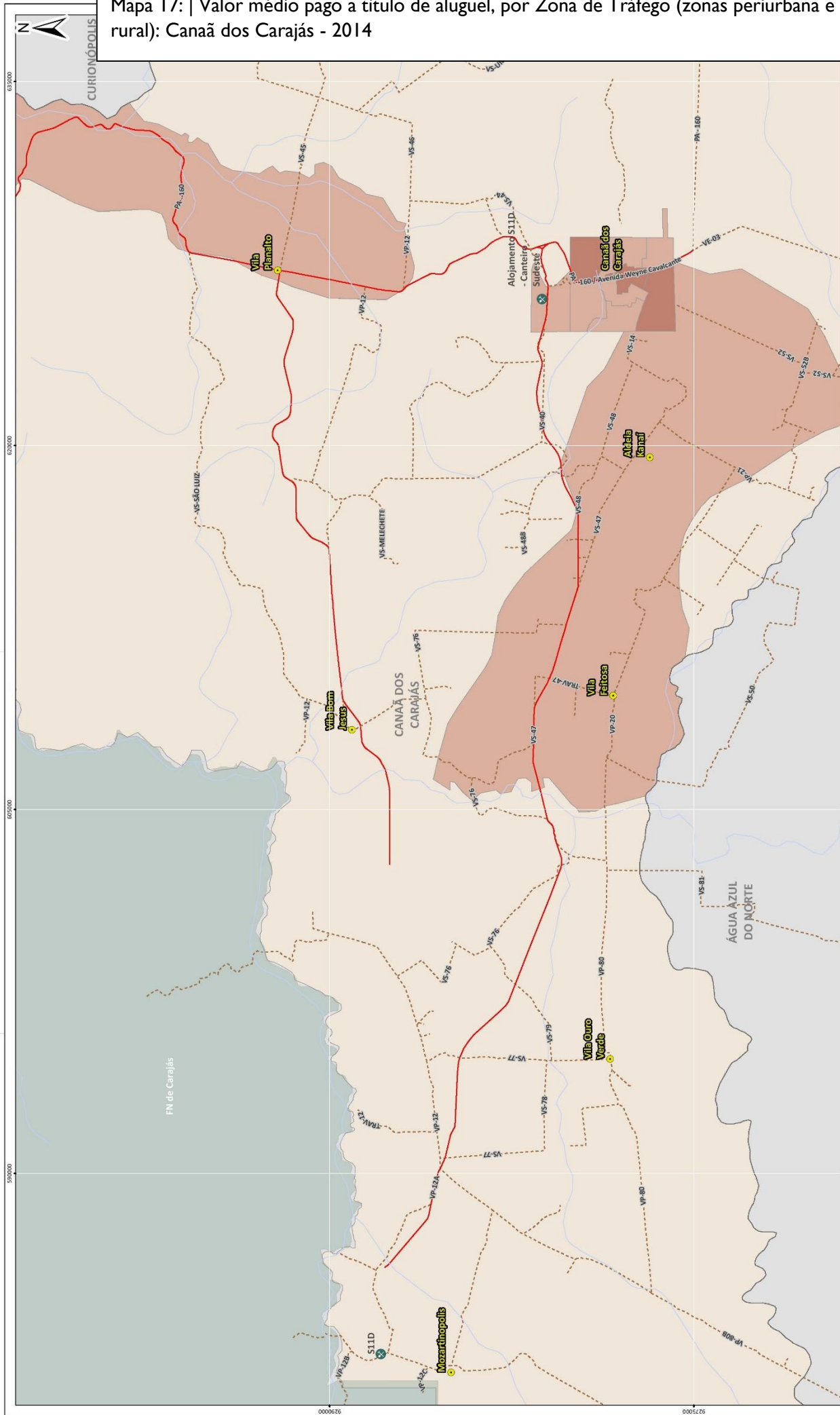
Rua Haddock Lobo, 1307 - 12º andar, conj. 123
Jarom Paulista - 01414-005 - São Paulo - SP
PABX+55 (11) 3087.0660

synergia CONSULTORIA

VALE

Folha Nº: 1/1

Mapa 17: | Valor médio pago a título de aluguel, por Zona de Tráfego (zonas periurbana e rural): Canaã dos Carajás - 2014



Legenda

Valor médio do aluguel

- R\$ 228,00 - R\$ 280,00
- R\$ 280,01 - R\$ 450,00
- R\$ 450,01 - R\$ 482,50

Estradas

- Pavimentada
- Não pavimentada

Outros

- Limites municipais
- Localidades
- S11D
- Hidrografia
- Unidade de conservação

Projeto: MONITORAMENTO DE INDICADORES SOCIOECONÔMICOS DO EMPREENHIMENTO S11D - CANAÃ DOS CARAJÁS/ PA

Título: VALOR MÉDIO DO ALUGUEL - CANAÃ DOS CARAJÁS/ PA

Folha Nº: 1/1

Fonte(s):
 - Hidrografia - ANA, 2013
 - Limites municipais - IBGE, 2010
 - Localidades - IBGE, 2014
 - Vias - Atlas do Brasil - SIVIERSKI, 2014
 - Unidade de conservação - CPRM, 2013

Revisão

REV	DEFINIÇÃO	DES.	NER.	APROV.	DATA
0	1ª VERSÃO	N/A	-	VE	07/07/2015

Escala: 1:150.000

0 1 2 3 4 5
Quilômetros

CIRQUEJO DE LOCALIZAÇÃO

Projeção Universal Transversa de Mercator (UTM)
Datum Horizontal: SIRD5000 Fuso 22S

Logos:

Logos:

Logos:

Rua Hadesck Lobo, 1307 - 12ª andar, conj. 123
 Jardim Paulista - 01141-003 - São Paulo - SP
 PARÁ-55 (11) 3089.0860

synergia
ECONÔMICA

VALE